



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PRISCILA MUNIZ COUTINHO

**Professoras e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: aproximações,  
associações e distanciamentos pela educação (1921 – 1936)**

Uberlândia

2024

PRISCILA MUNIZ COUTINHO

**Professoras e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: aproximações,  
associações e distanciamentos pela educação (1921 – 1936)**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Linha da pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

Uberlândia

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

C871p  
2024      Coutinho, Priscila Muniz, 1989-  
                 Professoras e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino  
[recurso eletrônico] : aproximações, associações e distanciamentos pela  
educação (1921 – 1936) / Priscila Muniz Coutinho. - 2024.

Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de  
Pós-graduação em Educação.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.5054>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Guido, Humberto Aparecido de Oliveira, 1963-,  
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
graduação em Educação. III. Título.

---

CDU: 37

André Carlos Francisco  
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408

PRISCILA MUNIZ COUTINHO

**Professoras e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: aproximações, associações e distanciamentos pela educação (1921 – 1936)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Linha da pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Uberlândia, 27 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido (PPGED/UFU)

---

Profa. Dra. Maria Lúcia Vannuchi (INCIS/UFU)

---

Profa. Dra. Raquel Discini de Campos (PPGED/UFU)

---

Profa. Dra. Nailda Marinho da Costa (PPGEdu/Unirio)

---

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos (PPGEMP/UNB)

---

Prof. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro (PPGED/UFU - suplente)

---

Prof. Dr. Paulo Irineu Barreto Fernandes (IFMT - suplente)



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4212 - [www.ppged.faced.ufu.br](http://www.ppged.faced.ufu.br) - [ppged@faced.ufu.br](mailto:ppged@faced.ufu.br)



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação			
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 28/2024/416, PPGED			
Data:	Vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:05	Hora de encerramento:
Matrícula do Discente:	12013EDU032			
Nome do Discente:	PRISCILA MUNIZ COUTINHO			
Título do Trabalho:	"Professoras e Federação Brasileira Pelo progresso Feminino: aproximações, associações e distanciamentos (1921-1936)"			
Área de concentração:	Educação			
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação			
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"A crise do humanismo e as novas ontologias mediadas pelas tecnologias do ciberespaço. Um estudo do conceito de inumano na filosofia e na literatura do século XX."			

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/ensino-remoto-humberto-guido>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Juarez José Tuchinski dos Anjos - UNB; Nailda Marinho da Costa - UNIRIO; Maria Lúcia Vannuchi - UFU; Raquel Discini de Campos - UFU e Humberto Aparecido de Oliveira Guido - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Humberto Aparecido de Oliveira Guido, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/08/2024, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez José Tuchinski dos Anjos, Usuário Externo**, em 28/08/2024, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Discini de Campos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/08/2024, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Vannuchi, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/09/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nailda Marinho da Costa, Usuário Externo**, em 02/09/2024, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5629889** e o código CRC **E1EC5E46**.

Dedico esta tese às trabalhadoras da educação do passado, presente e futuro.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e companheiro Humberto de Oliveira Guido pela paciência e gentileza com que orientou minha caminhada acadêmica de doutoramento. Diante do encerramento da pesquisa comecei a tomar consciência de vários momentos em que a apresentação de “sugestões” eram as constatações de fraquezas do trabalho, nunca apontadas de uma maneira rude ou desestimuladora. Afinal, o tratamento que recebi como orientanda foi uma experiência incomensurável de complacência e respeito.

Aos colegas que estiveram ao meu lado, ainda que remotamente durante as aulas, eventos e reuniões do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, principalmente da linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação. Essas pessoas são responsáveis por boa parte das lembranças afetivas de uma longa trajetória de formação como pesquisadora, sendo que, algumas se tornaram amigas e fazem parte não apenas da minha memória como do meu presente, com o sincero desejo de que continuem em meu futuro.

Aos laços de amizade instituídos antes do início dessa jornada e que permaneceram ao longo dela, ainda que tenha me afastado de nosso convívio habitual para atender as demandas de estudo. Tais amizades constituem felizes escolhas de pessoas que me presentearam com afeto, incentivo e felicitações genuínos do início ao fim dessa experiência.

Agradeço à minha família tão presente e ausente nas decisões que tomei, como continuar estudando. Com a maturidade finalmente começo a encontrar a paz diante da certeza de não que não é possível mensurar até que ponto minhas escolhas representam um desejo individual ou a busca por corresponder à projeção da inquestionável crença de terceiros em meu potencial. Enfim, reconheço que minhas conquistas também sempre serão nossas.

“Recria tua vida, sempre, sempre.  
Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.”  
(Cora Coralina)

## RESUMO

Esta tese corresponde a uma trajetória de estudos guiada pela proposta de construir uma história das professoras, no recorte temporal de 1921 a 1936, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de História e Historiografia da Educação. A atividade do grupo de trabalhadoras da educação no período destaca protagonistas de relações sociais, portanto agentes ativos do jogo de poder nos níveis macro e micro da sociedade. No campo de estudos da História das Mulheres, a condução da análise alinha-se com a perspectiva contraculturalista, uma vertente dos estudos da História Cultural. O desenvolvimento da investigação historiográfica baseia-se em documentos do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, uma coleção mantida pelo Arquivo Nacional e disponibilizada para acesso online pela plataforma virtual SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional. O acervo consultado é composto por uma série de arquivos digitalizados do gênero iconográfico, textual e sonoro, sendo assim, a seleção de arquivos para análise prioriza produções de professoras do período ou elementos que versam indiretamente sobre tais personagens. Em diálogo com o referencial bibliográfico que aborda temas relacionados com as questões que se apresentam no desenrolar do texto, outros acervos foram consultados para verificação de documentos adicionais, dessa forma, somam-se fontes de análise identificadas em acervos virtuais mantidos pela Biblioteca Nacional, como a Hemeroteca Digital e Brasiliana Fotográfica, principalmente compondo a série “Feministas Graças a Deus!” e o portal da Hemeroteca Catarinense, bem como produções audiovisuais do gênero “documentário”. O fio condutor do texto apresenta duas “partes”. A PARTE I compreende a introdução e três capítulos voltados para a reflexão teórico-metodológica e contextualização de ordem macrossocial, com destaque para a relevância da associação feminina que nomeia a fonte e sua representação enquanto parte do “associativismo feminino”, um movimento maior identificado no período e protagonizado por mulheres que se organizaram como estratégia de posicionamento no debate público. A primeira parte também explora a relação estabelecida pelas lideranças femininas com centros de poder instituídos da cultura dominante. Por sua vez, a PARTE II consiste em três capítulos voltados para as trajetórias profissionais e ativistas das professoras Leolinda Figueiredo Daltro, indigenista que formulou o conceito de “catequese laica” e precursora feminista; Armando Álvaro Alberto, intelectual da Escola Nova responsável por um longevo projeto de educação sanitária na Escola Regional de Meriti e seu ideal de “ensino regionalizado”; por fim Antonieta de Barros, primeira mulher negra eleita no país, autora das crônicas “Farrapos de Ideais”, com o pseudônimo Maria da Ilha e defensora da educação como caminho para a paz. As “considerações” finalizam a reflexão proposta sobre as trabalhadoras da educação, destacando personagens que participaram ativamente de diversos acontecimentos identificados pela historiografia tradicional e em eventos que marcaram a História Oficial, sendo fundamental a crítica sobre processos de substituição, esquecimento e deturpação biográfica que configuram o “apagamento das mulheres” no campo de produção da História da Educação brasileira.

**Palavras-chave:** História das Mulheres. Professoras. Trabalho. Educação. Associações femininas.

## ABSTRACT

This thesis corresponds to a trajectory of studies guided by the proposal to construct a history of female teachers within the temporal scope of 1921 to 1936. It was developed within the framework of the Programa de Pós-graduação em Educação at the Universidade Federal de Uberlândia, in the line of História e Historiografia da Educação. The activity of the group of female education workers during this period highlights protagonists of social relations, thus active agents of the power dynamics at both macro and micro levels of society. In the field of Women's History studies, the analysis aligns with the countercultural perspective, a branch of Cultural History studies. The development of the historiographic investigation is based on documents from the Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a collection maintained by the Arquivo Nacional and made available for online access through the SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional, a virtual platform. The consulted collection is composed of a series of digitized files of iconographic, textual, and auditory genres. Consequently, the selection of files for analysis prioritizes productions by female teachers of the period or elements that indirectly pertain to such figures. In dialogue with the bibliographical references that address themes related to the issues presented throughout the text, other collections were consulted to verify additional documents. Thus, sources of analysis identified in virtual collections maintained by the Biblioteca Nacional, such as the Hemeroteca Digital and the portal Brasiliiana Fotográfica, mainly composing the series "Feministas Graças a Deus!" and the Hemeroteca Catarinense, as well as audiovisual productions of the documentary, are included. The text's guiding thread presents two parts. PART I comprises the introduction and three chapters focused on theoretical-methodological reflection and macro-social contextualization, highlighting the relevance of the female association that names the source and its representation as part of the "associativismo feminino", a larger movement identified in the period and led by women who organized as a strategy for positioning in public debate. This part also explores the relationship established by female leaders with established power centers of the dominant culture. In turn, PART II consists of three chapters focused on the professional and activist trajectories of teachers: Leolinda Figueiredo Daltro, an indigenist who formulated the concept of "secular catechism" and a feminist precursor; Armando Alvaro Alberto, an intellectual of the Escola Nova responsible for a long-standing sanitary education project at the Escola Regional de Meriti and her ideal of "regionalized education"; and Antonieta de Barros, the first black woman elected in the country, author of the chronicles "Farrapos de Ideais," under the pseudonym Maria da Ilha, and a defender of education as a path to peace. The "considerations" conclude the proposed reflection about female education workers, figures who actively participated in various events identified by traditional historiography and in events that marked Official History, emphasizing the importance of critiquing processes of substitution, oblivion, and distortion that configure the "erasure of women" in the field of History of Education, in Brazilian production.

**Keywords:** Women's History. Teachers. Work. Education. Female associations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagen 1	Recorte correio da manhã, edição de 25 de jan. de 1929 .....	57
Imagen 2	Propaganda Juvenal Lamartine par ao senado em 1927 .....	58
Imagen 3	Recorte página do <i>dossié</i> .....	63
Imagen 4	Logo “Lux Jornal” em 2023 .....	64
Imagen 5	Logo “Empreza Lux” em 1930 .....	64
Imagen 6	Recorte página do <i>dossié</i> .....	71
Imagen 7	Fotografia Leolinda Figueiredo Daltro .....	107
Imagen 8	Propaganda eleitoral Leolinda Figueiredo Daltro em 1933 .....	109
Imagen 9	Recorte do verso da propaganda eleitoral de Leolinda Daltro .....	112
Imagen 10	Contracapa obra Início do Feminismo no Brazil, edição de 1918.	116
Imagen 11	Capa da obra O início do Feminismo no Brasil, edição de 2021...	117
Imagen 12	Capa da obra “Da catechese dos índios no Brasil, edição de 1920	119
Imagen 13	Senhora Leolinda Daltro entre os seus educandos .....	123
Imagen 14	Recorte periódico Diário Carioca .....	132
Imagen 15	Fotografia comemoração da Independência do estado da Bahia ...	134
Imagen 16	Fotografia associadas Aliança Nacional de Mulheres .....	139
Imagen 17	A jovem Armando Álvaro Alberto .....	143
Imagen 18	Pessoas presentes à inauguração da Escola Proletária de Meriti	153
Imagen 19	Fotografia do corpo discente na inauguração da Escola de Meriti	155
Imagen 20	Fotografia inauguração da “Nossa Casa”, em 1927 .....	156
Imagen 21	Fotografia reunião do “Círculo de Mães” .....	168
Imagen 22	A jovem Antonieta de Barros.....	177
Imagen 23	Fotografia família “de Barros” na década de 1930 .....	182
Imagen 24	Recorte da página 1 do período “República” .....	185
Imagen 25	Capa livro Farrapos de Ideias .....	186
Imagen 26	Recorte da Constituição de Santa Catarina de 1935 .....	196
Imagen 27	Antonieta e demais deputados estaduais de Santa Catarina .....	197
Imagen 28	Fotografia de Antonieta e Leonor de Barros entre amigas(os) ...	204
Imagen 29	Propaganda Curso Antonieta de Barros .....	205
Imagen 30	Fotografia irmãs “de Barros” na residência da família .....	206
Imagen 31	Fotografia Antonieta de Barros sorrindo em sua residência ....	207

## ACERVOS EM PORTAIS VIRTUAIS

Arquivo Nacional	<i>Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino</i>	SIAN
Fundaçao Biblioteca Nacional	<i>Hemeroteca Digital</i>	BNdigital
Fundaçao Biblioteca Nacional	<i>Série Feministas Graças a Deus!</i>	<i>Brasiliiana Fotográfica Digital</i>
Centro de Memória da Educação da Baixada Fluminense	<i>A Escola Regional de Meriti</i>	CEPEMHED
Biblioteca pública de Santa Catarina	<i>Hemeroteca Digital Catarinense</i>	CIASC

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABL	Associação Brasileira de Letras
ACL	Associação Catarinense de Letras
ADAI	<i>Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos</i>
ANL	Associação Nacional Libertadora
Anpuh	Associação Nacional de História
CIF	Congresso Internacional de Folclore
COVID 19	Corona Virus Disease 2019
FACED	Faculdade de Educação
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FORAS	Fórum de Oposição e Resistência ao <i>Shopping</i>
GEDI	Grupo de Estudos de Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão
GEPEGRES	Grupo de Estudos e Pesquisas de gênero e Representações Sociais
IBGE	Instituto Brasileira de Geografia e Estatística
ICW	<i>Conseil International des Femmes ou International Council of Women</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NAWSA	<i>National Woman Suffrage Association</i>
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGED	Programa de Pós-graduação em Educação
PRF	Partido Republicano Feminino
PRP	Partido Republicano Progressista
REF	Revista Estudos Feministas
SIAN	Sistema de Informação do Arquivo Nacional
STF	Superior Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFB	União Feminina do Brasil
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
Unesco	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UUUF	União Universitária Feminina

## Sumário

<b>PRÓLOGO .....</b>	<b>13</b>
<b>PARTE I .....</b>	<b>24</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>Capítulo 1 – O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional .....</b>	<b>36</b>
1.1 - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: encontrar, associar e multiplicar .	40
1.2 - Educação e voto no Brasil: questão nacional e pautas do feminismo na década de 1930 .....	47
<b>Capítulo 2 - Notas sobre a imprensa e o feminismo em periódicos impressos (1929-1932) .....</b>	<b>60</b>
2.1 - As pautas feministas para a educação das mulheres na abertura da década de 1930 .....	67
2.2 .....	83
<b>Capítulo 3 – Um tênuo equilíbrio: centros de poder na alvorada do regime (1920 – 1930) .....</b>	<b>91</b>
3.1 - Professoras <i>outsiders</i> : a ponta de um <i>iceberg</i> .....	99
3.2 Considerações teóricas de fontes adicionais: biografias e autobiografias <i>outsiders</i> .....	103
<b>PARTE II .....</b>	<b>107</b>
<b>Capítulo 4 - A professora Leolinda Figueiredo Daltro para deputada constituinte .....</b>	<b>107</b>
4. 1 - A construção de um legado como educadora indigenista e feminista .....	114
4.2 - A despedida de uma protagonista: testemunhas de um ritual fúnebre .....	129
<b>Capítulo 5 – Armando Álvaro Alberto: uma reparação histórica em andamento .....</b>	<b>143</b>
5. 1 – Escola Regional Meriti: um sonho compartilhado .....	152
5. 2 - Ensino regional: inovações e limitações de uma experiência socioeducativa sanitária .....	161
<b>Capítulo 6 - Antonieta de Barros: a sina emancipatória de uma heroína da pátria .....</b>	<b>177</b>
6. 1 - Interseções de Antonieta em movimento: feminismo, ideais humanistas e política local .....	188
6. 2 - Uma missão abençoada: educação como direito universal e caminho para a paz	199
<b>Considerações.....</b>	<b>209</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>214</b>
<b>Referências dissertações e teses .....</b>	<b>223</b>
<b>Referências legislação e sites .....</b>	<b>225</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>228</b>
<b>QUADRO I .....</b>	<b>228</b>

<b>QUADRO II .....</b>	<b>234</b>
<b>QUADRO III .....</b>	<b>239</b>
<b>QUADRO IV .....</b>	<b>249</b>
<b>QUADRO V .....</b>	<b>263</b>
<b>QUADRO VI .....</b>	<b>279</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>286</b>
<b>I – Carta de Maria Lacerda de Moura para Bertha Lutz .....</b>	<b>286</b>
<b>II – Estatuto da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino .....</b>	<b>287</b>
<b>III – Carta de Armando Álvaro Alberto para Bertha Lutz, em 1921. ....</b>	<b>289</b>
<b>IV – Carta de Armando Álvaro Alberto para Bertha Lutz, em 1924. ....</b>	<b>290</b>
<b>V – Bilhete de Armando Álvaro Alberto para Bertha Lutz, em 1925.....</b>	<b>292</b>
<b>VI – Transcrição de carta de Armando Álvaro Alberto para crianças de Meriti.....</b>	<b>293</b>
<b>VII – Página de periódico com texto de autoria de Armando Álvaro Alberto. ....</b>	<b>294</b>
<b>VIII – Página virtual da Câmara dos Deputados. ....</b>	<b>295</b>
<b>IX – Carta de Antonieta de Barros para Bertha Lutz, em 1933. ....</b>	<b>296</b>
<b>X – Carta de Antonieta de Barros para Bertha Lutz, em 1935. ....</b>	<b>297</b>
<b>XI – Carta de Antonieta de Barros para Bertha Lutz, em 1936. ....</b>	<b>298</b>
<b>XII – Página de periódico com texto de Maria da Ilha, em 1951.....</b>	<b>301</b>

## PRÓLOGO

A escrita de uma pesquisa acadêmica pressupõe a identificação de um problema, hipóteses, objetivos, sujeitos e/ou objetos, referencial teórico-metodológico e rigor argumentativo. Segundo Le Goff (1990), a análise histórica viabiliza a noção de verdade quando guiada pela formação intelectual, baseada em documentos, orientada pelo espírito crítico e uma metodologia, sendo assim, com o devido zelo e levantando questões inéditas são apresentadas partes ou pontos de vista verídicos do passado que ainda não haviam emergido. Seguindo esses "passos" é possível elaborar textos characteristicamente científicos, porém uma produção muito rígida corre o risco de tornar-se deficitária justamente pelo grau de impessoalidade. Em eventos da área acadêmica travamos discussões inesgotáveis sobre o contexto histórico-social, os recursos, as motivações, o espaço, o público, dentre outras tantas questões que influenciam autoras e autores. Há muito temos buscado a superação de uma perspectiva positivista, especialmente nas ciências humanas, compreendendo que a despeito de ostentar "objetividade" ou "imparcialidade", um texto nunca é descomprometido. Sendo assim, apresentar uma reflexão sobre as influências e razões que motivam uma pesquisa parece uma boa maneira de lidar com críticas, ciente que jamais conseguiremos impedi-las.

Por sua vez, Veiga-Neto (2012) tece um importante alerta sobre a militância impregnada na academia. O autor observa que premissas teóricas tomadas como verdades absolutas impossibilitam a análise crítica tão necessária para o olhar científico. O desconhecimento das bases filosóficas e da história das correntes de pensamento configura uma falha facilmente identificável no discurso inflamado de seguidoras e seguidores. Em suma, o posicionamento bem fundamentado no meio acadêmico aponta para uma postura ativista científica e afasta a militância política. Nesse sentido, acreditamos ser válida uma breve retrospectiva autoral em pesquisas de médio e longo prazo, especialmente em dissertações e teses, com a devida atenção para o risco de construir um texto eivado de vaidade ou narcisismo. A condução de tal resgate precisa ser propositado e conversar com o problema que guia o estudo, ou seja, a autorreflexão deve introduzir e/ou comunicar as referências e metodologia que sustentam a pesquisa. Seguindo essa linha de raciocínio espera-se que os pilares que subsidiam o desenvolvimento de uma escrita científica, lugar de conforto entre intelectuais experientes e fonte de preocupação para iniciantes, sejam apresentados com naturalidade e fundamentação.

Essa parece a melhor maneira de comunicação com o público de uma realidade em ebuição<sup>1</sup>, visto que, o início deste trabalho coincidiu com o período mais duro da pandemia de COVID 19<sup>2</sup>. Em 2020, a paralisação das atividades nas universidades, incluindo em programas de pós-graduação, marcou o primeiro semestre com a suspensão do início das aulas e eventos na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia - FACED/UFU. A partir do segundo semestre, como alternativa para a necessidade de enclausuramento, os recursos tecnológicos disponíveis viabilizaram o encontro virtual entre estudantes e docentes, sendo algumas disciplinas de programas de pós-graduação na UFU<sup>3</sup> oferecidas em formato remoto. Nos centros universitários a modalidade de ensino da Educação a Distância tornou-se uma saída de emergência durante mais de dois anos em que a comunidade acadêmica agonizou com a incerteza para o futuro. Contudo, boa parte da população brasileira composta por pessoas de baixa renda não usufruiu o luxo da quarentena, sendo submetida aos usuais meios de transporte público lotados<sup>4</sup>, risco de contágio em ambientes de trabalho sanitariamente inseguros e a irresponsabilidade do poder público<sup>5</sup>. Nesse contexto, apesar das críticas e alertas, acompanhamos declarações de representantes dessa população em momentos de lazer aos telejornais como: "se eu posso me contaminar todos os dias no trabalho, ao menos vou aproveitar minha folga". Também convivemos com outro grupo da população brasileira que

---

<sup>1</sup> Referência ao trabalho Modernidade Líquida de Bauman (2001).

<sup>2</sup> Coronavírus - o vírus começou a circular na China em 2019, espalhou-se entre diversos países de todos os continentes instituindo uma crise sanitária mundial. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMC) decretou pandemia (Estadão, <https://tudo-sobre.estadao.com.br/coronavirus>, acesso em 20 de jun. 2022). No Brasil, um dos efeitos da pandemia foi a longa suspensão de aulas presenciais em instituições de ensino, incluindo as aulas do PPGED/UFU.

<sup>3</sup> Após a suspensão das atividades acadêmicas durante o primeiro semestre do ano de 2020, a Universidade Federal de Uberlândia regulamenta em 30/06/2020 a oferta de componentes curriculares e de outras atividades acadêmicas da pós-graduação stricto sensu na modalidade remota em caráter excepcional por meio da Resolução 6/2020, do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação.

<sup>4</sup> Constatando a afirmação indicamos as seguintes produções:

a) O jornal Diário de Uberlândia publica matéria que atesta a dificuldade dos usuários do transporte público para evitar o contágio durante a pandemia. Fonte: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/29359/usuarios-do-transporte-coletivo-de-uberlandia-reclamam-de-dificuldades-e-superlotacao>. Acesso em 15 mar. de 2022.

b) Em nota técnica a Fundação Oswaldo Cruz atesta o risco de contágio de covid-19 dentro de veículos do transporte público (CAMARGO; ELIAS, 2020). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43142>. Acesso em 15 mar. 2022.

c) Em nota técnica publicada na Revista Brasileira de Estudos de População, os pesquisadores Douglas Sathler e Guilherme Leiva (2021) indicam a necessidade de incluir usuários do transporte público como grupo de risco para antecipar a vacinação contra covid-19. Fonte: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/VRpzyf48prGSBf7tvphH4sP/>. Acesso em 15 mar. 2022.

<sup>5</sup> Para o ano de 2021, o Brasil amarga uma das maiores taxas de óbitos por covid19 do mundo (ALESSI, 2021). Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-19/brasil-supera-a-vergonhosa-marca-de-500000-mortos-pela-covid-19.html/>. Acesso em 10 mar. 2022.

rejeita a realidade, reconhecidos como "negacionistas"<sup>6</sup> seguiram opondo-se a um comportamento razoável para o enfrentamento eficaz da pandemia. Indubitavelmente, o que vivenciamos será fonte de inúmeras pesquisas em diversas áreas, no momento deixamos o breve registro.

Apresentadas as primeiras considerações, como autora principal assumo a primeira pessoa do singular a partir deste ponto do preâmbulo para tratar dos caminhos que levaram a proposta de pesquisa identificada pelo título "Professoras e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: aproximações, associações e distanciamentos pela educação (1921 – 1936)". Por sua vez, a escrita na primeira pessoa do plural é retomada na PARTE I e II da tese, visto que, comprehendo que ainda que o texto tenha uma autora, a elaboração do pensamento que conduz a escrita consiste na projeção de um referencial de contingência constituído pela acumulação e diálogo com diversas produções, bem como pela colaboração e orientação do Prof. Dr. Humberto de Oliveira Guido.

A influência teórico-filosófica marxista sobre minha concepção de trabalho alicerça diversas passagens do texto. A predileção por essa corrente de pensamento iniciou-se durante a graduação em pedagogia, com uma breve proposta de estudo dos "clássicos"<sup>7</sup> na disciplina Sociologia da Educação. A partir das leituras sobre a educação pelo prisma de diferentes vertentes de pensamento, foi a reflexão histórica marxiana que marcou meu entendimento sobre o trabalho enquanto ação inherentemente humana, racionalizada e atravessada por uma relação dialética de superação das determinações do mundo natural; desse processo resulta um conhecimento cumulativo e ensinável que torna a educação ponto fundamental para a organização/formação das sociedades. Também acompanhando essa corrente de pensamento no entendimento sobre as relações de trabalho desiguais características do sistema econômico capitalista, preponderantemente difundido em sociedades culturalmente demarcadas como ocidentais. Assim, compartilho a crítica sobre a apropriação do conhecimento por grupos dominantes a fim de manter uma estrutura social hierarquizada pela lógica de exploração do trabalho da classe proletária e acúmulo de capital pela classe burguesa.

Essa reflexão sobre Trabalho e Educação foi amadurecida durante os anos que sucederam minha graduação. Atuando como educadora, professora e atualmente como coordenadora

---

<sup>6</sup> A editora e roteirista Luciana Rathsam aborda o negacionismo na pandemia em matéria publicada pela Universidade de Campinas. Fonte: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia>. Acesso em 10 mar. 2022.

<sup>7</sup> Reconhecidos como os três grandes clássicos das Ciências Sociais encontramos os estudos de Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Segundo Jeffrey Alexander (1999): "Um clássico é o resultado do primitivo esforço da exploração humana que goza de status privilegiado em fase da exploração contemporânea no mesmo campo."

pedagógica da rede pública municipal de Uberlândia, por vezes retomei tal referencial teórico em busca da racionalização de vivências como: a exaustão depois de um dia com dois turnos de aulas; as dificuldades ou facilidades para aprendizagem de estudantes em razão da condição financeira de sua família; a baixa remuneração do professorado praticada em contradição ao discurso oficial do Estado<sup>8</sup>, dentre tantas outras questões pontuais ou recorrentes.

Enfim, uma inquietação da experiência como trabalhadora escolar crescia instigando a necessidade de retomar meus estudos. Foi com essa percepção que elaborei um primeiro projeto de pesquisa sobre Formação Continuada em busca de uma nova jornada na pós-graduação. Entretanto, essa empreitada enfrentou barreiras e adaptou-se diante das dificuldades, como conquistar uma das poucas vagas oferecidas em processos seletivos de Programas de Pós-Graduação em Educação. Em 2015, com um projeto sobre o que já compreendia como Formação Docente Permanente, fui selecionada como aluna especial do mestrado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Com o retorno ao ambiente acadêmico participei de aulas ministradas pela Prof.a Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, bióloga de formação. Nessa oportunidade estudei sobre a formação de identidades generificadas por meio de leituras como Joan Scott (1989) e Judith Butler (2003). A partir de então, as discussões da temática que envolve questões de gênero assumem grande relevância em meu pensamento, não pela mera influência da disciplina, mas pela constatação das implicações de gênero que circundam minhas vivências, como a acentuada presença de mulheres dentro da estrutura de trabalho nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental em que lecionei.

Deste modo, tão forte como a reflexão sobre "classes" do pensamento marxiano, passei a observar que a sociedade a qual pertenço também se estrutura segundo uma hierarquia de gênero, configurada nos preceitos de uma cultura patriarcal. Com um novo projeto de pesquisa voltado para o trabalho na educação sob o prisma das relações de gênero e poder, dispondo de maior referencial bibliográfico e conhecimento sobre o funcionamento da pós-graduação, ingressei como aluna regular no mestrado do Instituto de Ciências Sociais em 2016, também na Universidade Federal de Uberlândia. Esse "recálculo de rota" proporcionou ganhos inestimáveis para minha formação, uma vez que, além de aprofundar meu conhecimento em sociologia, tive a oportunidade de estudar antropologia e ciência política de um modo que não seria possível na Pós-Graduação de outras áreas do conhecimento.

---

<sup>8</sup> O Título II da LDB 9394 de 1996 assume como um dos princípios do Estado: "VII - valorização do profissional da educação escolar". (BRASIL, 1996).

Assim, contando com a orientação da Prof.a Dr.a Maria Lúcia Vannuchi, uma experiente estudiosa sobre o trabalho das mulheres na indústria calçadista, fui apresentada à linha francesa de estudos das Relações Sociais de Sexo, capitaneada por nomes como Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007). A partir dessa perspectiva feminista materialista segui com a proposta e desafio de analisar o trabalho escolar atenta à tríade gênero, classe e raça como categorias de análise consubstanciais (KERGOAT, 2016). Na oportunidade, desenvolvi uma pesquisa sociológica a partir de entrevistas com diretoras de escolas públicas de Ensino Fundamental de Uberlândia, em busca de traçar o perfil profissional dessas trabalhadoras<sup>9</sup>. A dissertação foi conduzida metodologicamente segundo os preceitos da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016), sendo a experiência adquirida na elaboração de “grelhas de análise” para tratamento das informações de natureza quali-quantitativa crucial na condução de parte desta pesquisa, principalmente na produção dos quadros analíticos que constituem os “Apêndices”.

Na escrita de minha dissertação vivenciei uma inquietação relacionada à flexão de pronomes femininos e masculinos segundo as regras gramaticais. Algumas teóricas dos estudos feministas apontam para a necessidade de ruptura com normas assentadas na estrutura de dominação patriarcal, mesmo em um ambiente extremamente formal e metódico como o científico. Nesse aspecto, observo que o apagamento das mulheres na historiografia também acontece gramaticalmente com a inclusão feminina dentro de flexões masculinas, especialmente em idiomas com ancestralidade latina, como a língua portuguesa. A saída encontrada durante o mestrado foi a inversão proposital das flexões gramaticais de gênero baseada em três pontos: romper com a lógica de apagamento das mulheres propaganda em padrões de escrita; o lócus de trabalho escolar é reconhecidamente feminilizado, o que reduz o sentido de abordar o sujeito masculino em primeiro plano em pesquisas nesse âmbito; por fim, a intencional promoção do estranhamento de leitoras e leitores para instigar o debate. Novamente, diante do desafio de desenvolver uma pesquisa mantendo a decisão de subverter a “ordem” para flexão de gênero e acrescento novo argumento: trata-se de uma demarcação autoral para considerar a categoria de gênero, pois ao transcorrer uma leitura em que o sujeito feminino aparece em primeiro plano facilmente identificamos uma autora e ainda há espaço para a indefinição se propositalmente alternamos essa ordem, sendo que, tal variação não gera problemas ao conteúdo do texto.

---

<sup>9</sup> O texto completo da dissertação encontra-se em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22417?mode=full>.

Assumir posicionamentos políticos/ativistas em uma escrita científica não é novidade. Com o pseudônimo "bell hooks<sup>10</sup>", escrito com iniciais minúsculas, a reconhecida teórica estadunidense escreveu diversos livros e artigos científicos sobre a temática de gênero, questões raciais e educação. Em embate similar, Pierre Bourdieu<sup>11</sup>, defendeu firmemente uma escrita acadêmica caracteristicamente densa diante de críticas que consideravam sua produção demasiadamente complexa, segundo o autor: "A ruptura com o estilo acadêmico implica a ruptura com o estilo de vida que ele supõe e exprime" (BOURDIEU, 1989, p. 272). Desta forma, sem prejuízo para a qualidade da produção de conhecimento, autoras e autores conduzem suas pesquisas com o rigor científico habitual em uma escrita individuada<sup>12</sup>, resta-nos ter coragem para enfrentar as críticas deste processo.

Ainda como mestrande em Ciências Sociais, ingressei no GEPEGRES - Grupo de Estudos e Pesquisas de gênero e Representações Sociais - vinculado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Nesse âmbito compartilhei espaços, angústias e curiosidades; amadureci concepções; participei da promoção de eventos científicos e aprendi a lidar com a ansiedade de um tempo acelerado para produção que vivenciamos no meio acadêmico. Um grupo de estudos não tem prazo de validade, dura enquanto contar com o envolvimento de seus membros, em alguns momentos oscila parecendo extinguir-se, mas pode voltar intensamente a partir da mobilização e disponibilidade das pessoas envolvidas. Foi durante um interessante intercâmbio entre o GEPEGRES e o GEDI - Grupo de Estudos de Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão da Universidade Federal da Paraíba - que tomei conhecimento sobre outra perspectiva de análise que marca minha escrita: a crítica decolonial de Maria Lugones (2014), certeira ao analisar os vícios da tradição de produção acadêmica pautada por uma cultura ocidental dominante.

Não raro, conduzimos pesquisas locais e de realidades múltiplas ancoradas nas mesmas referências, limitando nossas reflexões em função de teorias desenvolvidas em outro tempo histórico e contexto socio-cultural. A utilização de leituras globalizantes provenientes de nações

---

<sup>10</sup> Faleceu em 15 de dezembro de 2021, aos 69 anos, tem como registro na certidão de nascimento o nome Gloria Jean Watkins, o pseudônimo bell hooks é homenagem à avó, as letras minúsculas destacam que o mais importante nos livros da autora é a substância (LIMA, 2021). Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2021/12/14921851-por-que-bell-hooks-e-escrito-em-minusculo-escritora-morreu-nesta-quarta-feira.html>. Acesso em 8 set. 2022.

<sup>11</sup> Segundo Bourdieu, intelectuais cumprem um papel ao impor ou desfazer visões de mundo. Desta maneira, torna-se imperativa a prática do discurso na sociologia, não sendo possível abster-se de posicionamento em questões da política cotidiana. Nesse aspecto, a intelectualidade envolve-se politicamente em direção a um "utopismo realista", ainda que a única maneira de sobreviver e repassar o recado seja em "níchos" de sobrevivência.

<sup>12</sup> Conceito recorrente na obra Mil Platôs de Deleuze e Guattari (1996) para tratar do conjunto de particularidades existenciais que tornam as pessoas únicas.

com maior relevância econômica no ocidente generaliza sociedades ímpares e acoberta a supostamente superada perspectiva evolucionista, que divide o mundo entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Por meio da reflexão decolonial percebo ser identificada como mulher branca no contexto social ao qual pertenço, segundo uma imagem padrão de mulher construída no continente europeu e distante de uma mulher ameríndia descendente dos povos originários das Américas. Entretanto, a despeito do compartilhamento de valores, idioma, sobrenome e características físicas oriundas de um brutal processo de colonização, rapidamente sou identificada como estrangeira/diferente/latina ao desembarcar em Portugal. De maneira similar, a dominação cultural eurocêntrica no meio acadêmico demarca como distintos ou exóticos estudos em função da nacionalidade autoral. Com esse mesmo olhar etnocêntrico, o currículo de cursos como a pedagogia destaca figuras como Jean Piaget<sup>13</sup> e menospreza Simón Rodríguez<sup>14</sup>, entre intelectuais nacionais estudados em profundidade encontramos uma das poucas referências em Paulo Freire. Apesar de recorrer a produção intelectual do "velho mundo", a condução desta pesquisa privilegia referências artísticas, marcos históricos e análises acadêmicas próprias, dentre as quais situam-se competentes e marcantes professoras e professores que fizeram parte dessa jornada de estudos. Afinal, a busca pela valorização do pensamento intelectual Sul-Americano, brasileiro, do interior de Minas Gerais, feminino e tantos outros recortes que caracterizam este extenso trabalho, demanda o reconhecimento da cultura da qual sou parte.

A Pós-Graduação em Ciências Sociais ainda marca definitivamente minha formação acadêmica com a apresentação dos estudos da contracultura. Nas aulas do Prof. Dr. Adalberto Paranhos vislumbrei a possibilidade de resgatar vozes dissonantes do passado por meio de fontes não usuais, como a música popular brasileira e assim "descobrir" versões diferentes da História Oficial sobre o Estado Novo (PARANHOS, 2015). Ainda durante a disciplina realizei a leitura de clássicos da História Cultural como Michel De Certeau (1996), Raymond Williams

---

<sup>13</sup> Biólogo e psicólogo suíço do século XIX, atuou como pesquisador e professor em centros de pesquisa como a Universidade de Paris e no Instituto Jean Jacques Rousseau em Genebra. Ao longo de sua carreira publicou vários artigos e livros e desenvolveu seu "método clínico" para estudar o pensamento infantil. Apesar de não se reconhecer como pedagogo, tornou-se referência para o campo da pedagogia graças ao trabalho sobre as fases do desenvolvimento infantil. (MUNARI, 2010).

<sup>14</sup> Educador venezuelano atuante na América Latina no século XVIII, formou-se professor na Escola das Primeiras Letras de Caracas em 1791. Em 1794 escreveu o primeiro texto sobre a educação defendendo conceitos revolucionários para a época e contexto colonial. Até o ano de 1797 atuou como tutor e professor de Simón Bolívar, quando foi exilado do país de origem sob a acusação de envolvimento em ações políticas republicanas. Na condição de exilado passou por países da América Latina e Europa, sempre atuante na área da educação, inclusive opondo-se ao método do ensino mútuo ou Lancaster. Perseguido por grupos conservadores e tradicionais dos países pelos quais passou, ganhou fama de louco por suas vestes humildes e discurso em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e sem distinção de gênero. (FERNANDEZ, 2013).

(1969) e Edward P. Thompson (1998) e tomei conhecimento da obra de Michelle Perrot (2017), pesquisadora dedicada à História das Mulheres. A inspiração para a pesquisa ora apresentada surgiu de maneira incipiente a partir de então.

Em 2020, ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFU) para meu doutoramento na linha de História e Historiografia da Educação com uma proposta de pesquisa sobre a História das Professoras, no recorte temporal de 1930 a 1945, período macrohistórico conhecido como Era Vargas. Como parte da minha trajetória de estudos em disciplinas do doutorado amadureci minha compreensão sobre o arcabouço bibliográfico com o qual me identifico enquanto parte da composição de campos científicos. Para essa trajetória contei com as aulas, ainda em formato remoto, do Prof. Dr. Sauloerber Tarsio de Souza sobre a constituição da História da Educação como campo científico, logo:

[...] enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p.122).

Por sua vez, a compreensão sobre a convergência entre produções historiográficas a partir do diálogo e colaboração entre campos científicos foi viabilizada nas aulas da Prof.a Dr.a Raquel Discini de Campos, também em formato remoto. Nessa oportunidade aprendi sobre a importância da metodologia da análise de fontes para a condução de uma pesquisa voltada para questões periféricas a agentes de poder caracteristicamente masculinizados, segundo uma perspectiva arqueológica de investigação caracteristicamente advinda do campo da História Cultural.

Na obra “O que é História Cultural” (2005), Peter Burke considera um risco ambicionar a identificação precisa de “quando” ou “quem” fundou tal vertente de estudos, visto que, essa produção recebeu diversas influências em diferentes contextos. Assim, o autor descreve o desenvolvimento desse campo em períodos caracterizados pelo enfoque em determinadas questões, como: a “História Cultural Clássica” entre 1800 a 1950; “A História da Cultura Popular” nos anos de 1960; a “virada antropológica” entre 1970 e 1980, que contou com a importante contribuição de reflexões como as do sociólogo Clifford Geertz (2008) sobre a interpretação dos sentidos e significados das culturas; e ainda a “Nova História Cultural”, vertente que persevera nos dias atuais e dispõe de referências teóricas como Norbert Elias

(1994) (1995), Michel Foucault (2014) e Pierre Bourdieu (1983) (1989) (2002). Todavia, a abrangência da Nova História Cultural enfrenta alguns problemas como a definição demasiadamente ampla do conceito de cultura<sup>15</sup>, o risco de confusão metodológica e o perigo de fragmentação do campo.

Tal perspectiva historiográfica é conduzida pelo olhar minucioso sobre a vida em sociedade e atento às influências que se originam de relações dinâmicas, conforme destacado na reflexão de Raymond Williams (1969):

A ideia de cultura é a resposta global que demos à grande mudança geral que ocorreu nas condições de nossa vida comum. Basicamente constituiu um esforço por compreender, interpretar e apreciar, em seu todo, a mudança em curso [...]. As condições novas, [...] vinham desde o começo marcadas por extrema diversidade de situações e sujeitas a tensões dinâmicas e consideráveis. [...] A palavra cultura não pode ser automaticamente utilizada como forma alguma de diretiva social ou pessoal. Seu surgimento, com os significados modernos, assinala o esforço por uma avaliação qualitativa total, mas não chega propriamente a uma conclusão, sendo antes um processo (WILLIAMS, 1969, p. 305 - 306).

Não é coincidência que grande parte do que se produz sobre a História das Mulheres seja resultado do intercambio com o arcabouço teórico da História Cultural, posto que: “O advento da História das Mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. A confluência de fatores imbricados - científicos, sociológicos, políticos - viabilizou a emergência do objeto "mulher", nas ciências humanas em geral e na história em particular.” (PERROT, 2019, p.19). Deste modo, comprehendo que a investigação da história de personagens e grupos que desenvolvem suas atividades à margem dos centros de poder, como proponho ao contar a história de trabalhadoras escolares do passado, requer atenção para questões imbricadas às fontes oficiais e sensibilidade para conjuntura paralela ao discurso dominante, uma vez que, usualmente sua atuação concentra-se na microfísica das relações cotidianas. É na dinâmica do cotidiano que as relações sociais estabelecem um microcosmo particular de consumo das culturas. Segundo Michel de Certeau (1996), a cultura dominante ou hegemônica não é consumida exatamente como objetivam seus difusores, pois existe na microfísica de relações cotidianas um espaço para assimilação, resistência ou transformação por parte das classes populares. Nesse sentido, o autor defende a ideia de “consumo” também quanto uma produção “[...] que tem como características suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões”. (CERTEAU, 1996, p. 94).

---

<sup>15</sup> Exemplificando essa problemática encontramos uma passagem na obra “Costumes em Comum” (1998), em que Edward Thompson destaca: “[...] o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.” (1998, p. 17).

Como esperado ao propor uma pesquisa sobre as professoras enfrentei o desafio da busca por fontes, pois trata-se de um grupo heterogêneo e paralelo a cultura dominante patriarcal. Afiguram no período com maior envergadura os documentos legislativos sobre a educação, como os textos da “Reforma Francisco Campos” de 1931 e “Reforma Capanema” de 1942, um “tipo” de documento produzido massivamente por homens, que compõem os quadros da política partidária do país, ou seja, trata-se da versão da História Oficial. A dificuldade em identificar indícios de personagens corriqueiras, especialmente documentos produzidos pelas próprias professoras, atesta a obscuridade em que se desenrola a História das Mulheres também no Brasil.

Após diversas incursões em busca de fontes em repositórios virtuais, identifiquei no Arquivo Nacional o Fundo/Coleção Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). O referido acervo é recorrentemente apontado como referência de documentos em produções que buscam a história das brasileiras. Para a “caça<sup>16</sup>” por fontes documentais na primeira etapa de levantamento pelo SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional - utilizei a busca cruzada em combinações dos seguintes filtros: mulheres, professoras, mestras, Vargas, 1930 - 1945. No amontoado de páginas com *links* para arquivos da coleção que traziam diversos tipos de documentos digitalizados, observei a organização de *dossiês* por parte do serviço de biblioteconomia do Arquivo Nacional. Em outro flanco, ao realizar o levantamento de produções relacionadas com as temáticas da educação feminina, movimento feminista e trabalho no magistério, surgiram nomes de professoras com destacada atuação no período correspondente as décadas de 1920 e 1930, das quais tratamos a partir da análise de fontes documentais também encontradas no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em busca da convergência entre o acervo digital do Fundo FBPF e as professoras identificadas em outras leituras, consegui levantar documentos elaborados por elas e arquivados no referido acervo, inéditos e/ou pouco explorados enquanto fontes de pesquisa historiográfica. A observação dos documentos identificados nessa segunda etapa de incursão no SIAN realinhou o período da pesquisa para o recorte de 1921 a 1936.

Em sequência da pesquisa, o conjunto de documentos selecionados como fonte requer a devida contextualização enquanto indícios da História das Mulheres, particularmente as professoras brasileiras. Assim, verifiquei que algumas professoras conseguiram deixar suas marcas na História Oficial, sendo essas biografias representativas para a história que almejo

---

<sup>16</sup> Tomamos de empréstimo a reflexão de Michelle Perrot (1998) sobre o desafio da contracultura na busca por fontes historiográficas, principalmente na observação da autora sobre a importância de fontes alternativas, bem como maior empenho e perspicácia na análise de fontes oficiais.

contar, com o apoio de fontes adicionais encontradas em outras plataformas virtuais a serem apresentadas ao longo do texto. Nesse aspecto, a história que apresentada nesta pesquisa foi possibilitada pela análise de “fontes digitalizadas”, o que vincula este estudo as condições de sua realização a partir da utilização de recursos tecnológicos. Em esforço de resgatar a narrativa de uma categoria de trabalhadoras apresento minhas considerações sobre a história de Leolinda Figueiredo Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, defensora da educação para os povos indígenas e pioneira do movimento sufragista; Armando Álvaro Alberto, escolanovista idealizadora, fundadora e diretora da Escola Meriti; por fim Antonieta de Barros, professora, escritora e primeira mulher negra a assumir um mandato político no Brasil. No rastro das agremiações femininas, principalmente a FBPF, percebi ser possível tecer parte da história de professoras que participaram ativamente do cenário nacional. Como representantes da categoria de trabalhadoras da educação, as professoras selecionadas conseguiram fixar seus nomes, ainda que com menor evidência, na macro-história. Como fio condutor desta pesquisa, tais trajetórias “desviantes” são tomadas como pistas para refletir a relação entre o contexto histórico macro e a atuação das professoras como sujeitos ativos de seus tempos, bem como as nuances da cultura do magistério instituída e compartilhada por elas.

## PARTE I

### INTRODUÇÃO

No Brasil, a expressiva presença de mulheres trabalhando em toda a estrutura da educação escolar têm sido objeto de estudo da área acadêmica desde a década de 1970. O desenvolvimento de pesquisas que consideram a categoria de análise “gênero” em diferentes aspectos do trabalho escolar apresenta reflexões que evidenciam a complexidade do que se identifica como processo de “feminização do magistério”. A percepção estereotipada que demarca a docência como lócus de atuação feminino e usualmente desconsidera o grande contingente de professoras como sujeitos históricos e atuantes das relações de poder é paulatinamente problematizada e desconstruída. Enquanto parte da produção do campo científico constituído como História das Mulheres propomos uma pesquisa no âmbito da História da Educação brasileira, segundo a perspectiva da contracultura, ou seja, centrada na ação, pensamento e conquistas das professoras, com o objetivo balizador de oportunizar a ascensão da voz de personagens silenciadas na História Oficial. A apresentação de uma versão feminina a respeito das mudanças na estrutura de trabalho escolar ao longo da história contribui para ampliar nosso conhecimento sobre os rumos da educação no país e consiste em uma importante discussão sobre as transformações da sociedade. Enquanto principal fonte de pesquisa deste trabalho analisamos documentos produzidos por mulheres, especialmente professoras, no decurso de 1921 a 1936 e acomodados em grande parte no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, uma vasta coleção hospedada no Arquivo Nacional. Em âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e da linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, ao longo de 2020 e 2024 desenvolvemos esta pesquisa centrada na história das professoras no Brasil.

A historiografia consiste na ciência da mutação e da explicação das mudanças no decorrer do tempo, sendo a análise do passado imprescindível para a compreensão do presente (LE GOFF, 1990). O retorno analítico ao passado viabiliza a ascensão de personagens ainda não tratados em seus contextos históricos, sendo a crítica sobre tal “negligência” de fundamental importância, pois relaciona-se com paradigmas sociais em discussão na sociedade. O esquadronhamento das relações de poder estabelecidas ao longo da história, cada vez mais sensível às questões de gênero e sexualidade, têm se apresentado especialmente no campo de produção reconhecido como História das Mulheres. Também nas últimas décadas do século

XX observamos o deslocamento dos objetos e objetivos da História da Educação de transformações gerais e visões globalizantes dos sistemas de ensino para trabalhos dedicados ao cotidiano escolar ou a inferência de questões de ordem cultural em processos educacionais. Nesse aspecto, constitui-se a conexão entre o desenvolvimento de pesquisas sobre a “História das Professoras no Brasil” com a problematização da inquestionável marca de gênero que constitui o perfil de profissionais que observamos em nossas escolas.

A inspiração para a formulação do tema da pesquisa é baseada na crítica contraculturalista. Logo, partimos da desconfiança a respeito das narrativas que sugerem passividade das professoras frente a “feminização do magistério”, processo histórico estudado em diferentes aspectos por reconhecidas pesquisadoras como Fúlia Rosemberg (2013), Guacira Lopes Louro (1997) (2020), Jane de Almeida (1996) (1998) (2014) e Claudia Vianna (2001) (2018). Nesse âmbito, verificamos que o aumento de trabalhos consonantes com os estudos de gênero e teoria feminista constituiu referências para a abordagem de tal temática. Boa parte dessa produção coaduna com fontes teórico-metodológicas de outros campos para tratar a grande representatividade de mulheres no trabalho escolar como reflexo de um processo histórico e as implicações da perspectiva binária de gênero na condução de processos de formação.

Na esteira teórica da contracultura e da História das Mulheres, Michelle Perrot (2017) aponta para a existência de uma lógica masculinizada no pensamento ocidental que “esquece” sistematicamente de falar sobre a atuação das mulheres enquanto sujeitos ativos das relações de poder. A desconsideração da heterogeneidade de grupos ativos na sociedade consiste em um vício de análise macrohistórico, ou seja, reflexões centradas na versão, percepção e ação de grupos dominantes, por exemplo, a ação dos homens em instituições de poder como o Estado, uma estrutura hierárquica profundamente ligada à lógica paternalista de organização social. Segundo Edward Thompson (2019), o vício de análise histórica paternalista infere a abordagem dos acontecimentos segundo relações de dominação e dependência, sendo assim, formulam-se análises que projetam na figura masculina o poder “dominador/provedor”. Entretanto, quando deslocamos a óptica usual de leitura das sociedades verificamos uma delicada estabilidade hierárquica de estruturas sociais, bem como indícios da circulação do poder entre grupos, contradizendo a percepção homogênea, tradicional e simplificada de um arquétipo de dominação sociocultural.

A dimensão contraculturalista assume um conceito amplo e multifacetado de “cultura” em busca de interpretações da organização social distintas da cultura hegemônica, que se instaura e reproduz por meio de macro instituições articulando estratégias de dominação

difundidas sob a lógica de massificação. Assim, Michel de Certeau define o conceito de estratégia enquanto as práticas de dominação da cultura hegemônica, posto que trata "[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado." (CERTEAU, 1996, p. 99). Por sua vez, as classes populares ou grupos e indivíduos que se relacionam subalternamente às macroestruturas desenvolvem "táticas" de resistência e subversão da ordem vigente, pontos de fundamental importância das leituras sociais propostas nesse âmbito. A superação da perspectiva de macro-análise-histórica, que usualmente negligencia grupos tangenciais aos centros de poder, perpassa pela devida consideração da relação entre produção e consumo da cultura dominante, sendo crucial tanto a identificação de arquétipos do poder dominante, como a devida observação das práticas cotidianas de resistência, apropriação e transformação das culturas hegemônicas.

No Brasil, o processo de feminização do magistério passou por um momento de ebulação durante o período de um governo centralizador, identificado no recorte temporal de 1930 a 1945 e reconhecido pela História Oficial como "Era Vargas<sup>17</sup>". Nesse contexto, a tendência de analisar a história das mulheres na perspectiva da passividade é potencializada, sendo boa parte da produção da História da Educação dedicada ao período voltada para a descrição de macroestruturas que colocam em evidência a figura do chefe de Estado. A produção tradicional inclui trabalhos que abordam a consolidação das mulheres enquanto trabalhadoras escolares a partir de questões relacionadas com ações do Estado, composto basicamente por homens; o contexto econômico; correntes de pensamento pedagógico; a questão legal/institucional que caracteriza o discurso oficial; informações censitárias, dentre outras questões de ordem macrossocial. Tal narrativa sugere uma "massa" de mulheres inerte à espera de direcionamento, moldando-se ao gosto de uma cultura dominante segundo a articulação e interesses de terceiros, especialmente governantes. Ademais, ao desconsiderar os embates, negociações e personagens de diferentes grupos sociais, a narrativa histórica tradicional colabora para "suavizar" o caráter repressivo do primeiro governo de Getúlio Vargas, que instituiu medidas para promover o cerceamento de liberdades civis e silenciamento de vozes opositoras. Deste modo, marcos importantes para a história das brasileiras, como o sufrágio feminino em 1932<sup>18</sup>, são interpretados como indícios da característica modernizadora do regime e/ou como ações de

<sup>17</sup> O primeiro governo de Getúlio Vargas também é abordado na historiografia em três momentos: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo. A caracterização de cada etapa será discutida no CAPÍTULO 3 – Um tênuo equilíbrio.

<sup>18</sup> A pesquisa de Monica Karawejczyk (2013) aborda em profundidade o desenvolvimento da pauta sufragista no país e foi fonte referencial importante deste trabalho.

benevolência estatal. A História Oficial colabora para a perpetuação do “silêncio” das mulheres na história brasileira, seja pela narrativa da passividade ou pela ausência dessas personagens, sugerindo uma atuação irrelevante ou accidental nos acontecimentos.

Entretanto, mesmo tomando como referência leituras da perspectiva contraculturalista, a princípio apresentamos uma proposta de pesquisa fixada em marcos da História Oficial. A versão do texto submetida para exame de qualificação contava com o título “As mulheres e a construção do gênero da docência brasileira (1930 – 1945)”, um erro clássico do vício macrohistórico identificado a partir das considerações da banca examinadora. Afinal, a pesquisa que propomos não pode se pautar no período identificado pelo primeiro governo de Getúlio Vargas, como previsto na elaboração do problema: “Qual e como se deu a participação das mulheres como trabalhadoras da educação no recorte temporal de 1929 a 1935?”. Quando consideramos a datação e origem das duas fontes documentais apresentadas para a banca, a disfunção do recorte temporal inicial sobressai: a) arquivo com 19 páginas, contém o estatuto da FBPF republicado em 1929, divulgado no limiar do governo varguista e como anexos estão decisões judiciais referentes a concessão do título eleitoral para “Dona Francisca de Gaya”, conjunto de documentos que apresenta indícios sobre a abrangência da pauta pela educação feminina e a condição das mulheres naquele momento; b) *dossiê* com 448 páginas de recortes de periódicos impressos publicados entre 1929 e 1930, apresenta a compilação de temas relacionados com o movimento feminista na passagem entre importantes décadas para a História das Mulheres.

A partir do entendimento dos acontecimentos como uma questão de geografia e velocidade, Deleuze e Guattari (1996) tecem uma reflexão sobre a infinidade de possibilidades para interpretação de eventos. Os autores descrevem um “muro branco” imagético dominante que representa o homem, caucasiano, heterossexual e adulto como início, meio e fim de tudo. Nessa metáfora, o movimento de existências divergentes ao arquétipo dominante, como as mulheres, é identificado por seu “devir” e transpassa pelo muro resultando em infinitas singularidades representadas por buracos negros. Assim, o devir de sujeitos em trajetória de fuga se desencadeia com uma dinâmica e tempo próprio, paralelamente à macroestrutura de poder. Em uma crítica à leitura dos eventos na perspectiva estruturalista os autores ponderam: “Devir minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa. É o contrário da macropolítica, e até da História, onde se trata de saber sobretudo como se vai conquistar ou obter uma maioria.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.78). Deste modo, compreendemos que a história das professoras apresentada não se trata de um projeto de dominação, mas sim da experiência de mulheres em linhas de fuga, ocupando espaços em um

eterno “devir” buscavam a transposição dos limites impostos à sua existência, chocaram-se com o muro e os “buracos” deixados consistem nos indícios que orientam nossa reflexão. Assim, observamos o potencial historiográfico de marcos próprios da cultura feminina identificados a partir dos documentos de um acervo produzido por mulheres, bem como o acompanhamento do desenrolar da vida das professoras em seu próprio tempo, interesses e relações.

Enfim, uma versão da História da Educação segundo a perspectiva das trabalhadoras escolares viabilizada pela robustez de documentos encontrados em uma coleção do Arquivo Nacional. Nesse aspecto, apesar do apagamento contumaz na macro-história, observamos que as mulheres seguiram se organizando e resistindo como parte atuante do processo civilizatório.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. (PERROT, 2017, p. 393).

Além de sinalizar um período diferente do almejado a priori, os documentos selecionados como fonte de pesquisa não tinham a autoria das principais personagens que buscávamos: as professoras. As trabalhadoras escolares começaram a emergir com fontes próprias durante o processo de estudo do acervo e da associação que nomeia a coleção. Durante o levantamento de informações sobre a atuação da associação de mulheres que nomeia o fundo com o qual trabalhamos surgiu o nome da professora baiana Leolinda Figueiredo Daltro, como precursora feminista e primeira líder de uma agremiação exclusivamente feminina no Brasil, o Partido Republicano Feminino, fundado em 1911. Por sua vez, a contextualização macrossocial sobre as discussões para a educação nas décadas de 1920 e 1930 traz o evidente destaque da filosofia educacional da Escola Nova e em observação do emblemático Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, identificamos o nome de Armando Álvaro Alberto, signatária do documento monumento. Enfim, para tratar a questão do sufrágio feminino, pauta de fundamental importância na ação da FBPF e na História das Mulheres, encontramos a emblemática professora Antonieta de Barros, primeira mulher negra eleita no Brasil como deputada estadual em Santa Catarina.

Em uma inversão do movimento inicial de exploração do fundo, passamos a utilizar como “filtro” o nome das três professoras em uma verificação de possíveis fontes destas mulheres que poderiam estar arquivadas na coleção. Como resultado do movimento exitoso, identificamos fontes documentais produzidas pelas três professoras, arquivadas no Fundo

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e disponíveis para consulta virtual. Deste modo, adicionamos como documentos para análise a propaganda eleitoral de Leolinda Figueiro Daltro para deputada constituinte pelo Rio de Janeiro no pleito de 1933; três correspondências escritas por Armando Álvaro Alberto em 1921, 1924 e 1925 e endereçadas à presidente da federação e amiga, Bertha Lutz; por fim, três correspondências escritas por Antonieta de Barros em 1933, 1935 e 1936, também endereçadas para a Bertha Lutz. A partir desse ponto, a presença constante e imponente de uma das lideranças feministas mais conhecidas do Brasil tornou-se outra questão a ser evitada na condução de uma pesquisa voltada para a história das professoras. Ainda que a composição de boa parte de nossas fontes consista em cartas endereçadas para a presidente da FBPF, o foco de nossa análise é direcionado para a história das remetentes.

A acomodação entre o objetivo, temática, instituições e personagens da pesquisa com que lidamos anuncia-se no novo título “Professoras e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: aproximações, associações e distanciamentos pela educação (1921 – 1936)”. Enfim, com as devidas adaptações seguimos com a problemática: Qual e como se deu a participação das mulheres como trabalhadoras da educação no recorte temporal de 1921 a 1936? Ao longo das décadas de 1920 e 1930, em dissonância com estudos produzidos segundo a ótica macrohistórica, levantamos como hipótese que o avanço na formação feminina e aumento da atuação das trabalhadoras escolares foi ponto fundamental na luta das mulheres por seus direitos, sendo urgente que os créditos dessa conquista sejam endereçados às principais interessadas. Nesse aspecto, buscamos evidenciar as professoras enquanto participantes ativas do processo de feminização do magistério, a princípio no que se compreendia como educação primária e posteriormente para toda a estrutura da educação institucionalizada.

Uma vez consolidada a tendência de a mulher se dedicar ao magistério primário, o ingresso maciço das mulheres no ensino superior, a partir de então [as autoras se referem a década de 1930], contribuiria para consolidar também o magistério secundário como ocupação feminina, pois a grande maioria das que ingressaram nas universidades dirigem-se para cursos que preparam para a docência naquele nível. (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p.6).

A trama da histórica que focalizamos situa-se entre 1921 e 1936, sendo parte desse período correspondente com o primeiro governo varguista, que apresenta seus marcos como pano de fundo. Deste modo, não tratamos de questões como as reformas educacionais promovidas a partir da instituição do Ministério da Educação e Saúde Pública fundado em 1930; a expansão das Escolas Mistas e grupos escolares; as reformas educacionais de 1931 e 1934, identificadas na historiografia pelos nomes dos respectivos ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema; a estruturação de cursos de formação docente em nível superior na

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, incluindo a abertura do primeiro curso de pedagogia em 1939 e referendada na literatura tradicional como gentileza ou inovação de um governo totalitário; dentre outros acontecimentos destacados pela História Oficial. Também não nos dedicamos a exaltar o protagonismo exercido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e sua presidente na causa sufragista, visto que, esse movimento encontra-se bem delineado por pesquisadoras como June Hahner (1982), Céli Regina Pinto (2003) e Mônica Karawejczyk (2013).

Afinal, há uma História das Professoras no Brasil a emergir dissonante da narrativa hegemônica que não problematiza suficientemente o papel exercido por elas para a transformação e avanço na mobilidade feminina, especialmente no trabalho nos primeiros anos da educação escolar até os centros universitários.

[...] a transição do perfil educacional da população feminina que, em um curto período de tempo, do início da República à década de 40, evoluiu do analfabetismo para a formação em nível superior, direcionando-se, em número cada vez maior, para as profissões científicas que, sabemos, constituíam um monopólio masculino. (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

Quando tratamos da movimentação de trabalhadoras da educação, no intervalo temporal de 1921 e 1936, existe uma multiplicidade de mulheres das quais podemos falar. Com diferentes trajetórias, idades e princípios; convivendo em um mesmo recorte histórico, elas se apresentam de maneira particular e representam individualmente um universo a ser explorado. Nesse aspecto, o caminho que vislumbramos para o rompimento de ciclos de invisibilidade de grupos heterogêneos perpassa pela devida delimitação das análises propostas. Com as necessárias ressalvas sobre os limites de nossa pesquisa, na intersecção das categorias de análise macro "mulher" e "professora" precisamos elencar as variantes que constituem os conjuntos, culturas e características abordadas. Deste modo, ponderamos que o público identificado como "professoras" nas fontes que analisamos constituía-se na maioria por mulheres brancas, com formação como normalistas e moradoras de centros urbanos, o que nos leva a considerar serem características comuns para a maior parte das trabalhadoras da educação no período.

A concentração dessas trabalhadoras nos centros urbanos é consequência da combinação de vários fatores. A escassez de escolas que ofereciam "instrução feminina" mesmo nas capitais dos estados, tanto para o ensino primário quanto para o secundário; a concentração das Escolas Normais, que viabilizavam a formação para o magistério, em regiões centrais das cidades; a adaptação da cultura do magistério para assimilar o aumento gradativo e rápido das mestras em sala de aula como parte importante do processo de industrialização compõe o cenário de

feminização de um *lócus* laboral. Assim, a trajetória de escolarização “possível” para as mulheres seguia com a formação inicial compreendida como instrução primária e tinha sequência o ensino secundário, por fim a última etapa de formação consistia nas Escolas Normais, que conferiam a possibilidade de atuação como mestras.

Até os anos 1930, o magistério era uma das poucas possibilidades profissionais atraentes para as mulheres das elites e dos setores médios da sociedade. Seduzia as jovens por proporcionar um ganho financeiro, mas também por conta do aprimoramento intelectual, acenando com as possibilidades de um maior status social e de aceitação em funções públicas e ambiente intelectualizados. (MATOS; BORELLI, 2013, p.137).

Desta maneira, nossa análise versa principalmente sobre o trabalho de mulheres em instituições escolares de centros urbanizados.

Em uma sociedade regida pelo sistema econômico capitalista, compreendemos a consolidação da feminização do magistério segundo a linha francesa de estudos feministas das Relações Sociais de Sexo, segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007). Tal vertente teórica descreve a Divisão Sexual do Trabalho como uma questão intrínseca nas relações sociais estabelecidas por uma estrutura dualista e polarizada de gênero em “[...] sociedades characteristicamente androcêntricas e patriarcais, ou seja, que localizam o homem como dominante e a imagem masculina como provedora” (COUTINHO; VANNUCHI, 2023, p. 248). Os princípios organizadores da Divisão Sexual do Trabalho consistem na “separação” e “hierarquização”, sendo possível identificar sua aplicação em diversas configurações e tempos históricos, pois: [...] as suas formas são extremamente instáveis no tempo e espaço, mas isso não afeta o fato de que há dois princípios organizadores – o princípio da separação (o trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais que o trabalho da mulher)” (KERGOAT, 2010, p. 100). Deste modo, tal configuração do trabalho nas sociedades está intimamente relacionada com a identificação da categoria “sexo social<sup>19</sup>”. A demarcação dos limites de atuação dos pólos “feminino” e “masculino” segue a lógica que naturaliza o universo das mulheres correspondente com a esfera da vida privada, sendo assim, na execução do trabalho de natureza doméstico-familiar; por sua vez, a esfera pública pertence aos homens, que executam o trabalho “profissional”.

---

<sup>19</sup> As autoras identificam o conceito de gênero como sexo social no artigo A Classe Operária tem dois Sexos, publicado em 1964: o conceito de gênero (ou sexo social) é de origem bem mais recente que o de classe social (Hirata; Kergoat, 1994).

A reflexão sobre as Relações Sociais de Sexo encontra profundas correspondências nos estudos que abordam a feminização do magistério. Quando tratamos do processo histórico de ingresso e massificação das mulheres no trabalho escolar observamos a constituição de um arcabouço discursivo, bem como a alteração das formas de execução do magistério em uma adaptação axiológica da cultura dominante patriarcal. Ao longo dos anos o magistério passa a ser considerado uma extensão da vida privada ganhando contornos como: uma “saída aceitável” para mulheres que não conseguiram constituir família; a docência, especialmente para crianças pequenas, é tratada como uma atividade “natural” das mulheres em obvia alusão à maternidade; a remuneração inferior se comparada a outras atividades profissionais é justificada pelo discurso de uma atividade “complementar” do orçamento familiar e das demandas da vida privada, que permaneceram concebidas como responsabilidade das mulheres.

Dizia-se, ainda, que o magistério era próprio para mulheres porque era um trabalho de “um só turno”, o que permitia que elas atendessem suas “obrigações domésticas” no outro período. tal característica se constituiria em mais um argumento para justificar o salário reduzido supostamente, um salário complementar. Com certeza não se considerava as situações em que o salário das mulheres era fonte de renda indispensável para a manutenção das despesas domésticas (LOURO, 2004, p. 453).

Por sua vez, Jane de Almeida (2014) observa que historicamente o magistério sempre foi um trabalho desvalorizado, mesmo quando exercido majoritariamente por homens. Entretanto, quando nos atentamos para a aplicação dos princípios da Divisão Sexual do Trabalho, verificamos que ainda que o magistério nunca tenha sido satisfatório do ponto de vista da remuneração, as formas com que mulheres e homens vivenciam o trabalho docente são diferentes, posto que:

Não há uma classe trabalhadora abstrata e homogênea, há trabalhadores(as) reais, heterogêneos(as), e suas diferenças têm sido ao longo do tempo pretexto e justificativa para construir desigualdades, intensificar a exploração do trabalho, e ampliar o controle sobre os (as) trabalhadores (as) (VANNUCHI, 2020, p. 1461).

No século XIX, os homens que atuavam no magistério contavam com uma posição de prestígio na sociedade como “mestres” de uma casta social elitizada, concentrada nas pouquíssimas instituições de ensino existentes e dedicadas à formação dos futuros comandantes do país. Os “professores” tinham suas figuras colocadas em evidência, sendo assim, contavam com maiores chances de projeção para outras colocações, especialmente na política, o que tornava sua atuação no magistério o início de uma jornada de pretensões maiores. Em contrapartida, a tomada do magistério primário pelas mulheres, consolidada no início do século

XX, correspondia ao limite de sua atuação na esfera pública, muitas das vezes, condicionada às possibilidades de formação. Para o Estado, a abertura e rápida tomada do magistério por mulheres foi uma saída para promover a formação da população em larga escala diante da demanda de mão de obra qualificada, sendo que, alguns trabalhos apresentam críticas sobre os limites de tal formação, que consistia nas primeiras etapas da alfabetização. Deste modo, observamos a densidade de implicações que envolvem o processo de feminização do magistério abordado em estudos que estão longe do esgotamento, sendo teoria das Relações Sociais de Sexo uma interessante abordagem para subsidiar tal reflexão.

Ainda, é preciso destacar que a viabilização desta pesquisa consiste em uma variação do fazer historiográfico a partir de recursos tecnológicos. Apesar de debruçarmo-nos em documentos institucionais, correspondências e recortes de jornais impressos produzidos em décadas anteriores, tal movimento difere da usual pesquisa baseada em documentos físicos. “Trata-se de um trabalho árduo, de uma senda estranha e solitária trilhada em meio a sacos de lixo, cubículos escuros e sem ventilação, páginas e mais páginas recortadas, rabiscadas ou destruídas pelos cupins, ratos, venenos e afins.” (CAMPOS, 2007, p.12). Ao destacar como principal “fonte” de pesquisa documentos de um acervo acomodado e disponibilizado para consulta em uma plataforma virtual, não experienciamos a dificuldade e desconforto do garimpo de fontes táteis. Entre os desafios enfrentados na análise das fontes digitalizadas está o esforço de leitura de letras pequenas ou borradadas, sendo constante o aviso à margem de “texto deteriorado e/ou encadernação defeituosa”; além do estranhamento de palavras escritas segundo uma gramática antiga da língua portuguesa, considerando o tempo histórico dos documentos.

O tratamento das informações levantadas em plataformas virtuais apresenta uma série de desafios característicos de um fazer historiográfico amparado por recursos tecnológicos. No percurso metodológico desse tipo de pesquisa também lidamos com a necessidade de aprender sobre os repositórios que guardam os arquivos, a plataforma virtual SIAN, suas possibilidades de busca e recursos para navegação, sendo esta uma etapa fundamental para garantir a seleção do “corpus documental” da pesquisa. A necessária revisitação das fontes para análise, bem como a importante transparência ao indicar a “rota” para encontrar os documentos é uma questão fundamental do rigor característico da produção acadêmica. Quando tratamos de acervos institucionais digitalizados lidamos com uma quantidade grande de informações acessíveis, sendo a seleção de arquivos uma etapa de grande importância. Nesse aspecto, a definição de “palavras-chave”, a aplicação de “filtros”, o contato telefônico ou por correio

eletrônico com profissionais que trabalham nas instituições para sanar dúvidas, bem como a revisitação constante afim de familiarização com a plataforma são medidas de grande valia.

No meio acadêmico, a discussão sobre os caminhos metodológicos diante das mudanças do fazer historiográfico ocasionadas pela utilização e assimilação de recursos tecnológicos está em voga. Encontramos um bom exemplo da emergência do tema em um extenso debate entre grandes referências do campo de pesquisa historiográfico, como a professora doutora Diana Gonçalves Vidal, o professor doutor Elias Thomé Saliba e a professora doutora Anita Luckesi, no seminário “História Digital e História Digital da Educação: Caminhos Cruzados”, promovido 18 de outubro de 2023, pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e disponibilizado para apreciação posterior na plataforma do YouTube<sup>20</sup>. O debate é ilustrativo da relevância da temática, sendo a própria discussão realizada em formato híbrido, posto que, uma das debatedoras não estava presencialmente no auditório. Entre as considerações apresentadas, o reconhecimento de que as ferramentas tecnológicas estão promovendo uma transformação nas pesquisas historiográficas é comum, sendo que, tal constatação torna imprescindível o devido apontamento do que foi apropriado e como foi utilizado. Ainda assim, um ponto destacado no debate consiste na segurança de que recursos tecnológicos não substituem a competência caracteristicamente humana necessária para a autocritica a respeito da qualidade, aprofundamento e limitações das reflexões constituídas. Nesse aspecto, para a análise dos documentos que selecionamos, além de informações sobre as fontes, buscamos apresentar da forma mais detalhada possível as reflexões que nos levaram a observar com maior propriedade determinadas questões focalizadas ao longo do texto.

Na PARTE I da pesquisa apresentamos a contextualização da história das professoras focalizada, com a análise das primeiras fontes selecionadas no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. No “Capítulo 1” tratamos da fonte e da associação responsável pelo arquivamento e produção dos documentos que encontramos. Na condução da análise do arquivo com o Estatuto da Federação de 1929 e seus anexos desenvolvemos uma reflexão sobre a relação entre as pautas da educação das mulheres e o sufrágio, visto que, constituem questões intrinsecamente relacionadas no período. Com o “Capítulo 2” abordamos os arquivos identificados como *dossiês* sobre o feminismo entre 1929 e 1932, compostos por uma imensa quantidade de recortes de periódicos impressos, organizados por data e com circulação em diferentes cidades do Brasil, sendo assim, consistem uma das fontes mais complexas e

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.iea.usp.br/midiateca/video/videos-2023/historia-digital-e-historia-digital-da-educacao-caminhos-cruzados-18-10-2023>. Acesso em 15 de out. de 2024.

volumosas com as quais lidamos, bem como viabilizam a reflexão sobre a trajetória do movimento feminista no país, especialmente no início da década de 1930.

Enfim, no “Capítulo 3” tratamos da contextualização de ordem macrohistórica baseada em pesquisas dedicadas à identificação dos centros de poder constituídos enquanto grupos dominantes. Com as devidas ressalvas, dedicamos parte da pesquisa para a contextualização histórica e social da educação brasileira a partir da legislação, fontes governistas e bibliografia complementar. Assim, desenvolvemos uma reflexão sobre o período histórico e as ideologias que balizaram a política educacional do regime que se instaurou no Brasil a partir de outubro de 1930. Também tratamos dos grupos dominantes com os quais as professoras se relacionaram, bem como se identificaram ao longo do período. A reflexão é fundamental para compreendemos a relação entre tais grupos e coletividades representadas por professoras, sendo a identificação e estudo dessas personagens possibilitada pela combinação das fontes que encontramos no Fundo Federação pelo Progresso Feminino e produções de natureza biográfica e autobiográfica.

Na PARTE II direcionamos nossa análise histórica para as trajetórias de três professoras icônicas e seus vestígios biográficos: documentos inéditos ou pouco explorados que sem encontram no Fundo FBPF. Para abrir tal sequência, no “Capítulo 4”, tratamos da professora precursora feminista Leolinda Figueiredo Daltro. Nessa análise tecemos considerações sobre a arquivamento no Fundo da FBPF do “santinho” de propaganda eleitoral da professora Daltro para deputada constituinte pelo Rio de Janeiro, no pleito de 1934. Para refletir sobre a projeção que a migrante baiana conquistou na capital federal consideramos a força de um legado constituído em anos de militância como indigenista e feminista. Ao abordar essa biografia apresentamos questões substanciais sobre a configuração da população brasileira. Guiada por ideal patriótico elaborado ainda no século XIX, a combativa Leolinda Figueiredo Daltro se tornou conhecida na capital federal do Rio de Janeiro, sendo reconhecida por importantes agentes dos centros de poder instituídos.

No “Capítulo 5” tratamos de Armando Álvaro Alberto, uma professora intelectual. Entre 1921 e 1936, a jovem educadora inicia um projeto de escola pública, mantida pela iniciativa privada e orientada pela pedagogia moderna, na remota região identificada pela Estação Ferroviária de Meriti, hoje correspondente a um bairro da cidade de Duque de Caxias (RJ). As cartas escritas por Armando para a amiga Bertha encontradas no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino são indícios da rede de contatos constituída em uma longa trajetória de ativismo pela educação na capital federal carioca e suas intermediações, tendo como desdobramento a participação em marcos da História da Educação brasileira, a exemplo do emblemático documento Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Em uma

produção intelectual marcada pela prática como professora, abordamos a elaboração do conceito de “Ensino Regionalizado” segundo o pensamento de Armando.

Enfim, o “Capítulo 6” é dedicado à professora e deputada Antonieta de Barros. O contexto dessa trajetória localiza-se na região Sul do Brasil, que elegeu a primeira mulher negra como deputada estadual no pleito de 1934. Em vida, a professora atualmente alçada ao posto de heroína da pátria, não se apresentou em nenhum momento como representante feminista, entretanto manteve contato com lideranças do movimento em troca de correspondências arquivadas no Fundo FBPF. A trajetória dessa educadora acumula a atuação inédita para sua família e para as mulheres pretas em diversos espaços de poder: foi a fundadora de um curso particular reconhecido na ilha capital florianopolitana; normalista e diretora em importantes instituições de ensino; escritora de crônicas críticas sobre a vida social e política local e nacional e deputada estadual eleita em dois mandatos. A imponência dos marcos alcançados por Antonieta de Barros torna substancial a devida contextualização e sensibilidade para compreender sua atuação e motivações durante o recorte temporal apresentado.

## **CAPÍTULO 1 – O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional**

Em 2018, o Arquivo Nacional iniciou o processo de digitalização do acervo referente ao Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Atualmente, o referido conjunto de documentos encontra-se disponível para apreciação e pesquisa por meio de plataforma SIAN. Por meio de consultas virtuais às fontes digitalizadas do referido acervo é possível subsidiar pesquisas que já não dependem de visitas presenciais na sede do Arquivo Nacional, localizada na Praça da República na cidade do Rio de Janeiro (RJ). A relevância do fundo atesta-se pelo compartilhamento dos documentos com outras instituições de estado, como: o Arquivo Histórico do Itamarati, o Centro de Documentação e Informação da Câmara dos deputados e o Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas. Assim, tratamos de um contundente acervo produzido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que aglutina uma série de documentos sobre o movimento feminista do país e a história da militância de brasileiras pelos seus direitos civis.

A partir da análise das informações catalográficas da plataforma virtual observamos que o Fundo FBPF contém três seções de arquivos. A seção “Bertha Lutz” conta com documentos,

cartas, fotografias trocadas pela ilustre fundadora e presidente da associação até a década de 1940; já a seção “Administração” contém documentos iconográficos e textuais como estatutos, correspondências institucionais, programas de trabalho e ofícios referentes as atividades da federação; por fim, a seção “Produção Intelectual de terceiros” apresenta textos, teses, discursos, artigos, dentre outros documentos que caracterizam planos e ações da associação feminina.

Quanto a temporalidade do acervo, verificamos documentos correspondentes a três períodos que sinalizam a trajetória da Federação ao longo de sua existência. De 1919 a 1922, encontramos os primeiros anos da entidade coletiva Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, fundada por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura. A partir 1922 a documentação refere-se à Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino, mesma associação renomeada após a participação de Bertha na Conferência Pan-Americana de Mulheres realizada na cidade de Baltimore, em abril do mesmo ano. Por fim, com maior período de produção identificamos a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com documentos entre 1924 e 1986. Deste modo, acompanhamos as mudanças no nome da associação feminina ao longo de sua existência, bem como o destaque à figura de Bertha Maria Júlia Lutz, que conta com uma parte do acervo na categoria “pessoa”, onde encontram-se documentos correspondentes ao seu período de vida, de 1894 a 1976.

Com atualização constante no SIAN, a última em 10 de agosto de 2022, a coleção acumula uma história arquivística interessante. A organização dos documentos no Arquivo Nacional contou com financiamento de programas internacionais como o Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos (Projeto ADAI) do Ministério da Cultura da Espanha durante os anos de 2005 e 2006; em 2018 teve a inscrição pelo Registro Nacional do Brasil no Programa Memória do Mundo<sup>21</sup> promovido pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. O início da coleção foi desencadeado pela doação de parte do acervo para o Arquivo Nacional em 1976, ano da morte da fundadora Bertha Lutz, pela então presidente da FBPF Maria Sabina Albuquerque, devidamente referendada na área de “identificação”. Posteriormente, o Arquivo Nacional recebeu remessas de outras integrantes da associação: por parte da presidente Ilka Duque Estrada Bastos em 1985; e com a extinção da associação em 1986, somam-se ao acervo as doações das integrantes Renéé Lamounier e Aída Mendonça de Souza. Em 2006, ainda seria incluído um passaporte de Bertha doado por Maria

---

<sup>21</sup> O Programa Memória do Mundo da Unesco realiza iniciativas de difusão e educação patrimonial para chamar a atenção para a importância do patrimônio documental da humanidade. Fonte: <http://mow.arquivonacional.gov.br>. Acesso em 7 nov. 2022.

Luiza de Carvalho Mesquita. Nesse ponto, observamos a mobilização de brasileiras em busca da preservação de registros documentais sobre a História das Mulheres com a doação para uma instituição do Estado, configurando um movimento de resistência ao seu apagamento no sentido contrário ao que normalmente acontece com os registros históricos produzidos por mulheres, como destacado Michelle Perrot (2019):

[...] As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória, uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra (PERROT; 2019, p.17).

A consulta e navegação pela plataforma virtual permite o acesso a documentos do gênero iconográfico e sonoro. As produções textuais que compõe o fundo disponibilizadas para consulta pelo SIAN, como cartas, atas, ofícios e periódicos são imagens digitalizadas, o que torna importante a transcrição dos textos selecionados para facilitar nossa análise, bem como novas pesquisas. Ainda que sejam reproduções de documentos físicos, enquanto um reflexo do tempo histórico da pesquisa, a classificação das fontes primárias com as quais lidamos consiste em “fontes digitais”, em correspondência com o “fim do reinado do papel”, como apontado Fabio Almeida (2011). A plataforma virtual ainda permite a aplicação de filtros para o levantamento mais aprimorado de documentos, como o período de produção; também é possível ordenar a pesquisa escolhendo uma das categorias: relevância, cronológica, título e código de referência. Por fim, encontramos a ferramenta de agrupamento das buscas a partir de níveis individuais: 1 – Fundo/Coleção; 2 - Seção/Subseção; 3 - Série/Subsérie; 4 - Dossiê; 5 – Item; e dois níveis combinados: 1 a 3.5 - Fundo/Subsérie; e 4 e 5 - Dossiê/Item.

O levantamento de pesquisas que tomam o fundo como fonte indica uma produção crescente, especialmente sobre a história das mulheres com diferentes enfoques. Deste modo, identificamos o texto “A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil”, publicado nos anais do “Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2009, com autoria de um grupo<sup>22</sup> de seis pesquisadoras(es) e servidoras(es) do Arquivo Nacional, que participaram da organização de parte dos documentos físicos do fundo, o trabalho aponta: “(...) as observações

---

<sup>22</sup> Rodrigo Cavaliere Mourelle, Aline Camargo Torres, Beatriz Moreira Monteiro, Carolina de Oliveira, Leonardo Augusto Silva Fontes e Sergio Miranda de Lima.

aqui apresentadas se constituem em uma visão, dentre outras possíveis, da atuação da entidade. Acredita-se que seu arquivo possa servir de fonte para variadas pesquisas, renovando a abordagem a respeito do movimento feminista e da história das mulheres no país.” (MOURELLE et. al., 2009, p. 7). A previsão da equipe do Arquivo Nacional apresenta-se como uma realidade crescente, visto que, o fundo permanece alimentando pesquisas no meio acadêmico.

Em palestra proferida na AnpuhMT<sup>23</sup>, em 18 de outubro de 2022, a Prof.a Dr.a Nailda Marinho Costa, docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO - falou sobre as pesquisas que desenvolve com seu grupo de estudos a partir da análise de documentos do fundo. Tal produção tem se constituído com especial atenção aos temas: a história arquivística do acervo; os eventos promovidos pela FBPF; o associativismo feminino e a atuação das integrantes da federação para garantir o direito das mulheres ao ensino superior (BONATO, 2011) (COSTA; DIEGUEZ, 2021) (COSTA, 2023). A Prof.a Dr.a Palloma Rezende Oliveira, também docente da UNIRIO, utiliza documentos do fundo como fonte de análise para investigar a História de Professoras no Colégio Pedro II, sendo assim, desenvolve pesquisas sobre a trajetória das professoras no ensino secundário brasileiro (OLIVEIRA; COSTA, 2020) (OLIVEIRA; COSTA, 2021). A tese "As filhas de Eva querem votar", de Mônica Karawejczyk (2013) utiliza as correspondências de Bertha Lutz para escrever sobre o sufrágio feminino no Brasil e apresenta uma história do período que identifica como os primórdios da reivindicação até a conquista do direito ao voto para brasileiras, no recorte temporal de 1850 a 1932.

Por sua vez, abordando outro período histórico, documentos do fundo foram analisados no artigo “O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”<sup>24</sup>, publicado em 2020 na Revista do Arquivo Nacional, a partir da colaboração de Viviane Gouveia, servidora do Arquivo Nacional e Carolina Calixto, doutora em história pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Nesse trabalho acompanhamos uma reflexão sobre a atuação da FBPF durante a ditadura civil-militar deflagrada no país em 1964 (CALIXTO; GOUVEIA, 2020).

Também identificamos estudos que destoam do eixo temático “voto, educação e trabalho”. É o caso da dissertação de Herculano Pires (2016) que aborda a relação de mulheres com a moda, por meio da análise de arquivos iconográficos do fundo, focalizando o vestuário

---

<sup>23</sup> XI Encontro estadual 2022 (In)dependências, Fronteiras e Modernidades: memórias e comemorações. Informações sobre o evento: <https://cba.ifmt.edu.br/conteudo/noticia/xi-encontro-estadual-dependencias-fronteiras-e-modernidades-memorias-e-comemoracoes-sera-em-outubro/> . Acesso em 20 out. 2022.

<sup>24</sup>

de integrantes da FBPF, visto que, a associação contou com ampla participação de mulheres oriundas da elite financeira na capital.

Através desse trabalho, tentamos delimitar a importância das roupas e da moda na conquista desses espaços [o autor se refere ao debate público e instituições políticas]. Em uma recém reformada capital, agora moderna e civilizada, que necessitava de uma identidade para a burguesia e para o movimento feminista.

Podemos dizer que a Federação Brasileira e suas roupas corroboraram para a formação das identidades feministas e para a inserção e conquistas dessas mulheres nos espaços políticos. (PIRES, 2016, p. 98).

Deste modo, observamos a potência do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino como fonte historiográfica, especialmente no âmbito de produção da História das Mulheres. Entretanto, constatamos a concentração de núcleos de pesquisas, que abordam documentos hospedados no fundo, no estado do Rio de Janeiro, algo previsível, pois corresponde à localização do Arquivo Nacional, o que facilita o acesso de pesquisadoras(es) aos documentos físicos, consequentemente viabiliza a divulgação do acervo na região. Nesse aspecto, com a proposta de construção de parte da História das Professoras por meio da análise de documentos do fundo colaboramos para a divulgação dessa fonte de pesquisa em outras localidades e com outros enfoques.

Além de compreender a trajetória arquivística de nossa fonte, acreditamos ser fundamental lançar o olhar analítico para a agremiação responsável pela produção do acervo. Assim, seguimos com o levantamento bibliográfico que focaliza a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, referendada na historiografia como a associação feminina mais destacada no cenário político brasileiro nas décadas de 1920 e 1930.

### **1.1 - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: encontrar, associar e multiplicar**

A partir da década de 1970, encontramos trabalhos que abordam a FBPF, especialmente em pesquisas voltadas para a História das Mulheres no Brasil. Com base em levantamento dessas leituras, produzimos uma bricolagem da produção que aborda a associação, a fim de compreender e contextualizar as pautas que protagonizaram o discurso em defesa dos direitos e interesses das mulheres no período destacado.

A historiadora estadunidense June Hahner (1978) (1982) aborda a criação da FBPF como desdobramento da comunicação entre Bertha Lutz e da liderança sufragista estadunidense Carrie Chapman Catt, que se encontraram na Conferência Pan-Americana de Mulheres realizada em Baltimore, no mês de abril de 1922. Entre as décadas de 1920 e 1930, em

correspondência com o que estudos descrevem a primeira onda do movimento feminista, desencadeada principalmente pela luta sufragista na Inglaterra, a demanda pelo direito ao voto feminino destacou-se como principal bandeira feminista também no Brasil. “Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo.” (LOURO, 1997, p. 15).

No contexto de efervescência da pauta sufragista em nações de prevalência da matriz cultural do ocidente, as brasileiras que buscavam espaço para participar do debate público começaram a se mobilizar e associar, culminando na criação de uma série de agremiações femininas. Na condução de pesquisas historiográficas recentes, a conflagração de várias agremiações de mulheres no país é identificada como “associativismo feminino” ou “associativismo de mulheres”, desencadeado a partir da década de 1920 (BUENO, 2019) (COSTA; DIEGUEZ, 2021) (COSTA 2023). Assim, a FBPF afigura como uma das muitas agremiações de mulheres fundadas no período:

[...] em 1922, Carrie Chapman Catt, uma veterana em viagens pelo mundo e em congressos internacionais, embarcou numa visita à América do Sul para encorajar o movimento pelo sufrágio igual. Sua primeira parada foi no Brasil, onde encontrou atividade encorajadora. Vários meses antes, imediatamente após o retorno de Bertha Lutz dos Estados Unidos, a Liga para a Emancipação Intellectual da Mulher transformou-se, de um pequeno grupo local, na Federação Brasileira das ligas pelo Progresso Feminino, logo denominada Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, filiada à Aliança Internacional pelo Voto Feminino. Vários dias após a criação da Federação, fundou-se a Liga Paulista pelo Progresso Feminino, posteriormente chamada Conselho Paulista de Senhoras, e em seguida a Liga Mineira pelo Progresso Feminino. Outras filiais seriam estabelecidas em outros Estados. (HAHNER, 1982, p.18).

Em convergência com a proposta de nossa pesquisa, Hahner (1982) sinaliza a elevada participação de professoras na federação. Segundo a autora, entre 1922 e 1931, o total de 170 mulheres se filiaram a FBPF, sendo que, entre as que declararam uma profissão estavam três engenheiras, uma advogada, uma farmacêutica, nove datilógrafas, dezessete professoras, dezessete funcionárias públicas, dezenove compositoras, quarenta e quatro encadernadoras. Entretanto, a História das Brasileiras escrita pela estadunidense focaliza o intercâmbio entre Carrie Catt e Bertha Lutz, não abordando outras personagens importantes desse período que compuseram o quadro da federação, como a advogada mineira Elvira Komel (1906 – 1932)<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Dirigente da FBPF em Minas Gerais, envolveu-se ativamente no "Golpe ou Revolução de 1930" em apoio à Aliança Liberal criando o Batalhão Feminino João Pessoa com o alistamento de 8.000 mulheres que não chegaram

É com a pesquisa sobre a história do feminismo brasileiro de Céli Regina Pinto (2003), que observamos a ampliação de personagens da federação para além de fundadora, com destaque para outras integrantes proeminentes. Assim, tomamos conhecimento de que apesar do número crescente de integrantes, havia um núcleo duro da FBPF, composto por mulheres oriundas das elites intelectuais e financeiras do país, que utilizavam estratégias diversas para projetar sua influência em defesa das pautas defendidas pela associação.

Todas [representantes das filiais estaduais da FBPF] também foram destacadas profissionais e, em que pese a presença de um número grande de professoras, havia entre elas um surpreendente número de advogadas e jornalistas, contando-se também uma médica (Francisca Frois, a primeira médica do Brasil), uma engenheira (Carmen Portinho) e até a primeira aviadora do país, Anésia Pinheiro Machado. A federação era composta, portanto, por um grupo bastante homogêneo, e é interessante notar que essas mulheres com tal inserção social e cultural que lutavam por direitos políticos por meio da pressão junto aos poderes constituídos, no caso, deputados e senadores. (PINTO, 2003, p.26).

Assim, averiguamos a criação de filiais da FBPF em outros estados, a fim de multiplicar e fortalecer as demandas femininas assumidas pela diretoria da federação concentrada no Rio de Janeiro. Celi Regina Pinto (2003) identificou “núcleos” da federação nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Norte, atentando que:

[...] não há dados sobre o alcance desses núcleos, mas mesmo que tenham sido muito pequenos é surpreendente que em época de comunicação tão difícil e de deslocamentos que exigiam longos períodos de tempo houvesse a proliferação das ideias dos direitos das mulheres em estados tão distantes do Rio de Janeiro, centro principal de irradiação do movimento. (PINTO, 2003, p.23).

Constatando que a projeção da FBPF pode ser ainda maior, verificamos a existência de outras filiais em pesquisas recentes, que aprofundam a análise sobre a atuação de sucursais da federação em suas regiões diante de questões culturais, geográficas, políticas e econômicas características. A atuação da Federação Mato-Grossense pelo Progresso Feminino, foi marcada pela luta de emancipação feminina em Cuiabá, a capital considerada "fim do mundo" (GOMES, 2018). Em João Pessoa, contando com o protagonismo de proeminentes educadoras, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino foi criada em 1933 (CARVALHO, 2011). A filial sergipana surgiu em 1929 e protagonizou a mobilização das integrantes na região para a fundação da revista feminina local Renovação e apoio à eleição da professora Quintina Diniz, como deputada estadual em 1934 (ANDRADE, 2021). Em 1932, fundou-se a Federação pelo

---

ao combate armado, mas atuaram em postos de apoio as tropas. Elvira, faleceu em Belo Horizonte, no ano de 1932 aos 26 anos de idade em decorrência de meningite. (PINTO, 2003).

Progresso Feminino de Alagoas, na capital Maceió, que também ostenta em seu legado a eleição de uma deputada estadual em 1934, a médica Maria José Salgado Lages, personalidade conhecida na região como Lily Lages (CHALITA, 2021). Por sua vez, a filial do Rio Grande do Norte participou ativamente da articulação que viabilizou o primeiro registro de eleitora do Brasil sem ser preciso uma incursão na área judicial, concedido em 1927 à professora Celina Guimarães Viana.

Assim, observamos que a projeção da FBPF no cenário nacional resulta da combinação de centralização de pautas, influência política em função dos contatos das dirigentes e de uma estratégia colaborativa das integrantes para expandir a rede de associadas fundando filiais em outras regiões do país. Em convergência com estudos que apontam o associativismo feminino característico do período, Mônica Karawejczyk (2013) salienta que diferente da perspectiva de protagonismo solitário, Bertha Lutz sempre contou com o apoio de outras mulheres, mesmo nos primeiros anos de existência da FBPF. O acervo do fundo da federação guarda uma série de correspondências entre a fundadora com a professora e escritora Maria Lacerda de Moura, outra liderança feminina do período. A constante comunicação entre essas personagens indica uma relação de amizade, com incentivo à militância pelos direitos civis das mulheres, bem como colaboração e acompanhamento da produção intelectual mútua, como ilustrado nas cartas de Maria Lacerda Moura arquivadas do Fundo FBPF:

Minha Bertha

Os meus mais entusiásticos cumprimentos pelo brilhante papel que representaste no exterior, enaltecedo, louvando o nome da mulher patrícia.  
Venho visitar-te em meu nome e em nome da “Federação”. [...]  
Desejamos ter notícias mais detalhadas do teu formidável trabalho. Estamos orgulhosas da nossa brilhante representante.  
Tudo que escreveres ou disseres em entrevista, - esperamos que nos envies, jornais, etc.  
Fazemos votos pela sua saúde e muita energia para continuares a trabalhar em prol dos nossos direitos e da emancipação feminina.  
Saudades e braços afetuosos.  
(Arquivo Nacional, Fundo FBPF - BR RJANRIO Q0.ADM, EVE. CNF, TXT. 1, v.3; p.138<sup>26</sup>).

A correspondência supracitada, com congratulações pelo retorno de Bertha da Conferência Feminista Pan-Americana, foi enviada em 05 de agosto de 1922. A saudação “minha Bertha” indica uma relação bastante próxima entre as personagens, do mesmo modo, verificamos outras correspondências com inícios igualmente afetuosos. O teor carinhoso indica

---

<sup>26</sup> Nessa transcrição realizamos atualizações de ordem ortográfica a fim de viabilizar melhor entendimento do trecho. A reprodução do arquivo iconográfico com o documento encontra-se no ANEXO II.

que a amizade se estendia para o núcleo familiar, pois escrita como nota em uma linha horizontal da carta, disponível na íntegra no ANEXO I, observamos a seguinte frase: “Visitas e os respeitos de meu marido”. Outro ponto de destaque do documento é a indicação do que seria a reinauguração da associação “Liga para Emancipação Intelectual da Mulher” como federação entre aspas, demonstrando o apoio e comunicação constante entre essas lideranças. A amizade entre Bertha e a professora e escritora mineira era marcada pela colaboração intelectual entre ambas e pela busca de maneiras para aumentar e solidificar a participação das mulheres no debate público. “A aproximação entre elas – no final de 1920 – parece ter sido a responsável por grande parte das diretrizes que Bertha iria tomar à frente da Liga, e seu afastamento – a partir do final de 1921 – também expôs os limites que Bertha não estava disposta a cruzar na causa feminista”. (KARAWEJCZYK, 2013, p. 256)

Encontramos maiores informações sobre Maria Lacerda de Moura no trabalho de Míriam Leite (1984). Contudo, como esperado para uma pesquisa biográfica, a autora abordou tangencialmente a participação da protagonista na FBPF, a exemplo do parágrafo:

A partir de 1921, Maria Lacerda de Moura se desinteressou da luta pelo sufrágio feminino, que reivindicava direito político de voto para a mulher. Essa conquista foi realizada por Bertha Lutz e suas companheiras da Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino, que, por um entrosamento com associações feministas americanas e negociações com os políticos brasileiros, obtiveram o direito de voto para a mulher, em 1932. (LEITE, 1984, p.22).

Nesse trecho, observamos que o afastamento de Maria Lacerda de Moura corresponde com a aproximação de Bertha e Carrie Catt apontada na pesquisa de Hahner (1981). Contudo, Míriam Leite (1984) e Mônica Karawejczyk (2013) não apontam uma questão de ordem pessoal como razão do rompimento de Maria Lacerda de Moura da FBPF, convergindo no que seria o desinteresse da professora pela causa do sufrágio feminino e maior vínculo com questões voltadas para a crítica à exploração da classe operária, bem como o envolvimento com pautas feministas mais polêmicas, como: “[...] condições da formação da família, dos mecanismos de criação do conformismo feminino e daqueles capazes de reproduzir essa condição subalterna, tanto no trabalho doméstico quanto trabalho assalariado”. (LEITE, 1984, p. 23).

De fato, Maria Lacerda de Moura teve uma trajetória bastante combativa na luta por seus ideais, chegando a assumir uma postura anticlerical em denúncia à influência da Igreja Católica para a subjugação da mulher. Apesar da formação como mestra pela Escola Normal Municipal de Barbacena (MG), dedicou-se com mais empenho na produção como escritora. Como intelectual autodidata escreveu livros autorais e traduções de obras como "Liberdade Sexual às Mulheres" do argentino Júlio Barcos, publicada em 1929; além de vários textos em

jornais e revistas. A produção como representante das classes trabalhadoras garantiu que suas obras e discursos circulassem em veículos de imprensa alinhados com pautas comunistas e anarquistas, como os jornais *A Lanterna*, *Voz do Povo*, *O Corymbo*, *O Grito Operário*; e nas revistas *A Palavra*, *Movimento Communista*, *Renascença*. (LEITE, 1984). Apesar do primeiro livro “Em torno da Educação”, publicado em 1918, condizer com a experiência como mestra, em 1919 a obra “Renovação” volta-se para temas como feminismo, sufrágio, religião e solidariedade; as produções posteriores deram continuidade à uma trajetória intelectual de críticas abrangentes e discussões emergentes, como o livro “Clero e Fascismo – horda de embrutecedores” publicado em 1934. Com a constatação de menor foco na docência ou tomada da educação como principal bandeira de luta, não retomamos a biografia dessa intelectual na PARTE II.

Por sua vez, a FBPF se empenhou em não atacar frontalmente questões de ordem religiosa para evitar o embate direto com a Igreja Católica. Como instituição representante da religião oficial do Brasil, a Igreja Católica se apresentou ativamente no debate público com a destituição da monarquia, quando passaram a fervilhar discussões e propostas de novos rumos para a nação. Nesse âmbito, atuou fortemente no campo político como vertente conservadora, a fim de garantir seu poder diante do avanço de ideais republicanos, principalmente contra a filosofia de laicidade do estado.

Após a Proclamação da República, a Igreja Católica iniciou um movimento de reação contra o novo regime, em vista de seu caráter laico e das reformas implantadas pelo governo republicano, em especial aquelas relacionadas ao campo educacional, pois havia ainda muitos prelados e clérigos saudosistas da época imperial, quando a instituição eclesiástica gozava de uma série de privilégios, por ser o catolicismo a religião oficial do país. (CARVALHO, 2006, p.1).

O discurso da igreja projetou-se também no papel que as mulheres deveriam exercer na sociedade. O empenho de “conservar” o estado das coisas, fez com que essa poderosa instituição religiosa saísse em defesa da projeção da existência feminina prioritária ao ambiente doméstico-familiar. A partir desse princípio, além do posicionamento formal segundo os dogmas da doutrina católica, o grupo religioso articulou resistência ao avanço das pautas feministas em diversas vertentes. Com a formação de associações de praticantes católicas esse centro de poder religioso mobilizou mulheres que se apresentaram no debate público em oposição à concessão de seus próprios direitos civis, como o divórcio, a exemplo da Liga das

Senhoras Católicas de São Paulo<sup>27</sup>, criada 10 de março de 1923. Nesse aspecto, a autonomia e projeção das integrantes dos grupos católicos femininos estavam acompanhadas de uma limitação própria da natureza dessas associações e seus dogmas. Entretanto, precisamos ponderar que, o envolvimento das mulheres em instituições religiosas, ainda que mergulhadas em filosofias de opressão, em muitas ocasiões viabiliza a atuação para além dos limites da esfera doméstico-familiar, o que abre novas possibilidades de emancipação e participação na vida pública: “Entre as religiões e as mulheres, as relações têm sido, sempre e em toda parte, ambivalentes e paradoxais. Isso porque as religiões são, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres”. (PERROT, 2019, p.85).

Entretanto, as pautas feministas se apresentavam com tamanha força no debate público que, mesmo instituições de poder tradicionais adaptaram seu discurso reconhecendo algumas demandas sobre os direitos civis das mulheres, ao passo que alardeava em veículos de imprensa os perigos do “mau-feminismo”. Nesse aspecto, constatamos que o sucesso da ampla mobilização associoativista feminista nas décadas de 1920 e 1930 impôs a instituições, como a Igreja Católica, a necessidade de se posicionar sobre o tema e ceder em algumas questões, como o reconhecimento da importância da educação feminina, bem como escolhendo pontos intransponíveis, como a coeducação.

Em busca de se desvincilar da oposição católica, a FBPF se esforçou para afastar o estereótipo propagado pelo discurso conservador que alertava para os perigos do “mau feminismo”. Mônica Karawejczyk (2013) aborda com maiores detalhes uma série de iniciativas por parte da federação em busca de uma solução diplomática para o entrave com a igreja, apontando que os ataques advindos do meio religioso foram respondidos com afagos públicos a célebres integrantes do clero, como D. José Pereira Alves, Bispo de Niterói. Como resultado da postura pacificadora e da articulação entre integrantes de ambas as vertentes, a federação conseguiu reverter o posicionamento da Igreja Católica de adversária para aliada.

Ademais, apesar de ser a mais bem sucedida, a FBPF não era a única associação de mulheres em defesa de seus direitos civis do período. No Brasil, a partir da década de 1920 até a deflagração do Estado Novo em 1937, havia uma contundente mobilização em torno das reivindicações das mulheres favorecendo o surgimento de agremiações centradas em diversas causas, como o direito ao voto, o acesso ao ensino superior, melhoria das condições de trabalho

---

<sup>27</sup> Sobre a instabilidade nas relações entre a Igreja Católica e a FBPF no período, Mônica Karawejczyk retoma o tema em artigo com coautoria de Tatiana Maia, trazendo maiores informações sobre o processo de reversão da oposição inicial da igreja frente a atuação da federação. Fonte: KARAWEJCZYK, Mônica; MAIA, Tatiana V. A Igreja Católica e o voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. **Coisas do Gênero**, São Leopoldo, v. 2, n.1, 2016.

para operárias, auxílio jurídico, dentre outras. Nesse contexto, o discurso católico sobre o “mau feminismo” foi elaborado em resposta à projeção que as associações femininas e líderes feministas estavam conquistando no debate público, boa parte delas com menor disposição e interesse em pleitear o apoio da Igreja Católica, a exemplo das professoras Maria Lacerda de Moura e Leolinda Figueiredo Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, de quem falaremos com mais propriedade na PARTE II.

Para garantir maior aceitabilidade entre oposicionistas que alardeavam a destruição da família pelas militantes feministas, a FBPF buscou se afastar inclusive de termos como “*sufragettes*”, priorizando a apresentação como “organização feminina”. Também fez amplo uso da perspectiva que naturaliza as mulheres na esfera doméstico-familiar para abordar temas como a importância da instrução feminina, pois mães educadas tem maior facilidade em zelar pela saúde de sua família, bem como orientar sua prole para garantir um futuro auspicioso das próximas gerações. Nesse aspecto, Mônica Karawejczyk (2013) apresenta uma reflexão sobre a imagem de “bom feminismo” vinculada à FBPF. Em outro flanco, graças a contatos oriundos do trânsito em meios intelectualizados e financeiramente abastados, as integrantes da FBPF contavam com amplo espaço para divulgação das ações da federação na mídia impressa, inclusive em periódicos de grande circulação na capital federal e em regiões distantes.

Assim, fazendo uso de variadas estratégias, a FBPF se estabeleceu como principal representante das “causas femininas” nas décadas de 1920 e 1930, justificando a acentuada quantidade de trabalhos que atribuem à federação o crédito pela conquista do voto para as mulheres no Brasil. Contudo, a educação para as mulheres sempre foi uma das prioridades da associação, não apenas pela acentuada quantidade de participantes com formação e atuação no magistério, mas porque nesse período, falar de voto era falar de educação. Para subsidiar essa discussão, seguimos com a análise do estatuto da FPBF publicado em um documento que compõe o acervo do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

## **1.2 - Educação e voto no Brasil: questão nacional e pautas do feminismo na década de 1930**

A cada dois anos vivenciamos a formação de filas em secções eleitorais aos domingos para a eleição de representantes partidários que devem assumir cargos eletivos da federação, estados e municípios na chamada “festa da democracia”. Essa dinâmica tem se perpetuado na vida das gerações recentes de brasileiras e brasileiros, como um processo bastante acessível,

em que somos convocadas(os) a participar a partir da maioridade e facultativamente a partir dos dezesseis anos, para maiores de setenta anos e sem determinação de idade para pessoas analfabetas<sup>28</sup>. Nessas ocasiões, várias medidas são planejadas previamente pela Justiça Eleitoral visando facilitar o acesso de eleitoras e eleitores, incluindo pessoas com deficiência, idosas e analfabetas. Os meios de comunicação são amplamente acionados para divulgar o “passo a passo” para o registro do voto em urnas eletrônicas, seguras e internacionalmente reconhecidas pela agilidade e assertividade na divulgação dos resultados das eleições<sup>29</sup>. A questão eleitoral no Brasil está amadurecida ao ponto de acompanhamos discussões sobre tecnologias a serem assimiladas no processo eleitoral para aumentar a segurança e a acessibilidade da população, como a identificação de eleitoras(es) por meio da leitura óptico-digital. Deste modo, afigura-se na vida cotidiana da população brasileira uma dinâmica eleitoral que em pouco tempo cristalizou-se no imaginário social ao ponto de ser encarada como algo banal.

Contudo, quando nos debruçamos em pesquisas que versam sobre as demandas feministas a partir da década de 1920 a questão do sufrágio feminino apresenta-se constante, nos trazendo a percepção de que o ritual de eleições atualmente vivenciado é um processo recente de nossa história. Há menos de cem anos, brasileiras estavam mobilizadas pleiteando o direito de votar, tendo finalmente êxito pela instituição do primeiro Código Eleitoral Brasileiro, por meio do Decreto 21.076 de 24 de fevereiro em 1932. Assim, mulheres alfabetizadas de todo o território nacional passaram a contar com a possibilidade do registro como eleitoras e lançar candidaturas pela primeira vez nas eleições gerais de 1933, marco histórico reconhecido como Assembleia Nacional Constituinte. O foco no marco legal de 1932 pode ser uma armadilha da macro-história, visto que, desconsidera questões importantes sobre as transformações sociais desencadeadas por intensas discussões sobre os rumos do país. É em busca dessa reflexão que excedemos brevemente o recorte temporal proposto e lançamos o olhar para uma passagem histórica anterior às décadas de 1920 e 1930, posto que, há uma questão indispensável para a compreensão sobre a constituição da luta pelo sufrágio na história das brasileiras.

Até a década de 1870, as primeiras feministas não priorizavam a causa sufragista, mas sempre se empenharam na luta pela educação feminina. (HAHNER, 1982). O desinteresse pelo voto não era uma particularidade das mulheres, mas da população brasileira de maneira geral,

---

<sup>28</sup> Segundo informações do Tribunal Superior eleitoral. Fonte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/faltam-16-dias-saiba-mais-sobre-voto-obrigatorio-e-voto-facultativo>. Acesso em 6 jan. 2023.

<sup>29</sup> Nas eleições de 2022, representantes de organizações internacionais acompanharam o processo eleitoral e atestaram as urnas eletrônicas como “fortaleza da democracia”, informação divulgada em matéria Associação dos Magistrados Brasileiros (Bordin, 2022). Fonte: <https://www.amb.com.br/observadores-internacionais-atestam-a-seguranca-do-processo-eleitoral-brasileiro/> Acesso em 6 de jan. 2023.

sendo compreensível que essa questão passe a afigurar no debate público com a efervescência dos ideais republicanos. “As aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República” (SOIHET, 2013, p. 218). Entretanto, nas décadas seguintes à Proclamação da República em 1889, o sistema eleitoral se constituiu com regras excludentes vetando a participação de pessoas analfabetas, estrangeiras, mulheres, mendigos, soldados e membros de ordens religiosas. Assim, segundo senso de 1920<sup>30</sup>, o Brasil chegou a um quadro de votantes entorno de 10% da população.

Nesse contexto, a pauta do sufrágio passou a ganhar cada vez mais força entre os grupos excluídos, como nas associações femininas ou entre agentes públicos que se propunham a tal representação, a exemplo de políticos envolvidos com tais grupos. Ao assumir a pauta sufragista, as mulheres envolvidas com a causa não pleiteavam apenas o direito ao voto, sendo importante refletir sobre o significado que votar adquiriu com o amadurecimento de conceitos republicanos. Tratando-se de um ambiente político imerso em discussões sobre a integração da população, a formação de uma nacionalidade brasileira e o desenvolvimento econômico do país com inspiração em experiências democráticas do eixo norte ocidental, como Inglaterra, França e Estados Unidos, o exercício do voto significava participar ativamente das decisões que definiriam as prioridades da nação.

Ademais, a exclusão de pessoas analfabetas vinculou o ato de votar a um indicador de prestígio social relacionado ao nível de instrução do eleitorado. Nesse aspecto, a priorização do sufrágio feminino desencadeou discordâncias entre lideranças feministas, a exemplo do distanciamento entre Maria Lacerda de Moura e a FBPF, uma vez que, a professora e escritora via o rumo da federação correspondente às demandas de representantes das elites financeiras e distante que questões ligadas às mulheres pobres e operárias, em sua maioria analfabetas. Essa reflexão é substancial para compreendemos como a pauta do sufrágio serviu de entrada para as associações femininas no debate público. Assim, observamos não se tratar de uma pauta única de reivindicação, mas da sinalização de uma série de possibilidades que poderiam se abrir para a participação das mulheres, dentre as quais, a demanda pela educação sempre esteve presente.

É o que verificamos ao analisar um documento selecionado como fonte de nossa pesquisa: na sessão “Administração” do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com identificação “EOR.CDI, B02 1”, encontramos 19 páginas que contêm o estatuto da FBPF republicado em 1929 e como anexos estão decisões judiciais sobre a concessão do título

---

<sup>30</sup> A população brasileira contava com mais de trinta milhões de pessoas, dos quais se excluíam do processo eleitoral mais de sete milhões de homens analfabetos, mais de quatro milhões de mulheres e mais de três milhões de estrangeiros (CARVALHO, 2003).

eleitoral para “Dona Francisca de Gaya”. Basicamente, um estatuto corresponde ao “[...] regulamento, com valor de lei ou norma, que determine sua [entidade comercial ou social] estruturação, ações, funções e objetivos<sup>31</sup>”. Além da definição conceitual, buscamos uma abordagem ampla desse documento, bem como a atenção para a crítica interna do mesmo, tomando este como um “monumento”, visto que: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p.472).

A historiadora June Hahner (1982), aponta para a produção do estatuto da FBPF em 1922 e transcreve o mesmo texto do estatuto de 1929 ao que tivemos acesso, como parte do “Relatório da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1924)”, produzido por Bertha Lutz e Katherine Bompas, publicado em 26 de fevereiro de 1923 e disponível para consulta presencial no Arquivo Nacional. Em análise comparativa, constatamos que a versão de 1929 está acrescida de dois artigos e de informações sobre a diretoria da federação. O arquivo digitalizado do fundo é de natureza iconográfica, ou seja, a imagem de um texto datilografado. Ainda, a reprodução do texto feita por Hahner (1982) não contém algumas informações, sendo assim, acreditamos ser válida a transcrição digitalizada do documento que analisamos a seguir<sup>32</sup>:

“Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”  
Os direitos políticos da mulher  
“Jurisprudencia”  
1929  
A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e seus fins  
Art. 2 – A “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, fundada em 9 de Agosto de 1922, sociedade civil, com personalidade jurídica, reconhecida de utilidade publica, destina-se a coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-se o nível da cultura e tornar-se mais eficiente a atividade social, quer na vida domestica, quer na vida publica, intelectual e política.  
Art.3 – Com este intuito trabalhara a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para os seguintes fins:  
1 – Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina.  
2 – Proteger as mães e a infância.  
3 – Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.  
4 – Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão.  
5 – Estimular o espírito da sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público.  
6 – Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos.  
7 – Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, afim de garantir a manutenção perpetua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental.

<sup>31</sup> Fonte: <https://e-diariooficial.com/estatuto-fique-por-dentro-do-assunto/>. Acesso em 7 jan. 2023.

<sup>32</sup> Algumas palavras da transcrição podem parecer estranhas, pois correspondem às regras gramaticais da época e foram reproduzidas tal qual se encontram no documento. Também é possível que a falta de pontuação na grafia de algumas palavras decorra de limitações do equipamento mecânico de suporte de escrita com o qual o texto original foi datilografado. A imagem do documento original que tivemos acesso se encontra no Anexo II.

Directoria

Presidente: Bertha Lutz.

Vice-presidentes: Jeronyma Mesquisa e Maria Amalia Bastos Miranda Jordão.

Secretarias: Maria Ester Corrêa Ramalho, Maria Amalia Faria e Amelia Sapienza.

Thesoureira: Carmen Velasco Portinho.

Conselho: Baroneza de Bomfin, Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça, Stella de Carvalho Guerra Durval, Laurinda Santos Lobo, Cassilda Martins e Maria de Carvalho Dultra.

A primeira reflexão condiz com a permanência da redação que elenca sete fins para a federação desde a criação em 1922 até a república em 1929. Seria possível estudar o documento em vários sentidos, por exemplo, no campo da linguística analisar a grafia das palavras na época; também a informação sobre as personagens que compunham a diretoria da federação em 1929, no âmbito da história da federação e História das Mulheres. Entretanto, em nossa proposta nos atemos à análise das finalidades anunciadas no Art.3, com o intuito de abordar a relação entre as pautas da educação e sufrágio feminino.

A escrita do estatuto em 1922 contou com o auxílio de Carrie Catt (HAHNER, 1982). Por sua vez, Bertha Lutz já acumulava experiência na fundação de agremiações, bem como relacionava-se com lideranças políticas e dialogava com intelectuais como Maria Lacerda de Moura. Assim, inferimos que a elaboração do estatuto foi cautelosa, sendo os temas escolhidos intencionalmente por feministas articuladas, com formação acadêmica e experientes na condução de associações de mulheres. A permanência do texto em 1929 reforça essa reflexão, visto que, os fins indicados permaneceram representando a federação ao longo dos anos, não tendo o estatuto sido reescrito, acrescido ou suprimido no que apresenta em seu Art.3.

A primeira finalidade apontada no estatuto da federação refere-se à “educação da mulher”, demanda consonante aos primórdios das reivindicações feministas no Brasil: “1 – Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina”. É importante destacar que o termo “instrução” corresponde ao grau de estudo em instituições oficiais de ensino, sendo assim, ao pleitear a elevação do nível de instrução feminina o documento converge com pesquisas que apontam as limitações para a sequência de estudos para as mulheres e reforça que, apesar de não existirem impedimentos de ordem jurídico-legal, havia dificuldades de acesso. Na prática, os desafios enfrentados pelas estudantes tornavam-se cada vez maiores conforme a etapa de instrução almejada.

[...] Além de superar as pressões e a desaprovação social, as jovens tinham que assegurar os estudos secundários, frequentemente dispendiosos, mas indispensáveis para continuar [a formação]. Nunca de fácil obtenção para os que não eram membros da elite, a educação secundária permanecia pouco acessível mesmo para mulheres de pais influentes. (HAHNER, 1982, p.71).

No caso das associadas da FBPF, boa parte teve acesso a algum grau de educação em estabelecimentos oficiais. Entretanto, os privilégios de classe das integrantes não impediram experiências de discriminação de gênero ao almejar postos de trabalho ou a entrada em cursos de ensino superior. O apoio financeiro-familiar era decisivo para a sequência de estudos das brasileiras, algumas se formavam no exterior e/ou acionavam o judiciário para garantir seus direitos civis, como Bertha Lutz em seu regresso ao Brasil após concluir o curso de Biologia na *Sourbonne*, se classificando como primeiro lugar de um concurso para o Museu Nacional só toma posse do cargo depois de conseguir um parecer jurídico favorável, afigurando na historiografia como a segunda mulher a entrar para o serviço público no país. (SOIHET, 2013).

Também foi em 1929, que da FBPF surge outra entidade feminina diretamente voltada para a demanda da educação das mulheres em nível superior: A União Universitária Feminina – UUF.

Na época, enquanto os rapazes cursavam o ensino secundário, que possibilitava o acesso aos cursos superiores, as moças que prosseguiam os estudos encaminhavam-se para as escolas normais, destinadas ao exercício do magistério elementar (além de serem vistas como uma forma de preparar as mulheres para melhor cuidarem de seus lares). As poucas, levando em conta a possibilidade de cursarem instituições de ensino superior (conquistada pelas brasileiras a partir de 1879), realizavam o curso secundário em colégios privados, em geral, religiosos. (SOIHET, 2013, p. 222).

A fundação dessa nova associação em 13 de janeiro indica que um grupo de integrantes da Federação se desprendia da causa sufragista e avançava na articulação da pauta pela educação das brasileiras em universidades. Assim, a mobilização das integrantes da UUF, a princípio composta basicamente por uma casta de senhoras diplomadas oriundas da elite financeira, “[...] a seu modo, contribuiu para o ingresso e a permanência de mulheres no ensino superior, assim como a liberdade do exercício da profissão depois de formadas, na busca do direito à cidadania negado às mulheres, entre outras pautas.” (COSTA; DIEGUEZ, 2021).

Ao pensarmos sobre avanço da instrução para mulheres, incluindo o espaço universitário, identificamos a conexão com a terceira e a quarta finalidades elencadas no documento, relacionadas à outra pauta importante naquele período: o trabalho. Ao prever em seu estatuto “3 – Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino”, as integrantes da FBPF também buscavam a comunicação com a militância operária que se constituía no período para apresentar demandas ao governo, uma vez que, o engajamento do movimento operário firmou-se no debate público ganhando previsibilidade de atuação dentro das normas instituídas pelo Ministério do Trabalho criado em 1930 (MOLINA, 1999). Já a quarta finalidade do estatuto avança no sentido de estimular a formação especializada para o trabalho: “Auxiliar as

boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão.” Nesse ponto acreditamos ser interessante refletir sobre os sentidos dos termos “trabalho” e “profissão” utilizados para anunciar os fins da federação.

A Sociologia das Profissões nos ampara na compreensão do termo “profissão” como o trabalho especializado de pessoas com um conhecimento formal, adquirido por meio de processos formativos que possibilitam a atuação em ambientes organizacionais da sociedade moderna (MACHADO, 1995). Nesse aspecto, o conceito de “profissão” utilizado pela FBPF volta-se para o trabalho especializado característico do meio urbano. Como adendo, ponderamos que as mulheres do campo sempre trabalharam, porém no período em que o estatuto da federação foi elaborado, o trabalho rural não era reconhecido como “profissional”, visto que, a ideia de profissão surge vinculada ao trabalho especializado nas cidades. O incentivo para que as mulheres atuassem em funções que demandam formação vinculava-se à demanda educacional e o estatuto aborda os temas “trabalho” e “educação” como pautas dialógicas e características de um período histórico e contexto sociocultural de urbanização. Assim, observamos que as pautas feministas se projetavam caracteristicamente nas cidades, visto que, os centros urbanos concentravam as possibilidades de formação e atuação profissional para as mulheres, bem como viabilizavam o encontro e organização delas. Não por acaso, a maior parte das associações de mulheres surgiam nas capitais dos estados, a exemplo do Rio de Janeiro, capital federal, onde foram fundadas várias agremiações, incluindo a mais bem sucedida e responsável pela produção dos documentos do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

As questões relacionadas à educação da mulher eram reforçadas nas passagens do estatuto da federação compondo um texto sucinto e coeso, que ocupa a página 2 do arquivo e não deixa dúvidas sobre a instrução feminina como pauta da FBPF. Por sua vez, o “sufrágio” ou palavras diretamente vinculadas à questão, como “voto” e “eleição”, não são identificadas nas finalidades do estatuto, mas afiguram indiretamente na sexta das sete finalidades indicadas: “6 – Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos”.

Apesar de não ser abordada propriamente no estatuto, a pauta sufragista emerge quando analisamos os anexos da republicação do documento em 1929. Na sequência das páginas encontramos três documentos que transitaram no campo jurídico, em processo referente a

concessão do título de eleitora para Dona Francisca Gaya, referendada em um dos documentos como “primeira eleitora fluminense”<sup>33</sup>.

Sentença do Juiz de direito de São João da Barra. Dr. Luiz da Silveira Piava a primeira eleitora fluminense.

[...]

Attendendo a que a requerente, mulher de maior idade, com economia própria, brasileira, aqui residente, há muitos anos, sabendo ler e escrever, tem inquestionavelmente o direito de votar e ser votada, salvo se forem postergados os seus legítimos e sagrados direitos de cidadã:

Inclua-se a requerente D. Francisca Gaya no alistamento eleitoral deste Município. São João da Barra, 20 de setembro de 1928. – O juiz de Direito, Luiz da Silveira Paiva. (Jurisprudência, 20/09/1928, Arquivo Nacional – Fundo FBPF – Seção de Administração, BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, BOL.1 - *Dossiê*, p. 8).

Os documentos foram produzidos no período de 1928 e 1929 compreendendo decisões favoráveis ao pleito de Francisca Gaya. De acordo com a sequência do arquivo, o primeiro documento na página três corresponde ao “Accordam da junta de recursos eleitoraes da secção do estado do Rio, mantendo o alistamento da primeira eleitoral fluminense”, em que acompanhamos a decisão final<sup>34</sup>, após a concessão do título ter sido questionada judicialmente por outro eleitor: “[...] O juiz deferiu-lhe o pedido em longa e fundamentada sentença, mandando inclui-la no alistamento. Desse despacho, o senhor Calos Vianna, eleitor do município, recorreu para esta junta de Recursos, pedindo a exclusão da alista, pelas razões que apresenta.” (Jurisprudência, 24/01/1929, Arquivo Nacional – Fundo FBPF – Seção de Administração, BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.CDI, BOL.1 - p. 3). Na página 8 do arquivo verificamos a primeira sentença favorável ao alistamento de Francisca Gaya emitida em 20 de setembro de 1928. A página 19, última do arquivo, traz informações sobre a gráfica que encadernou o documento como a publicação n. 10 da FBPF.

A cronologia regressiva dos documentos revela o empenho de Francisca Gaya para se alistar como eleitora em São João da Barra. Após acionar a justiça uma primeira vez para conseguir o título em 1928, ainda precisou recorrer em resposta à uma ação contrária à concessão de seu título movida por um homem. Em análise dos arquivos observamos que a alegação contra a concessão do título à uma mulher baseava-se na interpretação textual do artigo

---

<sup>33</sup> Em nossa pesquisa, verificamos que em 1919, a professora Leolinda Figueiredo Daltro também conseguiu registrar-se como eleitora na cidade do Rio de Janeiro. (ROCHA, 2021). Assim, Francisca Gaya, que registrou o título na cidade de São João da Barra, pode ter sido a “primeira” eleitora fora da capital “carioca”. A qualificação como primeira eleitora fluminense da sentença também pode estar relacionada à naturalidade dessas mulheres, visto que, apesar do título da professora Daltro ter sido registrado na capital, logo estado do Rio de Janeiro, esta era baiana e não fluminense.

<sup>34</sup> No campo jurídico o “acordam” refere-se à decisão em tribunal por junta de desembargadores, provocada em razão de questionamento sobre decisão singular de sentença em primeira instância.

7º Constituição Federal de 1891, em razão da interpretação do trecho que prevê o direito ao voto para “cidadãos maiores de vinte e um anos”. A vitória definitiva de Francisca de Gaya é constatada pela publicação do *accordam* em fevereiro de 1929.

A articulação em favor da concessão título eleitoral para mulheres pela FBPF foi bastante ampla, inclusive subsidiando e divulgando iniciativas individuais em âmbito jurídico, como neste caso. Por meio de informações de outro acervo documental digitalizado, disponível no Portal Digital Brasiliiana Fotográfica, vinculado à Biblioteca Nacional, tivemos acesso aos artigos da série “Feministas, Graças a Deus!”, composta por levantamentos biográficos de um grupo de mulheres que lutaram pela emancipação feminina, dentre elas, a advogada gaúcha Natércia da Cunha Silveira. O levantamento apresentado sobre Natércia foi elaborado pela pesquisadora e jornalista Andrea Wanderley, a partir de fontes fotográficas identificadas em “notícias de periódicos impressos”, com circulação principalmente na capital federal. A partir desse canal de informações verificamos que além de compor o quadro da FBPF, Natércia foi a advogada responsável pelo processo de Francisca Gaya, bem como conseguimos mais informações sobre a “primeira eleitora fluminense”:

Neste mesmo ano, Natércia fez a defesa do título eleitoral de Francisca de Gaya, que trabalhava como enfermeira em São João da Barra, mediante a procura que lhe fora substabelecida por Bertha Lutz (1894 – 1976), presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a quem a senhora Gaya encarregaria da defesa dos seus direitos eleitorais. (WANDERLEY, Feministas Graças a Deus, 2020).

Nesse contexto, verificamos que a concessão do título para a enfermeira Francisca Gaya foi divulgada no documento que analisamos como uma vitória da FBPF. A republicação do estatuto com anexos de pareceres favoráveis à conceção do registro eleitoral da “primeira eleitora fluminense” faz parte da estratégia de promoção da pauta sufragista e do trabalho da própria federação, visto que, atrelar o nome da FBPF às vitórias no campo jurídico era uma demonstração de força para incentivar iniciativas individuais similares, bem como uma chamada para novas associadas à federação.

A leitura dos documentos anexos também nos auxilia na compreensão dos argumentos utilizados para questionar ou justificar a exclusão das mulheres até a promulgação do Código Eleitoral de 1932. Os discursos oposicionistas baseavam-se na questão semântica para reforçar a exclusão das eleitoras, como destacamos em parte de uma sentença anexada:

Objeta-se que o vocábulo cidadãos, empregado no artigo supra é comtemplativo, apenas, do sexo masculino.

É um critério que não pode ser perfilhado por quem tenha um pouco de consciência jurídica e uma parcela mínima de responsabilidade nos destinos de nossa Pátria.

O que ali está escrito, é que os brasileiros e brasileiras, maiores de 21 anos, que o desejarem, podem ser eleitores. (Arquivo Nacional – Fundo FBPF –Seção de Administração, Jurisprudência - Código de Ref. QO.ADM, EOR.CDI, B02 1, p.4).

Antes de 1932, outras brasileiras recorreram à justiça pleiteando o direito ao voto, a exemplo dos documentos que tivemos acesso pelo SIAN. Pesquisas sobre o tema indicam que o primeiro registro de voto feminino resultante de investida jurídica no período do Brasil Império.

A Dra. Izabel de Mattos Dillon exerceu o direito de voto ainda durante o período monárquico. Era dentista e, apelando para a Lei Saraiva, que dava aos detentores de títulos científicos o direito de voto, requereu seu alistamento. Perdeu em primeira instância, mas venceu em segunda. Chegou a apresentar-se como candidatada à constituinte, embora sabendo não contar com qualquer possibilidade de vencer. (ROCHA, 2002, p. 247 apud ALVES, 1980, p.91).

No início do século XIX, também são encontrados registros de mulheres que conseguiram votar na cidade Minas Novas (MG): “Em Minas Gerais, em 1905, Alzira Vieira Ferreira Netto, Cândida Maria dos Santos e Clotilde Francisca de Oliveira, se alistaram e votaram em 1905 [sic]. Ainda em Minas, em 1916, Maria de Noronha, requereu e conquistou o direito de voto” (ROCHA, 2002, p. 249).

Apesar de encontrarmos pesquisas que atestam a participação eleitoral feminina anterior a 1932, consistem em casos de ocasiões atípicas. Devido a falta de regulamentação explícita por um código eleitoral, as mulheres seguiam excluídas dos pleitos e muitas requisições de possíveis eleitoras eram negadas no campo jurídico. Além da questão semântica, argumentos sexistas subsidiavam concepções conservadoras para sustentar a incompatibilidade do exercício do voto e a preservação moral feminina, bem como a incapacidade de discernimento das mulheres para eleger representantes no âmbito político, não raro esses argumentos eram acolhidos para indeferir a concessão de título eleitoral para elas. No mesmo ano em que Francisca Gaya conseguiu se alistar como eleitora, verificamos registro do insucesso de outra mulher em Salvador:



Imagen 1. Fonte: Série Feministas Graças a Deus, Correio da manhã, edição de 25 de janeiro de 1929. Recorte da autora.

Na notícia da edição de 25 de janeiro de 1929, do periódico Correio da Manhã, acompanhamos a divulgação do sucesso da FBPF em defesa do alistamento eleitoral de Francisca Gaya no estado do Rio de Janeiro, com representação de uma das suas associadas ilustres, a advogada de Natércia. Já no último parágrafo da mesma notícia verificamos o desfecho desfavorável em ação semelhante movida no estado da Bahia, evidenciando que a provocação do campo legal não garantia a concessão do título para as mulheres: “São Salvador, 24 (A. A.) — Tendo a senhorita Eurides Pende requerido ao juiz presidente da Junta de Alistamento a inclusão do seu nome como eleitora, o juiz, em longo despacho indeferiu o pedido” (Correio da manhã, 25 de janeiro de 1929).

Em outra articulação bem-sucedidas da FBPF, a filial do Rio Grande do Norte apoiou a eleição de Juvenal Lamartine (1874 – 1956) para governador do estado em 1928. O conhecido

político era aliado da FBPF e representante da pauta sufragista nas casas legislativas, como deputado federal e senador.

[...] um político se destacou a partir da década de 20 como aliado da FBPF. E esse não foi outro que Juvenal Lamartine de Faria, relator de pareceres favoráveis às emendas apresentadas no Parlamento em prol do alistamento feminino [...]. O nome de Juvenal aparece muitas vezes citado, tanto na imprensa da época quanto pela própria Federação, como o grande defensor do sufrágio feminino no Parlamento brasileiro. Ele foi “acionado” por Bertha em várias ocasiões, não só em busca de apoio à causa do sufrágio feminino, mas também entregando ofícios da Federação para outros políticos [...] (KARAWEJCZYK, 2013, p. 291).

Não por acaso, também se encontra no acervo do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino uma propaganda eleitoral de Lamartine para senador em 1927:



Imagen 2 – Propaganda Juvenal Lamartine para ao senado em 1927. Fonte: Arquivo Nacional - Fundo FBPF – Código de Ref. BR RJ RIO Q0, CPA. ELE.1, p. 160.

A vitória de Lamartine viabilizou a inclusão dos direitos políticos para mulheres na constituição do Rio Grande do Norte em 1928 e como desdobramento, a professora Celina

Guimarães Viana requereu e conseguiu seu alistamento em cartório eleitoral na cidade de Mossoró. Apesar de amparado na legislação do estado, os votos femininos do Rio Grande do Norte foram anulados por uma comissão de verificação do Senado, que sustentou a incompatibilidade entre a regulamentação em nível estatal e federal. O imbróglio entre o reconhecimento dos votos femininos do Rio Grande do Norte projetou-se com tamanha relevância no cenário nacional, que identificamos uma referência à esse fato histórico em parecer de um procurador geral do estado de Goiás, que compõe as páginas 10 a 18 dos anexos que analisamos:

Há, no entanto, um outro atual elemento que, a primeira vista, impressiona muito favoravelmente a tese sustentada pelos que negam a mulher o direito do voto: - a decisão do Senado excluindo o voto feminino nas eleições para um senador federal procedidas no Rio Grande do Norte. (Arquivo Nacional – Fundo FBPF –Seção de Administração, Cod. de ref. QO.ADM, EOR.CDI, B02 1, p.13).

Apesar de reconhecer a relevância de argumentações contra o sufrágio feminino, no desenvolvimento do parecer, o procurador apresenta fragilidades na decisão que suspendeu os votos de eleitoras do Rio Grande do Norte:

Pode acontecer, e muito bem, que a Câmara dos Deputados, que também é soberana no reconhecimento de poderes dos seus membros, julgue diametralmente o contrário, quando tomar conhecimento das eleições federais para deputados, do mesmo Rio Grande do Norte.

E, neste caso, teremos a anomalia do Senado não apurar os votos femininos e da Câmara os computar, apurar e lhes dar toda validade.

[...]

E, no entanto, ambos os ramos do Legislativo agiram de acordo com a lei, dentro das respectivas soberanias. (Arquivo Nacional – Fundo FBPF –Seção de Administração, QO.ADM, EOR.CDI, B02 1, p.13).

O desfecho do entrave é sabido: apesar de previsto na constituição do Rio Grande do Norte, os votos femininos que excederam a jurisdição do estado não foram considerados. Entretanto, os títulos e direitos políticos concedidos às potiguaras não foram suspensos, o que viabilizou a eleição de Alzira Soriano de Souza<sup>35</sup> como prefeita de Lages em 1929, reafirmando o estado como pioneiro na concessão de direitos políticos para mulheres no Brasil.

Os pormenores do embate entre os discursos desenvolvidos em prol e contra o sufrágio feminino são tratados na pesquisa de Mônica Karawejczyk (2013), com a análise de uma série de documentos do campo jurídico e político produzidos desde 1850 até a conquista em âmbito

<sup>35</sup> Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Mulheres na política. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/22/brasil/12.html>. Acesso em 16 jan. 2022.

nacional em 1932. Para a nossa proposta de estudo, buscamos destacar a relação entre a luta sufragista e a educação feminina, visto que, a história das professoras se entrecruza constantemente nas duas pautas, especialmente para as professoras integrantes de agremiações. Assim, observamos que o sufrágio foi adotado por associações femininas como estratégia de projeção e fortalecimento da luta pelos direitos civis das mulheres, visto que, o debate pelo sufrágio estava em ebulação nacional e internacionalmente. Como questão interna, falamos de uma sociedade em que os ideais republicanos ganhavam força em projeção a modelos de nações ocidentais industrialmente mais desenvolvidas e que já tinham uma cultura eleitoral estabelecida, como os Estados Unidos da América. No contexto internacional, o sufrágio feminino era pauta pujante que fortalecia lideranças feministas para além das fronteiras geográficas, a exemplo do intercambio entre Carrie Catt e Bertha Lutz.

No Brasil, no desenrolar das décadas de 1920 e 1930, mesmo com uma dinâmica eleitoral bastante excludente e elitista, por meio da pauta do sufrágio as associações femininas conseguiram se firmar no debate público projetando a discussão em todas as regiões do país. Apesar da maior concentração de associações na então capital federal e na região sudeste, tal debate circulou no território nacional viabilizando a formação de novas agremiações femininas, projetando nomes de lideranças feministas nacionalmente e abrindo espaço para representantes locais, como verificamos na sequência de nossa análise dos documentos do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

## **CAPÍTULO 2 - Notas sobre a imprensa e o feminismo em periódicos impressos (1929-1932)**

A historiografia brasileira tem produzido uma quantidade significativa de trabalhos que utilizam publicações impressas em periódicos como fonte, com diferentes olhares analíticos sobre essa categoria de documentos. Em âmbito dos estudos da comunicação, o fundamento das análises difunde a compreensão sobre a produção de periódicos impressos como parte da história de nossa sociedade: “A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. (MARTINS; LUCA, 2015, p.8). Nessa seara, pesquisas que selecionam a fonte “jornal” também conduzem um estudo de informações como o percurso arquivístico, meios de circulação, público consumidor, a história do periódico desde a fundação e sua difusão, dentre outras questões a serem levantadas, visto que, as publicações de impressos contam com uma estrutura multifacetada de informações, o que indica vários pontos que podem

ser explorados. Nesse aspecto, é possível orientar uma pesquisa a partir da análise de uma determinada coluna, das propagandas implícitas nos discursos, dos anúncios, cartas de leitoras e leitores publicadas, manchetes, charges e crônicas veiculadas ou de diferentes seções que apresentam informações sobre um assunto (notícias regionais, nacionais ou internacionais; esporte; política, dentre outros).

Entretanto, a fonte com que lidamos no Fundo Federal Brasileira pelo Progresso Feminino se apresenta com particularidades ainda maiores. Os álbuns selecionados são compostos por um conjunto fragmentado de periódicos que trazem notícias sobre o movimento feminista, compondo uma série de *dossiês* da Seção Administração, como parte do acervo mantido no Arquivo Nacional. As pastas trazem recortes de impressos de todo o território brasileiro, produzidos no recorte temporal de 1929 a 1932, período em que a FBPF teve grande destaque no debate público, se firmando como principal associação feminina no Brasil. Em nosso levantamento na plataforma SIAN, identificamos cinco *dossiês* organizados por ano de publicação, sendo: um arquivo com documentos de 1929 e 1930; dois arquivos referentes ao ano de 1931; um arquivo com recortes de 1931 e 1932; por fim um arquivo com notícias de 1932.

Os *dossiês* correspondem ao trabalho de biblioteconomia realizado pela equipe do Arquivo Nacional no esforço de catalogar e viabilizar a consulta do público aos documentos. O primeiro *dossié* com recortes de 1929 e 1930 apresenta maior quantidade de informações, com 448 páginas e código de referência "BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35". Por sua vez, os recortes do ano de 1931 compreendem dois *dossiês* com número de páginas menor, sendo: o álbum de código "BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR. 68" com 193 folhas e um álbum de código "BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR. 66" com 179 folhas. O próximo álbum é composto por recortes de 1931 e 1932 com 170 páginas, com identificação de código "BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR. 73". Por fim, verificamos o último álbum com 204 páginas constituídas por recortes de impressos publicados em 1932, de código BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR. 92". Deste modo, na análise inicial dos arquivos identificamos o total 990 páginas com recortes de notícias, sendo que, a composição das páginas de cada álbum pode conter mais de um recorte por folha, logo os arquivos apresentam uma grande quantidade de notícias.

Para lidar com o volume acentuado de informações voltamo-nos para características gerais da fonte, a fim de propor uma análise que corresponda ao problema que orienta nossa pesquisa. A definição de um caminho metodológico particular para lidar com os *dossiês* foi necessária, visto que, não tratamos de um periódico em específico ou mesmo um tipo de seção,

mas do compilado de recortes de impressos diversos. Nesse aspecto, tal fonte destaca a recorrência com que um tema circulou no território brasileiro por meio de impressos em um determinado período: o movimento feminista, entre 1929 e 1932. A partir dessa verificação, para a sequência da análise foi necessário selecionar “período” e “álbum”, além de definir categorias a serem destacadas nos recortes.

Não identificamos outras análises dos mesmos *dossiês* que encontramos no acervo do Arquivo Nacional. Por certo, se tratando de uma grande quantidade de recortes de vários periódicos publicados em diversas regiões do território brasileiro, é possível que parte das notícias que se encontram nos álbuns tenham subsidiado outras pesquisas como fonte. Também não identificamos outros trabalhos que abordam as razões que levaram as integrantes da FBPF a desenvolver a prática de recortar e arquivar as notícias de impressos sobre as pautas feministas a partir de 1929. Contudo, o fato de não encontrarmos *dossiês* de outras datas e com a mesma característica de composição, não exclui a possibilidade que existam mais álbuns, ainda não disponibilizados para consulta no SIAN ou mesmo que não foram encontrados durante o levantamento de fontes, sendo importante reconhecer possíveis limitações de nossa pesquisa, apesar das recorrentes visitas à plataforma virtual.

Por sua vez, para a condução da análise de fontes no campo de estudos da comunicação Marinalva Barbosa (2006) defende que a interpretação de vestígios do passado deve ser orientada por uma consciência crítica da história. Nesse sentido, a autora versa sobre o protagonismo da imprensa como parte da caracterização histórica dos meios de comunicação no Brasil pós-1930, especialmente no eixo “Rio - São Paulo”, destacando que as marcas de um contexto sociopolítico controverso podem ser verificadas também no campo midiático, sendo a imprensa influenciada pela complexidade das relações políticas resultante da coalizão de forças que assume o Estado.

Ainda que tenha havido a clara utilização dos meios de comunicação – inclusive os mais modernos, como o rádio – para atingir um público agora identificado como massa, houve também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que tenha havido encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, houve mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências. (BARBOSA, 2006, p. 220).

Como principal mídia de comunicação do período, os periódicos impressos “jornais e revistas” constituíram um importante meio de apresentação, divulgação e contestação de informações que pautaram o debate público, especialmente no meio urbano. Nesse sentido, destacamos o potencial dos *dossiês* que compõe o Fundo FBPF para a produção historiográfica, visto que, tal material consiste em um vestígio sobre o funcionamento da maior associação

feminina do período e apresenta panoramas sobre as narrativas e a dimensão de assuntos a partir do levantamento de temas que circularam na principal mídia de comunicação em vigor.

Com 448 páginas, o *dossié* de 1929 e 1930 nos chamou particular atenção diante do acentuado quantitativo de recortes. No referido álbum observamos menor quantidade de publicações de 1929, sendo as 120 primeiras páginas. Pensando no aprofundamento da análise sobre a circulação de notícias que abordam o feminismo em 1930, início de uma década bastante emblemática para a história do Brasil, nos voltamos para as 318 páginas com recortes de impressos que circularam entre os meses de janeiro e junho de 1930.

O início da análise do documento é marcado pela presença constante da logomarca “Empreza Lux”, conforme observamos na imagem a seguir:

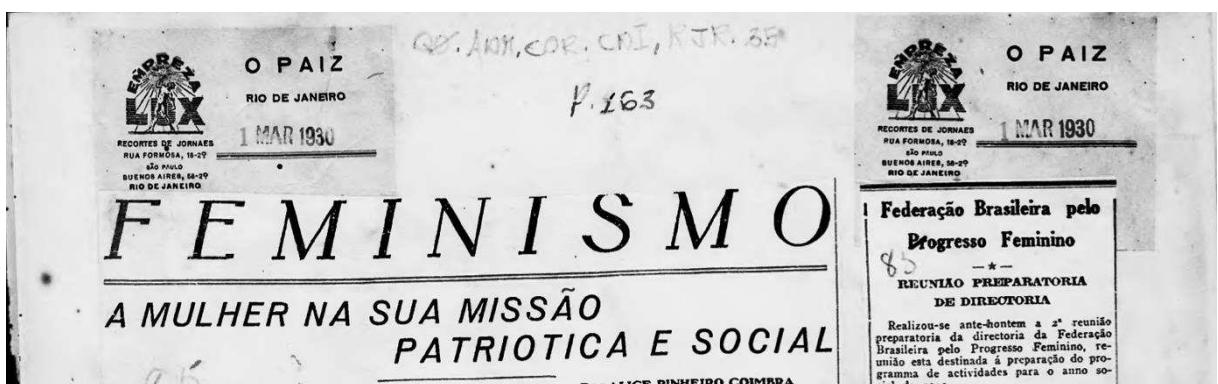


Imagen 3. Recorte página do *dossié*. Fonte: Arquivo Nacional – Fundo FBPF, Administração, Ref. BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35.

Ao lado da logomarca verificamos informações dos recortes que compõe as páginas do arquivo, com o nome do periódico, a cidade e data da publicação. Em pesquisa sobre a referida empresa, identificamos a “Lux Jornal” como uma versão modernizada e ainda atuante, que traz em seu *site* institucional a seguinte descrição: “O Lux Jornal Recortes do Rio de Janeiro, empresa pioneira de *clipping* no Brasil, desde 1928, se uniu há 10 anos com a Top Clip de São Paulo, líder em Monitoramento da Informação”<sup>36</sup>. Por sua vez, vale destacar que “*clipping*” basicamente trata-se de uma técnica de monitoramento e análise de um tema em mídias por determinado período. A combinação de informações sobre o histórico da Lux Jornal, a similaridade na logomarca e a produção de *clipping* com o material que identificamos em nossa fonte, nos indica que a empresa produziu os álbuns de recortes que compõe os *dossiês* do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

<sup>36</sup> Fonte: Luz Jornal. Disponível em: <http://luxjornal.com.br>. Acesso em 12 abr. 2024.



Imagen 4: Logo “Lux Jornal” em 2023, disponível em: <http://luxjornal.com.br>.

Imagen 5: Logo “Empreza Lux” em 1930, Arquivo Nacional – Fundo FBPF, Administração, Ref. BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35. Recortes da autora.

Nesse ponto, conseguimos afirmar que a FBPF contratou os serviços de monitoramento oferecidos pela recém-criada “Empreza Lux” para acompanhar a projeção do tema “feminismo” em jornais impressos a partir de 1929, o que situa o *dossiê* “BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35” como parte do resultado do possível primeiro levantamento recebido pela FBPF. Como um processo profissional de monitoramento, os recortes são acompanhados de cabeçalhos informativos com informações dos periódicos impressos. Entretanto, alguns recortes do *dossiê* não contém o cabeçalho “Empreza Lux”, consequentemente as demais informações. A presença de recortes “avulsos” na composição do documento indica-nos duas possibilidades: a primeira é que as integrantes da FPBF também realizavam autonomamente a coleta de recortes sobre o feminismo para compor os arquivos da federação; em segundo lugar, a inclusão desses recortes avulsos nos álbuns corresponde ao trabalho do Arquivo Nacional para organização dos documentos no formato de *dossiês*.

Para o tratamento do grande volume de informações do *dossiê* “BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35,” as categorias indicadas a priori nos cabeçalhos da “Empreza Lux” serviram como base para a observação das seguintes informações: localidade, periódico, data de publicação. A fim de aprofundar nossa análise sobre o ano de 1930, seguimos com tal levamento de informações a partir da página 120 do *dossiê*, sendo que, para organização das informações contidas nos recortes de cada página elaboramos quadros de catalogação por mês de publicação e incluímos duas categorias não destacadas pelo serviço de monitoramento: a página do recorte e o título da publicação. Ainda, nem todos os cabeçalhos dos recortes foram suficientes para a identificação das categorias indicadas, sendo assim, em alguns casos

recorremos à Hemeroteca Digital, outra plataforma virtual, mantida pela Biblioteca Nacional, que viabiliza consultas a um amplo acervo de periódicos impressos de décadas anteriores, disponibilizados como fontes virtuais a partir do processo de digitalização.

Durante o preenchimento dos quadros, ao passo que observamos títulos de notícias condizentes com a temática da educação feminina, acrescentamos destaques para uma segunda etapa de análise voltada para o conteúdo dos textos. No total foram produzidos seis quadros, que se encontram nos apêndices da pesquisa e correspondem ao primeiro semestre de 1930. Nesse processo de tratamento de informações verificamos alguns recortes repetidos compondo os conjuntos de notícias em páginas diferentes, bem como páginas repetidas em sua completude, logo verificamos que estavam “duplicadas”; acreditamos que tais pontos são “falhas” dos processos de arquivamento. Por sua vez, durante a leitura das notícias destacadas, também constatamos que alguns textos foram publicados em mais de um periódico, na mesma data ou em datas diferentes, o que nos indica se tratar de informações que contavam com maior empenho para divulgação. Por fim, identificamos recortes de colunas periódicas que traziam constantemente determinadas temáticas indicando questões com grande apelo comunicativo e por consequência, maior divulgação e alcance público.

A categoria “local/circulação” condiz com a primeira coluna na composição dos quadros e nos apresenta indícios sobre a difusão da temática “feminismo” no território nacional. A maior parte dos recortes são notícias produzidas no eixo “Rio de Janeiro / São Paulo”, sendo assim, indicam maior circulação de informações sobre o movimento feminista brasileiro na região sudeste. Também verificamos recortes das regiões norte, nordeste e sul; sendo o centro-oeste a única região da qual não encontramos notícias no referido *dossiê*. Nesse ponto, observamos os limites e características do trabalho de monitoramento da “Empreza Lux”, pois é importante considerar que a acentuada quantidade de notícias da região sudeste, especialmente da cidade do Rio de Janeiro, não significa que o debate feminista não tenha circulado em impressos regionais fora “radar” do serviço de monitoramento, por exemplo, a pesquisa de Nailza Gomes (2018) aborda a atuação da Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino, criada em 1934 e sediada na cidade de Cuiabá (MT), como uma sucursal da FBPF que contava com 84 associadas em sua inauguração, a maioria professoras, o que indica boa mobilização das mulheres por seus direitos civis na capital do Mato Grosso, estado do centro-oeste.

Dante da situação observa-se que elas [associadas da Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino] poderiam estar alheias a tudo o que acontecia nos grandes centros, contudo, o que se apura no segundo capítulo é que elas estavam atentas às mudanças que ocorriam no Brasil e no mundo e não queriam ser apenas expectadoras, queriam também ser protagonistas e marcarem uma época com a criação de atividades

associativas que pudessem uni-las em prol de melhorias e conquistas, principalmente na esfera pública que até então era restrita ao masculino (GOMES, 2018, p. 191).

A constância de notícias de periódicos das capitais dos estados configura uma característica dos recortes oriundos em grande parte do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Vitória, Maceió, Recife, São Luiz, Aracaju, Natal, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. Ademais, também encontramos recortes advindos das cidades Ribeirão Preto (SP), Santos (SP), Campos (RJ), Petrópolis (RJ), Cordeiro (RJ), Alfenas (MG), Uberaba (MG), Juiz de Fora (MG), Penedo (AL), Passo Fundo (RS) e Joinville (SC). A presença de recortes de outros países aponta um aspecto interessante na composição do referido *dossiê*, com textos escritos nos idiomas francês e espanhol, os recortes da França, Espanha e Argentina não contam com o cabeçalho da “Empreza Lux”, sendo assim, concluímos que foram incluídos no acervo pelas integrantes da FPBF. Por fim, a recorrência de notícias sobre o movimento feminista em diversos países como Turquia, Estados Unidos, China, Chile, Hungria, Bélgica, Uruguai, México, Porto Rico, Japão, Equador, Irlanda, dentre outros, nos indica a internacionalização de pautas que versam sobre os direitos civis das mulheres no período, bem como a força com que o movimento se apresentava no Brasil pautando o debate público, ao menos para a classe letrada de centros urbanos que compunha o grupo consumidor das notícias.

Em ritmo acelerado – que é o ritmo próprio das cidades e dos jornais – os periódicos acabaram por consolidar seu extraordinário estatuto pedagógico. Cevando os leitores dia a dia, num mesmo modo de construir o mundo, o jornal normalizava o próprio leitor, construída nele determinada expectativa de leitura, dava-lhe a ilusão necessária de pertencimento a um universo de valores. Assim, o jornal, ao refletir ideais de um tempo e de um espaço, educava os cidadãos. Ao fazê-lo, fortalecia o olhar das camadas letradas sobre as iletradas, como aquelas que tudo sabem e aquelas que nada sabem. (CAMPOS, 2007, p.52).

A presença e difusão do movimento feminista por meio de impressos concomitante à reconhecida “primeira onda sufragista” também abordava questões relacionadas a diversos temas e contextos, no país e no exterior. Assim, seguimos com a análise sobre a circulação do tema “feminismo”, com destaque para a amplitude de pautas assumidas pelo movimento para além do voto das mulheres e particular atenção para discussões que abordam a temática da educação feminina no território nacional. Entretemos, caminhamos pelo discurso jornalístico possível na alvorada do regime varguista no levantamento sobre as demandas relacionadas com a educação das mulheres, com destaque para a relação entre grupos de poder instituídos com a militância feminista.

## 2.1 - As pautas feministas para a educação das mulheres na abertura da década de 1930

No âmbito das questões relacionadas com a pauta da educação das mulheres, a recorrência com que nos deparamos com recortes da coluna “*Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras?*”, publicada pelo periódico *O Diário da Noite*, com circulação no Rio de Janeiro, nos indica um assunto de grande apelo no debate público. O conteúdo da referida coluna nos apresenta a evolução da discussão e avaliações de personalidades do “panteão literário” a favor e contra a questão diante de uma enquete do periódico.

Criada em 1897, como uma associação privada e independente, a ABL representou um movimento em prol da profissionalização da atividade literária no país. Assim, o surgimento, solidificação e mudanças da agremiação ao longo do tempo constitui um indicativo sobre a instituição de uma cultura letrada brasileira.

[...] até o início do século XIX, a atuação como escritor era considerada uma atividade incerta, posto que insuficientemente delineada enquanto fonte segura de dividendos, incapaz de se constituir enquanto carreira. A luta pela profissionalização foi caracterizada pela atitude gregária de alguns escritores, que uniram esforços com o intuito de, assim, assegurarem reconhecimento social e estabilidade material, requisitos fundamentais para fazerem com que esta instável atividade passasse a se investir da solidez característica da noção de profissão. (FANINI, 2009, s.p.).

No início da década de 1930, a ABL se constituía como uma autoridade literária e a inexistência de representatividade feminina na associação mobiliza a divulgação de opiniões sobre o tema publicadas em periódicos impressos. Nesse aspecto, verificamos que a pauta feminista também avança no sentido de pleitear posições de prestígio e reconhecimento intelectual das mulheres, instigando o debate sobre a demanda por representação feminina e promovendo escritoras consideradas candidatas à altura do cargo, conforme observamos na transcrição da fala da escritora e associada da FBPF, Maria Eugenia Celso: “A Academia constituiu sempre, portanto, um dos meus maiores interesses intellectuaes. E nunca se me afigurou indevido ou inconveniente o ingresso das mulheres no seio da ilustre companhia” (Fundo FBPF, *dossié "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35"*, p. 221).

A discussão sobre a inexistência de mulheres na ABL que observamos em 1930 não constituía um ineditismo da pauta feminista, visto que, verificamos a existência de uma “tensão” relacionada com a temática desde a fundação da associação no século XIX. A escritora Julia Lopes de Almeida é apontada pela historiografia recente como uma das fundadoras da instituição e a primeira mulher excluída da mesma; casada com o poeta luso-brasileiro Filinto

de Almeida, ela recebeu em sua casa e participou ativamente de reuniões que culminaram na criação da ABL, o marido tornou-se sócio fundador e primeiro ocupante da cadeira de número 3. Por sua vez, o nome de Julia Lopes de Almeida, proposto pelo escritor e jurista Lúcio de Mendonça, foi defendido pelo marido, Filinto de Almeida, por Valentim Magalhães e José Veríssimo, mas recusado pela maioria dos demais membros (FANINI, 2009).

A objeção para o reconhecimento das mulheres como “imortais das letras” se baseava na mesma questão semântica de interpretação de textos oficiais usada por opositores da concessão ao sufrágio feminino. No caso da ABL, criada aos moldes da Académie Française, defendia-se que as quarenta cadeiras poderiam ser ocupadas apenas por membros do sexo masculino diante do termo “homens de letras”, importado do texto regimental francês. Assim, verificamos novamente que a lógica masculinizada e homogeneizante que configura as regras gramaticais de línguas de matriz latina, como o português e o francês, na prática funciona como um duplo fator excluente de mulheres, visto que, em determinados contextos a concordância de gênero permite que o sujeito feminino seja considerado “incluso” ou “excluso”, abrindo brecha para discursos de oposição e/ou supressão das mulheres no espaço público.

Em nossa análise da coluna “Ad immortalitatem” verificamos o desenrolar de um longo debate. O recorte da edição de 12 de fevereiro de 1930 traz o subtítulo “O senhor Alberto de Oliveira não quer comprometter o seu voto – O senhor Olegario Marianno é favorável, mas pensa no fardão feminino – O senhor Aloysio de Castro acha que não se deve contrariar as mulheres – Abordando o Príncipe dos Poetas<sup>37</sup>”, o desenvolvimento do texto revela o posicionamento de integrantes da ABL em resposta à enquete trazida pelo redator do periódico. Nesse ponto, nos chama particular atenção que um dos arguidos, autodeclarado favorável ao ingresso de mulheres na associação, aponta a preocupação sobre o “fardão feminino”, ou seja, o traje tradicional que configura uma peça do conjunto de símbolos ostentados por membros da academia, até então projetado e usado apenas por homens. A pesquisadora Michele Fanini (2009) observa que o “fardão” foi aderido na gestão de Medeiros e Albuquerque em 1910, mais de duas décadas após a fundação da ABL e ao longo dos anos passou por alterações, sendo assim, a adaptação e/ou mudança no modelo do traje não seria um ineditismo, o que torna

---

<sup>37</sup> Referência a Olavo Bilac (1865-1918), destacado poeta brasileiro reconhecido pela postura em favor da conceção de direitos civis às mulheres, como o trabalho fora do ambiente familiar, a educação feminina e o direito ao divórcio. “Abram-se às mulheres todas as portas! Porque, enfim, nós, os homens, já temos contribuído tanto para plantar na Terra o domínio da tolice e da injustiça — que não era mau saber se o outro sexo não é capaz de ter mais juízo do que o nosso!...” (BILAC, O. Trabalho feminino, Crônica de Olavo Bilac, Gazeta de Notícias 18/08/1901).

questionável a relevância da vestimenta das possíveis “imortais” como justificativa para o embargo ao ingresso de uma escritora na destacada associação.

A pressão pela representação das mulheres na ABL é tema de outros recortes que compõe o *dossiê*, como a edição de 10 de fevereiro de 1930 do jornal A Noite. O referido periódico publica um texto do imortal e ex-presidente da ABL, Medeiros e Albuquerque, que torna público seu apoio ao ingresso das mulheres na “Academia Brazileira” tecendo um apanhado de candidaturas femininas rejeitadas ao longo dos anos. O desenvolvimento da escrita de Medeiros e Albuquerque sugere a influência de interesses amorosos para a indicação e eleição das imortais; segundo o julgamento do escritor, o verdadeiro entrave para a questão tratava-se da insegurança dos membros já instituídos frente ao possível assédio de candidatas. Em nossa análise, parece nebuloso afirmar se o objetivo do autor é ofender outros membros da ABL ou apresentar mais um entrave depreciativo de ordem moral para impedir o ingresso das escritoras na associação. Contudo, o fato de se tratar de um apoiador público da pauta apresenta-nos uma amostra do alcance e força de padrões moralistas para o comportamento feminino, sempre alardeando “perigos” diante do avanço das mulheres na esfera pública.

No desenrolar da década de 1930, diferentemente da conquista ao sufrágio em 1932, o ingresso de mulheres na ABL seguiu sendo um obstáculo intransponível. A pressão pela representação feminina ainda desencadearia um retrocesso histórico duas décadas depois, com nova redação em documento oficial para inserir textualmente a impossibilidade de nomeação das imortais: “esta data [1951] assiste à incorporação do aposto restritivo “do sexo masculino” ao texto regimental, tornando explícita e oficial a recusa à presença de mulheres na ABL, que até então era velada (mas nem por isso menos eficaz)” (FANINI, 2009, s.p.). Apenas em 1976 o regimento seria revisto para supressão do trecho, sendo Raquel Queiroz a primeira eleita, em 1977. Com o caminho aberto na década de 1970, foi possível a eleição de Dinah Silveira de Queiroz, em 1980; Lygia Fagundes Telles, em 1985; Nélida Piñon, em 1989; Zélia Gattai, em 2001; Ana Maria Machado, em 2003; Cleonice Berardinelli, em 2009; Rosiska Darcy, em 2013; Fernanda Montenegro, em 2022; por fim, a mais recente e décima imortal eleita, Lilia Schwartz, em 2024. A representação das mulheres na ABL ainda é bastante baixa se comparada com a quantidade de homens membros e apesar de alguns avanços, indica a perpetuação de uma cultura patriarcal.

Ainda, a observação da categoria racial reforça a percepção de uma estrutura de sub-representação da pluralidade da sociedade brasileira na ABL, diante da baixíssima indicação e eleição de pessoas pretas, visto que, até o momento apenas três homens negros assumiram o posto de imortais. A intersecção das categorias gênero e raça aponta que a sistemática

segregação dos grupos “mulheres” e “pessoas pretas” resulta na inexistência de mulheres pretas na sociedade literária ainda nos dias de hoje. Aos moldes do contexto histórico que verificamos nos recortes de 1930, a nulidade de representação das mulheres pretas como imortais das letras não corresponde com a inexistência de nomes a altura do cargo, como demonstrado em 2018 com a candidatura da reconhecida escritora mineira Conceição Evaristo<sup>38</sup>.

Além de pleitear espaço entre imortais da ABL, verificamos a circulação de notícias que versam sobre o ingresso, permanência e representação do público feminino no ensino superior, tratando principalmente de ações da recém-criada UUF. O trabalho de Ilda Sesquim (2021), utiliza como fonte a Revista de Cultura e Técnica, criada pela UUF para abordar as atividades da agremiação no período de 1937 a 1939; já COSTA e DIGUEZ (2021) tecem uma análise sobre a representação e articulação da UUF na década de 1950, utilizando como fonte o Jornal das Moças. Ambos os trabalhos versam sobre a mesma associação em períodos que não englobam o ano de 1930, o que torna as fontes com as quais trabalhamos importantes para melhor compreensão sobre a fase inicial das atividades da UUF. Ademais, apesar de recortes temporais distintos, a metodologia aplicada nas pesquisas que encontramos também corresponde com a análise de fonte “periódico impresso”, o que nos indica que a publicação nesse tipo de mídia de comunicação tratava-se de uma estratégia de divulgação desde os primórdios da associação, sendo amadurecida ao longo do tempo, incluindo a fundação de uma revista própria analisada por Ilda Sesquim (2021).

A engenheira civil Carmem Portinho, presidente da UUF e membro da cúpula da FBPF, é a responsável pela relação de três recortes que identificamos com o título “A mulher na actuação universitária”, publicados por periódicos de diferentes estados. Quanto ao desenvolvimento da escrita verificamos se tratar da divulgação da agremiação criada para defender os interesses das brasileiras no ensino superior.

A União Universitária, continue, pois, uma obra de alto alcance na evolução brasileira, que não pode deixar de encontrar os aplausos e o apoio de quantos com nítida visão dos grandes problemas da nacionalidade, bem compreendem que nunca há esforços perdidos quando se empenham em causas justas e nobres. (Texto de Carmen Portinho - Fundo FBPF, *dossiê "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35"*, p. 189 e 203).

O texto da presidente da UUF foi publicado na edição de 10 de março de 1930 do periódico *A República*<sup>39</sup>, com circulação na capital Maceió (AL). Também encontramos o

<sup>38</sup> Contando com ampla campanha popular por sua nomeação para a cadeira número 7, Evaristo concorreu com outras dez pessoas e recebeu apenas um voto. Na ocasião foi eleito como imortal o cineasta Cacá Diegues. Fonte: <https://www.intercept.com.br/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/>

<sup>39</sup> Recorte encontrado na página 189 do *dossiê*.

mesmo texto, porém o recorte não preserva informações como o nome do periódico, sendo possível verificar apenas o estado Sergipe como informação sobre o local da publicação.

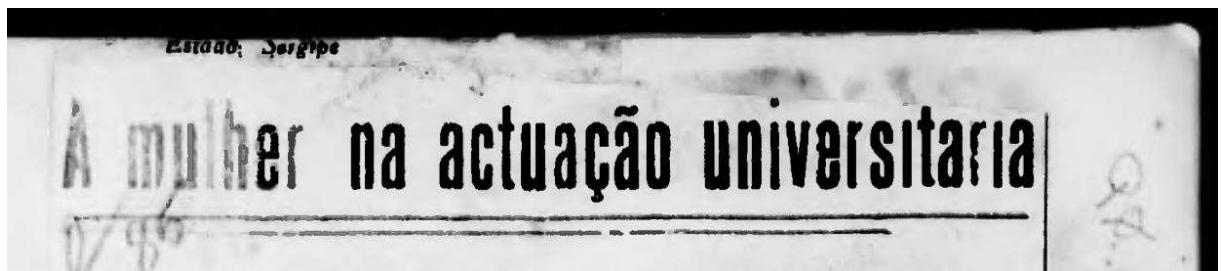


Imagen 6 – Recorte página do *dossiê*. Fonte: Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê* "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35", p. 203.

Ainda, identificamos o texto da presidente da UUF publicado na edição de 11 de março, do jornal Diário da Manhã<sup>40</sup>, com circulação em Vitória, capital do Espírito Santo. Nesse ponto, verificamos a divulgação da “propaganda” da UUF escrita por Carmem Portinho em capitais do nordeste e sudeste do país.

Na página 206 do *dossiê* acompanhamos uma sequência de notas a respeito das ações da UUF como uma rede de apoio para candidatas que se inscreveram nos exames vestibulares da Escola Polytechnica<sup>41</sup>, instituição tradicional na área das engenharias fundada no século XIX. A publicação de 17 de março do periódico A Noite indica que se candidataram três moças para o curso de engenharia civil e cinco para engenharia industrial; já a nota de 18 de março publicada pelo O Globo destaca a presença das integrantes da UUF nos locais em que as provas aconteceriam; também em 18 de março o jornal Vanguarda destaca o aumento das inscrições de candidatas ao ensino superior. Os três recortes são de periódicos com circulação na cidade do Rio de Janeiro, correspondentes com a localização da Escola Polytechnica e a sede da UUF.

Por sua vez, na página 242 do *dossiê*, verificamos que a edição de 03 de abril do Correio Paulistano divulga na capital paulista a notícia “As futuras universitárias”, trazendo informações sobre o apoio da UUF às aprovadas para a Escola Polytechnica carioca. A notícia alude a preocupação das novas universitárias diante de expectativas sobre o aproveitamento curricular: “As candidatas vinham preocupadas, a tradição da Escola é exigente. Dizem que as mulheres não têm facilidade para mathematica. Na realidade não é assim.” (Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê* "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35", p. 242).

<sup>40</sup> Recorte encontrado na página 191 do *dossiê*.

<sup>41</sup> Fonte: <https://www.poli.ufrj.br/a-politecnica/historia/>

Enquanto ciência diretamente vinculada com o raciocínio lógico<sup>42</sup>, a matemática se constituiu historicamente relacionada ao estereótipo masculino culturalmente destituído de sentimento, logo capaz de aplicar friamente métodos e saberes de maneira “racional”. Nesse aspecto, discursos sobre a incapacidade intelectual feminina são elaborados segundo pretensas teses científicas, que afirmam uma limitação cognitiva de ordem biológica; ora afiguram formulações de cunho religioso; além de análises superficiais que invertem “resultado” e “causa”, sendo a baixa ou desconhecida participação de mulheres na elaboração em campos do saber científico usada como justificativa para impedir o ingresso e permanência delas nesse espaço.

Throughout history there has been a recurrent belief that at some fundamental level women were just no good at mathematics. First it was argued that their brains were too small, later that it would compromise their reproductive capacities, still later that their hormones were not compatible with mathematical development. These arguments were buttressed by the underlying belief that mathematics is ultimately a pure meritocracy. Those who have the gift would shine no matter what their background, sex, or race. As a corollary, it was assumed that if women were not excelling in the mathematical realm, they must simply lack the talent to compete. This belief in mathematics as a meritocracy is convenient; it absolves the mathematics community from any responsibility to change, and reduces the underrepresentation of women to a "women's problem." But a closer look at the history of women in mathematics reveals that in fact mathematics has been far from a pure meritocracy. (HENRION, 1997, p. 24<sup>43</sup>).

No Brasil, o desenvolvimento da área conhecida como “ciências exatas”, na qual a matemática é reconhecida como a ciência primária, foi acompanhado da naturalização de tal campo do saber como característico da hipotética capacidade de raciocínio lógico dos homens. Nos primórdios da instituição da educação formal, a perspectiva binária e estereotipada de gênero justificou currículos distintos previstos nas diretrizes do que se definiu como “educação feminina”, com menor complexidade dos conhecimentos matemáticos a serem ministrados:

<sup>42</sup> Gilberto Garbi (2010) aborda a matemática como “rainha das ciências” e aponta o desenvolvimento da agricultura como um marco para o desenvolvimento do conhecimento característico da racionalização lógica matemática da humanidade por volta de 9.000 a.C. Entretanto, o autor pondera que milênios antes da Revolução Agrícola, existiam processos de “comércio/escambo” entre pessoas que indicam a aplicação de rudimentos da aritmética.

<sup>43</sup> Ao longo da história, houve uma crença recorrente de que, em algum nível fundamental, as mulheres simplesmente não eram boas em matemática. Primeiro, argumentava-se que seus cérebros eram muito pequenos, mais tarde que isso comprometeria suas capacidades reprodutivas e, mais tarde ainda, que seus hormônios não eram compatíveis com o desenvolvimento matemático. Esses argumentos eram sustentados pela crença subjacente de que a matemática é, em última análise, uma meritocracia pura. Aqueles que têm o dom brilhariam independentemente de sua origem, sexo ou raça. Como corolário, presumia-se que, se as mulheres não estivessem se destacando no âmbito matemático, simplesmente faltaria a elas o talento para competir. Essa crença na matemática como uma meritocracia é conveniente; absolve a comunidade matemática de qualquer responsabilidade de mudança e reduz a sub-representação das mulheres a um "problema das mulheres". Mas uma análise mais próxima da história das mulheres na matemática revela que, na verdade, a matemática esteve longe de ser uma meritocracia pura. (Tradução da autora).

A primeira grande lei educacional do Brasil, de 1827, determinava que, nas “escolas de primeiras letras” do Império, meninos e meninas estudassem separados e tivessem currículos diferentes. Em matemática, as garotas tinham menos lições do que os garotos. Enquanto eles aprendiam adição, subtração, multiplicação, divisão, números decimais, frações, proporções e geometria, elas não podiam ver nada além das quatro operações básicas. (Westin, 2020, Agência Senado<sup>44</sup>).

A previsão legal de currículos diferentes para meninas e meninos no ensino primário foi suprimida em 1854. Entretanto, a combinação de variáveis como o baixo percentual de crianças que tinham acesso à escolarização, principalmente meninas e a permanência de instituições de ensino que promoviam a separação de gênero, perpetuou concepções sobre a suposta incapacidade de raciocínio lógico matemático das mulheres. Estudos recentes abordam a sistemática sub-representação feminina em espaços e profissões ligadas à área das ciências exatas como resultado de uma série de fatores a longo prazo, bem como propõe ações que possam estimular a quebra dos paradigmas impeditivos. (BOFFI; OLIVEIRA-SILVA, 2021)

A configuração do “ensino superior” enquanto espaço de produção de conhecimento em alta performance para indivíduos excepcionais de uma sociedade paternalista e sexista, projeta a segregação de gênero em duas vertentes: a primeira tornando mais difícil o ingresso das mulheres nas universidades; a segunda promovendo a concentração das mulheres em determinadas áreas do saber, que em regra não são as ciências exatas. Deste modo, nos recortes que apontam a ação da UUF para apoiar ingressantes em cursos de engenharia e a preocupação das novas universitárias com seu desempenho em “matemática”, acompanhamos permanências e rupturas de uma cultura de segregação de gênero em campos do saber científico.

As páginas 209 e 213 do *dossiê* apresentam recortes do título “A affluencia do sexto feminino as escolas superiores”, nas edições de 19 de março dos periódicos *A Esquerda* e *Jornal do Brasil*. Nesse conjunto de recortes constatamos a estratégia da associação em designar comissões para acompanhar a realização dos exames vestibulares nas escolas de ensino superior, sendo a composição das comissões formada por reconhecidas lideranças como Bertha Lutz e Carmem Portinho. Por sua vez, no texto “As victorias do feminismo”, da edição de 21 de março do *Jornal do Brasil*<sup>45</sup>, observamos mais informações sobre a participação de candidatas nos vestibulares e o apoio da UUF, sendo destacado a tríade de pautas feministas relacionadas “educação, trabalho e direitos civis”:

---

<sup>44</sup> Fonte: Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 14 mar. 2024.

<sup>45</sup> Recorte encontrado na página 215 do *dossiê*.

[...] o ingresso feminino nas Faculdades está em movimento ascendente entre nós. É uma circunstância alviçareira. A emancipação intelectual que vem do estudo, a emancipação econômica que vem do trabalho são as bases do feminismo que culmina na emancipação política da mulher. (Jornal do Brasil - Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê* "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35", p. 215).

Ainda dentro da temática “ensino superior”, verificamos na página 250 do *dossiê* a notícia “As mulheres nas Universidades”, em recorte da publicação de 7 de abril do Jornal do Joinville, com circulação no estado de Santa Catarina. O texto aborda positivamente o expressivo aumento do contingente de alemãs universitárias atestando que o Brasil estava na rota de internacionalização do movimento feminista, sendo o fator regionalista fundamental para compreendermos a relevância de tal informação no referido periódico. A fundação de Joinville, em 1842, é vinculada com a história sobre a imigração alemã no Brasil, sendo um exemplo da política migratória que estimulava o estabelecimento de imigrantes europeus no país com base no discurso de “embranquecimento da raça”, especialmente para povoar a região Sul, a partir do século XIX.

Desde meados do século XIX, o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura, nas fazendas de café, quanto nas fábricas que surgiam nas cidades, substituindo a mão de obra escrava, especialmente depois da promulgação da Lei do Ventre Livre e da Abolição dos Escravos. Entre 1880 e 1930, entraram no país cerca de 3,5 milhões de imigrantes (RAGO, 1997, p.485).

Distante de uma homogeneidade étnica, a imigração germânica era plural, mas passou por um processo de assimilação e constituição identitária teuto-brasileira, criando uma cultura com forte apelo desses povos por um conceito unificador de descendência alemã que, em muitos casos, encobre tensões internas (BREPOHL; NADALIN, 2019). Assim, a difusão de informações sobre o avanço da mobilidade social de mulheres na Alemanha assume forte apelo sociocultural, sendo capaz de influenciar a opinião pública a respeito da abertura do ensino superior também para as “teuto-brasileiras” de Joinville. Na página 245 do *dossiê*, encontramos o mesmo texto em recorte da edição de 4 de abril de 1930 do periódico A República, com circulação em Curitiba, capital do Paraná, outro estado da região Sul do Brasil. A constatação entre a correspondência dos textos foi uma surpresa, visto que, apresentam títulos diferentes: em Joinville, “As mulheres nas universidades”; em Curitiba “As mulheres nas universidades americanas”, algo estranho diante da notícia tratar as universitárias alemãs. Diferentemente da maioria dos recortes anteriores, não encontramos indícios de que a notícia sobre as universitárias alemãs tenha vínculo com a UUF.

Ainda sobre o aumento de mulheres nas universidades da Alemanha, identificamos na página 239 de nossa fonte um recorte sem título da edição de 02 de abril, do jornal Folha da Manhã, com circulação em São Paulo, uma capital do sudeste. Em divergência do caráter informativo e positivo dos recortes que circularam na região Sul, o texto oriundo da capital paulista assume um tom crítico para tratar das 90 mil estudantes universitárias alemãs, apontando o fato como um desastre para a organização social, um “buraco” que ameaça a composição tradicional familiar, sendo possível identificar que tal concepção encontra-se enraizada no pensamento patriarcal e eugenista:

[...] Não há mais aquelles lindos episódios de amor e de paixão, em que ambos faziam os maiores sacrifícios para realizar o seu sonho de casar...

Era o ideal da saúde orgânica e da robustez da raças.

[...]

E assim, como ninguém mais ama de verdade, o único problema que vai ficando para resolver na vida, é a “boia” [inlegível] porque as mulheres precisam estudar para ter o pão, porque o amor desapareceu e marido não é gênero nem de procura, nem de consumo... (Arquivo Nacional - Fundo FBF, *dossiê* "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35", p. 239).

É interessante observar que a influência do pensamento eugenista nesse bloco de notícias fundamenta discursos contra e a favor do ingresso de mulheres no ensino superior. Em seu trabalho sobre eugenismo e educação no Brasil, Audrei Pizolati (2023) destaca o discurso médico-eugenônico era caracteristicamente patriarcal, o que desencadeou discussões sobre o papel social do sujeito “mulher” na sociedade diante do avanço delas no espaço público. Assim, o mesmo pensamento eugenista brasileiro que permeou a “abertura” do trabalho no magistério para as mulheres com base na argumentação de ordem biológica da mulher-mãe, ou seja, a educadora natural das crianças; também defendeu energicamente o núcleo familiar tradicional em que a mulher afigura como esposa e mãe condicionada ao universo doméstico como o ideal, nesse sentido para “[...] a perspectiva eugênica, a educação feminina deveria estar direcionada para o preparo e o exercício da maternidade e os cuidados com a prole – eugenizada” (PIZOLATI, 2023, p.6). Nesse aspecto, observamos diferentes configurações na difusão de um mesmo ideal dependendo a conjuntura de outras perspectivas relacionadas, visto que, a combinação de princípios eugenéticos com a identidade cultural teuto-brasileira viabiliza uma conclusão positiva sobre a entrada das mulheres nas universidades; em outro flanco, a associação entre os discursos eugenético e patriarcal viabiliza a apresentação de uma perspectiva negativa baseada na mesma informação.

O recorte da edição de 01 de março de 1930, do periódico *O Estado de Minas*<sup>46</sup>, promove a divulgação da UUF em Minas Gerais. O texto “Pela Educação da Mulher Brasileira” reproduz um discurso de uma importante integrante da FBPF, a advogada Elvira Komel, em uma conferência da Radio Club do Brasil<sup>47</sup>. Ainda que o evento tenha acontecido na cidade do Rio de Janeiro, a publicação em periódico com circulação na capital Belo Horizonte coloca em evidência o pensamento de uma destacada mineira sobre a “educação feminina”. Além das críticas a respeito das escassas oportunidades de educação para mulheres, Elvira Komel defende a emancipação política da mulher enquanto missão civilizatória e discute dois aspectos: o político com o sufrágio; o intelectual e moral com a educação. Ao apontar o que seriam iniciativas de mulheres para lutar por maiores oportunidades de educação a advogada destaca:

Dentre as associações com esse levante escopo, merece menção especial a “União Universitária Feminina” fundada na Capital Federal, por uma plêiade de brilhantes e illustres patricias, diplomadas em nossas escolas superiores, com o fim de estimular e desenvolver intelectualmente a mulher brasileira. (Elvira Komel, 1930 - Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35"*, p. 132).

O *dossiê* de 1930 traz outros recortes de periódicos que consistem em reproduções textuais da fala de lideranças femininas em rádios. A página 159 apresenta uma nota informativa sobre uma conferência em favor da “Casa do Estudante” proferida por D. Alice Tibiriça<sup>48</sup>, outra mineira, mas identificada como “feminista paulistana” na Radio Educadora, posteriormente publicada pelo Jornal do Commercio, em 7 de fevereiro, com circulação no Rio de Janeiro. A página 310 traz um recorte sem identificação do periódico ou data, porém o título “Disparidades Curiosas”, com longo texto em defesa do feminismo como um movimento de oposição às injustiças sociais, correspondente com a transcrição de uma palestra da advogada manauara Orminda Bastos, outra liderança da FBPF, em transmissão da Radio Educadora:

[...] podemos dividir a população em duas classes: a dos ricos, despreocupados do misero ganha-pão diario, e a dos pobres, nesta comprehendidos todos quantos alcançam os meiso de vida, restrictos ou folgados, a custa do trabalho próprio. Os primerios são via de regra, anti-feministas inconciliáveis. (Orminda Bastos, 1930 - Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35"*, p. 310).

<sup>46</sup> Recorte encontrado na página 132 do *dossiê*.

<sup>47</sup> A emissora foi fundada em 1924 na cidade do Rio de Janeiro. Em 1930 se constituía como uma radio bem-sucedida na capital federal, mantendo-se em funcionamento até 1953.

<sup>48</sup> Alice Tibiriça (1886 – 1950) foi uma ativista feminista natural da cidade de Ouro Preto (MG). Fonte: <http://www.mulher500.org.br/alice-tibirica-1886-1950/>. Acesso em 24 mar. 2024.

O direito da mulher à educação é ponto fundamental na fala de Orminda Bastos: “Instrua-se a mulher, dê-se-lhe uma compreensão clara e severa da existência e senso das responsabilidades, eleve-se-lhe o sentimento da própria dignidade convecendo-a de que ella não precisa de mentor nem de suporte para viver a sua vida e ser útil aos seus semelhantes [...]” (Orminda Bastos, 1930 - Arquivo Nacional - Fundo FBPF, dossiê "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35", p. 310).

Em 1930, ano inicial do regime varguista, o rádio ainda tinha pouca relevância enquanto veículo de comunicação. A partir de 1931 passam a surgir legislações específicas em busca de aumentar o alcance e regulamentar a atividade de programas a serem propagados por rádio em território nacional. Ao longo da década, a radiodifusão se tornou o principal meio de comunicação do governo para atingir as “massas<sup>49</sup>”, especialmente durante o período identificado como Estado Novo, a partir de 1937 (PARANHOS, 1999) (RIGO, 2022).

Na década de 1930, a radiodifusão era um meio de comunicação com ampla possibilidade de abrangência, visto que, a maior parte da população brasileira era analfabeta. A dependência da tecnologia do equipamento “rádio” para acesso aos programas das emissoras radiofônicas, tornava esse meio de comunicação mais comum e acessível em centros urbanos, onde se concentrava a classe operária, para quem poderia ser interessante a crítica social que aborda “classes ricas e pobres” proferida por Orminda Bastos. Posteriormente, discursos de lideranças da FBPF em programas de rádio eram reproduzidos textualmente para circular em periódicos impressos. Assim, verificamos a estratégia de combinação de duas mídias de comunicação importantes, uma instituída e outra em processo de estruturação, para a divulgação do movimento feminista e suas pautas.

Ainda compondo o conjunto de informações sobre o feminismo em mídias de comunicação impressas e radiofônicas verificamos uma acentuada quantidade de recortes sobre a “Quinzena Feminista”. A página 159 apresenta um recorte da edição de 30 de abril de O Jornal, publicado no Rio de Janeiro, em que encontramos na programação da “Radiversas” o anúncio de uma palestra da advogada sergipana Maria Rita Soares de Andrade, o tema é a Quinzena Feminista e o título da palestra “O ideal feminista”. Na página 337 verificamos um recorte de 7 de maio do jornal A Batalha, com a seguinte previsão de “propaganda pelo rádio”, possivelmente correspondente com a transcrição da fala de Orminda Bastos publicada com o título “Disparidades curiosas”:

---

<sup>49</sup> “Havia a preocupação em incluir um novo personagem: o público agora visto como massa.” (BARBOSA, 2006, p. 220).

Realisar-se-ão, esta semana, terceira e quarta palestra de propaganda de acordo com a quinzena feminista organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, orientadora do movimento feminista nacional.

Na Radio Educadora a palestra será feita pela dra. Orminda Bastos, enquanto que a doutoranda de medicina Luiza Sapienza fallará no Radio Club. (A Batalha - Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê* "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35", p. 337).

A “Quinzena Feminista” foi organizada pela FBPF e teve seu início em 29 de abril, como divulgado pelo periódico Esquerda, de circulação no Rio de Janeiro<sup>50</sup>. Em nossa análise encontramos notícias relacionas ao evento em recortes para além da capital carioca: com circulação no estado de São Paulo, a edição de 2 de maio do periódico Correio Paulistano<sup>51</sup> apresenta texto com o título “Quinzena Feminista”. Também a edição de 7 de maio do Diário da Noite anuncia “A quinzena Feminista, organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”. Na região norte do país identificamos a edição de 6 de maio da Folha do Norte<sup>52</sup>, periódico de Belém (PA) e em 5 de junho do periódico O Estado do Pará<sup>53</sup> publica o título “Quinzena Feminista” com o subtítulo “O Ideal feminista é o Ideal do Brasil”. Por sua vez, no nordeste as notícias sobre o evento referendadas no *dossiê* são da capital Salvador (BA): a edição impressa de 3 de maio do Diário da Bahia<sup>54</sup> publica um manifesto da FBPF, o mesmo periódico indica a transmissão pelo rádio da propaganda do evento na página 324, ainda na página 338 observamos em 7 de maio uma notícia sobre o andamento do evento; a edição de 21 de maio do periódico O Imparcial reproduz o texto “O Ideal feminista é o Ideal do Brasil”<sup>55</sup>; ainda o recorte da edição de 5 de junho do Diário da Bahia<sup>56</sup> publica o texto “A quinzena Feminista”, reproduzido novamente na edição de 18 de junho do mesmo periódico. Na região Sul do país a Quinzena Feminista foi divulgada na capital paranaense, Curitiba (PR), na edição de 9 e 29 de maio pelo jornal O Dia<sup>57</sup>; também na capital catarinense, Florianópolis (SC), na edição de 13 de maio do impresso República<sup>58</sup>.

Além de representar força no cenário nacional angariando novas associadas, o evento colocou em evidências as pautas assumidas pela FBPF e UUF. A solenidade de recepção de novas sócias programada para 13 de maio, as 16 horas, na Liga da Defesa Nacional<sup>59</sup>, foi um

<sup>50</sup> Recorte encontrado na página 295 do *dossiê*.

<sup>51</sup> Recorte encontrado na página 317 do *dossiê*.

<sup>52</sup> Recorte encontrado na página 328 do *dossiê*.

<sup>53</sup> Recorte encontrado na página 415 do *dossiê*.

<sup>54</sup> Recorte encontrado na página 320 do *dossiê*.

<sup>55</sup> Recorte encontrado na página 392 do *dossiê*.

<sup>56</sup> Recorte encontrado na página 416 do *dossiê*.

<sup>57</sup> Recortes encontrados nas páginas 353 e 403 do *dossiê*.

<sup>58</sup> Recorte encontrado na página 364 do *dossiê*.

<sup>59</sup> Informações de recorte da página 363, publicadas no periódico *Notícia*.

destaque nas publicações, sendo possível verificar a difusão de discussões que abordam a educação enquanto desenvolvimento “intelectual” das mulheres. A demanda por maiores e melhores oportunidades de formação feminina foi apresentada em um conjunto dialógico de pautas feministas, como relacionado no décimo mandamento do decálogo da “boa sócia” lançado durante o evento: “X – Trabalhar para o aperfeiçoamento moral, intelectual, social e cívico da mulher” (A Notícia - Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35"*, p. 305).

Ainda verificamos a atuação conjunta entre a UUF e a FBPF em discussões sobre as mulheres no âmbito penitenciário. A página 404 traz o recorte “A União Universitária Feminina em actividade – Sua participação na Conferência Penal e Penitenciária”, publicado em 31 de maio de 1930, sem informação sobre o nome do periódico ou localização; já na página 410 verificamos outro recorte com o mesmo texto, publicado na mesma data pelo Jornal Commercio do Brasil, com circulação na cidade do Rio de Janeiro. Apesar da correspondência na redação do texto e data de publicação, a estética na apresentação dos recortes nos indica se tratar de dois periódicos diferentes, sendo que, o recorte da página 410 também traz uma fotografia do grupo de integrantes da UUF e FBPF, em reunião para tratar sobre a participação na Conferência Penal e Penitenciária com a seguinte legenda: “Assignaldo com o X a presidente da União Universitária Feminina, engenheira Carmem Portinho, ladeada pelas Drs. Natercia da Silveira e Amelia Sapienza, respectivamente, secretaria e thesoureira” (Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35"*, p. 410). Dentre os nomes destacados no texto, afigura a advogada Natércia da Silveira, uma personagem já destacada em nossa pesquisa pela bem-sucedida atuação em defesa do direito à concessão do título de eleitora para Francisca de Gaya, “a primeira eleitora fluminense”, em 1928.

Para melhor compreensão sobre a relevância da temática do direito penitenciário no período consultamos o relatório escrito por Cândido Mendes de Almeida, publicado em 1933, pelo já extinto Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Atualmente, o documento está disponível digitalizado no repositório do Supremo Tribunal Federal - STF<sup>60</sup>. Deste modo, observamos que a “Conferência Penal e Penitenciária Brasileira” tratada nos recortes de maio aconteceu em junho de 1930, enquanto um evento de preparação do país para participação como membro da Comissão Internacional Penal e Penitenciária, prevista para agosto do mesmo ano na cidade capital Praga, na República Tcheca. Apesar da primeira participação do Brasil em

---

<sup>60</sup> O professor e jurista Cândido Mendes de Almeida ocupava o posto de Delegado Oficial do Brasil na Comissão Internacional Penal e Penitenciária e a presidência do Conselho Penitenciário do Distrito Federal em 1930. Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/738>. Acesso em 18 mar. 2024.

eventos nesse âmbito datar em 1878, o país adere oficialmente ao tratado internacional a partir de 1925, próximo ao décimo Congresso Penal e Penitenciário Internacional, passando a compor um conjunto de nações comprometido em seguir princípios básicos sobre o direito penal e penitenciário.

A iminência da primeira participação do país como membro do tratado internacional tornava a discussão sobre o Direito Penal e Penitenciário importante no debate público. O posicionamento das mulheres no evento foi pautado pela UUF e FBPF, que apresentaram teses sobre a participação feminina na composição do júri e no Conselho Penitenciário, bem como requeriam a “[...] organização adequada de uma Penitenciária e Reformatório para Mulheres” (Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê* "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35", p. 410). Na edição de 27 de junho do Diário Carioca<sup>61</sup>, verificamos que a ação das representantes das mulheres no evento resultou em vitórias, diante da aprovação de requerimento que previa a participação de mulheres no júri, apresentado pela advogada sergipana Maria Rita Soares de Andrade, que em 1967 viria a se tornar a primeira juíza federal brasileira<sup>62</sup>.

Aos moldes da associação feminina “matriz” FBPF, a UUF também almejava atuar em todo o território nacional. Nesse aspecto, em pouco mais de um ano de atuação, verificamos amplitude de pautas e uma ação estratégica para difusão de notícias localizadas: na região nordeste a UUF se apresentava com um texto da presidente Carmem Portinho; no Rio de Janeiro e São Paulo divulgava suas ações no vestibular da Escola Polytechnica; em Belo Horizonte ecoa a fala da mineira Elvira Komel; ao passo que também buscava o engajamento em discussões sobre os direitos das mulheres em outros âmbitos, como o penal. Já a ação conjunta da FBPF e UUF na produção e divulgação de notícias sobre a Quinzena Feminista alcançou periódicos impressos de várias regiões do país.

A ascensão de mulheres ao cargo de inspeção, cargo de grande poder na estrutura de trabalho educacional, também era divulgada como uma notícia auspiciosa. Assim, observamos que a edição de 19 de março, do periódico Gazeta de Notícias<sup>63</sup>, com circulação da capital federal, transcreve parte de um telegrama enviado em nome de Bertha Lutz, como presidente da FBPF, para o Diretor Geral de Instrução Pública. O telegrama aponta a nomeação de uma mulher para como inspetora como a aplicação de: “[...] justo critério de reconhecimento da capacidade do magistério público feminino dando acesso a cargos superiores”. Nesse ponto,

---

<sup>61</sup> Recorte encontrado na página 444 do dossiê.

<sup>62</sup> Fonte: Brasiliiana Fotográfica – Série Feministas Graças à Deus. Disponível em: <https://brasiliianafotografica.bn.gov.br/?tag=maria-rita-soares-de-andrade>. Acesso em 5 jun. 2024.

<sup>63</sup> Recorte encontrado na página 213 do dossiê.

verificamos que diante da reconhecida “tomada” do magistério primário pelas normalistas, as trabalhadoras da educação visavam cargos de chefia na estrutura institucional, sendo essa mais uma pauta assumida pelo movimento feminista.

A princípio no processo de feminização do magistério, como educadoras naturais em uma correlação direta com a maternidade, as mulheres se concentraram no magistério primário, onde não era exigido formação em nível superior, assim atuavam como “mestras”. Por sua vez, os homens se direcionaram para o ensino secundário como professores, assumindo postos que exigiam formação superior, bem como cargos de maior hierarquia institucional, como a inspeção (BRUSCHINI; AMADO, 1988). Assim, como uma das características da “troca” do gênero na docência acompanhamos o direcionamento dos homens que saíram das salas de aula do magistério primário para atuar em cargos de maior poder. Dentro do que se configurou como “trabalho escolar”, o grau de instrução ofertado se constituiu como um limitador para a atuação feminina e o processo de “feminização do magistério” pode ser estudado em etapas: até a década de 1930 se concretiza a feminização do magistério primário; em sequência as trabalhadoras da educação passam a ocupar gradativamente o magistério secundário, tornando a distinção “mestras/professoras” ultrapassada.

Atualmente, pesquisas produzidas sobre a temática avançam na reflexão sobre as consequências de tal transformação a curto, médio e longo prazo. Nesse âmbito, se apresentam pesquisas que destacam trajetórias de personagens-chave em articulações e acontecimentos; além de propor novos conceitos, a exemplo da distinção entre “feminização” e “feminilização” apresentada por Silvia Yannoulas (2011):

Um significado quantitativo que optamos por denominar de feminilização: refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição de uma profissão ou ocupação; sua mensuração e análise realizam-se por meio de dados estatísticos e um significado qualitativo que denominaremos feminização que alude às transformações de significado e valor social de uma profissão ou ocupação, originadas a partir da feminilização ou aumento quantitativo e vinculadas à concepção de gênero predominante em uma época (YANNOULAS, 2011, p. 1).

Assim, consideramos que a maciça presença de mulheres ocupando diversos postos de trabalho na educação trata-se do resultado de um processo histórico-social de mudança do gênero de profissionais de um lócus laboral.

No início da década de 1930, o telegrama enviado por Bertha Lutz nos fornece uma amostra da crítica feminista sobre “injustiças” vivenciadas por trabalhadoras da educação. O registro indica que as trabalhadoras da educação tinham consciência e se mobilizavam criticamente ao serem chefiadas por homens menos competentes em uma espécie de “tutela”

patriarcal. Diferentemente de perspectivas estereotipadas sobre a “passividade” dessas trabalhadoras, observamos que o movimento feminista representado pela FBPF já havia identificado o engendramento da cultura patriarcal na configuração do trabalho escolar e buscava romper com estruturas limitantes para o alcance e possibilidades de trabalho das mulheres na educação.

Na composição do conjunto de informações sobre a atuação de professoras também identificamos a mobilização de docentes mineiras para a promoção da alfabetização de adultos, em recorte da edição de 15 de janeiro do periódico *Esquerda*<sup>64</sup>, com circulação na capital federal. Nessa notícia verificamos que as educadoras buscavam influenciar as eleições abrindo salas de cursos noturnos para alfabetização pessoas adultas antes da instituição do Código Eleitoral de 1932, sendo assim, as aulas eram direcionadas para homens que poderiam votar, uma vez que, conseguissem assinar seus nomes. A publicação aponta que as classes de alfabetização noturnas em cidades do estado de Minas Gerais configuravam uma ação de apoio à Aliança Liberal, ou seja, ao governo recém instaurado, também faz menção ao nome do político mineiro Francisco Campos, que viria a assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em novembro de 1930: “As seguintes comunicações que acabam de ser feitas ao dr. Francisco Campos, secretário do Interior do governo Antônio Carlos<sup>65</sup>, dão bem uma idéia da acção efficiente de tão nobre emprehendimento do professorado feminino em Minas” (Arquivo Nacional - Fundo FBPF, *dossiê "BR AN. Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35"*, p. 134).

Ainda que o magistério tenha sido referendado como atividade digna para as mulheres, ministrar aulas em cursos noturnos e em salas formadas por homens tensionava a régua moral instituída para a atuação feminina no espaço público. Por certo que, se tratando de uma ação de favorecimento do governo instituído, as professoras que decidiram promover tais aulas contavam com maior amparo para a sua atividade. Entretanto, mais que a utilização das normalistas por parte de governantes, compreendemos que as aulas proporcionavam uma oportunidade de manifestação sobre “quem” e “porque” eleger, sendo assim, a notícia trata-se de um indício da mobilização de professoras em cidades do interior mineiro, que encontraram uma maneira de participar ativamente no pleito, ainda que de forma indireta. Nesse ponto,

<sup>64</sup> Recorte encontrado na página 134 do dossiê.

<sup>65</sup> O contexto histórico e os nomes de personagens envolvidos na notícia indicam se tratar do político Antônio Carlos de Andrade, então presidente/governador de Minas Gerais, um dos principais envolvidos na trama que levou Getúlio Vargas ao poder. Fonte: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/antonio-carlos-ribeiro-de-andrade>. Acesso em 31 mar. 1930.

observamos um exemplo da dialogicidade entre as pautas educação e sufrágio no período, em uma configuração diferente da usual “luta pelo sufrágio de mulheres instruídas”.

## 2.2 – Uma reflexão teórica sobre o movimento feminista e as associações femininas (1920 – 1930)

### Geni e o Zepelim<sup>66</sup> [...]

Joga pedra na Geni  
Joga pedra na Geni  
Ela é feita pra apanhar  
Ela é boa de cuspir  
Ela dá pra qualquer um  
Maldita Geni

Um dia surgiu, brilhante  
Entre as nuvens, flutuante  
Um enorme zepelim  
[...]  
Quando vi nesta cidade  
Tanto horror e iniquidade  
Resolvi tudo explodir

Mas posso evitar o drama  
Se aquela formosa dama  
Esta noite me servir

Essa dama era Geni  
Mas não pode ser Geni  
Ela é feita pra apanhar  
Ela é boa de cuspir  
Ela dá pra qualquer um  
Maldita Geni  
[...]

Vai com ele, vai Geni  
Vai com ele, vai Geni  
Você pode nos salvar  
Você vai nos redimir  
Você dá pra qualquer um  
Bendita Geni [...]

“Um bom movimento consegue se firmar no debate público tendo sua importância reconhecida e cresce. Quando cresce traz uma diversidade cada vez maior de pessoas e por

---

<sup>66</sup> Canção e composição de Chico Buarque.

consequência mais visões e demandas. Chega um momento em que de tão grande, o movimento racha e ao rachar não acaba, pelo contrário, dá origem a outros”. As aspas correspondem à lembrança de uma fala da Profa. Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, em uma sala de aula do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Certamente, não apresentamos a transcrição exata das palavras ditas na ocasião, mas a paráfrase é fiel a discussãoposta sobre o feminismo. A lembrança surge com imperiosa constância ao longo do processo de análise dos documentos do Fundo FBPF, especialmente os recortes de periódicos que compõe os *dossiês*, como uma bússola para a longa jornada de leituras e reflexões que conduzem a escrita da primeira parte desta pesquisa.

A definição de um movimento social é bastante ampla e complexa, geralmente trata de coletivos organizados em prol de uma causa. Por sua vez, os conceitos, abordagens, período e mesmo o marco inicial do movimento feminista indicam pontos ainda em discussão segundo múltiplas interpretações. De maneira geral, entre 1820 e 1840, se reconhece o embrião do movimento de mobilização de mulheres em prol de seus direitos enquanto trabalhadoras, a partir do período macrohistórico da Revolução Industrial inglesa (KARAWEJCZYK, 2013). Porém, o delineamento conceitual e difusão de pautas identificadas como “feministas” ganha particular relevância e reconhecimento na Rússia, especialmente a partir da “marcha de 8 de março” promovida por operárias em 1917, evento reconhecido como o estopim do levante histórico disruptivo identificado como “Revolução Russa”. (SCHENEIDER, 2017). Nesse aspecto, o início da elaboração do pensamento feminista apresenta forte relação com a crítica econômico-social, baseada no que identificamos enquanto a categoria de análise “classe”.

A partir do estabelecimento como movimento social organizado e independente, o feminismo expande gradativamente sua influência em outras nações superando a resistência à origem soviética socialista. Assim, se torna cada vez mais difícil ignorar as elaborações sobre a querela feminista que se desenvolvem principalmente em países de matriz cultural ocidental, visto que, o movimento encontra eco por meio de lideranças femininas do continente europeu e americano embalando discussões sobre diferentes e importantes questões das mulheres, fortemente vinculadas com processos de transformação cultural das sociedades. Nesse aspecto, as pautas feministas ganham força por serem compreendidas como parte do processo civilizatório diante do reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos, cidadãs das cidades, trabalhadoras indispensáveis para o processo de industrialização e que passaram a exigir direitos civis por meio de representantes próprias.

Ainda que tardivamente, se comparado com as mobilizações em nações europeias e na América anglo-saxã, o Brasil não se manteve como uma ilha impermeável a mobilização e sensibilização da causa feminista, sobretudo diante da força da primeira onda sufragista que desagua em nosso território na década de 1920. O alcance da pauta sufragista superou barreiras geográficas acompanhada de diferentes discussões sobre a participação das mulheres na esfera pública, como verificamos na análise de documentos do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Com a popularização do debate e a mobilização de grupos femininos envolvidos em algum grau com as pautas feministas, verificamos a constituição e fortalecimento de associações por todo o território nacional. Tais agremiações tinham em comum a congregação de mulheres, porém a formulação de princípios e objetivos eram tão heterogêneos quanto suas associadas.

Nesse contexto, alguns estudos apontam a banalização e contradições das questões identificadas como “feministas”, que permearam o discurso prol modernidade.

Nas primeiras décadas do século XX, era difícil definir o feminismo e estabelecer suas claras delimitações.

[...]

Feminista podia ser quem defendesse o voto e a participação política feminina, assim como maior participação no mercado de trabalho; podia ser quem pregasse que o verdadeiro feminismo era aquele que preservava os papéis naturais da mulher, sua essência feminina, e que a protegia das modernidades desmoralizantes. (CAMPOS; SOUZA, 2021, p. 10).

Assim, verificamos um entrave de ordem conceitual sobre o que se reconhece enquanto movimento feminista brasileiro no início do século XX.

Alguns trabalhos, especialmente amparados na análise de jornais impressos como fonte, reduzem o feminismo do período às ações da FBPF. De fato, boa parte das informações sobre o feminismo que circularam em periódicos correspondiam com a estratégia de divulgação da federação, como observamos nos recortes dos *dossiês*. No entanto, com base em leituras de diferentes enfoques da temática, consideramos um equívoco resumir o movimento às pautas levantadas por tal associação, pois desde o início na liga fundada por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura havia divergências sobre as prioridades a serem adotadas, indicando “rachaduras” do movimento (PINTO, 2003). Ademais, como verificamos em estudos a respeito da profusão do associativismo feminino, a FBPF era uma de muitas iniciativas de mulheres para lutar por diferentes pontos de interesse, sendo assim, observamos que a difusão do ideário feminista no Brasil era maior que a federação. (BUENO, 2019).

Em outra vertente, o afastamento do lastro soviético, que vincula o início do movimento com a causa operária, resulta em reflexões que separam o feminismo da ação das mulheres em defesa de seus direitos civis, principalmente quando tratamos de militantes envolvidas com o que se organizou como Partido Comunista Brasileiro.

Incluir todos os grupos de mulheres que lutaram pelos direitos civis femininos na década de 1930 na categoria *feminismo* significaria ignorar as especificidades das estratégias e visões de mundo dos atores políticos daquele contexto, seria desprezar os embates políticos promovidos por essas organizações de mulheres e, sobretudo, seria prescindir das sensações, das emoções e das interpretações que essas personagens faziam da arena política brasileira. (SOARES, Paula; 2021, p. 203).

Por sua vez, o associativismo feminino também é afastado do feminismo diante do que se considera como “incompatibilidade” entre as pautas assumidas por algumas associações e o histórico do movimento em levantes revolucionários. Nesse aspecto, como atestado da total “alienação” do associativismo feminino são apontadas demandas consonantes com a lógica patriarcal de organização da sociedade, por exemplo, o discurso baseado na concepção das mulheres como educadoras naturais, que permeou a feminização do magistério primário. Em pesquisas sobre marcos históricos do movimento brasileiro, como a Quinzena Feminista organizada pela FBPF em 1930, a elitização do evento promovido por mulheres oriundas de uma aristocracia econômica e intelectual, somada a influência do pensamento eugenista e patriarcal na elaboração de propostas e requisições das mesas de debate, como apontado por Pizolati (2023), colabora para que o feminismo do período receba ainda mais críticas enquanto movimento insensível a realidade da maior parte das brasileiras acometidas pelos impactos da desigualdade social.

Assim, observamos a militância de mulheres brasileiras por meio do associativismo feminino ora afastada, ora aproximada do movimento feminista no início do século XX. Do mesmo modo, a elaboração conceitual do “feminismo” pode ser apartada ou assimilada como desdobramento da mobilização política soviética, logo eternamente vinculada com a vertente filosófica socialista/comunista, ainda que as próprias russas tenham apontado a luta feminista como apartidária e assumido como propósito a representação das mulheres em suas diferentes questões. (SCHENEIDER, 2017).

Enquanto produção teórica, um momento definitivo para a profusão do pensamento feminista está relacionado com a ascensão de estudos ou “redescoberta” da História Cultural, em 1970. Acontecimentos que “sacudiram” o mundo colocando questionamentos de ordem

filosófica para a sociedade, como o massacre de My Lai<sup>67</sup> na Guerra do Vietnã em 1968<sup>68</sup>, eclodiram na produção historiográfica impulsionando esse campo científico. Deste modo, contextualiza-se uma “crise dos paradigmas” explicativos da realidade, diante do que Sandra Pesavento (2012, p. 4) descreve como “[...] esgotamento de modelos e de um regime de verdades e de explicações globalizantes, com aspiração à totalidade, ou mesmo de um fim para as certezas normativas de análise da história, até então assentes”. As mudanças na identificação de sujeitos, grupos e/ou objetos de estudo relacionam-se com questões de relevância para as sociedades que se transformam com o passar do tempo, direcionando novas inquietações do presente para o passado, ou seja, a conjuntura de produção de pesquisadoras(es) instiga a elaboração de perguntas inéditas diante do surgimento de novos paradigmas sociais.

O intercâmbio entre a produção da História Cultural com a teoria feminista consiste em um ponto fundamental para o que tem produzido como História das Mulheres. Contudo, a elaboração teórica do pensamento feminista para além da crítica de “classe” precede a virada da História Cultural com clássicos anteriores, ainda que relativamente recentes, como Simone Beauvoir na obra “O segundo sexo”, publicada pela primeira vez em 1949. A reflexão de Beauvoir rejeita explicações sobre a constituição de sujeitos sociais baseadas no determinismo biológico e apresenta uma crítica sobre processos de socialização na constituição de gênero, deste modo, o pensamento da autora se constitui como marco da teoria feminista pela máxima: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 09).

Também a partir de 1970, com a expansão dos estudos feministas, surgem os “estudos de gênero e sexualidade”, propondo o rompimento com alguns pressupostos da teoria. Assim, ganha força a crítica à perspectiva generificada binária baseada em categorias homogêneas e pré-estabelecidas para tratar de grupos ou indivíduos, a exemplo do conjunto “mulheres”. (BUTLER, 2003). Todavia, mesmo as autoras e autores de maior prestígio no campo de estudos de gênero admitem a dificuldade para superar tais postulados teóricos, visto que, o capital social angariado pela teoria feminista desde o seu surgimento instituiu a autoridade de suas premissas por meio de práticas de estratégia política, que garantem o reconhecimento de pares-concorrentes, conforme a descrição de um campo científico consolidado segundo Bourdieu (1983).

---

<sup>67</sup> Em 16 de março de 1968 tropas estadunidenses massacraram a aldeia de My Lai parte da cidade vietnamita Son Li. Há uma discordância entre o número de mortos entre as versões dos países envolvidos, segundo os Estados Unidos foram 347, por sua vez o Vietnã acusa o assassinato de 504 civis, sendo a maioria de velhos, mulheres e crianças. Apesar da tentativa de abafamento do massacre, o escândalo veio a público influenciando a reprovação internacional quanto à guerra, que teria fim em 1975. Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2010.

<sup>68</sup> Embora o marco cronológico da tese compreenda o período de 1921 a 1936, não seria possível conduzir tal reflexão omitindo eventos que foram grandes marcos tanto posteriores quanto anteriores.

No Brasil, encontramos uma estabelecida comunidade científica vinculada à Revista Estudos Feministas - REF, criada no Rio de Janeiro em 1992 e editada na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, desde 1999. Enquanto periódico científico internacional, a REF afasta a cisão entre estudos feministas e de gênero publicando artigos, ensaios, entrevistas e resenhas que abordam ambos os temas. Podemos considerar a proposta ampla do periódico como estratégia bem-sucedida, pois tem garantido a divulgação da produção de notórias personalidades do campo, em grande parte docentes de Instituições de Ensino Superior. Também, a UFSC promove o Seminário Internacional Fazendo Gênero, um dos mais importantes encontros de pesquisadoras e pesquisadores de ambas as áreas, que já ultrapassa mais de dez edições, sempre prestigiadas com palestras de intelectuais do Brasil e do exterior. Concentra-se assim, em Santa Catarina, um polo de referência em pesquisa, divulgação e eventos que englobam a produção da teoria feminista e estudos de gênero distinguidas como perspectivas de pensamento, mas não conflitantes em suas propostas.

Além da crítica dos estudos de gênero, a elaboração teórica feminista também acolhe demandas de outros segmentos do movimento. O que se identifica como “feminismo negro” ascende no campo como uma vertente a partir da crítica do movimento negro sobre as “cegueiras” da profusão feminista acadêmica instituída com o advento da História das Mulheres. O feminismo negro torna a consideração da categoria de análise “raça/etnia” essencial nas produções contemporâneas. Em um campo de conhecimento cada vez mais multifacetado surgem lideranças ativistas e referencias teóricas, como Ângela Davis (2016) e a denúncia sobre o esquecimento das mulheres pretas na História das Mulheres, a exemplo de estudos que abordam o “trabalho feminino” a partir de processos de industrialização, mas ignoram o trabalho desenvolvido principalmente por mulheres pretas muito antes de elaborações sobre “profissões” em contextos de urbanização. Em âmbito nacional, essa vertente feminista encontra representação na produção de autoras como Sueli Carneiro (2003) e sua proposta de “enegrecer o feminismo”, segundo uma: “[...] perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Ainda, como desdobramento da expansão, consolidação e diversificação da teoria feminista, encontramos outra vertente contemporânea em ascensão: o feminismo decolonial. Parte dessa crítica aponta que a origem do movimento feminista na Grã-Bretanha e sua amplificação em nações de cultura ocidental imprimiram nos postulados da teoria a mesma ambição totalizante oriunda do pensamento eurocêntrico. Nessa perspectiva apresentam-se novas referências de elaboração teórica como Lugones (2014), que identifica a ligação entre o

universalismo feminista e a hierarquia dicotômica que a princípio divide o humano do inhumano, como desdobramento da lógica ocidental para distinguir "conquistadores europeus" e "povos nativos". Para a autora, a teoria feminista tradicional representa o pensamento da mulher branca e encontra-se impregnada da perspectiva colonizadora, que vislumbra um mesmo caminho de resistência para uma lógica de opressão de gênero estruturada pelo patriarcado no ocidente, sendo assim, usualmente desconsidera que a distinção e hierarquização das categorias homem/mulher não são funcionais para analisar todas as sociedades.

No que tange ao entendimento do feminismo enquanto elaboração teórica, as vertentes contemporâneas se apresentam e instituem com razoável compreensão diante das plausíveis críticas apresentadas por correntes de pensamento emergentes da intelectualidade. De fato, boa parte do que a teoria feminista produziu como História das Mulheres consiste em pesquisas segundo o pensamento das mulheres brancas e identificadas com padrões heteronormativos de sociedades culturalmente estruturadas segundo o modelo ocidental capitalista. As autocríticas sobre o pensamento feminista têm instituído novas vertentes e colaborado justamente para o fortalecimento do movimento, como destacado por Sueli Carneiro (2003, p. 117): "O movimento de mulheres no Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país".

No entanto, quando nos voltamos para o "movimento feminista" anterior ao período de profusão acadêmica, verificamos um caminho nebuloso que coloca a mobilização de mulheres em prol de seus direitos em suspeição. Nessa seara, observamos uma perspectiva que hierarquiza a produção intelectualizada a partir de uma série de julgamentos sobre as "falhas" das lideranças femininas do passado, recorrentemente baseadas em anacronismos históricos e em percepções superficiais das personagens. Ironicamente, a constituição de movimentos sociais surge da mobilização das pessoas em suas vivências, quase sempre além dos muros da universidade. Ainda assim, quando instituições reconhecidas como autoridade intelectual tomam tais movimentos como objeto de estudo observamos a instituição de "atestados" de reconhecimento.

Porém, mesmo no campo acadêmico não se instituíram os critérios para que determinadas lideranças do passado possam ser identificadas como "feministas". Afinal, a prioridade dessa avaliação deve basear-se no discurso ou prática? Como um exemplo de tal "tensão", não parece razoável concluir que a Maria Lacerda de Moura recusou o feminismo ao se afastar da FBPF, visto que, a militância da professora com a causa operária se torna ainda mais pujante a partir desse momento, justamente com a elaboração de críticas centradas na

discussão de “classe”, com particular enfoque na exploração das trabalhadoras, bandeira correspondente com a primeira grande questão que mobilizou o movimento feminista na Rússia. Tampouco, está definido o grau de discussão política que precisa ser identificado para sancionar as pautas defendidas pelas associações femininas, por exemplo, associações declaradamente feministas como a FBPF não voltaram suas atividades para a ruptura da dominação burguesa instituída no sistema capitalista.

De maneira geral, identifica-se como demanda feminista a luta das mulheres para serem reconhecidas e respeitadas como sujeitos de direitos universais, como a vida, a dignidade humana e a liberdade. Por sua vez, o entendimento de direitos universais almejados pelo movimento feminista encontra diferentes projeções de acordo com os contextos em que mulheres vivem, sendo assim, instituem-se paradoxos filosóficos na formulação das demandas de mulheres que podem se sentir representadas por requisições distintas ao que seria um ideário emancipatório eurocêntrico, a exemplo da crítica do feminismo decolonial. Nesse aspecto, não parece plausível desqualificar pautas apresentadas por mulheres ao longo da história em defesa de seus direitos ou direcionar os esforços da produção teórica feminista em busca por um marco a partir do qual podemos considerar que a mobilização de mulheres ascende ao status de movimento social.

De fato, ainda que façam parte da composição do associativismo feminino, existem associações femininas que foram criadas com objetivos bastante opostos ao que poderia ser interpretado como parte da luta pelos direitos das mulheres. A Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, fundada em 1923, afigura como estratégia de resistência um centro de poder religioso ao avanço de pautas feministas, como o direito da mulher ao divórcio, sendo assim, uma associação de mulheres apartada do ideário feminista. A participação consciente e/ou inconsciente de mulheres como agentes ativos de seus processos de alienação foi prevista e abordada por Simone Beauvoir como elemento do sistema de controle patriarcal (1970, p. 15): “O homem que constituiu a mulher como um Outro encontrará, nela, profundas cumplicidades”.

Destarte, o que nos parece basilar na história das brasileiras no início do século XX é a compreensão sobre a profusão do associativismo feminino enquanto desdobramento da influência do movimento feminista no período. Nesse momento emblemático para a História das Mulheres no Brasil verificamos a projeção no espaço público de representantes de coletivos femininos organizados, mesmo que não se autodeclarassem ou identificassem como feministas. Algumas lideranças, dentre as quais identificamos recorrentemente professoras, ganharam notoriedade como representantes de diferentes pautas de interesse das mulheres, sendo assim,

feministas ou não, suas trajetórias podem ser compreendidas como símbolos do avanço do movimento.

### **CAPÍTULO 3 – Um tênue equilíbrio: centros de poder na alvorada do regime (1920 – 1930)**

[...]

Um novo Brasil  
surge, indeciso, da pólvora.  
Meu Deus, tomai conta de nós.  
Deus vela o sono dos brasileiros.  
Anjos alvíssimos espreitam  
a hora de apagar a luz de teu quarto  
para abrirem sobre ti as asas  
que afugentam os maus espíritos  
e purificam os sonhos.  
Deus vela o sono e o sonho dos brasileiros.  
Mas eles acordam e brigam de novo.

*(Outubro de 1930, Carlos Drummond de Andrade)*

O período correspondente ao primeiro governo de Getúlio Vargas, instituído entre 24 de outubro de 1930 a 29 de outubro de 1945, mobiliza a elaboração de narrativas historiográficas divergentes. Na versão adotada em diversos documentos do Estado brasileiro, a ascensão de Getúlio Vargas à presidência tratou-se da “Revolução de 30”. Em outra perspectiva de análise, estudos identificam um golpe de Estado.

No final dos anos 1970, um revisionismo historiográfico vigoroso foi desenvolvido por historiadores que tentaram descolar os fatos de 1930 de qualquer ideia de “revolução”. [...] Mas, apesar dessa onda, o nome “Revolução de 30” não foi completamente apagado dos livros de história e materiais didáticos, ainda que muitas vezes passou a ser chamado de “Golpe”. (NAPOLITANO, 2019).

De acordo com a crítica contraculturalista, os interesses de grupos dominantes podem ser identificados pela análise das narrativas apresentadas para os acontecimentos históricos. Como estratégia de perpetuação no poder, versões unilaterais do passado indicam pacificações ou hegemonias, frequentemente adotadas para promover o apagamento de movimentos oposicionistas, bem como ocultar as tensões apropriando-se das concessões necessárias para chegar ao “equilíbrio” social.

Assim, observamos a densidade de propósito que a escolha entre palavras como “revolução” ou “golpe” pode conter ao tratar do passado de uma sociedade. No recorte temporal

anunciado para esta pesquisa perpassamos por parte de um período macrohistórico apontado no discurso oficial do Estado como “Era Vargas” e em análises contraculturalistas como “Ditadura Vargas”, mas não ambicionamos uma avaliação entre essas duas vertentes, visto que, para tanto seria necessário o desdobramento de uma discussão maior com as devidas referências. Contudo, para a devida contextualização do período ao qual nos debruçamos torna-se fundamental explicitar a existência de tal discussão, que se apresenta na historiografia, para abordar a esfera política institucional.

A construção nada despretensiosa de narrativas do Estado brasileiro apresenta-se do início ao fim do primeiro governo de Vargas. Tratado como “Revolução de 30” desde a sua ascensão, a descrição como “Era Vargas” alude às intensas transformações promovidas na sociedade pelo governo. De fato, corresponde a um período longo e com muitas mudanças, também abordado em três fases identificadas por expressões igualmente benevolentes: Governo Provisório (1930 - 1934), Governo Constitucional (1934 - 1937) e Estado Novo (1937 - 1945). Quando observamos tais narrativas do discurso oficial, certamente o “Estado Novo” concentra a maior expressão de eufemismo, visto que, trata-se do momento mais repressivo e autoritário do regime.

Para começo de conversa, não são poucos os autores que definem a ditadura estado-novista como totalitária, quando não facista. A tentação totalitária como chave explicativa aparece com todas as letras até em textos mais recentes, como na produção de Elizabeth Cancelli, tributária, sob vários aspectos, das contribuições de Hannah Arendt. Louve-se a preocupação dessa historiadora em trazer à luz a face repressora do primeiro governo de Vargas, frequentemente obscurecida em estudos que costumam destacar e/ou exaltar os laços que o prenderam às classes trabalhadoras. (PARANHOS, 2015, p.38).

Entretanto, verificamos consenso nas narrativas que abordam o período anterior, identificado como “República Velha” ou “Primeira República”, entre 1889 a 1930, quanto a existência de processos eleitorais fraudulentos que estabeleceram a política do “café com leite”<sup>69</sup>. Em setembro de 1929, o “acordo” foi rompido por Washington Luís. O então presidente e representante da oligarquia paulista, anunciou em uma convenção do já extinto PRP<sup>70</sup>, apoio ao presidente<sup>71</sup> do estado de São Paulo, Júlio Prestes, contrariando o acordo que previa a eleição

---

<sup>69</sup> O revezamento das oligarquias vinculadas ao setor agrário paulista e mineiro na presidência da república no período de 1889 a 1930.

<sup>70</sup> Partido Republicano Progressista: “Partido político paulista fundado em 3 de julho de 1873. Foi o principal partido da República Velha. Foi extinto por decreto de dezembro de 1937 junto com os demais partidos do país, logo após a decretação do Estado Novo”. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>. Acesso em 14 nov. 2021.

<sup>71</sup> Nesse período, eram eleitos “presidentes” e não “governadores” para os estados brasileiros.

do mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada<sup>72</sup>. A quebra do arranjo eleitoral deu-se pela articulação das oligarquias paulistas para manterem-se na presidência da república diante de crise econômica que afetou o setor cafeeiro, garantindo esforços e investimentos governistas a essa categoria agrária.

Tal conjuntura instaurou uma crise política entre os estados federativos e desdobrou-se na constituição da chapa “Aliança Liberal” em oposição ao governo vigente. Formada pelas oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, a Aliança Liberal trazia o nome do presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, como candidato à presidência da república. Neste ponto, precisamos ponderar que a palavra “liberal” pode ser aplicada com diferentes sentidos de acordo com a conjuntura de acontecimentos e interesses dos grupos que a adotam. No caso da Aliança Liberal, trata-se do liberalismo econômico capitalista que se desenvolve no meio urbano, sendo assim, sinaliza o rompimento da lógica protecionista de uma economia voltada para grandes produtores do setor cafeeiro.

A coalizão oposicionista utilizava o termo “Liberal” para sublinhar a pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil, intimamente associado à emergência de um programa de modernização do país. “Liberal”, no caso, exprimia um impulso para a indústria, trazia à tona o tema da incorporação de novos setores sociais na vida republicana e indicava a disposição deste grupo, uma vez no poder, de enfrentar a problemática dos direitos sociais: jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho feminino e infantil. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 354).

Apesar de acalorada em nível de debate e propaganda para o público, a disputa eleitoral entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes foi marcada pela já conhecida prática de fraudes. No pleito que ocorreu em março de 1930, ambos os oponentes fizeram larga utilização de adulteração dos resultados. Contudo, o candidato governista Júlio Prestes “ganhou”, segundo resultado oficial com 1.091.709 votos, contra 742.794 votos para Getúlio Vargas<sup>73</sup>.

O desfecho da disputa eleitoral entre Prestes e Vargas não foi suficiente para pacificar os ânimos dos opositores. As conspirações contra o governo das oligarquias cafeeiras paulistas permaneceram desencadeando a organização e financiamento de levantes armados em diferentes partes do Brasil: “[...] o inconformismo dos partidários de Vargas com o resultado das eleições e dos demais opositores com as regras eleitorais vigentes (com voto aberto e não secreto, por exemplo) provocam a intensa articulação entre políticos e militares que resultará

<sup>72</sup> O Arquivo Nacional traz a descrição de Júlio Prestes de Albuquerque indexada à ocupação Presidente da República. Fonte: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/112-julio-prestes>. Acesso em 13 de nov. 2021.

<sup>73</sup> Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/brasileiros-vao-as-urnas-para-escolher-seu-proximo-presidente>. Acesso em 13 nov. 2021.

na Revolução de 30<sup>74</sup>, em outubro desse ano.” Em 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado na cidade de Recife, o governador da Paraíba havia concorrido ao pleito presidencial como vice de Getúlio Vargas e o crime agravou o quadro de revolta na política institucional. A morte de João Pessoa foi explorada publicamente como evidência de instabilidade política, seu corpo peregrinou pelo Brasil antes do sepultamento desencadeando uma comoção social em apoio à Aliança Liberal<sup>75</sup>, especialmente ao candidato gaúcho que “perdeu” o companheiro de chapa. As insurgências tomaram cada vez mais corpo e somadas ao pouco empenho do exército em defesa do governo vigente, além da participação de oficiais nas conspirações pró Aliança Liberal, Washington Luís foi deposto em 24 de outubro de 1930 e o processo de sucessão da cadeira presidencial para Júlio Prestes suspenso.

Nesse contexto, instaura-se o “Governo Provisório” compreendendo o período de 1930 a 1934. A princípio sob a administração de dois militares, o maranhense Augusto Tasso Fragoso e o gaúcho João de Deus Mena Barreto, que rapidamente transferiram o comando para Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930. Esse foi o cenário de início da referida “Era Vargas” ou “Ditadura Vargas” sustentada por uma base cultural autoritária: “De imediato o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechados, os governadores de estado depostos e a Constituição de 1891 revogada. Vargas passou a governar através de decretos-lei.” (PANDOLFI, 2003, p.2).

Ao assumir o poder em condições de ruptura institucional e quebra de pactos com oligarquias agrárias, Getúlio Vargas direcionou seus esforços para um projeto nacionalista de desenvolvimento e investiu em sustentação popular no espaço urbano. Apesar do aumento gradual da população das cidades indicar o êxodo rural, o Brasil ainda mantinha um modo de produção e cultura voltadas para o campo. Tal contexto econômico desenhava um cenário de atraso na estrutura industrial brasileira se comparada ao processo de industrialização escala internacional.

[...] o processo de industrialização - apesar do domínio oligárquico - persistiu em lento crescimento e beneficiou-se, inclusive, dos lucros do café, pois o temor a novas crises na sua comercialização provocava a aplicação de capitais em outras atividades econômicas. Este crescimento industrial, entretanto, era limitado pela carência de capitais, pelas facilidades de importação e pelo precário dinamismo do mercado

---

<sup>74</sup> A transcrição da página online do Arquivo Nacional que contém acervos presidenciais sustenta a narrativa da “Revolução de 30” apesar de reconhecer que oficialmente Júlio Prestes foi eleito no pleito em questão. Assim como essa página, encontramos diversos documentos mantidos pelo Estado brasileiro que abordam a sucessão de acontecimentos em torno da destituição de Washington Luís como revolução e não golpe de Estado.

<sup>75</sup> O historiador José Luciano de Queiroz Aires descreve em sua obra “A Fabricação do mito João Pessoa: batalhas de Memórias na Paraíba (1930 – 1945)” o processo de santificação da figura de João Pessoa e como esse fato histórico foi decisivo para a ascensão de Getúlio Vargas ao poder (AIRES, 2013).

interno; por outro lado, o domínio oligárquico assegurava o fortalecimento econômico do grupo ligado ao café através da política de valorização (PAIVA, 2003, p.89).

O presidente ditador instituiu seu governo com foco no desenvolvimento das cidades cultural e economicamente. Nessa conjuntura, a temática da “educação”, geralmente encarada com caráter elitista e conservador pelos governos antecessores<sup>76</sup>, passou a compor um dos principais interesses do Estado, afigurando como instrumento fundamental para promoção da mudança sociocultural pretendida no meio urbano.

Em períodos de expansão da economia, em que se objetiva a modernização e, portanto, se reconhece a necessidade de formação de quadros mais adequados à sociedade em transformação, oferece-se a oportunidade para a reformulação dos sistemas educativos ou para o surgimento de movimentos que procuram promover a mudança através da educação; trata-se, então, de reformulações do sistema educativo ou promoções de movimentos de educação que visam ao aperfeiçoamento do sistema e à consolidação dos aspectos mais fundamentais das estruturas vigentes. (PAIVA, 2003, p. 32).

Entre as primeiras ações de Getúlio Vargas identificamos a instituição do Ministério da Educação e Saúde Pública em 14 de novembro de 1930. A criação do referido ministério representa um marco histórico que contribui para amenizar críticas a respeito da truculência e “atrasos” do primeiro governo varguista. No histórico do ministério encontramos curiosidades, nunca desinteressadas, como a “escolha” de ministros de Minas Gerais que representava o firmamento de alianças políticas. A tríade de mineiros foi inaugurada por Francisco Campos, que permaneceu até 16 de setembro de 1932, seguido por Washington Pires e por fim, em 25 de julho de 1934 assume Gustavo Capanema mantendo-se até o final da regência varguista. Também identificamos a participação na dita “Revolução de 30”, com envolvimento em ações do ministério, figuras notáveis que trazem em suas biografias a proximidade com um governo autoritário, como os escritores Carlos Drummond de Andrade, Fernando de Azevedo e Manuel Bandeira.

Entretanto, avaliações positivas sobre os avanços da educação durante o primeiro governo varguista usualmente desconsideram os interesses dos diferentes grupos que compunham o ambiente político em questão. “A partir da década de 1930, no entanto, os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na vida política, e a

---

<sup>76</sup> A História da Educação brasileira antes dos anos 30 contou com algumas iniciativas na defesa do investimento para promoção de instrução pública em larga escala. Dentre as referências, um dos mais robustos esforços foi o parecer-projeto de 1882 apresentado por Rui Barbosa à Assembleia Geral no desenrolar da reforma Leônio de Carvalho. Apesar de impulsionar importantes discussões a respeito da instrução pública no âmbito político, a maior parte das propostas do parecer-projeto não se efetivou na época. (PAIVA, 2003).

educação seria a arena principal em que o combate ideológico se daria.” (SCHWARTZMAN; et al, 1984, p. 51). Para compreender as vertentes ideológicas envolvidas, precisamos considerar a articulação que antecedeu a criação de um órgão estatal centrado na educação e saúde.

As discussões e mobilizações, que desaguaram na criação do ministério, ocorreram na década anterior, especialmente nas Conferências Nacionais de Educação promovidas a partir de dezembro de 1927, pela Associação Brasileira de Educação - ABE. Fundada em 15 de outubro de 1924, a ABE ainda existe, apesar de perder o destaque ao longo do tempo no cenário político nacional. Os membros da ABE, boa parte com formação em ciências médicas, vivenciaram a pandemia de gripe espanhola e varíola. A busca da intelectualidade brasileira por soluções para a questão sanitária em larga escala estabeleceu o intercambio com discursos científicos elaborados em outras nações, especialmente do continente europeu, como a filosofia eugenista. Em seu estudo sobre a influência do discurso eugenista na América Latina, Nancy Stepan (2005) observa que em nações da América do Sul a incorporação da concepção eugênica characteristicamente conservadora, nacionalista e racista aconteceu com particular diferença. A autora identifica um ramo “macio eugenista” em contraposição da concepção “dura”, advinda da Grã-Bretanha. No território brasileiro a assimilação e reelaboração da filosofia eugenista foi uma necessidade para sua difusão, uma vez que, era simplesmente inviável promover medidas extermínio étnico-racial em uma população characteristicamente miscigenada, uma realidade bastante diferente de países como a Inglaterra.

Em 1930, o ideário nacionalista fundamenta a instauração do primeiro governo de Vargas. Contudo, observamos o afastamento da perspectiva de eliminação/exterminio dos grupos identificados como inferiores, compondo um aspecto importante da adaptação eugênica latino-americana fomentada nas décadas anteriores. Ainda que tenham existido medidas governamentais para promover o “branqueamento” da população, evidentemente relacionadas com a difusão da perspectiva racista, a exemplo da política de povoamento do Sul brasileiro com imigrantes europeus iniciada no fim do século XIX, verificamos a configuração de uma versão do ideal eugenico em direção ao higienismo.

Assim, intelectuais do Brasil congregados na ABE desenvolveram uma simbiose das discussões em torno dos temas educação e saúde para a formulação do que seria um conceito de “educação sanitária”, que passou a ser foco das discussões.

[...] A inexistência de fronteiras nítidas entre a ação higienista, assim concebida, e a educação, pensada também no horizonte intelectual do determinismo como alteração do meio ambiente, permite que a metaforização da ação educacional em obra de saneamento seja procedimento discursivo de grande força descriptiva das expectativas

que os intelectuais engajados na ABE nutriam com relação à educação. (CARVALHO, 1998, p.147).

Assentada na construção fictícia de uma imagem apolítica, por um período entre as décadas 20 e 30, a ABE congregou notórios integrantes de diferentes esferas da sociedade brasileira. Em suma, a composição da associação contava com grupos majoritários dos seguintes segmentos elitistas: intelectuais dos centros universitários, oficiais de alta patente do exército e representantes da Igreja Católica. A reunião dessas três perspectivas nas discussões, elaboração de documentos e encaminhamento de ações do Conselho Diretor pulverizavam orientações que imprimiam as características de cada um desses segmentos ao ideário de “civismo” defendido pela associação. (CARVALHO, 1998). Deste modo, instaura-se uma espécie de conservadorismo ativista, que tratava a educação como tema prioritário, mas sem propor mudanças na estrutura hierárquica das classes que compunham a sociedade brasileira.

Apesar da defesa de um projeto de educação robusto para a instituição de um sistema de ensino ser um denominador comum, a heterogeneidade de seus membros desencadeou vários embates entre participantes da ABE. O primeiro desembarque foi do grupo católico em dezembro de 1932, ainda durante o Governo Provisório, diante do avanço do ideário de educação laica defendida pelo grupo de “intelectuais da Escola Nova”. Na seara de vertentes educacionais em voga, a pedagogia de John Dewey despontou como principal referência teórica dos Estados Unidos e consequentemente tornou-se parâmetro para o Brasil, sendo assimilada e difundida como “movimento da Escola Nova”. (MONARCA, 2009). Como resultado da realidade da qual foi produzida, essa filosofia de ensino propunha uma educação funcional para o trabalho nas cidades, com propostas para uma escola urbana e racionalizada. O ideário de educação moderna e baseada em princípios científicos, logo afastado de críticas “socialistas”, encontrou representantes entre a intelectualidade brasileira que buscavam formas de atuação em um contexto autoritário (COUTINHO, 2023).

Como um vetor de equilíbrio de forças, a autoridade intelectual escolanovista na ABE não era soberana. Deste modo, o rompimento da Igreja Católica com tal associação não significou a interrupção de sua influência em projetos para a Educação e Saúde Pública. Os representantes do “cristianismo” seguiram pautando um ideal de educação moral e conservadora, combatendo pautas como: a laicidade do ensino, a coeducação, o monopólio estatal da educação, o ensino gratuito e a educação liberal. (SCHWARTZMAN; et. al, 1984). Em 1933, uma vez afastado das convenções promovidas pela ABE, o grupo católico funda a Confederação Católica Brasileira de Educação. Em 1934, a confederação promove seu próprio

evento, o I Congresso Nacional Católico de Educação. (SAVIANI, 2004). Em 1931, comprovando o poder de setores religiosos na política educacional, identificamos a inserção do Ensino Religioso no currículo escolar na reforma realizada pelo ministro Francisco Campos. Em continuidade, a previsão deste componente curricular foi oficializada também na Constituição de 1934, marco de inauguração do Governo Constitucional. (GONÇALVES; MUNIZ, 2014).

Em outro flanco, militares e intelectuais divergiam em vários aspectos, seja quanto à atuação política e partidária de integrantes seja sobre a reputação de personagens históricos como Tiradentes. Entretanto, a maior discordância entre “academia” e “quartel” centrava-se nas propostas de ensino público, gratuito e autônomo nos preceitos da corrente pedagógica escolanovista ou de educação nacionalista e austera aos moldes da filosofia militar. Deste modo, o reconhecido Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 representa o posicionamento e emancipação de um grupo de intelectuais da ABE com tendências progressistas. Atualmente, o que restou da associação reivindica os créditos pelo documento, sendo que, essa mesma “sugestão” pode ser constatada em outros estudos que abordam a ABE, como observa Maria Marta Carvalho (1998):

Tão importante papel atribuído à Associação Brasileira de Educação tem conduzido a historiografia sobre o movimento na década de 20 a supor que na Associação estivessem congregados, desde esta década, os integrantes daquele que, a partir de 1930, seria conhecido como grupo dos Pioneiros da Educação Nova. (CARVALHO, 1998, p.31).

A construção dessa narrativa indica uma estratégia de distanciamento de pontos que não seriam vistos de maneira gloriosa atualmente, como o elevado contingente de oficiais militares que transpuseram propostas do grupo de intelectuais. Não é estranho que uma instituição ou organização faça uma auto propaganda positiva ignorando propositadamente ou não, passagens anteriores que revelam contradições ou pontos degradantes de sua imagem. Entretanto, o olhar crítico necessário à feitura de estudos acadêmicos requer a suspeição de versões sublimes a fim de apresentar uma análise realista dos acontecimentos, ou seja, apenas a versão oficial da ABE sobre si mesma não deve ser tomada como verdade absoluta.

Por certo, alguns membros mantiveram-se atuantes tanto na ABE quanto no Movimento Escola Nova, como Armando Álvaro Alberto, uma das professoras que tratamos na PARTE II. Da mesma maneira, alguns escolanovistas também participaram do governo de Getúlio Vargas assumindo cargos no Estado, principalmente no Ministério da Educação e Saúde Pública, a exemplo de Anísio Teixeira. Como descrito por Drummond em "Outubro de 1930", diferente

de narrativas históricas hegemônicas, a ascensão de Vargas não foi suficiente para pacificar a sociedade brasileira. Além das insurgências externas, o regime enfrentou conflitos internos oriundos da instabilidade das alianças entre grupos distintos que participaram e viabilizaram a "Revolução ou Golpe de 1930".

No jogo de poder que se configurou nesse período histórico, a participação em repartições do governo ou associações precisa ser considerada em perspectiva de possibilidade e resistência. É justamente com esse entendimento que continuamos nossa análise de documentos encontrados no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que consistem em fragmentos da história de destacadas professoras, com a devida atenção para a relação entre elas e os centros de poder instituídos no período.

### **3.1 - Professoras *outsiders*: a ponta de um *iceberg***

Segundo Norbert Elias e John Scotson (2000), a conceituação de *outsiders* corresponde com pessoa/s estranha/s ou marginalizada a um vetor de poder instituído, a exemplo de grupos que residem em diferentes localidades de uma comunidade estabelecida territorialmente. Na obra, Elias e Scotson (2000) direcionam o microscópio sociológico para relações instáveis entre membros antigos e novos que compõe uma pequena vizinhança e a incursão assume um caráter marcadamente antropológico na análise sobre a dinâmica compartilhada que configura o sentimento de superioridade social entre grupos que performam como “estabelecidos” e “*outsiders*”, segundo a lógica das relações de poder instituídas. Nesse aspecto, substancialmente percebemos uma abordagem sensível as relações sociais estabelecidas a partir de hierarquias instauradas de poder e o papel que elementos desempenham de acordo com sua identificação em “grupos”. Deste modo, é possível projetar tal perspectiva para diferentes configurações para acompanhar as nuances das relações de poder instituídas entre diferentes grupos que se apresentam em estruturas sociais hierarquizadas, como mulheres e homens. Quando lançamos o olhar macrossocial para sociedades androcêntricas, capitalistas, culturalmente marcadas por projeções eurocêntricas, percebemos que geralmente as mulheres performam enquanto *outsiders* das relações de poder instituídas. A aproximação e inserção de elementos *outsiders* desencadeia a eclosão de conflitos diante do desconforto e rejeição por parte dos membros acomodados à lógica estabelecida. Assim, observamos que *outsiders* desequilibram a estabilidade social pelo seu potencial de iniciar ou incitar processos de ruptura

e reorganização da dinâmica de relações sociais, ou seja, projetam elementos novos para uma estrutura social tencionando rupturas na cultura dominante.

No recorte temporal da história das professoras que propomos, a feminização do ensino primário já era uma realidade constituída. Logo, não podemos inferir que a formação e atuação no magistério eram suficientes para uma mulher ser considerada *outsider*. Naquela época, cursar a Escola Normal e tornar-se mestra não era uma transgressão, apenas um caminho opcional e cumulativo para o universo feminino. No caso de moças de uma elite financeira era inclusive esperado o grau de instrução mais elevado, sendo o magistério visto como formação adequada e satisfatória. Assim, devemos considerar que a coletividade de mestras atuante seja em classes femininas, masculinas ou mistas compartilhava uma cultura dominante do magistério primário, normatizando comportamentos e concepções de mundo.

Entretanto, algumas professoras ultrapassaram a fronteira da sala de aula e projetaram sua atuação para além das restritas atividades na esfera pública e da previsível esfera doméstico-familiar. No esforço de romper com os limites para a formação, possibilidades de trabalho e representação política das mulheres, a história dessas personagens “desviantes” superou o silenciamento. Apesar de pouco divulgados e concentrados em discussões no campo da História das Mulheres, é possível encontrar artefatos históricos e pesquisas que apontam algumas professoras como mulheres insurgentes à ordem estabelecida, sendo assim, *outsiders*.

Ao escrever sobre a história de professoras desviantes não tratamos do grupo majoritário ou “massa” que compunha o quadro do magistério no período referendado. Também não estamos lidando com a vida cotidiana dessa categoria de profissionais, especialmente porque boa parte das fontes analisadas correspondem a momentos de envolvimento em acontecimentos de maior comoção social, em que a participação dessas personagens as colocou em evidência. Entretanto, a vida de uma *outsider* não corresponde apenas à militância política, ao embate com divergentes e a resistência ao controle dos centros de poder. Boa parte da existência humana em sociedade é composta por momentos de calmaria, de rotina e colaboração, quando as relações sociais se estabelecem em uma dimensão corriqueira e marginal do cotidiano.

Nos apropriando também da análise filosófica de Deleuze e Guattari (1996), compreendemos as *outsiders* como sujeitos que seguiram “uma linha de fuga” entre um devir mulher e devir professora. Assim, foram além de territórios estabelecidos na busca por novos paradigmas para suas vidas, por vezes, se reterritorializaram dentro de padrões normativos do universo feminino, mantendo concomitantemente comportamentos vinculados à esfera doméstico-familiar e a tradicional macrocultura do magistério. Nessa perspectiva, desempenharam vários papéis correspondentes ao devir mulher normativo: esposa, mãe, dona

de casa, cristã, dentre outros. Tais personagens também são identificadas além dos limites impostos socialmente em seu tempo histórico, deixando suas marcas em registros oficiais como sufragista, feminista, candidata, eleitora, presa política, indigenista, antropóloga, intelectual, presidente de associações e outras definições até então "imprevistas" dentro do padrão hegemônico e dualista de gênero em uma estrutura social fortemente regida pela lógica do patriarcado.

A identificação e compreensão do comportamento desviante das *outsiders* demanda sensibilidade para perceber que a individualidade das personagens está intrinsecamente conectada à conjuntura sociocultural em que elas viveram, bem como com as relações sociais estabelecidas em vários níveis. Assim, falamos de professoras envolvidas com o ensino primário que estudaram e lecionam nas Escolas Normais durante boa parte de suas vidas. Essas mesmas personagens ganharam destaque no cenário nacional por suas atividades "em linha de fuga", caracterizada pelo envolvimento em questões latentes da sociedade e que as projetaram como representantes do coletivo de trabalhadoras da educação. "Sob muitos aspectos, a atividade e a visão dos estabelecidos e dos *outsiders*, inelutavelmente aprisionados na interdependência de seus bairros, eram complementares. Tendiam a se reproduzir e a reproduzir umas às outras" (ELIAS; SCOTSON, 2000). As figuras apresentadas vivenciaram uma dinâmica interação com seus pares, sendo influenciadas e influenciando a cultura do magistério nos ambientes em que transitaram. Nesse aspecto, compreendemos que apesar de uma existência extraordinária, a atuação dessas professoras deve ser analisada como indício dos rumos de uma sociedade em transformação, ou seja, tratamos da personificação de tendências, discussões, possibilidades e anseios compartilhados por grupos heterogêneos.

Ainda, a constatação da existência dessas personagens corresponde com a crítica contraculturalista, que busca alternativas de análise para romper com a lógica tradicional e totalizante do fazer historiográfico, atestando a pluralidade cultural e instabilidade social. Como trabalhadoras da educação, as *outsiders* encontraram inspiração para pensar e agir em seu tempo histórico e contexto social defendendo as mudanças que acreditavam ser importantes. Para essas mulheres, o magistério não foi encarado como algo secundário, mas como uma prioridade que abriu caminhos nem sempre planejados e demandou o envolvimento em questões muito além do cotidiano em sala de aula.

Na seara da educação escolar, as reivindicações costumam articular um discurso emancipatório de interesse comum e tendem a assumir um caráter missionário. Porém, não devemos ignorar a linha tênue entre as aspirações profissionais particulares dessas trabalhadoras e as causas coletivas que representaram sob o risco de incorrer no erro de tratar

pessoas reais de maneira benevolente. Não tratamos de heroínas ou mártires, tampouco mulheres ingênuas que tiveram suas vidas ocasionalmente cercadas por tramas demasiadamente complexas e combativas, pois falamos de professoras que decidiram se envolver em causas polêmicas por motivações individuais e coletivas. Ainda, é preciso considerar que a despeito do esforço biográfico para apresentar leituras lógicas e lineares para contar uma história, ao longo do tempo as sociedades são marcadas por momentos de agitação e calmaria, sendo assim, o comportamento desviante de *outsiders* também é dinâmico, podendo se concentrar em diferentes áreas e/ou período de suas vidas.

Nas décadas de 1920 e 1930, outro ponto a crucial para compreender a atuação das *outsiders* corresponde à estratégia colaborativa de mulheres que se desdobrou em constante fundação de associações femininas. Assim, precisamos considerar a relação imbricada entre nomes de lideranças feministas e a constituição de agremiações, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, responsável pela produção e/ou arquivamento das principais fontes desta pesquisa. No caso das professoras, verificamos que o vínculo com tais coletivos representou um fator de destaque em suas trajetórias de militância e essa reflexão nos proporciona maior compreensão sobre a estratégia de associativismo feminino como forma de insurgência, resistência e negociação.

Segundo a lógica que rege as relações de poder descrita por Thompson (2019), devemos o arquétipo de dominação enquanto prática de poder, sob as quais criam-se uma série de obrigações, convenções sociais, ritos oficiais, normas de comportamento e valores culturais para convencimento de superioridade. Tais práticas de dominação precisam ser desempenhadas por indivíduos ou grupos em razão de seu *status* social, como uma amarra compulsória de representação que sujeita e tensiona as liberdades no topo das hierarquias sociais e culturas dominantes. Compreendendo que inexiste dominação total, Thompson (1998) ressalta diversas iniciativas de resistência e seu potencial de desdobramento em ações de desobediência civil em determinados contextos. A repressão de levantes populares encontra maior evidência na ação de dispositivos coercitivos diretos, como forças repressoras e indiretos, como prerrogativas religiosas. Deste modo, instituições de Estado como as polícias atestam tanto o domínio exercido por um grupo de poder reconhecido pelo arquétipo legislativo, quanto a necessidade de criar corporações de autoridade para conter insurgências recorrentes.

Entretanto, a eclosão de diversos segmentos organizados em sociedades multifacetadas não pode ser sempre contida por dispositivos coercitivos. Nesse aspecto, Thompson (1998) aborda outro ponto importante para a garantia do equilíbrio social: a negociação e a concessão. Ao longo das transformações nas sociedades, observam-se concessões de diversas naturezas

marcando embates entre grupos marginalizados e grupos dominantes. Os discursos oficiais se apropriam das concessões negociadas com representantes de grupos subalternos apresentando narrativas sobre “favores ou ações benévolas” dos grupos dominantes, uma estratégia de preservação da estrutura macrossocial. Nesse aspecto, torna-se imperiosa a atenção e sensibilidade analítica para a identificação das concessões que evidenciam a dinâmica de “reciprocidade” entre governo e multidão, pois tratamos de indícios das insurgências que desafiam grupos dominantes e que carregam o potencial de reestruturação hierárquica entre classes ou segmentos sociais.

Assim, a construção de uma Histórica das Professoras a partir da seleção de algumas *outsiders* vai além da reflexão sobre trajetórias individuais, pois tratamos de lideranças femininas em movimento associativo para ascender no debate público dominado por homens. Como representantes de coletivos, o ativismo dessas mulheres direciona reflexões mais abrangentes que suas biografias. Assim, o fio condutor de nossa pesquisa ora desenvolve considerações na perspectiva macrossocial do contexto histórico, ora microssocial em questões de maior significância na vida das personagens destacadas. O ponto de partida de nossa análise consiste nos registros documentais sobre as professoras encontrados no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A devida compreensão das fontes com as quais trabalhamos demanda o diálogo com trabalhos biográficos e autobiográficos que, por sua vez, somam à nossa pesquisa informações levantadas em outras fontes, especialmente provenientes da mídia impressa do período.

### **3.2 Considerações teóricas de fontes adicionais: biografias e autobiografias *outsiders***

No levantamento de informações sobre as *outsiders* dialogamos com literaturas do gênero biográfico e autobiográfico contextualizar as fontes identificadas no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A partir do século XX, a produção literária biográfica é caracterizada por obras que partem do individual para o coletivo, com especial atenção à aspectos singulares e marcada pelo paradigma indiciário de análise histórica. Assim, pesquisadoras(res) debruçadas(os) nessas produções não almejam uma escrita heroica ou totalizante, mas buscam em histórias de personagens do passado uma versão da realidade que viabiliza a leitura da sociedade ao longo do tempo. As produções biográficas elegem protagonistas que são abordados em uma perspectiva analítica contextual e com relativo grau de impessoalidade, visto que, por mais que a produção da história de uma pessoa real mobilize

afetos, o rigor metodológico garante um nível de distanciamento entre quem escreve e o objeto/sujeito de estudo. (DOSSE, 2009).

Atualmente, como produção de pesquisas acadêmicas, biografias de personagens históricos são construídas com enfoques diversos. Tais estudos misturam a faturalidade autenticada e ficcionalização do sujeito para destacar a individualidade de um personagem que viveu em uma determinada realidade sociocultural. Deste modo, as produções afastam a perspectiva heroica e totalizante, pois relacionam a contextualização de períodos históricos com as ações dos sujeitos.

[...] as abordagens biográficas contemporâneas, animadas pela busca de detalhes ínfimos, reveladores da unicidade do gesto, não estão muito distantes da junção da vida e da obra, mesmo que a pretensão seja menos um apanhado totalizante que um exame microscópico – sempre, no entanto, para produzir um sentido mais globalizante, para evocar a amplitude de uma trajetória e a exemplaridade de um sujeito. (DOSSE, 2009, p.92).

No contexto sociocultural marcado pelo patriarcalismo nas décadas de 1920 e 1930, professoras que romperam em algum grau com a lógica de silenciamento das mulheres suscitam a produção de biografias. Assim, encontramos trabalhos que abordam vários aspectos e períodos da vida dessas *outsiders*, sendo que, boa parte dessas produções corresponde ao resultado de todo um esforço de investigação para escrever dissertações e teses, que apesar de profundas e atuais não esgotam as muitas possibilidades de reflexão, pois "[...] o enigma biográfico sobrevive à escrita biográfica. A porta permanece escancarada para sempre, oferecida a todos em revisitações sempre possíveis das efrações individuais e de seus traços no tempo" (DOSSE, 2009, p. 410). Entretanto, salientamos que não propomos a construção de mais uma literatura biográfica, mas nos amparamos nessas produções para discorrer sobre a dimensão que o trabalho no magistério ocupou na vida dessas mulheres e sobre como questões transversais do contexto sociocultural se apresentaram em suas trajetórias profissionais.

Ainda, dentro do campo de produção desse gênero literário verificamos ser importante distinguir obras biográficas e autobiográficas, visto que, configuram duas possibilidades de texto que merecem cautela em seu consumo. Phillip Lejeune (2003) destaca que, apesar de almejar comunicar uma verdade, a autobiografia é identificada como um meio social de comunicação individual para: "[...] transmitir um universo de valores, uma sensibilidade ao mundo, experiências desconhecidas, e isso no quadro de uma relação pessoal percebida como autêntica e não ficcional". (2003, p. 54). Deste modo, diferentemente das biografias, uma produção autobiográfica é marcadamente parcial, o que a deixa mais próxima da ficção. Por

mais que proponha registros factuais, nestas obras a seleção de acontecimentos, menção de personagens e principalmente a interpretação dos relatos trata-se de uma decisão pessoal, sendo assim, essencialmente uma versão parcial/particular da história.

Como pesquisador dedicado academicamente ao gênero autobiográfico por longa data, tendo inclusive fundado a *Association pour l' Autobiographie et le Patrimoine Autobiographique*, em 1997, Lejeune (2003) nos auxilia na identificação de produtos autobiográficos para além dos tradicionais textos em primeira pessoa e em formato livresco. Nesse ponto, salienta que o campo de produção autobiográfica foi por muito tempo subalternizado enquanto gênero literário, não sendo razoável que uma vez constituído, passe a excluir em função da hierarquização de valores. Deste modo, compreendemos um texto autobiográfico como uma produção literária que apresenta um testemunho histórico e busca comunicar uma verdade, que pode ser apresentado em diversos formatos como diários, poesias, relatórios ou obras escritas em terceira pessoa.

As informações das produções autobiográficas das *outsiders* são referências importantes para a construção de uma História das Professoras na perspectiva da contracultura, uma vez que, correspondem a uma fonte autoral das representantes de uma categoria que em grande parte foi silenciada. Entretanto, apesar da merecida atenção para as vozes persistentes, não é possível tomar a versão transmitida por esses registros como verdade absoluta. Assim, cotejamos as informações de produções autobiográficas com outras referências que versam sobre os acontecimentos relatados, a fim de obtermos uma melhor contextualização das questões debatidas.

Deste modo, ao analisar os indícios biográficos das professoras *outsiders* que encontramos, procuramos afastar a incorrênci da “ilusão biográfica” descrita por Pierre Bourdieu (1986), especialmente no que diz respeito a:

[...] Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficientes de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a “associação” de um sujeito cuja a constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô se levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 2006, p.190).

Assim, em nossa análise das fontes biográficas sobre as professoras conduzimos a reflexão de sujeitos complexos, com vinculação profunda em seu contexto histórico e social. Nossas personagens podem ser observadas como parte de grupos diante do esquadrinhamento de categorias como “mulheres”, “professoras”, “diretoras” e “normalistas”. Por sua vez, a dimensão *outsider* de educadoras em busca de “espaços” já ocupados por agentes de poder está

relacionada com a combinação de singularidades que resultam em trajetórias únicas. Em um olhar superficial, suas particularidades podem se apresentar como contradições que “quebram” encantos biográficos, questões que podem ser conscientemente ou inconscientemente ignoradas por pesquisadoras(es) demasiadamente empenhadas(os) na preservação ou exaltação de personagens. Para nós, a identificação de “inconstâncias”, “divergências”, “paradoxos” nos aproximam de uma percepção de sujeitos reais, sendo sua excepcionalidade destacada justamente pela complexidade de suas trajetórias. Ainda que a negligência da memória e o apagamento sistemático sejam pontos reconhecidos na História das Mulheres, o vício do “encantamento biográfico” é algo que buscamos evitar na história das professoras que apresentamos a seguir.

## PARTE II

CAPÍTULO 4 - A professora Leolinda Figueiredo Daltro para deputada constituinte



Imagen 7 – Foto Leolinda Daltro<sup>78</sup>.

Triste, louca ou má<sup>77</sup>  
[...]  
Ela desatinou, desatou nós  
Vai viver só

Eu não me vejo na palavra  
Fêmea, alvo de caça  
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa  
Traçar de novo a estrada  
Ver cores nas cinzas  
E a vida reinventar

E um homem não me define  
Minha casa não me define  
Minha carne não me define  
Eu sou meu próprio lar  
[...]

No Rio de Janeiro, capital federal, antes do destaque na imprensa adquirido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na década de 1930, outra associação de mulheres já era conhecida pela defesa de seus direitos civis: o Partido Republicano Feminino (PRF). O partido surge em um momento em que a mobilização pelo sufrágio ainda engatinhava no Brasil, quase duas décadas antes da instauração do regime varguista, como uma associação fundada e presidida por Leolinda Figueiredo Daltro (1859 – 1935), professora nascida em Nagé, no Recôncavo Baiano. A professora Daltro teve sua trajetória de vida marcada pela militância em diversos segmentos, sendo que, o feminismo não foi a única ou a primeira causa a mobilizar essa *outsider*. Boa parte do ativismo de Leolinda foi referente ao projeto de educação indígena nos preceitos do conceito autoral de "catequese laica", ou seja, a alfabetização dos povos originários sem a inculcação de filosofia religiosa, sendo referendada na história do país como pioneira indigenista. A pesquisadora Mariza Corrêa (2013) também reconhece Leolinda como

<sup>77</sup> Composição: Andrei Martinez Kozyreff / Juliana Strassacapa / Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes / Sebastián Piracés-Ugarte. Interpretação: Francisco, el hombre.

<sup>78</sup> Fonte: Brasiliana Fotográfica. Feministas grácas a Deus - Leolinda Figueiredo Daltro. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=leolinda-daltro>. Acesso em 19 jul. 2023.

uma das primeiras antropólogas brasileiras ao abordar a excursão da professora pelo interior do país entre 1987 e 1900, para promoção da “Catequese Laica ou Leiga”. Por sua vez, em pesquisas sobre temas como feminismo e o sufrágio, a professora Daltro é reconhecida como a primeira mulher a criar uma associação exclusivamente feminina no Brasil. (KARAWEJCZYK, 2013, p. 22).

Assim, tratamos de uma precursora de pautas polêmicas nos períodos macrohistóricos desde a “Primeira República” até a “Era Vargas”. Como esperado para uma mulher envolvida em debates públicos acalorados, a princípio a educação indígena e posteriormente os direitos civis das mulheres, foi ovacionada em meios progressistas e atacada por setores conservadores da sociedade. O destaque no cenário nacional trouxe adjetivos nem sempre honrosos, incluindo “sufragista”, no sentido pejorativo vinculado com a narrativa sobre o “mau feminismo” e “mulher do diabo”, como resultado do embate com a Igreja Católica, especialmente a ordem de frades dominicanos que atuava na catequese religiosa pelo interior goiano (GRIGÓRIO, 2012).

No recorte temporal sobre o qual nos debruçamos, a fundadora e presidente do PRF já havia direcionado sua militância política para os direitos das mulheres. No pleito para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, aos setenta anos de idade, lançou candidatura à uma cadeira como deputada pelo Rio de Janeiro. Encontramos um vestígio dessa participação na corrida eleitoral no acervo do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Na seção “Administração”, subseção “Campanha”, série “Eleições” e código de referência “BRJANRIO Q0.ADM, CPA. ELE.1”, identificamos o *dossiê* com “folhas votantes, boletim eleitoral, cartões de visitas, manifesto, cartas, textos e listas de senadores, fiscais das eleições, zonas eleitorais, apuração referente a diversas campanhas eleitorais”, contendo 190 páginas e entre os documentos nos deparamos com o “santinho” de divulgação da candidata Leolinda Figueiredo Daltro. Esse mesmo documento é reproduzido em outros trabalhos, sendo também recorrente a indicação do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino como fonte, o que nos leva a acreditar que o Arquivo Nacional mantém um dos poucos exemplares físicos ainda existentes.



Imagen 8 – Propaganda de Leolinda no pleito Constituinte de 1933. Fonte: Arquivo Nacional – Fundo FBPF – Seção de Administração, BRJANRIO Q0.ADM, CPA. ELE.1, pg. 53.

No contexto macrohistórico das eleições para a Assembleia Constituinte de 1933 tratamos de um momento com grande importância para a pauta do sufrágio feminino. Na ocasião estava em vigor o primeiro Código Eleitoral do Brasil de 1932, que trazia textualmente em suas diretrizes a previsão do voto das mulheres: "Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código" (BRASIL, 1932). Contudo, o exercício do voto no Brasil continuava marcado pelo caráter elitista, visto que, o Código Eleitoral mantinha a exclusão de pessoas analfabetas, configurando um quadro de votantes bastante baixo. Segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estima-se que menos de 4% da população brasileira votou no pleito de 1933<sup>79</sup>.

Não é possível trazer o percentual aproximado de pessoas alfabetizadas em 1933 para comparação da estimativa de votantes do TSE, visto que, há uma lacuna censitária na década de 1930. Em 1920, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 75% da população brasileira era analfabeto, por sua vez, o censo de 1940 indica a taxa de analfabetismo de 56%. Assim, apesar da tendência gradativa de melhora nos índices e consequentemente possíveis votantes em 1934, é possível afirmar que mais da metade da

<sup>79</sup> Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <https://www.tse.jus.br/institucional/justica-eleitoral/cultura-e-historia/exposicao-eleicoes-de-1933>. Acesso em 19 de jul., 2023.

população não contava sequer com a possibilidade de participar das eleições na década de 1930. (IBGE, 1986) (IBGE, 2007).

Deste modo, embora o Código Eleitoral de 1932 indicasse um avanço nos direitos civis das mulheres e uma vitória do movimento feminista no período, um grande contingente de pessoas permanecia marginalizado ao sufrágio. Nesse contexto, a esperança de se eleger como deputada constituinte a partir de um grupo feminino recém habilitado para votar era uma aposta pouco provável. O forte apelo a parcela do eleitorado afeita às pautas do movimento feminista não foi suficiente para a eleger Leolinda como deputada constituinte e a participação no pleito de 1933 selou uma trajetória de busca por cargos eletivos da estrutura estatal<sup>80</sup>.

A apresentação da candidata grafada em letras menores no documento traz informações importantes sobre a carreira profissional da professora. Na reprodução do texto realizamos a adaptação ortográfica, uma vez que, nos interessa analisar a mensagem da propaganda e não propomos uma reflexão sobre as transformações da língua portuguesa ao longo dos anos:

Professora catedrática, municipal jubilada, Diretora da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca. Foi a mulher brasileira que iniciou a campanha pelo direito de voto, há cerca de 18 anos. É a grande e destemida batalhadora de todas as causas nacionais! Ninguém melhor que ela, poderá representar a Mulher Brasileira na Constituinte (Arquivo Nacional – Fundo FBPF –Seção de Administração, BRJANRIO Q0.ADM, CPA. ELE.1, pg. 64).

O trecho evidencia a exaltação do pioneirismo de Leolinda na luta pelos direitos civis das brasileiras, sendo tal ideia reforçada na última linha do documento: "Foi quem levantou, de longa data, no Brasil, a ideia do direito político da mulher." Nesse aspecto, observamos que a propaganda foi elaborada para apresentar uma liderança declaradamente feminista, sendo esse documento uma comprovação do posicionamento de enfrentamento ao discurso moralista, que alardeava os perigos da emancipação feminina, postura característica da militância de Leolinda Daltro.

Também verificamos o destaque para informações sobre a trajetória profissional da candidata enquanto um atestado de competência e reconhecimento por parte do Estado. Os termos "catedrática" e "jubilada" são indicativos de status social dentro da profissão como educadora:

---

<sup>80</sup> Antes da promulgação do Código Eleitoral de 1932, Leolinda fez ao menos duas tentativas para conseguir o registro eleitoral. A primeira solicitação foi registrada nos anexas da Câmara dos Deputados em 1916, quando a professora teve a oportunidade de falar para os congressistas e a segunda em 1917 por requerimento via delegacia de polícia. Em 1919 teve sua capacidade eleitoral reconhecida e seu registro eleitoral garantido, candidatou-se no mesmo ano para intendente do Rio de Janeiro, equivalente à vereadora aos moldes da atual estrutura política de cargos eletivos, na ocasião também não logrou êxito e eleger-se.

No ápice da hierarquia docente encontrava-se o professor catedrático, cuja primeira geração foi nomeada pelo governo e depois mediante concurso público. Uma vez nomeado, era vitalício e inamovível, embora pudesse ser destituído caso cometesse alguma infração prevista na legislação (EVANGELISTA, 2001).

No que diz respeito ao vínculo como professora catedrática da Escola de Profissões Orsina da Fonseca, identificamos uma relação simbiótica entre a atuação profissional de Leolinda e a história da própria instituição. A exemplo do PRF, tratava-se de escola voltada para o público feminino, na qual a professora também ostentava o título de fundadora. A escola pública foi batizada em homenagem à então primeira-dama Orsina da Fonseca<sup>81</sup>, que faleceu um ano depois da fundação em 1911 e com quem Leolinda tinha proximidade. Entretanto, a existência de uma escola feminina nessa localidade era realidade desde 1901, pois o prédio já abrigava o Instituto Profissional Feminino, onde Leolinda atuava como professora. Ao ser reinaugurada com o nome de Orsina da Fonseca, a instituição de educação feminina permaneceu funcionando em regime de internato e oferecendo instrução profissionalizante aos moldes do atendimento anterior, sendo entregue para administração de Leolinda, que concentrou todas as funções de liderança como fundadora, docente e diretora. Além de residir no prédio com sua família, uma prática comum na época, a professora Daltro formou mulheres em diversos cursos como alfaiataria, enfermagem, datilografia, tipografia e magistério, ganhando destaque nas páginas dos jornais da capital federal por também oferecer instrução para as alunas em atividades como tiro e esgrima.

Na análise do documento da candidatura de Leolinda à constituinte de 1934, também precisamos destacar que o termo "jubilada". Com origem na tradição acadêmica portuguesa, trata-se de uma classificação de ordem profissional para indicar aposentadoria por tempo de trabalho. No caso de Leolinda, a aposentadoria referente às funções como professora em 1915, o que não significou o encerramento de sua atividade na escola Orsina da Fonseca, visto que, Leolinda permaneceu na direção até seu falecimento.

Ainda tentando extrair mais informações de nossa fonte observamos pequenas anotações no verso do documento digital:

---

<sup>81</sup> Orsina Francione da Fonseca foi casada com Hermes da Fonseca, primeiro militar eleito à presidência do Brasil em 1910, pelo Partido Republicano Conservador. O falecimento, em 1912, marcou uma atuação breve como primeira-dama, mas era envolvida com causas filantrópicas como o acolhimento de órfãos em instituições de ensino que funcionavam em regime de internato. O interesse filantrópico de Orsina possivelmente a aproximou de Leolinda, que atuava como professora e diretora de escola pública na capital federal, ou seja, atendia um público discente que também era alvo da ação filantrópica da primeira-dama.

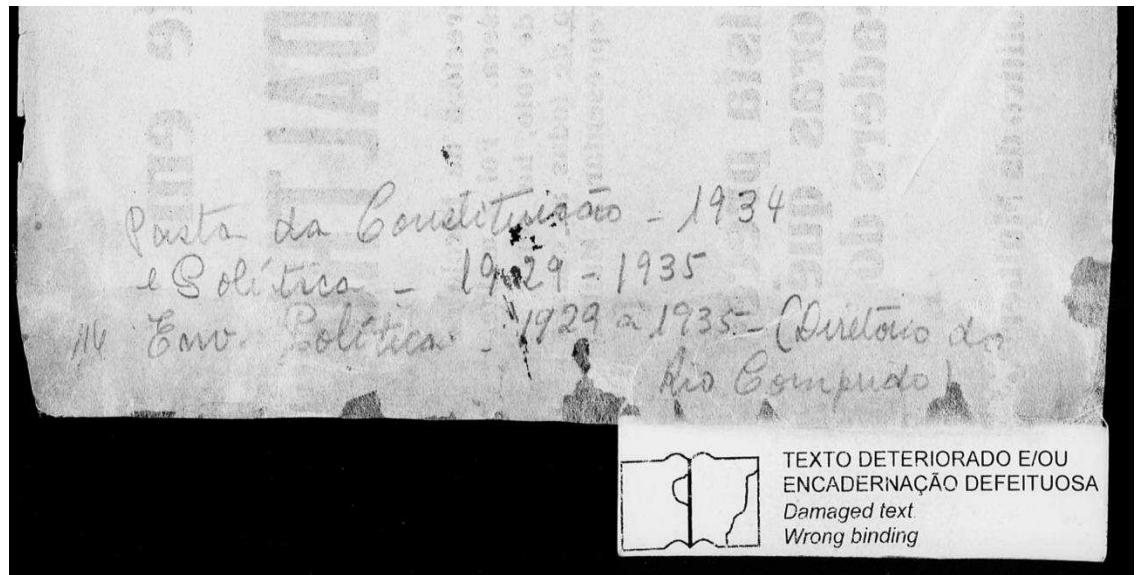


Imagen 9 – Verso Propaganda Leolinda pleito Constituinte de 1932, recorte da autora. Fonte: Arquivo Nacional – Fundo FBPF –Seção de Administração, BRJANRIO Q0.ADM, CPA. ELE.1, pg. 54.

As anotações manuscritas são vestígios do processo de arquivamento feito pela FBPF. Na primeira linha verificamos a inscrição "Pasta da Constituição - 1934"; na segunda linha o complemento "e Política - 1929 - 1935"; e a terceira linha "116 Env. Política - 1929 - 1935 - (Diretório do Rio Comprimido)". O final da página traz a etiqueta do Arquivo Nacional alertando para um documento com texto deteriorado ou com encadernação defeituosa. De acordo com informação da equipe de Documentação e Escrita do Arquivo Nacional<sup>82</sup>, a maior parte dos álbuns de documentos que compõem o fundo foram organizados pelas doadoras. As anotações de próprio punho no verso, especialmente a terceira linha em que verificamos a descrição "Env. Política - 1929 - 1935 - (Diretório do Rio Comprimido)", confirmam que esse documento fez parte de uma das pastas organizadas pelas integrantes do núcleo diretor da federação, sediada no Rio de Janeiro.

Apesar de nunca ter composto o quadro de integrantes da FBPF, a propaganda eleitoral de Leolinda encontra-se arquivada no acervo da associação. Em nossa pesquisa verificamos que a federação atuou fortemente na divulgação e apoio de candidaturas políticas que se comprometeram em representar os interesses das mulheres nas casas legislativas. Entretanto, Leolinda era representante de sua própria associação feminina, sendo assim, no cenário político em que o documento se insere, a candidatura da professora Daltro representava concorrência para Bertha Lutz, fundadora e presidente da FBPF, que também lançou candidatura como

<sup>82</sup> A informação foi obtida em 27 de março de 2023 por correio eletrônico. Pela prestatividade, registramos o agradecimento a Beatriz Pereira Morteiro, servidora do Arquivo Nacional, que respondeu a nossas indagações sobre o processo de arquivamento do fundo.

deputada constituinte pelo Rio de Janeiro, terminando a corrida eleitoral como suplente foi chamada para assumir a cadeira em 1936 em decorrência da morte do deputado Cândido Pessoa, quando cumpriu o mandato até a instauração do Estado Novo em 1937.

Assim, concluímos que o documento possivelmente foi arquivado no acervo do fundo como resultado de um levantamento das candidaturas relacionadas com a pauta feminista, mas que não contavam necessariamente com o apoio, comunicação ou campanha por parte da federação. De fato, no referido *dossiê* encontramos uma série de anotações com vários registros de candidaturas, listas de mesárias(os) e propagandas eleitorais, não apenas referentes ao pleito de 1933, que reforçam a prática de registro de diversos documentos sobre as eleições, incluindo pessoas que não eram filiadas ou parceiras da Federação.

Também encontramos a mesma versão digitalizada da propaganda de Leolinda reproduzida no Portal Brasiliana Fotográfica, mantido pela Biblioteca Nacional, entre os arquivos relacionados na série "Feministas Graças à Deus". Os artigos dessa série utilizam como fonte acervos de órgãos de preservação documental, dentre eles o Arquivo Nacional, onde está abrigado o fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A série coloca em evidência registros fotográficos, grande parte proveniente de notícias em periódicos e por meio da leitura desses artigos, verificamos que o pleito de 1933 não foi a primeira situação em que os nomes de Daltro e Lutz foram colocados em disputa.

As fundadoras e presidentes da FBPF e PRF foram indicadas para representar o Brasil na I Conferência Pan-americana de Mulheres, realizada em na cidade de Baltimore em 1922. O evento patrocinado pela *National League of Women Voters*, uma divisão da *National Woman Suffrage Association* (NAWSA), era uma oportunidade de intercambio e mobilização de grandes lideranças feministas. O nome de Bertha Lutz foi escolhido e como desfecho de sua participação acompanhamos a aproximação com Carrie Catt, sendo a colaboração entre a liderança brasileira e estadunidense apontada por Hahner (1982) como uma das motivações para a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no mesmo ano.

No II Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro em 1931, pela FBPF e presidido por Bertha Lutz, a menção ao nome de Leolinda causou controvérsia entre as participantes. Na ocasião, a escritora Raquel Prado tentou fazer uma homenagem à professora Daltro como precursora do feminismo no Brasil e foi abruptamente repelida. O acontecimento desencadeou manifestações posteriores, incluindo a divulgação de uma carta de Maria Lacerda de Moura em apoio à Raquel Prado, reforçando o afastamento de uma das primeiras companheiras de Bertha Lutz na associação feminina que posteriormente se tornou a FBPF. A

carta com duras críticas ao evento foi publicada no periódico Diário Carioca, na edição de 7 de julho de 1931.

[...] Tem razões quanto à senhora Daltro, a quem também presto minhas homenagens, embora não seja feminista, embora discorde muito da ilustre e veneranda professora.

[...] Beijo-a bem no coração, minha grande amiga. Admiro-a. Uma mulher que se lembra de prestar homenagens a outra mulher, desinteressadamente, a uma pobre professora já velha e quasi (sic) invalida - essa mulher tem alma.

A sua generosidade é bem digna de ser desprezada pelas elegantes que só conhecem a espuma social das bolhas de sabão sopradas nos salões do mundanismo da "boa" sociedade. (Brasiliana Fotográfica - Série Feministas Graças à Deus. Maria Lacerda de Moura, periódico Diário Carioca, 1931).

Na tentativa de expandir nossas fontes de análise, realizamos novas buscas no SIAN para verificar se o acervo guarda outros documentos que versem sobre Leolinda, mas não tivemos sucesso. Em contrapartida, o campo das produções biográficas se mostrou uma fonte de grande valia para a compreensão sobre a relevância dessa personagem na História do Brasil e seu legado para a educação brasileira, sendo assim, dialogamos com as pesquisas de Elaine Rocha (2002) (2016), Patrícia Grigório (2012), Maria Abreu (2007) e; Dias e Nascimento (2021), pois: "Fazer justiça a certas figuras que a história oficial esqueceu ou deprecio é uma razão de peso para os biógrafos" (DOSSE, 2009, p. 66).

#### **4. 1 - A construção de um legado como educadora indigenista e feminista**

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas)

Dentre as produções biográficas sobre Leolinda, verificamos a relevância da tese de Elaine Rocha defendida na "Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas" da Universidade de São Paulo – USP, sendo recorrentemente citada em outros trabalhos. Contudo, tivemos certa dificuldade para acessar tal pesquisa, visto que, não encontramos uma versão digitalizada disponível para consulta no repositório eletrônico da USP. Assim, acionamos um dos serviços disponíveis no sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para abrir um processo identificado como “comutação”, que consiste na solicitação de cópias de documentos técnico-científicos das principais bibliotecas nacionais e em serviços de informação internacionais. Por meio desse caminho tivemos acesso ao trabalho “Entre a pena e a Espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935): Patriotismo, indigenismo e

feminismo”, defendido por Elaine Rocha em 2002, uma pesquisa que se mostrou compatível com nossa proposta, visto que, a autora afasta a concepção heroica na biografia de Leolinda e dialoga com fontes teóricas da contracultura<sup>83</sup>.

Também são de autoria de Elaine Rocha as notas de rodapé, introdução e posfácio da versão mais recente de uma produção autobiográfica de Leolinda Daltro (2021): “O início do Feminismo no Brasil”. A primeira versão desta obra foi publicada em 1918 e consiste na edição em formato de livro da fala da professora durante o evento de criação da Liga Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, ou seja, nove anos antes da primeira publicação, quando a professora Daltro criou uma associação feminina para apoiar a chapa presidencial composta por Hermes da Fonseca e o vice Wenceslau Brás. Em 1910, com Hermes da Fonseca eleito presidente da república, a liga foi renomeada como Partido Republicano Feminino, mantendo a proposta de ser uma associação exclusivamente de mulheres e voltada para a militância feminista.

No início da obra verificamos a informação sobre a data em que ata foi registrada, 23 de dezembro de 1909 e a secretária responsável pela redação e leitura do registro, Aurea Castilho Daltro<sup>84</sup>, a filha caçula de Leolinda, que também era professora na Escola Orsina da Fonseca. É importante destacar que na ocasião, nenhuma das presentes havia solicitado o registro como eleitora e o intuito anunciado pela Liga seria exercer influência sobre homens eleitores próximos às integrantes da associação.

Tendes pais, maridos, irmãos, parentes e amigos que, mais felizes do que nós, gozam do direito do voto.  
Pois bem! Façais junto deles o trabalho de propaganda para que vingue a nossa chapa, caso concorde esta Assembleia com alvitre que acabo de sugerir.  
E, se conseguirmos a nossa vitória, se o governo do marechal Hermes vier a ser um fato, o que desejo, o que apoio, o que todas nós, por certo, aspiramos, é que, juntamente com a vitória dos ideais feministas, assistamos ao início de uma nova era de paz, de trabalho, de progresso e de civilização para a pátria brasileira! (DALTRO, 2021, p.49).

A gráfica da escola Orsina da Fonseca, que contava com o recurso maquinário como estrutura para a formação em “ofícios”, foi utilizada para viabilizar a publicação da obra da diretora no formato brochura, em 1918. A decisão de publicar a ata como livro aconteceu em um momento que a figura da professora como precursora feminista se encontrava ofuscada no

<sup>83</sup> Agradecemos a Equipe de Atendimento da Biblioteca Central Santa Mônica, especialmente ao servidor Victor Marioto e à servidora Ilze Arduini de Araújo que prestativamente atenderam a solicitação e viabilizaram o ágil andamento do processo de comutação.

<sup>84</sup> A filha Aurea Daltro desempenhou a função de secretariado na reunião realizando o registro da ata, na ocasião tinha dezessete anos de idade. Segundo Elaine Rocha (2002), a morte da filha caçula quando ainda era jovem por pneumonia foi outra grande tristeza na vida de Leolinda, contudo não identificamos a idade de Aurea quando faleceu.

cenário nacional pelo protagonismo de Bertha Lutz e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (ROCHA, 2016, p.32).

Também encontramos uma imagem digitalizada da contracapa da primeira edição da referida obra no portal virtual Brasiliiana Fotográfica. Nesse documento verificamos a mesma exaltação da carreira profissional de Leolinda identificada na propaganda eleitoral que analisamos, com as seguintes informações abaixo do nome da professora e autora: "Professora publica jubilada, fundadora e diretora da escola de Sciencias e Artes e Profissões Orsina da Fonseca". Ainda na imagem da contracapa encontra-se o endereço "Rua General Câmara 387", localização correspondente à escola<sup>85</sup>.



Imagen 10 – Contracapa obra Início do Feminismo no Brazil, edição de 1918.<sup>86</sup>

<sup>85</sup> Hoje, essa rua, como muitas na região, não existe mais; deu lugar à Avenida Presidente Vargas. Fonte: UNB, Museu Bertha Lutz. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?p=1693>. Acesso em 19 jul. 2023.

<sup>86</sup> Fonte: Brasiliiana Fotográfica. Feministas graças a Deus, abr. 2023. Disponível em: <https://brasiliayanafotografica.bn.gov.br/?tag=leolinda-daltro>. Acesso em 19 jul. 2023.

A versão da obra de 2021, que tivemos acesso, encontra-se disponível em formato e-book e faz parte da coleção *Vozes Femininas*, publicada com o selo da Câmara dos Deputados. Nesta versão, Elaine Rocha traz informações biográficas de Leolinda em rodapé, o que proporciona uma contextualização fundamental da fala da professora Daltro e indica que a historiadora e atualmente docente na *University of the West Indies*, Campus *Cave Hill* em Barbados, trata-se uma das principais autoridades científicas que versam sobre a biografia dessa personagem.

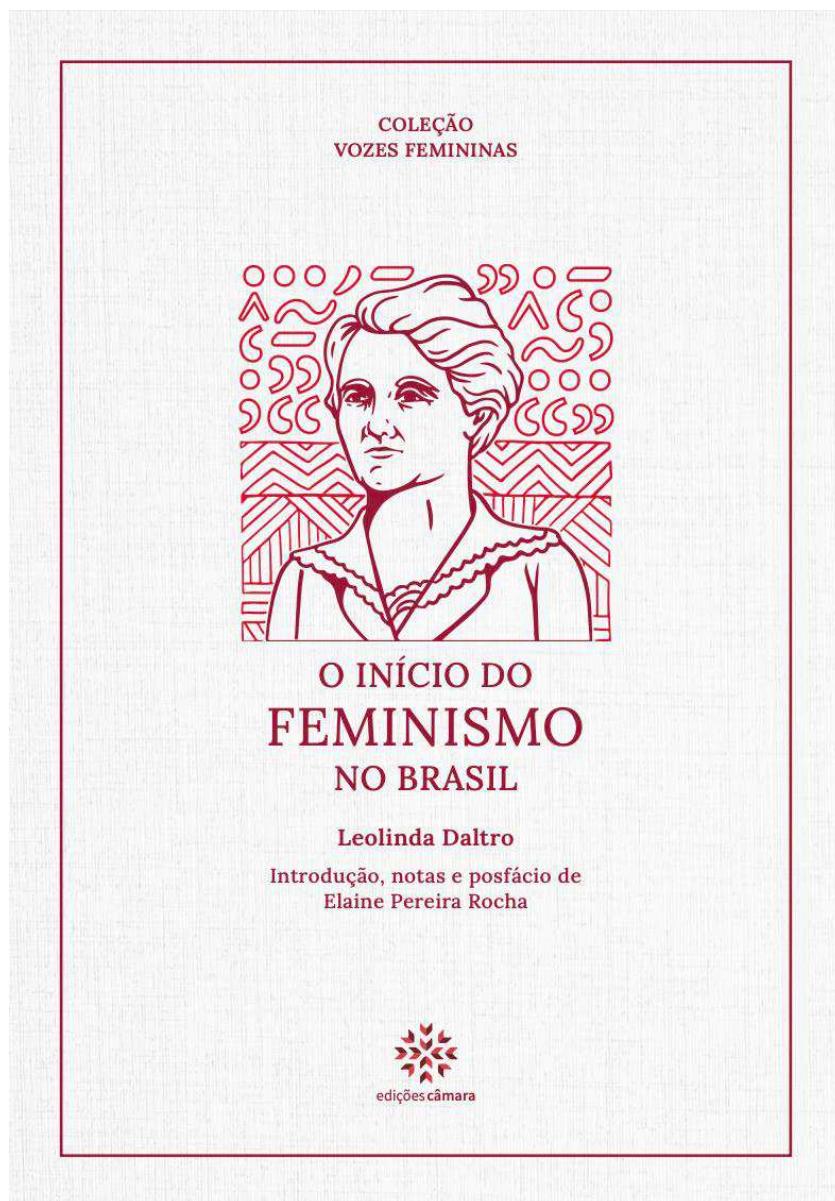


Imagen 11 – Capa da obra *O início do Feminismo no Brasil*, edição de 2021<sup>87</sup>

<sup>87</sup> Fonte: DALTRO, Leolinda. **O início do feminismo no Brasil**. Edições Câmara. Brasília, 2021.

Dentre as produções da própria Leolinda, também identificamos o livro "Da catechese dos indios no Brasil: notícias e documentos para a História", publicado em 1920. A obra corresponde a organização de um diário de viagem escrito durante uma excursão missionária da professora Daltro pelo sertão goiano e matogrossense, realizada entre 1896 e 1901. No formato de livro traz reflexões sobre o conceito paradoxal de “catequese laica” defendido pela educadora e viajante, bem como relata as situações de perigo e dificuldades enfrentadas durante a viagem, além de apresentar denúncias de perseguição por parte dos frades dominicanos que atuavam na região durante sua missão e se opunham ao seu projeto de educação dos povos indígenas. Não realizamos a análise desta obra, visto que, a excursão da professora pelo interior do Brasil não corresponde com o recorte temporal ou proposta da nossa investigação, mas levantamos informações fundamentais sobre a concepção de educação dos povos originários defendida por Leolinda, trazidas por pesquisas biográficas que abordam frontalmente a temática, como o trabalho de Patrícia Grigório (2012). A contracapa da primeira versão de "Da catechese dos indios no Brasil" também está digitalizada no portal Brasiliana Fotográfica e traz o nome e endereço da escola Orsina da Fonseca.

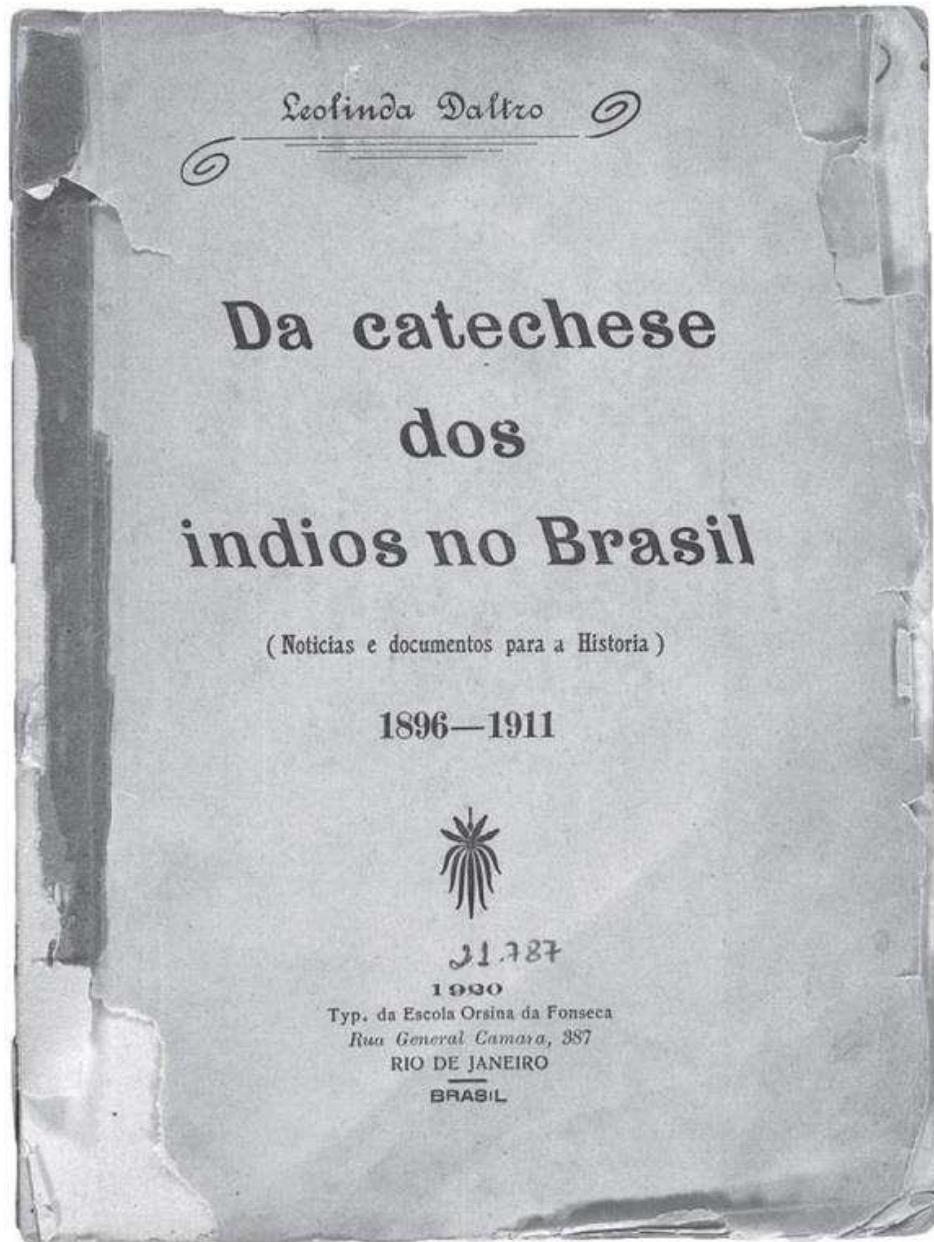


Imagen 12 – Capa da obra “Da catechese dos índios no Brasil”, edição de 1920.<sup>88</sup>

A pretensão de lançar o segundo livro foi anunciada em passagem da primeira obra publicada. “As longas e várias peripécias de tal excursão, eu vos relatarei oportunamente, por meio de conferências e de um livro que pretendo publicar.” (DALTRO, 2021, p.40). Assim, observamos que dois anos após publicar “O início do feminismo no Brasil”, a professora utilizou novamente a estrutura da escola que dirigia para divulgar um compilado das anotações antigas sobre sua viagem pelos sertões. Ambas as produções consistem em literaturas

<sup>88</sup> Fonte: Portal Brasiliana Fotográfica. Série Feministas graças a Deus – Leolinda Figueiredo Daltro, 2023. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=leolinda-daltro>. Acesso em 2 jun. 2023.

regressivas de passagens da vida da autora, que assim promovia a divulgação dos dois temas aos quais dedicou sua militância: a educação indígena e o feminismo.

Ainda que não tenham sido escritas com a premissa de registro autorreflexivo pessoal, as obras de Leolinda são caracteristicamente autobiográficas, pois correspondem à textos testemunhos que querem comunicar uma verdade (LEJEUNE, 2003). Nesse sentido, apesar dos títulos anunciam uma discussão ampla da história do feminismo e da educação indígena, a escrita apresenta uma reflexão cronológica de Leolinda sobre sua vida em conexão com a História do Brasil. A pretensão de tratar temas abrangentes na perspectiva de verdade histórica é reforçada nos subtítulos de ambas as publicações, para falar sobre a constituição do movimento feminista brasileiro a professora anuncia "Subsídios para a História" e na divulgação de sua proposta de catequese laica reforça "Notícias e documentos para a História", mas a leitura das obras apresenta uma versão pessoal de fatos selecionados por grau de relevância atribuídos pela própria autora. Apesar da produção e publicação das autobiografias antecederem ao recorte temporal proposto em nossa pesquisa, a leitura de "O início do feminismo no Brasil" se provou substancial para compreendermos questões fundamentais na trajetória profissional de Leolinda, como a conjuntura de acontecimentos que desencadeou a mudança da militância como indigenista para feminista. Nesse ponto, retomamos Philippe Lejeune (2003) para destacar que textos autobiográficos são escritos com premissa de testemunho histórico, porém constituem essencialmente uma confissão.

A análise combinada da autobiografia e biografias identificadas aponta para uma personagem imponente e complexa, também nos indica os limites da autobiografia enquanto verdade histórica. Nesse aspecto, verificamos informações anunciamadas pela professora Daltro que devem ser colocadas em suspeição, por exemplo, sua descendência indígena. "É preciso, para isso, que saibas que sou descendente em linha reta de duas tribos indígenas: tupinambá e timbira, e o digo com a maior satisfação, com o maior orgulho!"(DALTRO, 2021, p.37). Alguns trabalhos tratam a ancestralidade tupinambá enaltecia por Leolinda como razão para seu envolvimento com a questão indigenista, reforçando uma noção de causalidade. Entretanto, Elaine Rocha (2002) pondera ser possível apontar a paternidade de Leolinda com maior robustez, pois identificou no "Livro de Patentes (1869-1899)", da Guarda Nacional, disponível no Arquivo Nacional, registros sobre Luiz Antônio de Figueiredo, imigrante português que lutou como tenente na Guerra do Paraguai e retornando à província de Salvador passou a servir na Guarda Nacional, sendo promovido à capitão em 1873. Sobre a origem materna da professora verificam-se dois possíveis nomes: Alexandrina Tupinambá de Figueiredo e Alexandrina Maria de Jesus. O primeiro foi divulgado na imprensa em 1948 em uma

homenagem e sugere uma relação conjugal entre seus progenitores, além de confirmar a descendência indígena materna, mas deve ser assimilado com ressalvas, visto que, a natureza do documento apresenta o intuído de exaltação da figura de Leolinda. Em contrapartida, guiada por informações de descendentes de Leolinda, Elaine Rocha (2002) identificou nos arquivos da Cúria Diocesana de Salvador, o registro de óbito de Alexandrina Maria de Jesus, faleceu aos 22 anos, no parto do filho Leobino, tratando-se de uma mulher solteira e classificada como "parda". O nome Leobino também foi dado a um dos filhos de Leolinda e o falecimento prematuro indicado no atestado de óbito reforça a hipótese de que o registro seria de sua mãe, visto que, Leolinda era órfã de mãe e sua tutela foi delegada a uma avó e posteriormente a um colégio interno, provavelmente o Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus, localizado na cidade de Salvador.

A imagem que Leolinda construiu da mãe como indígena pode ter relação com um movimento identificado como "indianismo". O início do indianismo foi desencadeado por uma virada antropológica a partir da primeira metade do século XIX e reconfigurou a figura do indígena no imaginário social da população, afastando a lógica de estigmatização de uma população a ser dizimada, em defesa de um povo que seria a representação de inocência e nobreza da pura essência brasileira.

Assim, o índio mítico era mais do que um emblema nacional, era a base da construção da autoimagem de muitas famílias que, via de regra exibiam referências temporalmente localizadas num passado longínquo: a lembrança de uma avó ou bisavó, parente distante, silenciado pelo tempo e pela morte. (ROCHA, 2002, p. 123).

É fato que Leolinda apresentava traços de mestiçagem, mas não é possível apontar com exatidão entre quais etnias. Elaine Rocha (2002) ainda observa que a ascensão do ideário republicano desencadeou a prática de anunciar ancestralidade indígena para criar um passado comum de nacionalidade, tal movimento distanciava o povo brasileiro dos colonizadores de Portugal e das pessoas pretas que chegaram ao país na condição de escravizadas. Nesse aspecto, é importante observar que a informação "parda" no atestado de óbito de Alexandrina Maria de Jesus traz a suspeição de se tratar de uma mulher com descendência negra, posto que, para a miscigenação entre pessoas brancas e indígenas o termo popularmente utilizado era "cabocla".

A imagem idealizada das populações indígenas perseverou na cultura brasileira até a década de 1930, sendo constatada inclusive em monumentos públicos.

A própria Leolinda Daltro ajudou a promover a presença dos índios como temática artística ao transformar a presença de membros de comunidades indígenas na capital carioca em notícias de ampla divulgação pela imprensa,

acendendo, assim, o interesse de artistas naquilo que era considerado a autêntica cultura brasileira. (ROCHA, 2002, p.107).

Deste modo, o prestígio à descendência indígena culturalmente difundido no período e a origem étnica desconhecida da mãe falecida quando ainda era muito pequena, pode ter fundamentado a construção fictícia da origem materna de Leolinda.

No início do século XX, a professora ainda estava focada em colocar em prática seu projeto de catequese laica. O desenrolar pormenorizado da atuação em defesa da educação para os povos originários concentra-se entre 1895 e 1911, sendo apontado com maiores detalhes em trabalhos biográficos dedicados a tal período, como nas pesquisas de Maria Abreu (2007) e Patrícia Grigório (2012). Apresentamos uma digressão com destaque para marcos da história de Leolinda como criadora e defensora do conceito de “catequese laica ou leiga”, visto que, as incursões como educadora indigenista, bem como a busca por uma colocação no comando de programas para educação dos povos originários, foram determinantes para a guinada feminista que situa a militância de Leolinda no período de 1921 a 1936.

Em 1896, Leolinda envolveu-se com a questão indígena, propondo fundar uma escola a eles dedicada, no remoto sertão de Goiás. Depois de conhecer a realidade das aldeias, passou a reclamar que o Estado brasileiro criasse um departamento de proteção aos indígenas. Essa reivindicação foi prejudicada pelas barreiras impostas às mulheres que desejavam agir politicamente. (ROCHA, 2021, p. 8).

A militância como educadora indigenista impulsionou a propagação da imagem da professora no cenário da capital federal imprimindo seu nome e ações em documentos, especialmente periódicos impressos. Segundo o pensamento de Leolinda, o melhor caminho para a integração de indígenas na sociedade "civilizada" era a instrução livre de inculcação de preceitos religiosos, sendo o processo de alfabetização combinado com o ensino de "ofícios" requisito fundamental para a inclusão produtiva e harmônica dos povos originários nas realidades urbana e rural. A concepção de catequese laica visava a integração gradual de etnias indígenas na sociedade ocidentalizada brasileira, sendo assim, o afastamento desses povos de seu modo de vida e cultura. Em um contexto histórico ainda marcado por conflitos violentos, que geralmente resultavam na dizimação de tribos indígenas no interior do país, a proposta da catequese laica era um avanço, pois defendia o estabelecimento de relações pacíficas entre a sociedade urbana e rural com os povos originários.

Para Elaine Rocha (2002), a militância de Leolinda em defesa de seu ideal de educação indígena foi desencadeada quando alguns integrantes da etnia Xerente chegaram à capital

federal para pedir ajuda do Estado em 1896. O grupo denunciava o processo de extinção de suas tribos na região do Araguaia e ao ser noticiado na imprensa a situação de desassistência dos recém-chegados, que foram encaminhados para a delegacia e se encontravam na mesma condição que os presos, Leolinda tomou para si a responsabilidade e levou os indígenas para sua casa, desde então, a prática de acolhimento de indígenas em sua residência se tornou recorrente. Assim, a professora se tornou uma figura cada vez mais conhecida na capital federal ao ser atrelada às questões relacionadas com a temática, imprimido seu nome em periódicos como representante dos povos originários.



Imagen 13 – Senhora Leolinda Daltro entre os seus educandos<sup>89</sup>.

A estratégia de noticiar suas ações e ideais construindo uma imagem de liderança por meio de veículos de imprensa é uma marca da atuação de Leolinda, seja em defesa da catequese

<sup>89</sup> Fonte: DALTRÔ, Leolinda. Da catechese dos índios no Brasil. Notícias e documentos para a História. Rio de Janeiro: Typographia da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

laica ou como militante feminista. A professora criou uma rede de contatos nas redações de periódicos da capital federal, que eram visitados constantemente por ela para divulgar e denunciar questões relacionadas com suas atividades.

A utilização dos meios de comunicação como instrumento de luta, uma prática que vinha sendo aperfeiçoada pelas mulheres a partir de 1870, encontrou na ação de Leolinda uma otimização jamais registrada antes. A essa professora cabe o mérito de haver traçado uma estratégia de marketing sobre suas ideias, promovendo a si própria, como professora, indigenista e como líder feminista, numa época em que ainda se recomendava às mulheres uma conduta um tanto discreta e o cultivo do recato. (ROCHA, 2002, p. 291).

A frente da gestão da Escola Orsina, ela utilizou a estrutura da gráfica da instituição para publicar suas duas obras autorais e lançar seus próprios periódicos, sendo: A Política, fundado em 1910 para divulgar informações sobre o ideal da catequese laica e questões relacionadas à vida da população na capital federal, como o saneamento das cidades; e A Tribuna Feminina, criado em 1916 para divulgar as ações do PRF (ROCHA, 2002). Infelizmente, os periódicos criados por Leolinda não se encontram disponíveis para visitação nos acervos dos arquivos públicos em que pesquisamos, como a Hemeroteca Virtual, uma plataforma virtual mantida pela Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), cujo sistema foi criado em 2006 e é aberto para consulta de documentos que compõe o acervo da Fundação Biblioteca Nacional<sup>90</sup>; além do já referendado SIAN, possivelmente a circulação restrita, bem como a pouca tiragem ocasionaram o extravio dos exemplares longo do tempo.

Convencida de sua capacidade e autoridade sobre a educação dos povos indígenas, Leolinda assumiu a pauta como uma missão e realizou uma expedição pelo interior do Brasil para colocar seu projeto de catequese laica em prática. Depois de negativas de financiamento por parte do Estado, iniciou uma mobilização para levamento de recursos que custeasse sua viagem. A divulgação na imprensa viabilizou o apoio de pessoas de distintos meios sociais, como o professor José Feliciano, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Horance Lane, diretor do Colégio Universitário Fluminense, conhecido como Colégio Mackenzie, de filosofia protestante, onde foi oferecida uma bolsa de estudos em regime de internato para seus dois filhos homens menores, Oscar e Leobino, durante o período em que Leolinda estivesse longe (SANTOS, 2015).

---

<sup>90</sup> Com acervo de aproximadamente 9 milhões de itens, a Fundação Biblioteca Nacional é considerada uma das principais bibliotecas do mundo, sendo o [...] órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País. Com mais de 200 anos de história, é a mais antiga instituição cultural brasileira. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/acesso-a-informacao-2/institucional/apresentacao-bn>. Acesso em 2 de jul. 2023.

Entre 1897 e 1900 a professora Daltro esteve em excursão pelo interior do Brasil, custeada na maior parte por doações de iniciativa privada. Apesar da negativa do governo em financiar oficialmente a expedição, Leolinda continuou recebendo o soldo como professora da capital federal, devido a afastamento para tratamento médico. Nesse ponto, verificamos que mesmo afastada de suas funções, manteve-se vinculada ao trabalho como professora catedrática. A ampla divulgação dos preparativos e da própria viagem, torna impossível que o poder público desconhecesse que a razão do afastamento da professora Daltro não correspondia a tratamento de saúde, nesse aspecto, verificamos uma maneira indireta de auxílio à expedição por parte do governo.

Na Coleção das Leis Municipais, o Decreto no 330, de 28 de agosto de 1896, concedeu “à professora D. Leolinda de Figueiredo Daltro um ano de licença com todos os seus vencimentos para tratar de sua saúde onde lhe convier”. Isso prova que a professora recebeu algum apoio do governo federal, que, mesmo que lhe tenha negado o cargo ou título e verbas para o empreendimento, pelo menos concede uma licença remunerada que, para fins oficiais, seria para tratamento de saúde, mas, ao determinar que a professora poderia tratar-se onde quisesse, permitia que ela saísse do Rio de Janeiro sem nenhum prejuízo. (ROCHA, 2021, p. 40).

A proximidade de Leolinda com nomes como Horance Lane acirrou a relação com os frades que atuavam como missionários na região do Araguaia para a qual ela se dirigiu. A Igreja Católica mantinha o monopólio de projetos voltados para as populações originárias desde o Decreto de 25 de abril de 1857, que instituía o cargo de "Diretor Missionário", como responsável pelo comando da instrução dos povos originários. A princípio, a ordem dos frades capuchinhos assumiu tal posto e posteriormente os frades dominicanos. Em várias passagens das obras autorais da professora Daltro é possível verificar que ela almejava um cargo similar ao instituído pelo decreto, porém desvinculado da igreja. "Publiquei diversos artigos sobre a minha viagem e, após ligeiro repouso, dirigi-me novamente ao governo, a fim de obter um auxílio oficial e partir para terminar o serviço de catequese que eu havia encetado com tão bom êxito." (DALTRO, 2021, p. 43).

Ainda que tenha passado a infância em colégio interno de freiras em Salvador, a oposição ao poderio católico e apoio de setores ligados ao protestantismo desencadearam uma relação conflituosa entre a educadora e a Igreja Católica. Apesar de nunca ter "rompido" com a matriz religiosa da qual foi criada, Leolinda passou a fazer inúmeros ataques aos "frades estrangeiros", como se referia aos integrantes da ordem dominicana que atuava no sertão goiano e a quem apontava como responsável pelo malogro de sua excursão. "Não posso, todavia, furtar-me ao dever de dizer-vos que uma das principais dificuldades que encontrei em meu caminho

foi devida ao pseudosserviço de catequese, anteriormente<sup>91</sup> feito por frades *estrangeiros* muitas vezes para aqui vindos expulsos dos centros civilizados." (DALTRO, 2021, p. 40).

Porém, outros infortúnios também contribuíram para a interrupção da viagem missionária de Leolinda, incluindo questões relacionadas à maternidade. Durante a viagem, ela contava com a companhia de um grupo de homens para garantir sua segurança, dentre eles estava o filho mais velho, Alfredo, que em 1896 tinha dezoito anos de idade e desistiu de assumir um cargo nos Correios para estar ao lado da mãe. Durante a viagem, Alfredo contraiu malária, ficando em estado de saúde bastante debilitado, conseguiu regressar para o Rio de Janeiro, mas permaneceu lidando com implicações da doença e vindo a falecer posteriormente. A relação conflituosa entre executar seu projeto de catequese laica e a maternidade está presente em diversos relatos da própria Leolinda, dentro os quais, destacamos um trecho da dedicatória "Da catequese dos índios no Brasil":

Dentre todos os meus filhos que muito perderam e sofreram com a minha ausência, o teu sofrimento, por se ter prolongado até hoje, tem sido muito maior, porque no sertão arruinaste a tua saúde com o impaludismo que adquiriste, e aqui, depois de ingentes lutas, conseguiste reentrar para o Correio, porem numa classe inferior a que te achavas e até hoje esta marcando passo e sofrendo moral de fisicamente, velho, alquebrado, doente, quando os teus contemporâneos se encontram hoje como chefes de seção, diretores, etc<sup>92</sup>. (DALTRO apud, ROCHA, 2002, p. 304).

Com o retorno à capital federal em 1900, a professora Daltro fez larga propaganda de indígenas que havia alfabetizado, com particular exaltação de indígenas que retiraram o título eleitoral. Também continuou a prática de tutelar recém-chegados ao Rio de Janeiro, levando-os vestidos com trajes comuns dos centros urbanos para eventos. Assim, manteve sua campanha em busca de ser designada para um cargo como responsável pela educação de tribos indígenas e cumprir com sua "missão" patriótica. Em 1908, Leolinda criou a Associação de Auxílio aos Selvícolas do Brasil, também escreveu e entregou requerimentos para ser jubilada, ou seja, aposentada de suas funções como professora para retornar aos sertões e dar continuidade ao projeto de catequese laica, entretanto a aposentadoria só foi promulgada em 1915.

Foram divulgadas, através dos órgãos de comunicação, por praticamente um ano, as inúmeras tentativas feitas por Leolinda para o deferimento de seu pedido de Jubilação do cargo de professora do magistério público municipal e

---

<sup>91</sup> A escrita da professora remete ao passado, visto que, em 1918, quando a obra foi publicada, a tutela de projetos para a educação dos povos originários já havia sido retirada da Igreja Católica e o Estado assumiu essa responsabilidade por meio de um programa institucional.

<sup>92</sup> O trecho transcrito contém adaptações gramaticais para atualização da língua portuguesa a exemplo de outras reproduções realizada nesta pesquisa. Em 1920 quando a obra foi publicada em formato de livro, Alfredo tinha vinte e dois anos e ainda estava vivo, mas lidando com recorrentes problemas de saúde.

de nomeação para o cargo de "Missionaria Civilisadora dos Indios de Goyaz", sem qualquer remuneração ou ônus para o Estado (SANTOS, 2015, s.p.).

Em 1909, Leolinda tutelava um grupo com dezenove indígenas de diferentes etnias e que apresentava como "filhos adotivos". A projeção maternalista e matriarcal caracterizava a relação entre a professora e indígenas acolhidos, sendo chamada de "grande mamãe" em correspondência com a expressão "grande papai", utilizada por indígenas para designar o presidente da república, neste modo, o título era razão de orgulho e a colocava no mesmo patamar que o chefe de Estado. (ROCHA, 2002).

A expedição e militância da professora Daltro como indigenista não foi um total fracasso, pois influenciou desdobramentos em políticas de atendimento aos povos originários. "Graças a seu ativismo, foi criado o Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros, como parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro." (ROCHA, 2021, p.8). Ainda que não tenha conseguido retornar para a região do Araguaia, Leolinda permaneceu de algum modo vinculada à questão da educação para povos originários, acolhendo indígenas em sua casa e divulgando na imprensa notícias sobre as tribos.

As eleições presidenciais que traziam o nome de Hermes da Fonseca fizeram com que ela se engajasse no campo político a partir de 1910. A proximidade com Orsina da Fonseca, esposa do candidato, trouxe a esperança de enfim conseguir apoio do Estado para seus projetos, desta vez, para o que apontou na fundação da Liga pró-Hermes-Wenceslau como "programa de emancipação feminina".

Não se tratava, portanto de um programa de emancipação política, a questão, para Leolinda era social. Os detalhes sobre o seu programa ela não ofereceu neste dia [reunião de criação da Liga em 1909], apenas disse que nele estaria a incluído o seu programa de catequese leiga, o que mais uma vez revela um objetivo pessoal no traçado daquela estratégia. (ROCHA, 2002, p. 252).

Apesar de não definir o que seria o "programa de emancipação feminina", Leolinda destaca que a principal motivação da proposta foi a constatação de que seu insucesso em conseguir a tão almejada colocação como responsável pela educação indígena foi o fato de ser mulher. A professora narra que em 1910 se dirigiu ao Ministério da Agricultura, após ler nos jornais que seria criado o Serviço de Proteção aos Indígenas. Assim, ela procurou a pasta para falar sobre sua empreitada pelos sertões promovendo a catequese laica e entregou um relatório de sua viagem. Após alguns dias, foi novamente anunciada na imprensa a inauguração da "Repartição dos Serviços de Catequese" e na ocasião o nome de Leolinda não foi sequer mencionado.

Não fui lembrada nessa ocasião. Não mereci um convite, ainda que verbal, para essa solenidade. Eu, que fora, de fato, a iniciadora do serviço leigo de catequese no Brasil, conforme declarava o próprio ministro da Agricultura na presença de representantes da imprensa, que tinha sido o “seu cicerone, a sua carta geográfica” nessa questão de índios (palavras textuais), tinha sido homenageada com o esquecimento, com a ingratidão daqueles que, de posse dos documentos de que me desfizera na melhor boa-fé, já então se blasonavam como conhecedores de um assunto, para eles, até então desconhecido. (DALTRO, 2021, p. 45).

Elá ainda teria procurado o ministro mais uma vez para cobrar o cargo de diretora em uma colônia no Araguaia, mas foi informada que o "serviço de catequese" havia sido entregue para o Coronel Cândido Mariano Rondon, que não aceitaria a nomeação de mulheres. Tal sequência de acontecimentos foi relatada por Leolinda em seu livro como estopim da sua guinada feminista.

A mulher tinha provado competência para o cargo; mas o regime oficial e burocrático criava, como entrave à nomeação, a condição do sexo da candidata! Recebi as palavras do ministro Rodolfo Miranda como se fossem a declaração positiva da nulidade feminina, como se ouvisse uma legenda ignóbil da desmoralização do meu sexo! Senti, então, em mim, despertar o espírito da revolta; comprehendi ser necessária uma campanha persistente e tenaz no sentido de destruir o terrível preconceito! (DALTRO, 2021, p. 46).

A exclusão tanto do evento de criação como da estrutura de cargos da "Repartição dos Serviços de Catequese" foi uma grande decepção para a professora. O imbróglio representou uma dupla traição para Leolinda, primeiro pela negligência de seu nome como precursora da pauta de instrução para os povos originários, em segundo pela apropriação de seu projeto, visto que, o termo "catequese" remetia ao trabalho de alfabetização de indígenas que promoveu no interior do país, indicando que o departamento recém-criado havia assimilado parte do relatório que entregou ao Ministério da Agricultura. Ao procurar respostas, foi informada que o fato de ser mulher era o impeditivo para compor a repartição e como reação, no mesmo ano, fundou a Liga de Mulheres Pró-Hermes-Wenceslau, que posteriormente se tornou o Partido Republicano Feminino. Assim, a constatação de que não conseguiria retomar seu projeto de catequese laica contando com o apoio do Estado foi determinante para o envolvimento de Leolinda no movimento feminista e rapidamente ela também se tornou uma liderança na causa dos direitos civis das mulheres.

À frente do PRF e atenta às estratégias de militância feminista no exterior, Leolinda inaugurou no país a prática de mobilização de grupos de mulheres para pressionar casas legislativas em votações de pautas importantes. Em 31 de maio de 1921, em uma sessão de

trabalhos que travou o Projeto Chermont<sup>93</sup>, encontra-se registrado nos *Annaes* do senado que o quórum de apenas sete senadores dividiu o espaço com um grupo de mulheres que, liderado pela professora Daltro, ocupava as cadeiras como expectadoras e manifestavam aplausos e vrias diante das colocações dos parlamentares. “A participação feminina, acompanhando atentamente a leitura do parecer sobre o projeto que queria conceder o voto para as brasileiras, apesar de considerada pitoresca e motivo de riso para a imprensa em geral, inaugurou uma nova tática por parte das feministas.” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 210).

O empenho de toda uma vida em defesa de pautas tão caras para o debate público garantiu a reverberação do nome da professora em múltiplos documentos históricos, ainda que de maneira fragmentada ou breve, como no documento de propaganda eleitoral arquivado pelo fundo que analisamos. Em 1935, o atropelamento automobilístico que ocasionou o falecimento de Leolinda impulsionou a produção de mais registros documentais na imprensa. Nesse âmbito encontramos uma quantidade significativa de informações em periódicos que nos auxiliam na sequência de nossa reflexão sobre o legado da professora Daltro para a educação brasileira.

#### **4.2 - A despedida de uma protagonista: testemunhas de um ritual fúnebre**

Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo. (Machado de Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas).

Em 1935, as edições do Jornal do Brasil nos possibilitam reconstruir os últimos dias de vida e dias seguintes ao falecimento de Leolinda. O periódico foi criado em 1891 e contava com boa circulação na capital federal, como boletim de anúncios na década de 1930. Atualmente, na versão *online* aborda notícias de todo o Brasil, caracterizando uma fonte de imprensa com longa data de existência. A continuidade e adaptação tecnológica deste periódico ao longo do tempo tem garantido sua popularidade no cenário nacional e em consulta das publicações passadas conseguimos abordar alguns pontos sobre o fim da vida de Leolinda

---

<sup>93</sup> O projeto de lei n. 102 é de autoria do senador Justo Leite Chermont, representante do Pará, foi apresentado em 1919 e previa a concessão do título eleitoral para mulheres, com longa tramitação na Comissão de Justiça contou com a relatoria de Juvenal Lamartine, conhecido como apoiador da pauta do sufrágio feminino e próximo às associações de mulheres, especialmente a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. O autor do projeto faleceu em 1926 sem ver sua proposta seguir adiante para aprovação. Fonte: Alesp. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=262455>. Acesso em 10 jul. 2023.

Daltro. Para acessar as edições de 1935, contamos com o auxílio do portal Hemeroteca e utilizamos a busca combinada de filtros, com as palavras-chave a serem destacadas no acervo e o período de referência. Deste modo, a partir da indicação do nome de "Leolinda Daltro" e dentro dos recortes temporais disponíveis na plataforma, selecionamos o decênio de 1930 a 1939. A plataforma indicou 68 edições do Jornal do Brasil que citavam a *outsider*, das quais realizamos a leitura das notícias de 1935, em busca de aprofundar nossa investigação. Nesse caminho, verificamos que o acidente automobilístico e o falecimento não encerraram as informações sobre a professora Leolinda, que continuou reverberando na imprensa da capital federal.

Após o atropelamento, em 30 de abril de 1935, identificamos seis edições do Jornal do Brasil que apontam a seguinte linha cronológica dos últimos dias de vida da professora e acontecimentos após seu óbito:

- Edição de 3 de maio de 1935: informa sobre a amputação da perna de Leolinda em razão do atropelamento por automóvel na Praça da República, quando ela caminhava até a prefeitura.
- Edição de 4 de maio de 1935: alerta sobre o agravamento do estado de saúde da professora, que falece no mesmo dia após a publicação.
- Edição de 5 de maio de 1935: noticia o falecimento de Leolinda no dia anterior.
- Edição de 7 de maio de 1935: transcreve o registro de ata da câmara municipal do Distrito Federal, em que consta o requerimento encaminhado pelo deputado Frederico Trotta para a criação de uma escola e a nomeação de uma via pública em homenagem à professora recém-falecida.
- Edição de 8 de maio de 1935: na seção “notas sociais” noticia-se o enterro que ocorreu em 6 de maio, com destaque para as testemunhas do rito, a extensa lista de presentes ocupa mais de uma coluna.
- Edição de 9 de maio de 1935: a seção “aviso fúnebre” informa sobre a missa de último dia que aconteceria em 11 de maio.

Nesse conjunto de notícias vinculadas ao Jornal do Brasil, a lista de presentes no enterro, divulgada na edição de 8 de maio de 1935, nos chamou particular atenção. Além de familiares, alunas e ex-alunas, indígenas tutelados e alfabetizados pela professora, integrantes do PRF e colegas de trabalho, também estão relacionadas figuras conhecidas no cenário nacional que

representavam diferentes vertentes políticas e ideológicas. Nesse aspecto, observamos a notoriedade que Leolinda conquistou ao longo do tempo, sendo capaz de mobilizar representantes de setores que disputavam o poder e que se apresentaram para o ritual de despedida, conforme destacado na notícia: "O enterro foi realizado anteontem, às 10 horas, no cemitério de S. João Batista, com grande acompanhamento, valendo por um testemunho do quanto a professora Daltro era estimada." (Hemeroteca Digital - Jornal do Brasil, edição de 8 de maio de 1935, p.12). Alguns nomes indicados pelo periódico eram acompanhados da especificação entre parênteses das autarquias e/ou associações que representavam. Da extensa lista, destacamos: Adelaide Benta de Andrade, 1º tesoureira da Aliança Nacional de Mulheres e Natércia Silveira Pinto da Rocha, advogada e fundadora da Aliança Nacional de Mulheres; Anísio Teixeira, secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal e Edgard Sussekind, ambos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932; Senhora Darcy Vargas, primeira-dama.

Como representante do governo em vigor, Darcy Vargas configura uma destacada presença ilustre (SIMILI, 2008). Entretanto, o enterro da professora Daltro não foi a primeira vez em que a primeira-dama protagonizou movimentos do governo em reconhecimento da pessoa de Leolinda. A série "Feministas graças a Deus" coloca em evidência uma notícia publicada na edição de 23 de janeiro de 1932 do periódico "Diário Carioca", com a informação de uma ocasião em que Darcy Vargas esteve nas dependências da Escola Orsina da Fonseca para apreciar uma exposição de trabalhos das alunas da instituição e presidiu a cerimônia ao lado da professora Daltro.

# A EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS DA ESCOLA ORSINA DA FONSECA

A SENHORA GETULIO VARGAS PRESIDIU A CERIMONIA DA  
INAUGURAÇÃO



Inaugurou-se, hontem, á tarde, na séde da Escola Orsina da Fonseca, á rua General Canabarro, a exposição dos trabalhos confeccionados durante o anno findo, pelas aludentas desse estabelecimento profissional. O acto inaugural foi presidido pela exma. sra. Getulio Vargas, tendo a directora da escola, professora Leolinda Dalstro, relatado aos presentes, em commovente discurso, como foi fundada a conhecida casa de educação.

Imagen 14 – Recorte periódico Diário Carioca<sup>94</sup>.

Apesar de ser conhecida no cenário da capital federal como liderança de pautas que se chocavam com os padrões normativos para o comportamento feminino da época, a relação de Leolinda com o governo foi marcada por uma postura de cobranças, afagos e negociação. A professora buscou por diversas vezes ser indicada para cargos vinculados à estrutura estatal, não logrou êxito em uma nomeação que viabilizasse o andamento do projeto de catequese laica, mas foi nomeada para o cargo de direção da Escola Orsina da Fonseca no ano seguinte à eleição

<sup>94</sup> Fonte: Brasiliana Fotográfica – Feministas Graças à Deus, Diário Carioca, Rio de Janeiro, edição 23 de janeiro de 1932. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093092\\_02&pagfis=7058](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093092_02&pagfis=7058). Acesso em 3 jun. 2023.

do presidente Hermes da Fonseca, candidato que apoiou ativamente por meio da Liga Pró-Hermes Wenceslau. No comando da escola Orsina e como presidente do PRF, a *outsider* orquestrou ações de militância combinadas com acenos para governantes. Tal postura garantiu maior possibilidade de atuação em pontos que tensionavam a imagem tradicional feminina vinculada ao lar e ao trabalho doméstico, a exemplo da criação da Linha de Tiro Rosa da Fonseca em 1917, com o intuito de formar uma reserva de possíveis combatentes pelo Brasil, no contexto de tensão internacional da Primeira Guerra Mundial. A criação da linha de tiro de mulheres foi bem-vista pelo então presidente Hermes da Fonseca, sendo que, a mesma lógica de utilizar o nome da primeira-dama na escola entregue para gestão de Leolinda foi aplicada na linha de tiro, pois Rosa da Fonseca tratava-se do nome da mãe do marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil e tio de Hermes da Fonseca.

Os caminhos que viabilizaram o trânsito com personalidades, como Orsina da Fonseca, ainda são uma incógnita na biografia da professora Daltro. A origem humilde no recôncavo baiano, somada ao infortúnio de se tornar órfã de mãe e sendo filha de militar de baixa patente, situa Leolinda no que seria uma classe intermediária entre a população pobre e a elite financeira. A formação adquirida no internato feminino de Salvador distingua a professora Daltro da maior parte da população do país, que era pobre e analfabeta, porém tal formação não era suficiente para abrir portas entre governantes. Possivelmente, a proximidade com Quintino Bocaiúva, um dos mais importantes políticos republicanos e apontado por Elaine Rocha (2021) como um dos principais apoiadores de Leolinda em sua carreira, oportunizou o contato com políticos ligados à militares da alta patente. Como padrinho da filha caçula Aurea, Quintino Bocaiúva assumiu a tutela da pequena no período em que a mãe esteve em excursão pelo interior do Brasil. Na ocasião de criação da Liga Pro-Hermes-Wenceslau, Leolinda faz menção honrosa ao "general Quintino Bocaiúva", mas o referido político nunca pertenceu à ala militar, o que torna impossível sua nomeação como general. Para Elaine Rocha (2012) (2021), o prestígio atribuído às personalidades ligadas ao serviço militar que fez com que Leolinda acrescentasse a patente "general" para Quintino Bocaiúva, sendo uma construção afetiva relacionada com a origem e história dessa personagem.

Tendo o recôncavo baiano como berço, a professora Daltro internalizou uma missão patriótica. A região teve grande importância no processo de "Independência do Brasil", com relevância destacada no que a História Oficial aponta como a expulsão definitiva dos colonizadores portugueses e a independência do estado em 02 de julho de 1823. O fato histórico difunde na região um culto patriótico consolidado na cultura baiana, sendo relembrado

anualmente por meio de uma festa de grande participação popular e maior adesão que o 7 de setembro, data reconhecida nacionalmente como o dia da Independência do Brasil.

Embora praticamente desconhecida em outras regiões do país, é uma das maiores [festas] da Bahia. Nela, os baianos comemoram a expulsão das tropas portuguesas e a independência do Estado, ocorrida no mesmo dia de 1823, depois de um ano e cinco meses de uma guerra sangrenta, que envolveu de 10 a 15 mil soldados de cada lado e causou mais de duas mil mortes em combate. (SILVEIRA, BBC Brasil, 2022).



Em 2 de julho, baianos comemoram a expulsão das tropas portuguesas e a independência do Estado

Imagen 15 – Fotografia comemoração da Independência do estado da Bahia<sup>95</sup>.

Ainda dentro da relevante participação do estado da Bahia no processo histórico de Independência do Brasil, destaca-se a exaltação de Maria Quitéria. A personagem histórica é reconhecida pela bravura e serviço à pátria dentro da estrutura militar e tal imagem heroica é difundida no imaginário social brasileiro, especialmente na cultura baiana.

Consolidada a vitória dos combatentes pela independência na Bahia, Maria Quitéria demonstrou vontade de conhecer o Imperador D. Pedro I. Foi atendida em seu desejo. Embarcou num navio para o Rio de Janeiro ainda no mês de julho. O Monarca, além de recebê-la, também a condecorou com a insignia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, condecoração só concedida a grandes personalidades ou heróis. Desfilou pelas ruas do Rio com seu uniforme militar verde, atraindo a curiosidade de muita gente que a aplaudia. A imprensa carioca deu cobertura à visita, em artigos e reportagens, ressaltando sempre sua bravura e heroísmo. O Imperador assinou um

<sup>95</sup> Fonte: BBC Brasil. Por que a Bahia Comemora a Independência em 02 de julho?. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62007314>. Acesso em 19 de jul. 2023.

decreto autorizando o pagamento a Maria Quitéria de um soldo, como alferes, até o final de sua vida. (PINTO, 2013, p.5).

Assim, o “culto” do povo baiano à figura de Maria Quitéria como heroína local pode ter influenciado a constituição de uma percepção de Leolinda sobre a atuação das mulheres para muito além da esfera da vida privada.

A Bahia seguiu sendo um território de grande engajamento de seu povo em processos históricos relacionados com a defesa do território brasileiro. A partir de 1864, o estado também se destacou pelo alto contingente de alistamentos voluntários na "Guerra do Paraguai".

Por imposição da força policial ou por alistamento em busca das glorioas batalhas, documentos apontam que a Bahia teria sido a província que maior número de combatentes oferecera ao Brasil durante da Guerra. Somente durante o primeiro ano de alistamento de voluntários, essa província enviou para o Paraguai mais de nove mil homens, um número que superou os alistados na Corte e todas as outras províncias. (ROCHA, 2002, p. 40).

Além da simbologia patriótica que envolve o povo baiano na guerra contra o Paraguai, precisamos considerar mais um fator afetivo relacionado a tal momento histórico, pois o pai de Leolinda lutou na referida guerra. Também nesse contexto, surgem registros de um personagem ímpar na vida de Leolinda: Ezequiel Joaquim Pereira, soldado negro que serviu ao exército como combatente no sexto batalhão de infantaria. Não foram encontrados registros que possam apontar os caminhos na história de Ezequiel que o levaram para a guerra, ao ser ferido em combate retornou para Salvador em 1866 e passou a receber pensão vitalícia. A presença de Ezequiel na biografia de Leolinda é inquietante, não sendo possível levantar ao certo a natureza dessa relação, mas ele se manteve ao lado da professora Daltro até o fim de seus dias.

Segundo a família, ele [Ezequiel] lutara ao lado de Luiz Antonio [pai de Leolinda] na guerra, tendo prometido a este, por ocasião de sua baixa do Exército, voltar para a Bahia e proteger a filha do amigo. Desde então teria ficado ao lado de Leolinda em todos os momentos de sua vida. (ROCHA, 2002, p. 50).

Ao que tudo indica, a relação de Leolinda e Ezequiel nunca teve cunho amoroso conjugal, visto que, ela se casou aos quinze anos com um primo, Gustavo Pereira de Figueiredo. Com o fim da guerra do Paraguai em 1870, o pai de Leolinda retornou para Salvador e acompanhou o casamento da filha ao lado de Ezequiel, sendo levantada a possibilidade de algum parentesco familiar.

Não há documentos comprovando alguma relação familiar ou correlata entre Ezequiel e Luiz Antonio de Figueiredo antes da guerra, porém isso não seria

totalmente impossível, se somarmos ao fato da extrema fidelidade com que Ezequiel se dedicou à família, ambos baianos e principalmente a proximidade de sobrenome de Ezequiel e o primeiro marido de Leolinda, Gustavo Pereira de Figueiredo, que por sua vez era sobrinho de Luiz Antonio. (ROCHA, 2002, p. 50).

A união conjugal com o primo gerou duas crianças: Alfredo e Alcina de Figueiredo. Não se sabe ao certo em qual ocasião o primeiro casamento de Leolinda terminou, mas por volta de 1883, a professora casa-se novamente com Apollonio de Castilho Daltro, com quem teve quatro filhos: um menino que faleceu ainda bebê, Oscar, Leobino e a caçula Aurea. A partir de então a professora assume o sobrenome Figueiredo Daltro, que continuou utilizando até o fim de sua vida, apesar de também encerrar o segundo casamento para colocar em prática o projeto de catequese laica a partir de 1896.

Segundo depoimento dos netos, o marido teria se oposto ao plano de viajar com os indígenas e, quem sabe, se estabelecer definitivamente nos sertões. O casal tinha problemas de relacionamento, porque a professora agia de maneira independente, fosse ao abrir cursos noturnos ou ao participar de eventos públicos políticos. A separação definitiva veio com a partida de Leolinda em 1896. (ROCHA, 2021, p. 39).

A oposição do então marido não foi suficiente para demover a decisão de partir em expedição e o início da viagem marca o fim do segundo casamento de Leolinda, quando ela tinha por volta de trinta e quatro anos. A comissão que acompanhava a professora contava com a presença de Ezequiel, o filho mais velho Alfredo e alguns indígenas da etnia Xerente que estavam sob sua tutela no Rio de Janeiro. Algumas notícias divulgadas na imprensa apontavam Ezequiel como ex-escravizado da família, tal informação nunca foi desmentida, apesar da constante comunicação da professora com redações de periódicos por cartas para divulgar sua viagem. Nesse aspecto, precisamos considerar que, diante das muitas críticas que Leolinda recebia, a identificação de Ezequiel como ex-escravizado da família pode ter sido uma tática para diminuir os rumores sobre sua índole e acalmar a opinião pública. (ROCHA, 2002). Com o soldo de ex-combatente, Ezequiel também colaborava para o sustento da casa de Leolinda, que também trabalhava como professora, deste modo, o segundo esposo não ocupava o papel de “imprescindível provedor do lar”, o que colaborou para o término da relação, visto que, a professora era a principal mantenedora da família e contava com o apoio do amigo Ezequiel.

A migração de Leolinda para a capital federal acompanhada do então marido, o companheiro Ezequiel e seus filhos aconteceu em 1887. Assim que chegou no Rio de Janeiro, ela buscou uma nomeação para atuar em alguma escola, sendo designada como professora catedrática da Escola Mista de Santa Isabel, no Matadouro de Santa Cruz, posição em que

começou a ser notada como figura pública devido a atuação profissional. Segundo Leolinda, seu nome passou a ser divulgado na imprensa por ter inaugurado a prática de exposições pedagógicas na capital federal: "Aqui nunca se fizera uma exposição escolar; coube-me a iniciativa e a glória das duas primeiras exposições pedagógicas que se realizaram, ainda no império no paço da ilustríssima Câmara municipal desta cidade." (DALTRO, 2021, p. 27). Desde então, Leolinda iniciou a pavimentação de uma imagem pública sendo reconhecida pela atuação como educadora.

Em 1888, Leolinda Daltro (2021) narra uma ocasião em que sob sua direção, a Escola Mista de Santa Izabel foi visitada pela princesa Isabel, seu esposo o Conde D'Eu, os coronéis Floriano Peixoto, Pinto Peixoto e Marechal Travassos. Diante da boa impressão causada pelas atividades com estudantes, posteriormente a ilustre comitiva visitante enviou para a professora Daltro um luxuoso Livro de Ouro, com elogios à escola na Página de Honra. Nesse ponto fica evidente o caráter patriótico missionário que impulsionava as atividades profissionais da *outsider*. Como diretora de uma escola pública mista, atendia alunos e alunas, contando com relativa autonomia na condução da proposta pedagógica da instituição; sentindo-se incentivada pela visita da princesa Isabel, passou a imprimir suas concepções de educação que mesclavam a exaltação do nacionalismo com propostas metodológicas avançadas para a época, como visitas técnicas em espaços e instituições com potencial educativo.

Daí por diante não cessei de melhorar cada vez mais o meu programa de ensino, ora introduzindo na escola novos métodos, preparando os alunos para bons exames, ora incorporando-os às grandes festas nacionais, ora levando-os a passeios campestres para lhes ensinar a amar a natureza, aproveitando todos os momentos oportunos para variadas preleções com fim de lhes educar a alma para o belo e para o bem, ora levando-os ao museu, exposições etc. (DALTRO, 2021, p. 29).

A destituição do império e promulgação da república não interferiram na lógica de atuação patriótica executada por Leolinda como educadora. A escola dirigida por ela foi escolhida para participar da solenidade de inauguração do retrato de Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil republicano, no salão da prefeitura da capital federal, sendo um de seus alunos incumbido da missão de retirar o véu que cobria o retrato. Segundo Leolinda, por conta própria investiu na uniformização dos estudantes para o evento, bem como assumiu as despesas de uma coroa de louro com folhetas douradas para circundar o retrato, acrescida de um buque que foi entregue ao proclamador da república. Em seu relato, destaca que Deodoro da Fonseca recebeu as homenagens com lágrimas nos olhos e como agradecimento, uma mesa de doces foi oferecida para ela e seus estudantes.

A prática de mobilização das escolas sob seu comando para homenagear personalidades militares e políticas, bem como a participação em eventos de datas vinculadas ao conceito de nacionalidade tornou-se uma marca da atuação de Leolinda. "Em todas as festas oficiais, principalmente as comemorativas da Independência de nossa pátria e da fundação da cidade do Rio de Janeiro, sempre a minha escola se apresentou, destacando-se pela estética e pela ordem." (DALTRO, 2021, p. 30).

Assim, verificamos que desde o Brasil Império, Leolinda Daltro carregava em seu âmago um espírito nacionalista que marcou sua atuação como educadora. O caráter missionário patriótico impresso em sua atuação profissional evidencia-se pelo envolvimento com causas que acreditava serem importantes para a nação, evitando apontar governantes e militares como inimigos, essa militância não atacava o Estado e buscava colocações dentro da estrutura instituída. A partir dessa compreensão, verificamos que a presença de Darcy Vargas no enterro, como representante do regime varguista não é uma surpresa, apenas a constatação de uma estratégia bem-sucedida por parte da *outsider*, que conseguiu relativa liberdade e proteção de instâncias de poder em sua militância como educadora.

Na lista de personalidades que acompanharam o enterro, também encontramos lideranças de associações femininas, além das companheiras do PRF. Assim, verificamos a presença da fundadora da Aliança Nacional das Mulheres, a advogada Natércia Silveira Pinto Rocha, que também integrou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, onde destacou-se pela atuação no caso que concedeu o título eleitoral para Francisca Gaya; junto com Natércia estava a tesoureira de sua associação, Adelaide Benta de Andrade.

A Aliança Nacional das Mulheres foi fundada em 1931 no Rio de Janeiro, com o objetivo prestar atendimento jurídico para trabalhadoras, sendo assim, o surgimento dessa associação indica o afastamento de Natércia da pauta pelo sufrágio monopolizada pela FBPF. O sucesso da agremiação de Natércia atesta-se pelo crescimento vertiginoso de associadas, que em menos de um ano de existência somavam mais três mil, dentre elas, a professora Leolinda Daltro compunha a comissão fiscal da Aliança.

Dentre as atividades da Aliança Nacional de Mulheres, destacavam-se a fiscalização das condições de trabalho das mulheres, o serviço de assistência jurídica e uma caixa de auxílio à mulher desamparada. Eram realizadas reuniões mensais nas quais temas relativos à legislação, à educação, ao trabalho e às artes eram contemplados. As associadas também faziam visitas a fábricas e a entidades de assistência social. (BRASILIANA FOTOGRÁFICA, 2020)<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Disponível em: <https://brasiliayanafotografica.bn.gov.br/?p=20151>. Acesso em 19 jul. 2023.

Nesse ponto, observamos Natércia como um elo entre Leolinda e Bertha, pois a advogada convivia com ambas as lideranças. Em 20 de junho 1931, Natércia estava presente no II Congresso Internacional Feminista como representante do Rio Grande do Sul, ocasião em que a escritora Raquel Prado, também membro da Aliança Nacional das Mulheres, foi impedida de homenagear Leolinda como precursora do feminismo no país. Em uma edição do Jornal do Brasil de 1932, verificamos um registro fotográfico das diretoras da Aliança Nacional das Mulheres e apesar da baixa qualidade da imagem, identificamos Leolinda ao centro com vestimenta escura e ao seu lado, com vestimenta clara está Natércia.



**▲ professora Daltro rodeada pelas directoras e socias da Aliança Nacional de Mulheres**

Imagen 16 – Fotografia associadas Aliança Nacional de Mulheres. Recorte da autora<sup>97</sup>.

A "concorrência" entre as lideranças feministas de Bertha e Leolinda no cenário da capital federal não resultou em uma relação de oposição declarada entre a FBPF e o PRF. Ainda, Monica Karawejczyk (2013) destaca uma correspondência em que Bertha aponta as razões que a levaram a ignorar Leolinda Daltro.

Na carta [enviada a Maria Coelho em 1925] Bertha declara "a campanha auxiliar de propaganda feminina só logrou apoio da Imprensa e dos homens ponderados do Congresso e das mulheres, depois de deixar de tomar atividade militarizada de fardas e tiros. O ridículo desapareceu", ao lado dessas palavras encontra-se outra, escrita à mão, a palavra confidencial, confirmando o sigilo pedido na sua divulgação. (KARAWEJCZYK, 2013, p. 242).

<sup>97</sup> Legenda: A professora Daltro rodeada pelas directoras e socias da Aliança Nacional de Mulheres. Fonte: HEMEROTECA. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1932.

Nessa passagem verificamos que o afastamento da FBPF de Leolinda Daltro foi estratégico, mas também observamos a preocupação de Bertha em manter tal questão em sigilo, a fim de não propagar publicamente uma rivalidade entre lideranças de associações femininas. É interessante notar que, a partir de 1920, justamente a característica de militância aguerrida e prática militarizada da professora Daltro, fez com que sua imagem fosse preterida diante da ascensão de lideranças femininas mais sutis, como Bertha Lutz. A ascensão da imagem de Bertha como representante da pauta sufragista abafou a imagem pública de Leolinda como precursora feminista notada pela "[...] diferença de tratamento dado pela imprensa a essas duas mulheres que, claramente, pendia a favor de Bertha, ao conceder cada vez mais espaço para suas considerações." (KARAWEJCZYK, 2013, p. 163).

A imagem pública de Leolinda, seja como educadora indigenista ou feminista, sempre dividiu opiniões, sendo recorrentemente atacada em tom jocoso por seus críticos. O ativismo de longa data da professora Daltro enfrentou o machismo habitual e o etarismo, sendo sua idade ressaltada para desqualificar suas ações como indícios de falta de lucidez. Contudo, em 1935, a morte da professora Daltro foi um acontecimento que desencadeou grande comoção social na capital federal e não foi ignorada pela FBPF. Apesar de não verificamos uma representante dessa associação na lista de espectadores do enterro publicada no Jornal do Brasil, diante do falecimento da fundadora do PRF, a federação rompeu o silêncio até então praticado entre as associações femininas e publicou uma nota de pesar.

Faleceu num desastre de automóvel em maio de 1935. Nesta ocasião, a revista Mulher, editada pela FBPF, homenageou-a, ressaltando seu importante papel como precursora do feminismo no Brasil, e lembrou que sua luta se dera contra a mais cruel das armas dos adversários da mulher, o ridículo. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 411).

Infelizmente, não conseguimos encontrar a edição de 1935 da Revista Mulher nas plataformas da Hemeroteca Digital e SIAN para transcrever a referida homenagem para Leolinda. Possivelmente, o documento físico encontra-se arquivado no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para consulta presencial, visto que, foi analisado na pesquisa divulgada por Schumaher e Brazil (2000).

Por fim, retomando a lista de expectadores do ritual fúnebre, identificamos intelectuais da educação como Anísio Teixeira, que atuava dentro do Ministério da Educação e Saúde Pública. Também verificamos a presença de Edgard Sussekind, provavelmente acompanhando Anísio Teixeira, visto que, ambos eram amigos e signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. A presença dos escolanovistas indica o reconhecimento do legado de

Leolinda como educadora pelo grupo que participava ativamente do debate público sobre políticas educacionais, dentro e fora da estrutura estatal, sendo que, “os pioneiros” representavam uma vertente educacional progressista e “modernista” no período.

A atuação profissional de Leolinda à frente da Escola Orsina da Fonseca pavimentou o reconhecimento de intelectuais da Escola Nova. Como diretora de uma escola para educação feminina, localizada em uma região central da capital federal e que desde a inauguração oferecia “instrução de ofícios”, Leolinda conectava-se com os ideais escolanovistas, entre os quais a formação profissional destacava-se como um pilar dessa filosofia de ensino. A pesquisa de Teresa Alves (2016), no acervo documental da Escola Orsina da Fonseca, aponta que na década de 1930, Anísio Teixeira propôs a inclusão do termo “técnica” na nomenclatura da Escola Orsina da Fonseca.

Os conceitos da Escola Nova, defendidos por intelectuais e políticos no poder, encontram no Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca um espaço frutífero de prática para o projeto estruturado a partir dos anos de 1930.

Ao longo da década de 1930, em decorrência das mudanças na legislação educacional, o Instituto recebeu várias denominações. Com o secretário geral de instrução Anísio Teixeira (1932 - 1935), o Instituto passa a se chamar Escola Técnica Orsina da Fonseca. (ALVES, 2016, p. 6).

Com base na filosofia da Escola Nova, observarmos que a inclusão do termo “técnica” se vincula diretamente com princípios metodológicos dessa vertente educativa, segundo preceitos de uma ciência pedagógica, baseada em propostas didáticas que priorizam a aprendizagem por meio da experimentação prática e enaltece a formação para o “trabalho”.

Na década de 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública possibilitou que parte da intelectualidade modernista empolgada com a Escola Nova, da qual Anísio Teixeira fazia parte, projetasse as discussões das universidades para ações da política educacional. Entretanto, observamos que a escola Orsina da Fonseca promovia a instrução feminina em “ofícios” desde a sua fundação, sendo assim, a inspiração escolanovista que incluiu o termo “técnica” no nome da instituição não trouxe grande novidade para o que Leolinda já praticava. A reflexão de Teresa Alves (2016) não aborda a relação entre a imponente diretora da escola e o então secretário de instrução da capital federal, mas observamos que apesar da origem humilde no recôncavo baiano, a professora Daltro tornou-se uma figura conhecida e reconhecida também entre a intelectualidade brasileira, com uma trajetória profissional marcada pela atuação em escolas públicas e pelo envolvimento no debate sobre propostas para a educação feminina e dos povos originários. Ademais, no recorte entre 1921 e 1936, Leolinda

já tinha larga experiência na promoção de um modelo de ensino que possibilitasse a participação de suas educandas na sociedade por meio da formação técnica para o trabalho.

Assim, constatamos o protagonismo de Leolinda como liderança militante em questões diversas e relacionadas ao seu ofício como educadora. Apesar da constância com que o nome da professora afigura em registros e pesquisas que dialogam com as pautas que defendeu ao longo de sua vida, ela continua sendo negligenciada pela macro-história da educação brasileira e reduzida ao “nicho” feminista, onde nem sempre recebe o devido destaque como precursora. O esforço em revisitar a história de personagens como Leolinda nos ajuda a desconstruir a concepção do passado como uma linha constante e homogênea, especialmente quando analisamos a História das Professoras.

A partir de Leolinda Daltro, verificamos que as educadoras com perfil de liderança participaramativamente do debate público por meio de associações femininas, onde conseguiram projeção como representantes de um coletivo. Com o passar o tempo, histórias de *outsiders* como Leolinda são eclipsadas, prevalecendo poucos aspectos destacados, usualmente por uma característica que não faz justiça a um legado de intensas e variadas movimentações ao longo de suas vidas. No caso da professora Daltro, sobrevive uma imagem desgastada como militante feminista e sobreposta pelo protagonismo de Bertha Lutz na pauta pelo sufrágio feminino. Em nossa investigação observamos que a atuação como sufragista não faz justiça à uma extensa carreira como educadora, pois o nome da professora Daltro reverberou em discussões sobre diversos temas relacionados com a educação brasileira, bem como diferentes nichos sociais.

Para escrever sobre histórias *outsiders* é interessante observar as conexões que vinculam protagonistas para evidenciar a relação colaborativa e difusora de pensamentos e ações. Em uma última visitação à lista de presentes no enterro de Leolinda, apesar da ausência física, verificamos a ligação com a próxima educadora de que tratamos. A cerimônia de despedida da professora Daltro contou com dois signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, parte de uma intelectualidade que discutia teoricamente e promovia iniciativas de renovação da educação no país. Nesse aspecto, há uma professora intelectual de quem precisamos tratar, amiga de Anísio Teixeira e esposa de Edgard Sussekind, seguimos com o legado de Armando Álvaro Alberto.

## CAPÍTULO 5 – Armando Álvaro Alberto: uma reparação histórica em andamento



Noções<sup>98</sup>  
(Cecília Meireles)

Entre mim e mim, há vastidões bastantes  
para a navegação dos meus desejos afligidos  
Descem pela água minhas naves revestidas de espelhos.  
Cada lâmina arrisca um olhar, e investiga o elemento que a atinge.

Mas, nesta aventura do sonho exposto à correnteza,  
só recolho o gosto infinito das respostas que não se encontram.

Virei-me sobre minha própria existência, e contemplei-a.  
Minha virtude era essa errância por mares contraditórios,  
e este abandono para além da felicidade e da beleza.

Oh! meu Deus, isto é a minha alma:  
qualquer coisa que flutua sobre este corpo efêmero e precário,  
como o vento largo do oceano sobre a areia passiva e inúmera...

Imagen 17 – A jovem Armando Álvaro Alberto. Fonte: Documentário “Armando”, 2022.

O nome de Armando Álvaro Alberto (1892 – 1974) tem ganhado espaço na historiografia brasileira. A datação recente das pesquisas que abordam diferentes facetas da educadora vincula a ascensão dessa personagem com a crescente crítica à lógica homogeneizante e masculinizada que apaga as mulheres da macro-história, como observado por Margarethe Rago (1995). Nossa encontro com a professora ocorreu no processo de contextualização das políticas públicas para a educação nas décadas de 1920 e 1930, visto que, tratamos de uma signatária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Porém, o legado de Armando é muito maior que a assinatura no destacado documento e sinaliza um caminho ainda a ser percorrido na produção historiográfica para compreendermos o pensamento e a importância dessa professora e sua produção intelectual na História da Educação.

O manifesto idealizado e escrito por Fernando Azevedo constitui um marco para a educação país. No conjunto de vinte e seis assinaturas de intelectuais da década de 1930 observamos a grande maioria de homens, dentre os quais identificamos nomes reconhecidos pela atuação na condução de políticas públicas, como Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Entre as “pioneiras da Educação Nova” encontramos apenas três signatárias, que em comum traziam

<sup>98</sup> A poesia "Noções" faz parte do livro Viagem de 1937, considerada a obra que consolidou Cecília Meirelles como grande poetisa. (LÔBO, 2010).

em seus currículos a experiência como normalistas, são elas: Cecília Meireles, à época professora na Escola Normal do Distrito Federal, sendo o sucesso como poeta posterior à assinatura, por volta de 1937; Noemy da Silveira, uma normalista próxima a Lourenço Filho, muito ativa na condução de pesquisas no campo da psicologia educacional; por fim, Armando Álvaro Alberto, que apesar da atuação pretérita como normalista no tradicional Colégio Jacobina, estava focada na educação primária conduzindo uma escola pública mantida pela iniciativa privada em Meriti (RJ), região que hoje corresponde à cidade de Duque de Caxias.

A participação de Armando no movimento da Escola Nova monopoliza e inspira boa parte dos trabalhos acadêmicos que abordam sua trajetória política e profissional. Deste modo, Selma Gomes (2019) anuncia “A lacuna inaceitável da História” e aponta a presença de Armando no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932; também o trabalho de Silva e Gonçalves (2019) traz um breve levantamento biográfico sobre as signatárias do documento. No eixo mulheres-intelectuais-escolanovistas uma seleção de discursos proferidos por Cecília Meirelles e Armando Álvaro Alberto em defesa de bibliotecas públicas infantis é analisada por Marcus Martins (2014).

[...] Armando acreditava no papel da biblioteca como potencializadora da prática educativa em crianças, jovens e adultos; a educadora percebia que a instituição poderia transformar a trajetória dos sujeitos que a frequentassem; para isso era necessária uma biblioteca com espaço adequado, acervo amplo, diversificado e de qualidade e tempo disponível para que todos pudessem utilizá-la. (MARTINS, 2015, p. 6).

Na esteira da reparação à personas que não receberam o devido reconhecimento por seus feitos, verificamos a biografia de Armando escrita por Ana Chrystina Mignot (2010), disponível em domínio público na versão livresca é resultado do doutorado da autora. Em sua pesquisa, Mignot (2010) utilizou como uma fonte de investigação o arquivo pessoal de Armando, conjunto de documentos que atualmente compõe o acervo do Programa de Estudos e Documentação da Educação e Sociedade (Proedes), da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Praticamente intocado como relíquia, o arquivo pessoal de Armando Álvaro Alberto permaneceu anos e anos, até outubro de 1994, distante dos pesquisadores. Foi preservado porque sua família tinha consciência do seu valor para estudos e compreensão da importância de sua presença no movimento de renovação educacional. Talvez, porque sempre soubesse que Armando não havia atuado nos bastidores dessa história. (MIGNOT, 2010. P.18).

Assim, observamos Armando como integrante de uma classe social elitzada, com trânsito e amizade entre intelectuais de destaque. Nesse aspecto, tratamos de uma personagem que mantinha boas relações com agentes de poder da capital federal carioca, o que a situa como agente ativo do grupo escolanovista que produziu o reconhecido Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

Quando nos voltamos para o núcleo familiar o nome de seu pai, Álvaro Alberto Silva, ganha maior destaque, pois tratamos de um reconhecido médico sanitarista que trabalhou ao lado de personalidades como Oswaldo Cruz. Ainda que não tenha exercido uma profissão a mãe, Maria Teixeira da Motta e Silva ou “Dona Filhinha” como era conhecida, tem sua imagem distante do habitual recato do lar e certamente teve uma forte influência na formação de Armando como educadora, visto que, orientou em casa boa parte dos estudos da filha e filho, além de sobrinhos e filhos de sobrinhos, sendo reconhecida pela defesa de ideais humanistas:

Em homenagem póstuma que lhe foi prestada, Yolanda da Motta Portinho, lembrou que ela [Maria Teixeira da Motta e Silva] era uma mulher de temperamento apaixonado, que defendia convicções políticas e literárias com grande independência. Manifestava simpatia por iniciativas em favor de combatentes de guerra e insurreições. (MIGNOT, 2010, p. 23).

Como uma prática recorrente da época, o irmão de Armando é homônimo do pai. Assim, Álvaro Alberto da Motta e Silva seguiu em boa parte os passos de seu progenitor se tornando um reconhecido cientista, atualmente tem seu nome eternizado como uma condecoração nacional na área de ciência e tecnologia, conferida pelo presidente da república. Porém, a trajetória do irmão traz a proximidade inédita da família com a estrutura militar:

Após receber as primeiras lições sob orientação da mãe e de professores particulares, ele [Álvaro, irmão de Armando] estudou na Escola Politécnica e na Escola Naval. A partir de 1925, aperfeiçoou seus estudos em Bruxelas. Ingressou na Marinha onde chegou ao posto de almirante. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciência e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e notabilizou-se pelos estudos pioneiros na área de energia nuclear, influenciando a política nacional neste setor. (MIGNOT, 2010, p. 23).

Aos moldes da iniciação aos estudos do irmão, a educação de Armando também começa em casa ministrada pela mãe e complementada em aulas particulares, posteriormente transitou para a instrução em escolas oficiais. Em 1912, com 14 anos de idade, Armando ingressa em um curso de literatura inglesa no tradicional Colégio Jacobina, seguindo os estudos na instituição em que também atuaria como normalista a partir de 1917. Em 1919, aos vinte e um anos de

idade, a *outsider* acompanhava o irmão transferido pela marinha para Angra dos Reis, quando realiza sua primeira experiência de criação e execução de um projeto educacional, improvisando uma escola ao ar livre para atender filhas e filhos de pescadores locais. Em 1921, o irmão instala a Fábrica de Explosivos Rupturita, na região identificada atualmente como baixada fluminense e Armando aprimora sua proposta educativa fundando a Escola Proletária de Merity<sup>99</sup>. O corpo discente da escola era composto por filhas e filhos de trabalhadores da fábrica recém-criada pelo irmão, o principal doador da instituição.

Os registros da relação entre Armando e Álvaro indicam uma dinâmica familiar afetuosa entre ambos, especialmente na primeira parte da biografia da educadora que se deslocava acompanhando o irmão nas regiões para as quais era transferido. Entretanto, também verificamos divergências políticas entre ambos, pois como militar, Álvaro era declaradamente anticomunista, por sua vez, Armando era afeita à vertentes de pensamento liberais e “modernistas” distantes das concepções estatistas e autoritárias characteristicamente cunhadas pela ala militar, por exemplo, o nome “Escola Proletária de Merity” faz evidente alusão à discussões que antagonizam classes sociais, ou seja, a “luta de classes” descrita com maior propriedade na filosofia marxista. Como esperado, o termo “proletária” trouxe desconforto entre “sócios fundadores” e a fim de evitar maiores desafios para uma instituição que encarava dificuldades relacionadas ao financiamento e a estrutura predial, Armando rebatiza a “Escola Regional de Merity”<sup>100</sup>. Em 1925, Álvaro esteve em Bruxelas para um intercâmbio formativo e Armando se afasta das atividades como normalista no Colégio Jacobina e da escola em Meriti para também complementar sua formação com uma breve estadia em Genebra, quando estudou com maior profundidade o desenvolvimento psicológico infantil no Instituto Jean Jacques Rousseau. Ao retornar para o Brasil no mesmo ano, a educadora finaliza a atividade como normalista e concentra sua atuação como fundadora, mestra e diretora da Escola Regional de Merity.

Em 1928, surge outra relação familiar importante na vida de Armando: o casamento com Edgar Süsskind de Mendonça, um dos sócios fundadores de sua escola. Em correspondência ao círculo social de Armando, Edgard também tinha origem familiar elitizada,

---

<sup>99</sup> Ao longo dos anos verificamos mudanças no nome da escola segundo descrição dos textos consultados, ora relacionadas a intenções da fundadora, ora de ordem ortográfica e por fim como indício do processo de estatização: “Escola Proletária de Merity”, “Escola Regional de Merity”, “Escola Regional de Meriti” e “Escola Doutor Álvaro Alberto”, “Escola Municipal Álvaro Alberto”.

<sup>100</sup> Segundo a linha do tempo apresentada na página virtual da Escola Municipal Álvaro Alberto a mudança do nome foi em 1924. Entretanto, o texto de Orlando M. de Carvalho (2016), escrito em 1934 e incluído na obra documentário sobre a escola organizada por Armando, indica que o nome foi mudado em 1921. Fontes: E. M. Dr. Álvaro Alberto, <http://escolaalvaroalberto.blogspot.com/search/label/Nossa%20História>.

era filho da pintora Anita Süsskind de Mendonça e Lúcio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, escritor e cofundador da Academia Brasileira de Letras. (MENDONÇA, 2013). A aproximação entre Armanda e Edgar veio com o engajamento de ambos no “ativismo pela educação brasileira”, por meio das atividades na Escola Regional de Meriti e na ABE, entidade da qual ambos também foram membros fundadores em 1924. A união duradoura apresenta especificidades incomuns para a época no que diz respeito as expectativas de atuação no espaço público para uma mulher casada, pois Armanda não priorizou a vida privada com o casamento. Após o matrimônio, contando com o apoio do companheiro, o ativismo da educadora em pautas como educação e feminismo fica mais evidente, com a filiação e fundação de associações, publicação de textos em periódicos e a participação em eventos. Também nos chama particular atenção a decisão de Armanda em não incluir o sobrenome do marido em seu registro e o fato da união não ter gerado descendentes, questões ainda hoje incomuns na efetivação e desenrolar de matrimônios heteronormativos.

Como parte do grupo de signatários do Manifesto de 1932, o casal era reconhecido como a ala mais progressista do movimento, sendo constantemente identificado como “comunista” e/ou “marxista”. A presença de ambos no Conselho Diretor da ABE é apontada como uma motivação para a debandada do grupo católico da entidade: “O posicionamento marxista de Armanda e Edgar gerou uma série de desdobramentos quando o grupo católico se retirou da entidade e fundou a Associação de Educadores Católicos. (MIGNOT, 2010, p. 79). Como esperado, a atuação de Edgar também é constante na Escola Regional de Meriti, sendo ele referendado por Pascoal Lemme como professor e eterno secretário da instituição, apesar de ter manifestado em círculos de amizade o desejo de que Armanda se afastasse da escola que fundou: “Você deve entregar a escola a alguém que possa levar avante a obra, sob sua direção, e passar de mãe para avó. É tempo de nos tornarmos avós de nossa filha dileta” (LEMME, 2016, p.168). O casal seguiu junto até o falecimento de Edgar em 1958, sendo que, Armanda continuou atuando na escola até a entrega da administração para o Instituto Central do Povo em 1964, desde então, a Escola Regional de Meriti passa a ser chamada Escola Doutor Álvaro Alberto<sup>101</sup>. O início das negociações para a doação foi em 1963, a princípio como tentativa de entrega para o governo do Estado. A partir de então, Armanda participa de algumas solenidades recebendo homenagens pelo seu empenho na fundação e manutenção por tantos anos em uma instituição de ensino emblemática.

---

<sup>101</sup> Posteriormente a morte da educadora em 1974, é firmado um convênio com a prefeitura de Duque de Caxias no mesmo ano. A entrega total do controle da Escola Municipal Doutor Álvaro Alberto para a prefeitura acontece em 1982.

A faceta militante política de Armando ganha destaque em produções que versam sobre a União Feminina do Brasil – UFB. A associação de mulheres foi criada em 25 de maio de 1935, com forte vinculação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como apontado na tese Paula Soares (2021). O trabalho de José Moraes (2013) também nos apresenta informações importantes sobre a composição de uma rede de mulheres militantes no período em torno dessa associação. Assim, destacamos a coligação de Armando na UFB com outras personagens já apontadas em nossa pesquisa, como a professora e escritora Maria Lacerda de Moura, uma das primeiras parceiras intelectuais de Bertha Lutz na fundação da associação feminina que se tornou a FBPF em 1924; e a escritora Raquel Prado, que também participava da Aliança Nacional das Mulheres, liderada pela advogada Natércia da Silveira.

A UFB, presidida por Armando, distinguia-se das demais associações femininas por assumir como um dos seus principais compromissos o combate a discursos totalitaristas em ascensão no país, especialmente o “Integralismo” liderado por Plínio Salgado e inspirado em regimes como o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália. Nesse contexto, acompanhamos a adesão da UFB à Associação Nacional Libertadora (ANL), movimento que congregava intelectuais, lideranças comunistas e operárias. A ANL tinha Luiz Carlos Prestes como seu presidente de honra, um dos principais opositores do primeiro governo de Getúlio Vargas e exilado na antiga União Soviética. A adesão da UFB à ANL foi anunciada no documento “Manifesto às brasileiras” de 11 de julho de 1935 e publicada no periódico carioca “A Manhã”:

Agrupamo-nos na União feminina do Brasil para que que, dentro dessa organização, em ampla frente única de todas as tendências, lutássemos por todos os nossos direitos e pelos direitos de nossos companheiros e irmãos. Trouxemos para dentro da UFB a visão do que existe realmente em nossos lares: salários que mal dão pra comer, maridos, pais e irmãos mal remunerados, vivendo de ordenados mesquinhos, nós próprias vendendo nossa mão de obra inteiramente igual a do homem e no entanto, recebendo pelo nosso trabalho salário muito menor. Sem direito a nenhuma participação na vida pública. Atacadas de todos os lados e encontrando sempre a exploração mais desumana. Querendo lutar pela nossa emancipação e sendo logo taxadas de “extremistas”. Defendendo nossos direitos e sendo acusadas de “comunistas”. [...] Estamos com o povo. Estamos com nossos pais, nossos irmãos, nossos filhos! Estamos com todos os que quiserem verdadeiramente melhorar nossa situação de vida. E por isso estamos com a Aliança Nacional Libertadora (Hemeroteca Digital – Coleção A Manhã, Rio de Janeiro, p. 8).

A ligação de Armando com a vertente política “comunista” fica mais evidente por sua participação na UFB, declarada ilegal pelo governo varguista em julho de 1935. A atuação de Armando na associação a levaria para o cárcere em dezembro de 1936, uma vez presa compartilhou a sala 4 do presídio Frei Caneca com mulheres como Olga Benário, Maria Werneck e Nise da Silveira (MIGNOT, 2010). A estratégia para a defesa de Armando, bem

como das demais integrantes da UFB quando presas ou acusadas, sempre foi a negativa da atividade ou identificação comunista, tanto oficialmente em peças jurídicas, quanto publicamente em comunicados divulgados na imprensa. Entretanto, várias associadas da UFB também integravam o tachado ilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB), como Eneida de Morais e Beatriz Bandeira. Ademais, o documento manifesto da UFB em apoio a também declarada ilegal ANL serviu de prova acusatória para as autoridades.

Nessa seara, Paula Soares (2021) apresenta uma crítica à atuação discreta de Armando na presidência da UFB. A autora levanta a possibilidade de que o grupo de comunistas tenha aceitado que a educadora assumisse a presidência oficial da associação como estratégia para maior aceitação pública, visto que, o histórico de Armando em associações reconhecidas sinalizava imparcialidade e crédito para a recente organização feminina. Porém, a postura reticente e moderada da educadora como presidente da UFB desencadeou desentendimentos internos e soma-se ao imbróglio registros de Armando nos documentos da associação indicando sua exclusão em ações das integrantes:

Não tenho sido ouvida na qualidade de presidente ou de membro dessa comissão (organizadora) a respeito do comparecimento de numeroso grupo de sócias da UFB às galerias da Câmara, amanhã, para que tal fato, voluntario ou não, não se repita, por parte daquelas que tal resolução tomaram, peço que se considerem convidadas para a reunião da C. O, que convoquei [...]. (SOARES apud Armando, 2021, p. 211).

Em sua reflexão, Soares (2021) também destaca ligações de Armando com personagens “conservadoras”, a exemplo da relação com a médica Carlota Pereira Queiroz<sup>102</sup>, com quem criou a Associação Cristã Feminina em 1920. Porém, em 1935, a amizade entre Armando e a já deputada constituinte Carlota se apresentava em ponto de ruptura, como observamos em carta aberta escrita por Armando e publicada em 26 de julho no periódico “A Manhã”:

Que tristeza encontrar uma antiga conhecida, tão diferente, tão para traz do ponto em que a deixamos, faz tanto tempo! Esta carta, escripta sem gotta de azedume provinda de questões pessoais, a senhora recebera assinada por mim ou por outro nome de mulher, - nesta hora em que, ao mesmo tempo, a Policia manda fechar arbitrariamente a maior associação feminina existente no Brasil e a deputada Carlota de Queiroz declara pela imprensa que estão vitoriosas as questões femininas em nosso paiz... (ALBERTO, 1935, p. 1 e 7).

No trecho da carta aberta escrita por Armando para Carlota destacado é possível acompanhar o relato de decepção da professora pelo abandono da deputada na defesa da

---

<sup>102</sup> Personalidade da medicina e política brasileira, tornou-se a primeira deputada federal eleita por São Paulo no pleito para a constituinte de 1933.

legitimidade da UFB. Também observamos que apesar de anunciar não se tratar de uma crítica pessoal, a carta apresenta um teor apelativo ao definir a UFB como a “maior associação feminina existente no Brasil”, posto que, a bibliografia sobre as associações femininas do período atesta que tal título pertencia a FBPF, jamais “fechada” pelo governo varguista.

Nesse ponto, acreditamos ser necessário tecer alguns apontamentos importantes sobre a movimentação de mulheres que se apresentavam como lideranças do “associativismo feminino” característico do período. Primeiramente, observamos que ao longo de suas vidas, essas mulheres se envolveram em diferentes causas, sendo que, a participação em uma agremiação não era exclusiva, bem como era possível o trânsito e concomitância de vínculo em função do envolvimento circunstancial nas questões centrais assumidas pelas associações. Boa parte das integrantes buscava preservar a imagem pública das organizações e diante das inevitáveis divergências quanto aos rumos dos coletivos, via de regra preferiam se afastar evitando tornar públicas as possíveis intrigas internas, o que nos aponta para uma espécie de “corporativismo feminista”, presente desde a relação de preservação de imagem praticada pelas duas associações femininas mais imponentes do período: a bem-sucedida FBPF liderada por Bertha Lutz e o pioneiro PRF de Leolinda Daltro.

O “pacto de moderação” entre lideranças das associações não era compartilhado por todas as integrantes da UFB. Para algumas militantes filiadas ao PCB, a lógica do “corporativismo feminista” era ignorada, como evidenciado pela postura publicamente ressentida da universitária Norma Moniz em seu desabafo contra Armanda publicado no periódico *Correio da Manhã*, em 12 de julho de 1935, com a chamada: “As nossas Evas políticas estão brigando...”. Entretanto, a inferência de que Armanda tenha sido “usada” pelas comunistas da UFB como um cálculo político é instável, visto que, a imagem de prestígio da educadora foi adquirida ao longo dos anos justamente pela participação em diversas associações, incluindo a presidência da influente ABE. Nesse aspecto, parece pouco crível a dedução de que uma experiente ativista tenha aceitado ou não percebido estar sendo usada figurativamente. Também precisamos considerar a possibilidade de que as divergências entre as integrantes da UFB sejam fruto do processo de organização de uma associação feminina recente, que com dois meses de funcionamento foi declarada ilegal pelo Estado, sendo assim, procurava se estabelecer em uma conjuntura de tensão macropolítica, enfrentando a perseguição do governo constituído a seus opositores.

Por fim, ponderamos que apesar de envolvida em discussões do eixo político-ideológico, Armanda não conduziu sua biografia priorizando a militância política, mas sim sua atuação como professora e intelectual da educação. Nesse aspecto, a Escola Regional de Meriti

sempre foi prioridade, o que situa a participação da *outsider* na UFB como complementar, ainda que tenha ocupado a presidência da associação feminina, possivelmente em resposta à ascensão de ideologias como o “Integralismo”, visto que, a oposição a regimes fascistas foi desde o princípio ponto central e indiscutível entre as integrantes da UFB. No campo das suposições, caso a UFB tivesse tido tempo de se estabelecer no cenário público seria possível que Armando também se afastasse da associação diante da radicalização das pautas; bem como, caso a associação se constituísse com um discurso moderado, desencadearia a debandada das integrantes com uma postura mais combativa ao governo, mas o fato é que essa associação de mulheres não resistiu tempo o suficiente para amadurecer seu propósito e diretrizes.

A ameaça da prisão política era uma realidade para Armando desde a detenção de seu esposo em 4 de dezembro de 1935, sob a acusação de ser um dos líderes da “Revolução Vermelha<sup>103</sup>”. Ainda assim, ela seguiu atuando na já clandestina UFB até sua prisão em dezembro de 1936 e permaneceu no cárcere até 16 de junho de 1937, quando foi posta em liberdade provisória e posteriormente absolvida no conhecido julgamento dos “corréus” da Intentona comunista, marcado por excesso de prazo para formação de culpa em 28 de julho de 1937. Durante o período em que o casal esteve preso, uma rede de apoio composta por familiares e amigas(os) em comum se formou para viabilizar a libertação de ambos. Nesse contexto, o momento crítico vivenciado pelo casal foi revelador da força do vínculo criado entre o grupo de Pioneiros da Escola Nova: “Ter testemunhado a rede de solidariedade, quando Edgar estava preso e ela ainda usufruía da liberdade, talvez tenha contribuído para que Armando se desse conta de que as diferenças entre os signatários do Manifesto dos Pioneiros, eram muito menores do que aquilo que os unia” (MIGNOT, 2010, p.72). Na composição dessa rede de apoio, Maria Teixeira da Motta e Silva, mãe de Armando, assumiu a responsabilidade de mobilizar o financiamento da Escola Regional de Meriti durante o afastamento da filha; já no campo jurídico destaca-se o empenho de Carlos Süsskind de Mendonça, então promotor adjunto do Distrito Federal e irmão mais novo de Edgar (MENDONÇA, 2013).

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, acompanhamos a presença de Armando em várias associações que atestam seu envolvimento com movimentos como a Escola Nova, feminismo e antifascismo. O início da trajetória associoativista da educadora foi em 1920, a partir da criação da Associação Cristã Feminina (ACF), na companhia de Carlota Pereira de Queiroz,

---

<sup>103</sup> Movimento armado que contou com a participação de membros da estrutura militar e o comando de Luiz Carlos Prestes, considerado o último ato dos “tenentistas” a tentativa de golpe eclodiu em 23 de novembro com o intuito de destituição do primeiro governo varguista sendo referendado na historiografia como Intentona Comunista de 1935. Fonte: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: sonho realidade. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. Acesso em: 04 jan. 2024.

como já apontado; em 1923 assumiu a vice-presidência da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo; em 1924 inicia sua trajetória na recém-inaugurada ABE e sua atuação a levaria à presidência dessa associação em 1932; em 1931 participa do I Congresso Internacional Feminista organizado pela FBPF, no Rio de Janeiro; em 1934 assina o “Manifesto em defesa dos países e da paz entre os povos”, documento menos conhecido na História da Educação Brasileira, que contava com a liderança de Maria Lacerda de Moura; em 1935, integra o Conselho Consultivo do “Círculo Brasileiro de Educação Sexual” e a presidência da UFB<sup>104</sup>.

A participação em tantas vertentes da vida pública insere no legado de Armando Álvaro Alberto marcos da História da Educação e História das Mulheres no Brasil. Não é surpresa que também identificamos indícios da trajetória dessa *outsider* no acervo do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, documentos dos quais não encontramos análises e que nos fornecem mais informações sobre a profundidade das relações e conexões estabelecidas pela educadora com outras lideranças feministas do período. Os três arquivos que encontramos compõem a seção “Administração” do fundo, sendo: uma correspondência datilografada de 22 de fevereiro de 1921, código de referência “BR NA, RIO Q0.ADM, COR.A921.5”; uma carta manuscrita e datada em 04 de agosto de 1924, código de referência “BR NA, RIO Q0. ADM, COR.A924.8”; um bilhete manuscrito enviado em 6 de fevereiro de 2025 e código “BR NA, RIO Q0. BLZ, COR.TXT, A 925.6”. As fontes são importantes para compreendermos a dimensão da relação entre Armando e Bertha, consequentemente o envolvimento da educadora com a causa feminista; também trazem novas informações que reforçam um ponto central da história que desejamos contar: todos os caminhos levam a Meriti.

## **5.1 – Escola Regional Meriti: um sonho compartilhado**

“[...] E aqueles que só dispõem de boa vontade fundem associações como a nossa – que se ocupar da criança é a mais humana das funções da nossa espécie” (Armando<sup>105</sup>)

Em 13 de fevereiro de 1921, começa a história de Armando na escola que fundou em Meriti. No contexto de inauguração da instituição, ainda com o nome de Escola Proletária de Merity, se insere o primeiro documento que encontramos no Fundo Federação Brasileira pelo

---

<sup>104</sup> Armando ainda seria filiada a outras associações, porém nos atemos ao recorte temporal das décadas de 1920 e 1930, pois a cronologia apresentada é suficiente para sustentar a reflexão.

<sup>105</sup> ALBERTO, ARMANDA. A. Tentativa de escola moderna. In: A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964). Brasília: Inep, CEPEDMHEd, 2016.

Progresso Feminino. Abaixo transcrevemos um trecho da correspondência enviada para Bertha Lutz, o arquivo completo encontra-se no ANEXO III:

Exma. Sra. Presidente da “Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher”.  
Cumpre o grato dever de agradecer a V. S. a honra do comparecimento à inauguração da “Escola Proletária de Merity”, no dia 13 de Fevereiro do corrente anno, esperando poder contar com o valioso auxilio de V. S. para esse emprehendimento.

Queira aceitar protestos de estima e consideração. (Fonte: Escola Proletária de Meriti – Fundo FBPF, Cod. BR NA, RIO Q0. ADM, COR. A921. 5.)

O tom cordial da escrita corresponde a uma comunicação institucional, tendo como remetente a “Escola Proletária de Merity” e destinatária a presidente da ainda “Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher”. Deste modo, observamos que o marco inicial da relação entre Armando e Bertha foi a inauguração da escola na semana anterior a data da correspondência, enviada em 22 de fevereiro de 1921. Ao escrever sobre as tradicionais comemorações de aniversário da escola, a pesquisadora Ana Mignot (2021) apresenta um registro iconográfico da inauguração da instituição de ensino:



Imagen 18: Pessoas presentes à inauguração da Escola Proletária de Meriti”. Fonte: MIGNOT, 2021, p. 18.

Em um esforço para identificar as pessoas que posam para a fotografia, ainda que com qualidade baixa e que a legenda não apresente pistas, acreditamos que as jovens Armando e

Bertha se encontram sentadas na primeira fileira, com vestidos claros na segunda e quinta posição da direita para a esquerda.

O primeiro prédio da instituição de ensino correspondeu com a improvisação de uma casa simples, em uma região conhecida pela alusão à estação de trem “Meriti”. Nesse entorno se estabeleceu um aglomerado residencial pobre, situado em um “limbo organizacional”, visto que, apesar de localizada nas intermediações da capital federal, Meriti não se constituía como comunidade urbana ou rural, como apontado por Edgar Süsskind:

Justamente por causa das péssimas condições peculiares a uma povoação desorganizada, parasitando um grande centro, onde a civilização, por mal compreendida, só mostra o reverso da medalha – região nem tipicamente urbana, nem tipicamente rural; justamente por isso é que podemos afirmar que o pouco que ai venceu poderá vencer em qualquer parte do Brasil (SUSSEKIND, 2016, p.35).

O viés benficiente da proposta educativa empolgou parte da intelectualidade da capital carioca mobilizando a presença de pessoas como Bertha Lutz. Entretanto, o benfeitor que financiou os primeiros anos do projeto de escola pública mantida pela iniciativa particular foi Álvaro Alberto, irmão de Armando. Outros detalhes sobre esse espaço são apresentados nas observações da escritora Julia Lopes de Almeida, após visita à escola:

As aulas funcionam ao ar livre, quando o bom Deus permite sol clemente e dias secos, e quando não, em uma casa de campo modestíssima, rodeada de árvores ainda novas, plantadas a pedido da diretora, por pessoas de nome feito nas ciências, nas artes ou letras do país. Nas modestas salas de telha vã, veem-se, pendentes sobre a cal nas paredes, retratos de alguns escritores nacionais, ao lado da biblioteca, onde todos os livros estão metódica e cuidadosamente encapados de papel de uma só cor. (ALMEIDA, 2016, p.68).

Em um registro fotográfico da primeira inauguração observamos o pequeno grupo de crianças que compunha o corpo discente inicial, em boa parte formado por filhas e filhos de trabalhadores da Fábrica de Explosivos Rupturita, aberta na região por Álvaro Alberto, o irmão de Armando.



Imagen 19 – Fotografia do corpo discente na inauguração da Escola Regional de Meriti<sup>106</sup>.

A iniciativa de criar e manter uma escola para atender crianças desassistidas em oportunidades de educação havia começado em 1919, com primeira experiência de Armando educando filhas e filhos de pescadores em Angra dos Reis. Em 1921, com a inauguração da Escola Proletária de Merity o projeto de Armando se tornou uma realidade de médio e longo prazo. “Eram propósitos, ao fundar-se a então Escola Proletária de Meriti, continuar o que fora interrompido em Angra: um ensaio de escola moderna, regional, criada e mantida por iniciativa particular.” (ALBERTO, p. 46, 2016).

Em abril de 1927, contando com doações de mais pessoas, um prédio próprio foi construído e as aulas migram para o novo espaço, apesar das obras serem concluídas quase um ano depois. A instalação própria foi projetada por Lúcio Costa, o novo endereço veio de dois terrenos doados por benfeiteiros locais<sup>107</sup> e a construção contou com donativos levantados em ações benéficas como a “Campanha de Nossa Casa”, promovida no Rio de Janeiro (SUSSEKIND, 2016). Ainda em 1927, ocorreu a 1º Conferência Nacional de Educação da ABE em Curitiba, sendo o sucesso da composição do Caixa Escolar da Escola Regional de Meriti apontado como condição para a inauguração da Fundação Álvaro Alberto, para gerenciar as

<sup>106</sup> Fonte: PROEDES/UFRJ. Inauguração da Escola Proletária de Merity. Primeiros alunos matriculados em 1921. Acesso em: <https://centrodememoriadaeducacao.wordpress.com/pesquisas/historia-das-instituicoes-educativas/escola-dr-alvaro-alberto/>

<sup>107</sup> Armando identifica como doadores dos terrenos o Dr. Bernardino Jorge e o Sr. Manoel Vieira (ALBERTO, 2016).

doações recebidas pela escola, a partir de 1924. A cerimônia oficial de reinauguração no prédio, carinhosamente chamado de “Nossa Casa”, ocorreu em 24 de junho de 1928 e gerou o registro iconográfico a seguir:

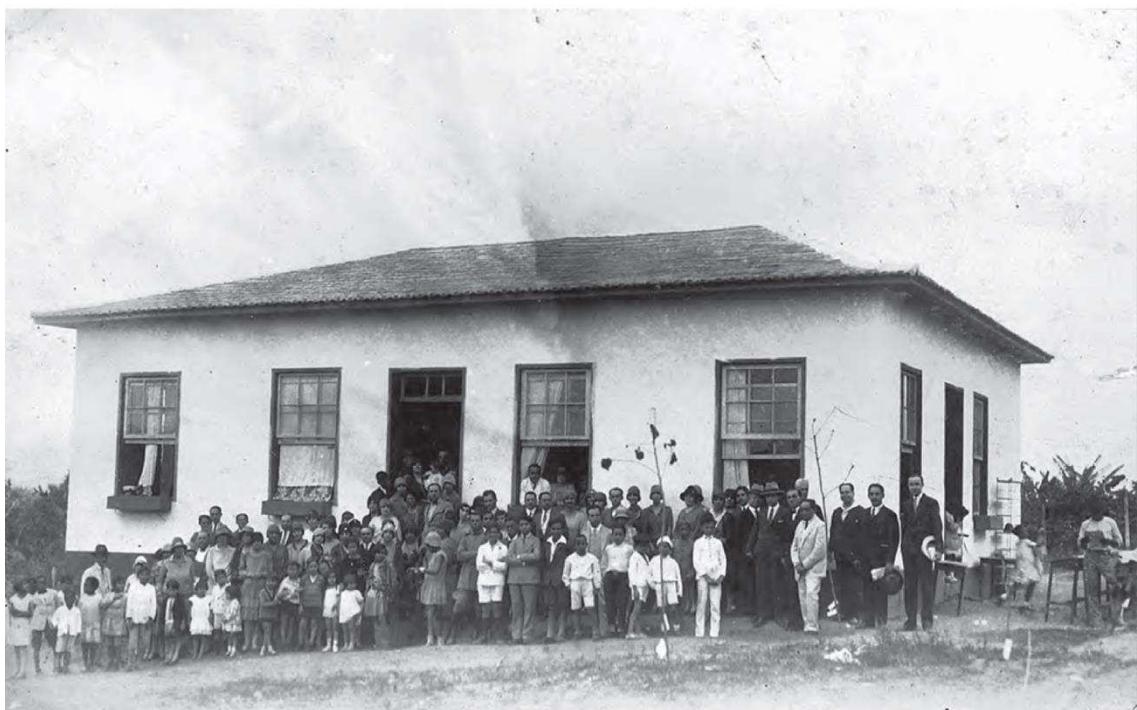


Imagen 20 – Fotografia inauguração da “Nossa Casa”, em 1927. A primeira instalação própria da Escola Regional de Meriti<sup>108</sup>

A baixa qualidade e distância da fotografia inviabilizam uma análise precisa de personalidades presentes na reinauguração de 1928. Entretanto, nota-se a presença das crianças que estudavam na escola em maior quantidade que o grupo fotografado em 1921.

Os registros fotográficos nos auxiliam na visualização da efetivação de alguns propósitos anunciados pela instituição de ensino. Desde a primeira inauguração, observamos meninas e meninos, pois ali se praticava um dos princípios da Escola Nova: a coeducação. O aumento perceptível na quantidade de crianças nas cerimônias indica que a escola expandiu sua capacidade de atendimento para além da composição inicial vinculada a fábrica de explosivos de Álvaro. Também podemos fazer apontamentos sobre a questão racial, visto que, boa parte das crianças nas fotos são negras, o que sinaliza o “público de excluídos” que Armando buscava atender em uma ação de inclusão social com viés educativo. Por sua vez, as pessoas adultas são majoritariamente brancas, indicando o perfil racial de benfeitoras(es) e/ou trabalhadoras(es) da

<sup>108</sup> Fonte: ALBERTO, Armando et.al. A escola regional de Meriti: documentário: 1921 – 1964. Brasília: Inep, CEPREMHEd, 2016.

instituição. A discrepância racial entre o público assistido pela escola e as pessoas envolvidas com a proposta filantrópica evidencia maior desassistência do Estado em questões como garantir o direito a educação para a população negra. Nesse aspecto, Heitor Lyra da Silva, outro destacado apoiador da iniciativa socioeducativa de Meriti ressalta: “Não nos iludimos, contudo, os fundadores desta instituição de bondade e de justiça que não é uma esmola, mas uma reparação” (SILVA, 2016, p. 73).

Em 1925, foi produzido o segundo documento produzido por Armando que encontramos no acervo do Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em outra carta para Bertha, dessa vez manuscrita e com tom afetuoso, a professora registra a comunicação que já não era entre instituições, mas sim entre amigas. Os assuntos do documento perpassam pelo intercambio intelectual das lideranças e pela doação de livros feita pela já presidente da FBPF para a já Escola Regional de Merity.

Muito presada Bertha,  
Gratíssima pela sua dupla gentileza. Comecei hoje a ler sua tese, sentindo mais do que nunca não ter podido assistir-lhe a defesa. Aguardo, porém, nova oportunidade de aplaudi-la, que sei próxima. Quanto aos livros ofertados à Escola, não podiam ser mais bem escolhidos.  
Recebi, também, os volumes que emprestara à Federação, [palavra não identificada] minha modesta biblioteca à sua inteira disposição.  
[...]  
Saudo-a mui afetuosaamente,  
A amiga  
Armando A. Alberto (Fonte: Armando Álvaro Alberto - Fundo FBPF, cod. ref. BR NA, RIO Q0. ADM, COR.A924.8).

A fonte virtual a que tivemos acesso pelo SIAN foi incluída no ANEXO IV, sendo que, na carta verificamos a colaboração entre ambas por meio da prática de envio e empréstimos de documentos e livros. No mesmo ano, constatamos a convergência na atuação feminista associaotivista de Armando e Bertha, quando ambas integram o comitê provisório do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, vinculado ao *Conseil International des Femmes* ou *International Council of Women*<sup>109</sup> - ICW. (MIGNOT, 2010).

Ainda em 1925, contextualiza-se o último documento de Armando que encontramos no Fundo FBPF, tratando-se de um bilhete com a breve mensagem: “Bertha, Tendo sabido ontem que faleceu uma de suas primas, venho trazer-lhe meu abraço [palavra não identificada devido a rasgo no documento] condolências. Peço transmita aos seus os pêsames que aqui deixo. A

---

<sup>109</sup> Entidade fundada em 1888 na cidade de Washington nos Estados Unidos da América, sendo reconhecida como primeira organização internacional de mulheres trabalhadoras. Fonte: International Council of Women, <https://www.icw-cif.com/history/>.

amiga” (Armando Álvaro Alberto - Fundo FBPF, cód. ref. BR AN, RIO Q0. BLZ, COR.TXT, A 925.6). No documento também disponível no ANEXO V, observamos o tom afetuoso da escrita que reforça que nesse ponto a relação de Armando e Bertha havia evoluído para uma amizade entre lideranças femininas, que se apresentavam no cenário público envolvidas em causas como os direitos civis das mulheres e a educação primária pública.

Em 1931, Armando participa da 1º Conferência Internacional Feminista, promovida pela FBPF no Rio de Janeiro. Na ocasião, a professora dirigiu os trabalhos de uma sessão da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, sendo que, a atuação em tal sessão foi a convite dos pescadores (MIGNOT, 2010). Nesse aspecto, verificamos o vínculo que Armando mantinha com trabalhadores oriundos de uma realidade distinta do ambiente elitizado ao qual pertencia, sendo provável que o reconhecimento dessa classe de trabalhadores seja um desdobramento de sua primeira experiência na condução de uma escola primária em Angra dos Reis, onde lecionou principalmente para filhas e filhos de pescadores da região. Assim, observamos que a condução de iniciativas para promover a educação primária foi ponto fundamental das relações de amizade que Armando estabeleceu ao longo de sua trajetória, tanto com as classes mais humildes da sociedade, quanto com agentes do estado e intelectuais, especialmente o grupo de escolanovistas do qual fez parte.

A idealização e promoção da Escola Regional de Meriti por mais de quatro décadas foi a obra mais longeva de Armando. Para viabilizar o projeto, ela contou com especial colaboração de membros da intelectualidade carioca, que produziram textos sobre a escola, sendo possível observar a circulação desses registros em periódicos impressos da época, trabalhos acadêmicos e discursos nas conferências promovidas pela ABE. Alguns destes escritos foram selecionados pela educadora para compor a obra-documentário “A Escola Regional de Meriti”, com primeira edição em 1968, sendo relançada em 2016. Nas primeiras páginas encontramos a seguinte dedicatória: “A meus amigos de Duque de Caxias – a Meriti de minha mocidade -, ofereço este documentário dos quarenta e quatro anos de nossa convivência (ALBERTO, 2016, p. 7)”. No desenrolar da história recente, a republicação do livro foi uma iniciativa do Fórum de Oposição e Resistência ao *Shopping* (Foras) e compôs uma das estratégias de luta da comunidade de Duque de Caxias, em defesa do prédio escolar que abriga a Escola Municipal Doutor Álvaro Alberto, diante da ameaça de demolição para construção do *shopping*. Graças a articulação da sociedade civil, a escola fundada por Armando foi tombada como Patrimônio Material da cidade de Duque de Caxias pelo Decreto nº 6.734, em 27 de dezembro de 2016. Nesse aspecto, observamos que ainda que Armando já tenha falecido, tal obra continua conectada com sua

história de ativismo educacional, símbolo dos longos anos em que esteve à frente da instituição de ensino ainda em funcionamento.

O livro destaca a lista de ilustres autoras e autores que compõe a obra-documentário. A partir desse conteúdo, é possível explorar questões sobre o cotidiano pedagógico da escola e como uma intelectual carioca se tornou a “Mandinha” da escola “Mate com Angu”, muito querida por seus “passarinhos”. Assim, como um projeto compartilhado por muitas mentes sonhadoras e liderado por Armando, a experiência socioeducativa de Meriti se revela um verdadeiro laboratório de propostas para a educação pública. Os textos sobre a escola escritos por pessoas reconhecidas em diversas áreas, foram selecionados estratégicamente para fortalecer os argumentos de negociação dos termos da estatização apresentados pela Fundação Álvaro Alberto, no processo iniciado em 1963. No entanto, a educadora falece em 05 de fevereiro de 1974, aos oitenta e dois anos, não conseguindo presenciar a resolução do imbróglio para a doação que só foi concluída em 1982 (MATE COM ANGU, 2002).

Além de textos escritos por Armando e seu esposo Edgar, acompanhamos análises e avaliações produzidas no período de 1922 a 1964. A obra documentário conta com textos escritos por: Alberto José de Sampaio, botânico, professor e ativista (FRANCO; DRUMMOND, 2005); Alberto Rangel, engenheiro e educador<sup>110</sup>; Belisário Penna, médico sanitarista<sup>111</sup>; Carlos Américo Barbosa de Oliveira, engenheiro, professor e diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslaw Brás (CARDOSO, 2013); Carlos Drummond de Andrade e Fernando Azevedo, escritores brasileiros de destaque; Francisco Venâncio Filho, engenheiro e educador (COSTA, 2002); Heitor Lyra da Silva, educador e cofundador da ABE (SILVA; SILVA, 2019); João Telles Bittencourt, coronel e político carioca influente na região de Meriti (CUNHA; ALMEIDA, 2003); Júlia Lopes de Almeida, escritora e uma das idealizadoras da ABL<sup>112</sup>; Lourenço Filho, educador e gestor público (MONARCHA; FILHO, 2001); Olga Obry, jornalista e artista plástica (KOUDELA, 2022); Orlando Magalhães de

---

<sup>110</sup> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Perfil sócios-falecidos. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/arangel.html>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>111</sup> FIOCRUZ. Biblioteca virtual Oswaldo Cruz – Correspondência Científica. Disponível em: <https://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/acervos/correspondencias/correspondencia-cientifica/belisario-pena>. Acesso em 14 fev. 2024.

<sup>112</sup> Fonte: Biblioteca Setorial do CECULT – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: Conheça a história da primeira mulher da ABL. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/334-julia-lopes-de-almeida-conheca-a-historia-da-primeira-mulher-da-abl>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Carvalho, educador e sociólogo político<sup>113</sup>; Pashoal Lemme, educador e gestor público<sup>114</sup>; Raquel Trindade, escritora e ex-aluna de Meriti (ALBERTO, 2016); Raul Bittencourt, médico e político gaúcho<sup>115</sup>; Savino Gasparini, médico sanitarista (Gonçalves, 2011); o líder católico, escritor e educador Tristão de Atayde<sup>116</sup>; e a jornalista Yvone Jean<sup>117</sup>.

A primeira parte do referido livro apresenta reflexões de pessoas com envolvimento direto com a fundação e anos iniciais da escola. A sequência de textos é aberta por Edgar com uma análise do projeto de ensino regionalizado baseado no 1º relatório da fundadora escrito em 1921, documento inaugural da prática de produção de relatórios anuais de Armando Álvaro Alberto. Por sua vez, a educadora é autora de três textos: "Uma tentativa de escola moderna", apresentado na 1ª Conferência de Educação promovida pela ABE em 1927; "Uma experiência de escola regional", apresentado em 1932 na 5ª Conferência de Educação da ABE; por fim, encontramos a "Proposta de Doação da Escola ao Governo do Estado" de 1963, já no encerramento da obra-documentário.

Em complementação das informações contidas no livro de Armando, também identificamos produções do campo cinematográfico. Parte da história da educadora e sua escola é apresentada nos documentários "Armando", de 2022 produzido por DuNas Filmes e "Mate com Angú", produção de entrelinhas de 2012. O documentário "Armando" reproduz uma comovente carta para as crianças que estudavam em Meriti, escrita em 01 de março de 1937, quando Armando estava no cárcere; a mesma carta é apresentada no início da biografia produzida por Mignot (2010). A característica emotiva do referido documento tem garantido a recorrência de citações e inspirado produções, uma vez que, evidencia o forte vínculo de Armando com sua escola e seu sofrimento pelo afastamento forçado. A transcrição da carta completa se encontra no ANEXO VI, por ora trazemos o recorte da despedida: "Para vocês, minhas crianças, todo o carinho de sua professora muito amiga" (MIGNOT, 2010 apud ARMANDA, 1937). A escolha de palavras ao finalizar a carta nos chama particular atenção,

---

<sup>113</sup> Fonte: Sistema de Bibliotecas da UFMG – Acervo Orlando Magalhães Carvalho. Disponível em: [https://www.bu.ufmg.br/bu\\_atual/especiais-e-raros/direito/orlando-magalhaes-carvalho/](https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/especiais-e-raros/direito/orlando-magalhaes-carvalho/). Acesso em 14 fev. 2024.

<sup>114</sup> HISTEDBR – Coleção “Navegando pela História da Educação Brasileira” – 2006/ Paschoal Lemme. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/paschoal-lemme#m1>. Acesso em 14 fev. 2024.

<sup>115</sup> Fonte: Camara dos deputados – Raul Bittencourt. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130280/biografia>. Acesso em 14 fev. 2024.

<sup>116</sup> Natural de Petrópolis, o crítico literário Alceu Amoroso Lima adotou o pseudônimo Tristão de Ataíde, ocupou a cadeira 40 da ABL. Fonte: ABL. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/alceu-amoroso-lima-pseud-tristao-de-ataide/biografia>. Acesso em 14 fev. 2024.

<sup>117</sup> Patrimônio Belga no Brasil. Jean Ivone (1911-1981). Disponível em: <http://www.belgianclub.com.br/pt-br/creator/jean-yvonne-1911-1981>. Acesso em 14 fev. 2024.

pois reforça o protagonismo da docência na vida de Armando, que se identifica como "professora" na tentativa de manter a comunicação com as crianças da escola que fundou.

A importância da Escola Regional de Meriti na vida de Armando evidencia que as questões relacionadas com a educação primária foram fundamentais em seu ativismo e produção intelectual. Nesse aspecto, não propomos nova análise sobre as muitas associações integradas pela educadora ou seus discursos em eventos, tampouco debruçarmo-nos em seus textos sobre assuntos que fervilhavam na opinião pública do período. A atuação de Armando em diversos meios torna tentador o direcionamento para questões abrangentes da macro-história, como a perseguição do governo varguista a seus opositores e/ou para instituições já consagradas na historiografia. Nesse aspecto, tal movimento colabora para a secundarizar justamente a essência do legado de uma professora que protagonizou iniciativas visando a promoção e melhoria da educação primária enquanto direito de brasileiras e brasileiros. A escola criada em Meriti veio antes da fundação da ABE ou da assinatura de documentos manifestos; sobre essa escola foi organizada sua obra-documentário; nessa escola ela se aproximou de Edgar, Bertha e tantas outras pessoas importantes em sua jornada. Por meio da experiência socioeducativa em Meriti, essa professora *outsider* produziu e amadureceu na prática um conceito central em sua produção intelectual para além da filosofia da Escola Nova: o “ensino regional”.

## **5. 2 - Ensino regional: inovações e limitações de uma experiência socioeducativa sanitária**

“Saúde. Alegria. Trabalho e Solidariedade.”

Em 1927, o relatório anual da Escola Regional de Meriti escrito por Armando foi lido na ABE por Belisário Penna, sendo um destaque a capacidade da instituição de ensino em tornar-se parte da comunidade: “Como se vê, a escola tem lançado raízes profundas no seu meio social” (ALBERTO, 2016, p. 49). Tais raízes mantiveram por mais de quatro décadas a experiência inédita de uma escola que desde o princípio se apresentou como ação socioeducativa, encampada por um grupo de intelectuais envolvido com amplos debates sobre temas como educação e saúde públicas. Segundo Armando, tratava-se de um ensaio de escola moderna, regional, criada e mantida pela iniciativa particular, um “lar-escola” improvisado em uma modesta moradia e que posteriormente se mudou para um prédio maior identificado como “Nossa Casa”. Por sua vez, Edgar aponta a inspiração da fundadora na obra de Euclides da Cunha para a promoção do “ensino regionalizado” em uma escola que contava com uma

biblioteca em homenagem ao escritor (SUSSEKIND, 2016). Apesar da influência da “pedagogia moderna”, característica das bases teóricas do movimento Escola Nova; bem como de proposições metodológicas inovadoras como o método intuitivo, elaborado pelo suíço Johann Pestalozzi; também a inspiração na promoção da autonomia e liberdade individual da criança, proposta pela italiana Maria Montessori, que tinha um quadro fixado na parede da biblioteca Euclides da Cunha; rapidamente Armando percebeu a necessidade de pensar algo próprio diante da “heterogeneidade da população” e a inabilidade profissional de professoras(es), que acreditava ser resultado de uma formação deficitária, sendo o conjunto desses dois fatores indicados como impedimentos para a aplicação de modelos experimentados no exterior.

Deste modo, o conceito de “ensino regionalizado” foi elaborado como uma adaptação de concepções educativas que rompiam com o ensino tradicional, sendo uma proposta pensada para garantir a promoção da educação pública no Brasil. Em tal perspectiva de educação, a ação da escola está intrinsecamente envolvida com a comunidade, sendo um dos seus princípios a intenção de agir positivamente em seu meio social, tanto no processo formativo do corpo discente e docente, quanto no atendimento e proposição de auxílios diversos visando o estabelecimento de uma relação colaborativa com as famílias. Nesse aspecto, o ensino regionalizado não significa necessariamente a execução de projetos assistencialistas, que podem surgir se for identificado ser uma urgência da população, como era o caso de moradores da região de Meriti.

O ensino regionalizado tratava-se de algo fundamentalmente distinto das propostas educativas praticadas em escolas particulares voltadas para o atendimento de um público oriundo de classes sociais abastadas. Também havia outro perfil de instituições de ensino vinculadas a centros religiosos para atendimento de crianças desassistidas, porém tal proposta se distancia da iniciativa socioeducativa de Meriti em vários sentidos: quanto ao horário, as instituições religiosas funcionavam em regime de internato; as crianças atendidas eram selecionadas e organizadas por gênero; além do tradicional currículo de conhecimentos cumulativos também havia a inculcação das doutrinas; as escolas religiosas não se comprometiam em fornecer suporte social para famílias das crianças acolhidas que, via de regra, eram órfãs. Assim, as propostas de educação vigentes tinham como princípio a transmissão de um conhecimento enciclopédico, segundo uma lógica passiva de apropriação de temas determinados por um currículo fixo e voltado para questões gerais, quase sempre desvinculadas do contexto sociocultural de estudantes.

Por sua vez, a escola fundada por Armando oferecia educação primária gratuita em regime de externato. O agrupamento de meninas e meninos era feito segundo o “desenvolvimento intelectual”, de acordo com uma estrutura curricular composta por quatro graus de conhecimento; com particular mobilidade, estudantes mudavam de turma ao longo do mesmo ano. A escola não praticava castigos, prêmios ou atribuía “notas”, o processo de avaliação era individualizado e propunha uma análise ampla do desenvolvimento da criança, sendo as famílias constantemente informadas sobre a evolução da aprendizagem, o desempenho em atividades escolares e a qualidade das relações interpessoais de suas filhas e filhos no ambiente escolar. Diante da constatação de fragilidade social da comunidade, a escola permanecia aberta durante as “férias” do calendário letivo anual, assim mantinham-se oficinas nesses períodos. A falta de regulamentação geral por parte do Estado garantia autonomia para a elaboração do currículo da instituição pela diretora e demais membros-fundadores, deste modo, tais personagens imprimiam suas perspectivas de educação, como a promoção de uma “educação moral livre de doutrinas” destacada por Edgar Süsskind (2016).

O processo de ensino partia do micro para o macro, pois a realidade local das crianças, bem como os interesses demonstrados ao longo das aulas eram pontos de partida para explanar conceitos maiores. Com particular importância para a experiência, excursões fora da escola eram constantes, seja para exploração do entorno com maior profundidade ou visitas a locais “eruditos”, espaços elitizados que o público de Meriti dificilmente teria acesso, como observamos no discurso de Raquel Trindade, durante a “Festa da Despedida” em celebração da municipalização da instituição em 15 de dezembro de 1963.

A primeira vez que assistimos um concerto sinfônico fomos levados pela mão de D. Armando. A primeira vez que visitamos um museu fomos levados pela mão de D. Armando. O gosto pela boa leitura nós herdamos de D. Armando. A primeira árvore que plantamos, sua semente nos foi dada por D. Armando (TRINDADE, 2016, p. 181).

Acreditamos que em sua fala, Raquel Trindade se referia a sua primeira experiência de visitação a um museu de arte clássico e com maior estrutura, visto que, o complexo Escola Regional de Meriti mantinha a Biblioteca Euclides da Cunha e o Museu Regional de Meriti. Ainda que de forma improvisada e modesta, o museu natural trazia muitos elementos do entorno como parte da proposta regionalista: [...] dos brejos e dos morros, bem como das oficinas percorridas nas excursões semanais, os galhos floridos, os frutos, as pedras, os insetos, os produtos industriais são levados para o Museu Regional” (ALBERTO, 2016, p. 61).

As excursões para observação da natureza ou de pontos “turísticos” de centros urbanizados faziam parte do programa da instituição desde o início. Longe de uma simples visita, eram oportunidades de experimentação, sendo assim, organizadas pela escola como ação de intencionalidade pedagógica, compreendidas como fonte inspiradora de grande potencial educativo.

As excursões, como aulas de geografia e estudo da natureza, são semanais. No Rio, quando o permitem os recursos financeiros, visitam-se museus, fábricas, o Jardim Botânico, etc. Os álbuns de postais e fotografias sistematicamente organizados, tendo notas explicativas, e as revistas ilustradas prestam inestimável auxílio no ensino da geografia, da história e outros. (ALBERTO, 2016, p. 51).

Como iniciativa inédita em vários aspectos, a Escola Regional de Meriti se instala em uma realidade local formada por pessoas carentes. Dentro de suas possibilidades, o “ensino regional” buscou a combinação da educação formal para meninas e meninos com um trabalho de assistência socioeducativa da população, como observamos no relatório da fundadora de 1932:

Foi logo declarando que ela pretendia [Escola Regional de Meriti em sua inauguração], dentro de seus poucos recursos tornar-se uma “acabada escola regional”, “afeiçoadas pelo seu próprio meio”, aparelhada para atender as necessidades educacionais das crianças da localidade. Modéstia realista de propósitos, sinceridade consigo mesma, respeito absoluto pela verdade apreendida experimentalmente. Nessa atitude tem-se mantido sempre. Seu regionalismo não é mais uma aspiração, é uma realidade (ALBERTO, 2016, p. 58).

Nessa perspectiva, as crianças ocupavam o papel de agente ativo e central do processo de educação, sendo vistas como parte de seu meio sociocultural. Com tal entendimento o grupo de Armando pensou a proposição de melhorias para a comunidade como condicionantes facilitadoras da aprendizagem do corpo discente. A pobreza da população local era determinante na interrupção dos estudos de alunas e alunos, ainda que oferecido gratuitamente. Deste modo, um conjunto de iniciativas foi pensado para viabilizar a permanência das crianças na escola e compunham o programa de assistência geral indicado pela fundadora: “[...] educação gratuita, a Escola Regional fornece merenda, vestuário, calçado, assistência médica e remédios” (ALBERTO, 2016, p.51).

Para lidar com a insegurança alimentar vivenciada pela população local, garantia-se “merenda quente” todos os dias e o cardápio alterava chá mate com mingau de angu, feijão ou macarrão. Assim, surge a denominação “Mate com Angú”, a princípio um apelido colocado por opositores da iniciativa, como a polícia e mesmo moradores da região que desqualificavam as

crianças pobres que ali estudavam e/ou a metodologia de ensino aplicada na escola. Porém, a expressão “Mate com Angú” foi apropriada pela comunidade tornando-se um grito de guerra identitário, que atravessa o tempo e atualmente nomeia um coletivo audiovisual<sup>118</sup> criado em 2002, em Duque de Caxias. Os alimentos para o preparo das refeições vinham de doações ou eram adquiridos com recursos do Caixa Escolar e/ou da horta mantida pela própria escola como um laboratório de plantio, pois as características ainda rurais da região somadas à realidade de uma população subnutrida traziam inquietação para Armando e seu grupo. Por muito tempo essa foi a única instituição de ensino em regime de externato que oferecia merenda escolar, como observado pela jornalista Yvonne Jean após visita em 1948, mais de vinte anos da inauguração da Escola Regional de Meriti.

O tema da evasão escolar é abordado com tristeza por Armando Alberto (2016). Após doze anos da inauguração, mesmo com o esforço de prover assistência social para a população em ações da escola, apenas dois estudantes haviam concluído o programa, um aluno e uma aluna. Ainda que a conclusão do curso se apresentasse como um problema crônico, acompanhamos o gradativo aumento de crianças assistidas pelas iniciativas educacionais de Armando ao longo dos anos. Em 1919, na sua primeira experiência de escola improvisada em Angra dos Reis, a professora indica que atendeu 50 crianças; na Escola Regional de Meriti em 1926, Savino Gasparini (2016) aponta 74 crianças matriculadas; em texto de 1945, Carlos Drummond de Andrade (2016) observa 100 meninos e 70 meninas compondo o corpo discente; em 1951, Olga Obry (2016) aponta 200 estudantes.

A ideário eugenista difundido em larga escala entre intelectuais brasileiros influenciou o pensamento de Armando e o grupo benfeitor associado ao projeto da Escola Regional de Meriti. A perspectiva de uma educação sanitária encontrava sustentação na proposta de ensino regionalizado diante de sérios problemas de saúde que acometiam a população local. Nas experiências educativas em Angra dos Reis e em Meriti, Armando verificou quadros graves de doenças como “impaludismo<sup>119</sup>, opilação<sup>120</sup> e alcoolismo”, situação que indicava a urgência de medidas sanitárias que melhorassem as condições de vida das crianças e suas famílias. Assim, a escola mantinha um posto de saúde para atendimento da população oferecendo consultas de baixa complexidade, fornecimento de medicamentos e a promoção de campanhas de vacinação,

---

<sup>118</sup> Acesso a plataforma Mate com Angu: <https://ims.com.br/convida/mate-com-angu/>

<sup>119</sup> Malária, doença infecciosa endêmica transmitida pela picada de mosquito. Fonte: FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/bibmang/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoID=104&sid=106>. Acesso em 14 fev. 2024.

<sup>120</sup> Ancilostomose, uma verminose também conhecida como “amarelão”. Fonte: Secretaria da Educação. Estado do Paraná. Disponível em:

<http://www.ciencias.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=2002&evento=3>. Acesso em 14 fev. 2024.

dentre as quais, Savino Gasparini (2016) exalta a cobertura completa do corpo discente contra varíola em 1926. Em 1927, Armando queixa-se da falta de profissionais como dentista e enfermeira para a organização das fichas sanitárias, que eram feitas pelo médico e uma professora; já em 1932, a educadora descreve tal atendimento com médico, enfermeira e uma aluna-auxiliar, o que indica o avanço na estrutura de profissionais que atuavam no posto de saúde.

A orientação da população local sobre temas como saúde pública também contava com “Conferências do Doutor Belisário Penna”. Em discurso proferido em 1925, a fala do destacado médico sanitarista evidencia a abrangência do ideário eugenista nacionalista difundido entre profissionais da área médica e da educação. “De uma infância sadia, de uma mocidade vigorosa e educada, dependem a felicidade futura do indivíduo, da família, da raça, e a grandeza e o prestígio da nação.” (PENA, 2016, p.77). Na história do Brasil, a marca eugenista compôs boa parte das políticas públicas encampadas por diferentes governos graças a atuação de personagens como Belisário Penna, que acumulava experiência na condução de campanhas de saúde desde a Primeira República.

No limiar dos anos 1900, o discurso médico-eugênico passou a ser considerado como uma possível solução para o problema da “degeneração” (vícios, doenças sexuais e demais hábitos insalubres e “imorais”) da “raça” brasiliiana. Sendo assim, postulando o aprimoramento físico, cognitivo e moral dos indivíduos segundo os preceitos teóricos que embasaram os estudos sobre a suposta “pureza da raça”, os eugenistas encontraram no Brasil o cenário ideal para seus estudos (PIZOLATI, 2023, p.2).

Apesar da inquestionável marca sanitarista nas ações da escola, não identificamos indícios para afirmar se Armando e Belisário compartilhavam da mesma perspectiva eugenista. A influência eugenista que verificamos nas atividades de Armando corresponde a uma concepção da degeneração dos povos relacionada ao “meio social”, ou seja, as condições de vida e a limitações de formação. No que diz respeito concepção da educadora sobre questões raciais, verificamos o posicionamento em defesa de uma perspectiva pacificadora na carta enviada para as crianças de Meriti quando estava no cárcere: “Lembrem-se mais uma vez de que em nossa escola todos os alunos são irmãos, brancos, pretos e mulatos: quero ver todos juntos, ajudando-se um ao outro, brincando sem brigas.” (MINGOT apud ALBERTO, 2016, p. 11).

Com convergências e divergências, a colaboração de Belisário Penna com o projeto educativo de Armando indica uma relação de proximidade durante os primeiros anos da escola. No desenrolar da década de 1930, campo de análise macro histórica observamos que escalada do embate entre filosofias progressistas, taxadas “comunistas” e totalitárias colocaria figuras

como Armando Álvaro Alberto e Belisário Penna em flancos opostos, ela na presidência da UFB e ele como adepto do integralismo<sup>121</sup>. Passado o período crítico que tensionou amizades, o discurso de Belisário em uma das conferências para a população de Meriti foi selecionado por Armando para compor sua obra documentário com primeira publicação em 1968. O nome do médico também foi colocado na rua de localização da escola, com a chegada do tão solicitado asfaltamento em 1947, porém não encontramos evidências se a educadora teve algum envolvimento em tal escolha. O fato é que Armando decidiu que a contribuição de Belisário Penna para a Escola Regional de Meriti deveria ser reconhecida em seu livro, afinal se tratava de um importante apoiador, como destacado em um de seus textos: “Seria injusto atribuir-se a uma só vontade o esforço de que resulta nossa escola. Os nomes de Francisco Venâncio Filho, Edgard Sussekind de Mendonça, Belisário Penna, Heitor Lyra e Otávio Veiga, colaboradores no passado e no presente, a ela estão ligadas pelo muito que deve a cada um.” (ALBERTO, 2016, p.52).

A marca sanitarista para o “ensino regional” proposto em Meriti é presente na relação entre a escola e a comunidade local, podendo ser atestada em vários projetos encampados pela instituição de ensino. Nesse âmbito, também afiguram iniciativas como o “Concurso Janelas Floridas” a partir de 1923, segundo as palavras da educadora para combater a “fealdade” e desconforto de Meriti. O sucesso verificado pelo envolvimento da comunidade na proposta de viés paisagista e estético incentivou o lançamento do “Concurso de Criação” em 1926, desta vez, para difundir informações sobre o tratamento adequado de animais, como galinhas e porcos que eram vistos perambulando pela região. Nesse aspecto, observamos a educadora como membro de uma intelectualidade responsável pelo desenvolvimento sistemático e abrangente de práticas de controle social em diferentes sentidos, com destaque para a promoção da higienização do espaço urbano com a difusão de informações sanitárias baseadas no conhecimento médico-biológico. Nesse sentido, constatamos mais um exemplo de como o “[...] discurso médico-eugênico vigorou de forma contundente nas propostas educacionais brasileiras entre os anos de 1880 e 1945” (PIZOLATI, 2023, p. 3).

---

<sup>121</sup> Segundo Leandro Carvalho (2019), a aproximação de Belisário Penna com a ideologia integralista foi desencadeada por desilusões do médico no campo político, incluindo o primeiro governo varguista. Também identificamos sinais dessa “descença” no texto de Belisário que compõe a obra “A escola Regional de Meriti: documentário (1921-1964)”, pois o médico se refere a “politicalha” que inviabiliza a sequência de “tentativas honestas para organização de serviços fundamentais do ensino e da higiene”. Entre os anos de 1932 e 1935, o sanitarista tomou a premissa espiritualista como “o caminho para conectar homens a pátria”, sendo atraído por discussões do antiliberalismo, anticomunismo, disciplina, vigilância social, centralização política e administrativa, nacionalismo, religião, personalismo de liderança nacional, reforma moral e política, dentre outras. Não assentimos com a argumentação que afasta correspondências de tal ideologia com as práticas nazifascistas, mas reconhecemos que a pesquisa de Carvalho (2019) apresenta uma descrição cronológica importante do envolvimento de Belisário Penna com o integralismo idealizado por Plínio Salgado.

Em um registro fotográfico encontramos a ilustração de outra iniciativa emblemática para compreendermos o ensino regionalizado praticado em Meriti: uma reunião do “Círculo de Mães”.



Imagen 21 – Fotografia reunião do “Círculo de Mães”. Fonte: SILVA; SARTORI, 2021.

O Círculo de Mães foi pensado como estratégia para fortalecer o vínculo entre família e escola, uma proposta inédita no Brasil apontada por Lourenço Filho (1930) como parte de um sistema de ensaio e experimentação precursor da escola renovada. Na foto, Armanda se encontra ao centro falando para integrantes das famílias, sendo que, nos chama particular atenção o desenho feito a giz no quadro atrás da educadora. A representação indicada “na escola” e “em casa” nos leva a deduzir que se tratava de uma exposição sobre o tempo em que a criança fica em cada ambiente. A maioria de famílias do Círculo era analfabeta e apesar das limitações relacionadas ao grau de instrução das “mães”, as reuniões consistiam em uma oportunidade para promover a instrução sobre temas destacados pela educadora: “[...] higiene, educação familiar e economia doméstica são as três partes do programa destinado a preparar a cooperação, que sonhamos, das famílias com a escola.” (ALBERTO, 2016, p. 49). A utilização de um gráfico simples demonstra a adaptação dos recursos didáticos para melhor compreensão do público ouvinte e a preponderância representada pela fatia “em casa” indica que a exposição visava alertar para a importância do tempo em que as crianças estão aos cuidados das famílias.

Como resultado da combinação entre a orientação sanitária e a doação de itens de vestuário, observamos na fotografia que todas as crianças estão vestidas e calçadas.

O registro iconográfico também evidencia questões de gênero diante da grande quantidade de mulheres ouvindo a jovem educadora. O texto “Escola Regional de Merity: Um aspecto feminista de sua ação social”, com autoria de Armando e publicado no periódico *Correio da Manhã*, na edição de 29 de junho de 1930, adiciona informações importantes sobre o Círculo de Mães. Primeiramente, verificamos as considerações da educadora quanto a composição de gênero do grupo:

Ao organizarmos a cooperação da família e da escola, nem sequer pudemos pensar na presença dos pais, fundando-se, por conseguinte, um “Círculo de Mães”. Nestes cinco anos de seu funcionamento, um ou outro pai tem-se interessado, sem contudo poder frequentar com regularidade as reuniões mesmo quando realizadas em dias de feriados. Por esse motivo o regulamento e o programa escritos para o nosso “Círculo” – a que demos feição acentuada de escola – são particularmente destinados as mães que ai recebem noções de higiene, economia doméstica e educação familiar.<sup>122</sup> (ALBERTO, 1930, p.7).

Na fotografia nos deparamos com a ilustração da baixa participação masculina, visto que, além dos meninos acompanhados pelas mães, há um único homem de pé ao fundo no registro. Passados cinco anos da iniciativa, a avaliação de Armando sobre a baixa adesão de homens ao grupo estava relacionada com a exaustão pelo trabalho que garantia o sustento da família, o que deixava pais com “o espírito cansado”; por sua vez, as mulheres “livres da tarefa operária” estavam mais dispostas e envolvidas na educação da prole. Nesse aspecto, identificamos limitações da perspectiva feminista compartilhada naquele momento pela educadora. Atualmente, encontramos uma boa quantidade de pesquisas que aborda a baixa participação de pais na vida escolar de filhas e filhos como uma questão relacionada com a categoria “gênero”<sup>123</sup>, sendo as demandas da vida profissional um “falso pretexto”, visto que, a composição de renda familiar vigente atesta a participação equiparada e até superior de rendimentos recebidos por mães que atuam profissionalmente, fator que tem tensionado a lógica de organização das obrigações relacionadas ao trabalho de natureza doméstico-familiar, mas que encontra resistência de ordem sociocultural.

<sup>122</sup> Trecho reescrito com adaptações da pesquisadora relacionadas com as mudanças da língua portuguesa.

<sup>123</sup> STAUDT, A. C. P.; WAGNER, A. Paternidade em Tempos de Mudança. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 1, p. 174–185, 2008. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/750>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CIA, Fabiana; et. al. A relação entre o envolvimento paterno e o desempenho acadêmico dos filhos. *Paidéia*, Ribeirão Preto, Brasil, v. 14, n. 29, Dez 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/SSr8VgZ73jXCBHtHgq4B78y/#>. Acesso em: 26 jan. 2024.

O envolvimento desproporcional das mulheres com a educação de sua prole faz parecer irônico que Armando aponte justamente o empoderamento feminista promovido pelo “Círculo de Mães”. Entretanto, é preciso considerar que na conjuntura em que foi proposto, o grupo tinha um elevado potencial de instrução de moradoras humildes de Meriti, sendo assim, uma experiência de associativismo que trazia algum grau de empoderamento feminino pela difusão de informações sobre temas relacionados ao cotidiano da população, além de atender o objetivo principal de viabilizar melhorias para o processo de ensino e aprendizagem das crianças. Por sua vez, o “Círculo de Mães” garantiu o apoio da comunidade nas ações da escola, por exemplo, no preparo das refeições servidas para alunas e alunos, trabalho que viabilizava a difusão de “conhecimentos dietéticos” para uma boa alimentação, questão observada por Armando como pontos de dificuldade para o ensino da cozinha e da higiene alimentar.

Ademais, observamos que apesar de anunciar em seus princípios a coeducação, havia práticas de separação de meninas e meninos em atividades cotidianas da Escola Regional de Meriti. Em 1927, Armando descreve o currículo da instituição com quatro graus sequenciais de ensino, sendo que, a maior parte do currículo era compartilhada por alunas e alunos segundo programas escritos por intelectuais em colaboração:

Os programas até agora prontos ou em andamento são os de estudos da natureza, geografia, higiene e jardinagem, escritos por mim; desenho, pelo Prof. Edgar Sussekind de Mendonça; história (1º grau), pelo Prof. Francisco Venâncio Filho; cálculo, adaptação de Paula Vera (indicação do saudoso Prof. Heitor Lyra); geometria, de Heitor Lyra e Paula Vera, pela professora da escola D. Laura Araripe; o de economia doméstica está sendo escrito por Miss Maud Mathis, do Colegio Bennet. (ALBERTO, 2016, p. 50).

Entretanto, o quarto grau de “aperfeiçoamento” trazia a formação prática para algum ofício, podendo ser: em desenho, trabalhos manuais, economia doméstica, jardinagem e criação (ALBETO, 2016). Nesse ponto, verificamos atividades do curso de “aperfeiçoamento” com forte viés de separação por gênero, sendo as meninas encaminhadas para a formação em “economia doméstica e trabalhos manuais”.

As práticas de separação de gênero também podem ser verificadas em apontamentos de demais autores da obra documentário de Armando Alberto (2016). Em novembro de 1925, o médico Savino Gasparini em visita à primeira instalação da escola, dentre muitos elogios, registra em texto a boa recepção da diretora, a condução para uma sala de jantar e um chá servido pelas alunas “encarregadas do serviço doméstico”, também ressalta a importância da iniciativa educacional de uma “professora culta”, que apresentava independência intelectual rara para o sexo feminino (GASPARINI, 2016). Além de constatarmos que no cotidiano da

escola as meninas cuidavam do “trabalho doméstico”, também verificamos o lastro da filosofia eugenista na avaliação do médico ao reconhecer a capacidade intelectual de Armanda como “incomum para mulheres”, consideradas intelectualmente inferiores.

Em texto da educadora de 1932 identificamos a permanência de diferenciações de gênero na rotina escolar. Para a composição do que seria o “uniforme” da escola, as alunas recebiam um avental, pois realizavam trabalhos como organização e limpeza dos espaços da escola, além do preparo da merenda servida diariamente; por sua vez, os alunos recebiam um macacão para frequentar a oficina de carpintaria. Armanda pondera que a maior parte das crianças não fazia o uso frequente do macacão ou do avental e preferiam continuar usando roupas rasgadas que vestiam em suas casas, ainda assim, a escola fornecia a vestimenta “adequada” do ponto de vista estético e prático para a realização das atividades. Porém, verificamos indícios de mobilidade na estrutura organizacional que promovia o direcionamento de gênero nas atividades “práticas” da instituição, como a chegada de uma professora que gostava de lidar com o plantio, encarada como um ponto positivo para romper com o “preconceito” relacionado à competência feminina na utilização e manejo de ferramentas: “Na prática da jardinagem, o fato de a atual professora não se furtar ao trato das ferramentas, dando o exemplo do desprezo pelo preconceito tão generalizado, foi o ensejo para que se firmasse outra disposição de espírito entre os alunos” (ALBERTO, 2016, p. 61).

A naturalização de atividades relacionadas com a esfera privada para mulheres é descrita na teoria das Relações Sociais de Sexo como um desdobramento da reprodução dos princípios de separação e hierarquização, que configura a Divisão Sexual do Trabalho. Para manutenção de uma escola, carinhosamente apontada por Armanda como “Nossa Casa”, verificamos que as mulheres executavam prioritariamente atividades de natureza doméstico-familiar como cozinhar, servir e limpar; por sua vez, os homens eram encaminhados para trabalhos como carpintaria e o plantio. Nesse aspecto, verificamos limitações no princípio da coeducação praticada no cotidiano de Meriti, visto que, meninas e meninos estudavam juntos compartilhando boa parte do currículo em áreas do saber como aritmética, conteúdo ainda não ministrado para mulheres em boa parte das instituições dedicadas à “educação feminina”, mas quanto às atividades práticas, ponto fundamental da filosofia da Escola Nova, verificamos a permanência da Divisão Sexual do Trabalho com a separação de atividades segundo uma perspectiva binária de gênero.

Para ampliar a ação socioeducativa visando o apoio financeiro da comunidade, bem como a exaltação e promoção da cultura do “trabalho”, a escola elaborou propostas para as famílias de estudantes ao longo dos anos. Em 1924, ocorreu a primeira exposição e venda no

Rio de Janeiro de 120 trabalhos manuais produzidos pelas crianças nas oficinas e por suas famílias, no ano seguinte foram 232 produtos. O percentual de 20% das vendas era revertido para o Caixa Escolar, administrado pela Fundação Álvaro Alberto; o restante ficava com as famílias. Diante da maior facilidade na venda de trabalhos das alunas, que consistiam em artesanatos e bordados, a escola passou a destinar uma pequena remuneração diária para os alunos por serviços de reparos na própria instituição. Ainda, para melhorar o suporte à população local, especialmente as mães, Armando almejava a fundação de uma cooperativa para estimular “[...] uma indústria feminina, caseira, das mãos rudes destas mulheres” (ALBERTO, 2016, p. 48).

O trabalho de alunas e alunos de Meriti chama particular atenção, especialmente quando consideramos reflexões que abordam práticas de trabalho infantil como uma mazela social, que geralmente impede que crianças estudem. Tal questão era alvo de protesto e motivo de desqualificação pelos críticos: “A pecha que os oposicionistas locais da escola lhe atribuem é de que as crianças trabalham demais e brincam demais. Tirando os demais, está certo.” (ALBERTO, 2016, p.63). Contudo, compõe o conjunto de “inovações” metodológicas do ensino regionalizado, na rotina escolar idealizada por Armando, as dimensões “trabalho” e “brincadeira” faziam parte do programa. A relevância do trabalho enquanto ação educativa do cotidiano escolar encontrava sustentação filosófica no discurso de aprendizagem pela prática característico da Escola Nova. Desta maneira, as crianças eram orientadas e acompanhadas na execução de atividades para manutenção da “Nossa Casa”, como apontado: “Muito naturalmente, as funções domésticas, mais as de auxiliar da biblioteca e do museu, e outras que a vida do estabelecimento ia exigindo, foram sendo exercidas pelas crianças. Nunca tivemos um servente ou outro empregado para tais misteres.” (ABERTO, 2016, p. 47).

No pensamento compartilhado por Armando e demais escolanovistas, o trabalho precisava ser ensinado e celebrado em oposição à concepção de desvalorização culturalmente difundida no país. Segundo o grupo de intelectuais, a perspectiva elitista e atrasada da cultura brasileira desqualifica “quem produz”, lógica de pensamento conflitante com modelos de urbanização e modernização. Nesse aspecto, “trabalho e educação” eram indissociáveis e a premissa do “aprender fazendo” deveria ser aplicada para “aprender a trabalhar” rompendo com estruturas curriculares tradicionais de educação consideradas obsoletas, visto que, primavam por um saber fundamentalmente erudito e desvinculado da realidade material.

Em agosto de 1928, a inauguração da estrada Rio-Petrópolis trouxe mudanças para a região e o processo de industrialização retirou Meriti do limbo entre o modelo rural e urbano. A mudança empolgou Armando e demais membros fundadores da escola, pois compartilhavam

a crença no “sonho” civilizatório das cidades. A instalação de fábricas trouxe novas possibilidades de emprego para a população local, o que tornou o plano da cooperativa feminina desnecessário, visto que, boa parte das mães de Meriti se transformaram em operárias. As mudanças promovidas pelo processo de urbanização também sinalizavam a obsolescência de parte do currículo escolar, questão prevista por Armando em seu relatório de 1932. Porém, a educadora também relata o surgimento de novos problemas que mantinham o velho entrave da evasão, visto que, com a falta das mulheres em seus lares, o trabalho doméstico-familiar recaia principalmente nos ombros das alunas e a escola passa a tomar medidas, como permitir a presença de irmãs(os) menores nas aulas e adaptar o horário para estudantes que ingressavam no campo laboral.

Em geral, a Escola Regional de Meriti era maleável quanto a questões formais. As famílias recebiam um convite aberto para que acompanhassem as aulas de suas crianças quando quisessem e pudessem. Em 1947, Raul Bittencourt (2016) aponta que a biblioteca Euclides da Cunha foi rebatizada pelas crianças como biblioteca Olavo Bilac, porém continuou firme em seu propósito inicial mantendo o atendimento de toda a comunidade. A biblioteca era composta por três seções de livros que ilustram um espaço pensado e organizado para atuar em várias vertentes: uma para as crianças com obras adequadas para as idades, correspondendo com o discurso ativista de Armando e Cecília Meirelles em defesa das bibliotecas infantis observada por Martins (2014); obras voltadas para a formação docente utilizadas em cursos ministrados para as mestras da instituição em busca de sanar a defasagem de conhecimento, especialmente para as “novas pedagogias”; por fim, livros literários disponíveis para toda a comunidade, inclusive para quem não tinha crianças estudando na escola, sendo assim, o acesso à biblioteca era aberto para a comunidade em geral, seja para solicitar o empréstimo de obras ou participar das muitas conferências sobre questões diversas, sendo a falta de energia elétrica apontada por Armando como uma dificuldade para o atendimento adequado da população trabalhadora que só poderia frequentar a biblioteca no horário noturno.

Entretanto, verificamos práticas escolares que indicam limitações ao ideário socioeducativo “inclusivo” de Meriti. Além de implicações já destacadas relacionadas com a categoria de gênero, que tensionam o ideal da coeducação, identificamos dois textos da obra documentário com passagens que indicam a prática de afastamento de crianças da escola, diante do esgotamento de tentativas de adaptação. Em 1927, ao abordar os programas e métodos de ensino praticados na escola, a própria Armando pontua: “Os anormais, os inadaptáveis ao regime da escola, os que faltam sem justificativas são eliminados” (ALBERTO, 2016, p. 50). Ainda, indicando que a concepção de “normalidade” apresentada pela fundadora

provavelmente estava relacionada com questões comportamentais das crianças, ao discorrer sobre a “frequência” de estudantes, Savino Gasparini (2016, p. 94) reforça: “Não estabelecendo a escola castigos, os alunos que em absoluto se não põem adaptar são delicadamente afastados”. Não encontramos informações sobre o quantitativo de crianças “anormais” afastadas em Meriti, entretanto as passagens destacadas são indícios da utopia difundida pelo discurso científico elaborado no campo da psicologia infantil e acolhido em larga escala entre escolanovistas.

Assim, no período destacado entre as décadas de 1920 e 1930, inúmeros discursos de ordem médica/psicanalítica foram elaborados sobre o corpo e o desenvolvimento infantil. Essa produção apresentava classificações para crianças e adultos segundo graus de medição de conhecimento e características comportamentais, difundindo em larga escala modelos para aplicação de testes e consequentemente, definindo patologias que acometiam pessoas “limitadas” em seu desenvolvimento intelectual (MONARCHA, 2009). No caso da Escola Regional de Meriti, ainda que tenha sido constituída com propósitos inclusivos, tratando-se de uma iniciativa de educação particular, observamos que diante da “inadequação” de crianças ao programa, a instituição não se obrigava a mantê-las em seu quadro.

Além de expandir o público discente, a experiência do “ensino regionalizado” em Meriti serviu de modelo e inspiração para outras iniciativas educativas. Pouco a pouco, a escola passa a receber visitas de representantes de outros estados do país com o objetivo de reproduzir a experiência do “ensino regionalizado” em outras localidades. Como sinal de reconhecimento, o governo do Estado do Rio de Janeiro atendeu a um pedido de Armando concedendo duas professoras fluminenses para atuar na instituição, posteriormente o município de Duque de Caxias também cedeu uma professora (OBRY, 2016). Tal solicitação buscava a superação do problema relacionado a continuidade do trabalho docente, visto que, era comum que as professoras deixassem a Escola Regional de Meriti para assumir cargos vinculados ao estado e/ou em regiões mais próximas ao centro urbano. Assim, Armando Alberto (2016) aponta que a constante troca de profissionais era um “desperdício” do tempo de membros fundadores, que promoviam cursos para suprimir “lacunas” na formação inicial das normalistas.

Que interesse, na verdade, podia vincular à obra modesta da Escola Regional de Meriti a professora formada para o Distrito Federal, entre nós apenas de passagem, enquanto esperava pela nomeação definitiva dentro da sua carreira? E se não estava à espera da nomeação e porque fora mal classificada entre as colegas de turma. De mal a pior. (ALBERTO, 2016, p.65).

Em várias passagens da obra-documentário constatamos que Armando vislumbrou na Escola Regional de Meriti um projeto de impacto para a educação no Brasil. “Porventura, das

coisas pretendidas pelo plano inicial da escola mais lentas de chegar era a sua máxima aspiração: o ser reproduzida nas diversas regiões do país.” (ALBERTO, 2016, p. 64). Na composição de “entraves” para o sucesso do projeto, observamos a crítica da fundadora sobre a rotatividade de professoras indicando um conflito relacionado com a categoria “classe social”. A iniciativa da “intelectual altruísta” tinha como empecilho a realidade social de outro perfil de educadoras, consideradas malformadas, assumiam as aulas na distante e ainda rural Escola Regional de Meriti, mas se afastavam diante de melhores oportunidades de trabalho, como atuar em uma escola mantida pelo Estado e/ou em uma localização mais cômoda. Com o convênio com o estado, Armando vislumbra o potencial resolutivo para manter as professoras em Meriti, visto que, era oferecido “[...] às professoras oportunidade de estudos de educação regional e vantagens econômicas – pois a escola não se desobrigou do seu dever de remunerá-las, tocanos, enfim, a possibilidade de reter aquelas auxiliares, de quem depende, em última análise, a eficiência da escola.” (ALBERTO, 1916, p. 65). Assim, do ponto de vista econômico, as professoras de Meriti passaram a receber os vencimentos padronizados do Estado e a remuneração da Fundação Álvaro Alberto. Para Armando, a permanência das normalistas garantiria o estabelecimento de uma cultura escolar do ensino regionalizado, visto que, as professoras receberiam a formação complementar dos membros fundadores oriundos da elite intelectualizada, da qual fazia parte.

Segundo a *outsider*, a promoção do ensino regionalizado apresenta duas questões indispensáveis: professorado bem formado e “convênios” para a promoção da saúde pública. Nesse sentido, além da inquestionável tendência sanitária impressa nas ações da instituição, verificamos iniciativas de formação docente “complementar”, como parte do cotidiano de Meriti. Apesar de efetivar ações visando aprimorar a competência profissional das mestras que atuavam na escola, não havia um programa de formação continuada específico, mas sim ações pontuais para sanar dificuldades de compreensão sobre perspectivas educativas da Escola Nova e metodologias de ensino que rompiam com o tradicional modelo lancasteriano, com predição de orientação metodológica segundo Montessori.

A experiência educativa iniciada por Armando em 1921 foi uma espécie de laboratório experimental de propostas do grupo de intelectuais que posteriormente se firmou como escolanovistas. A temática da profissionalização e formação docente tão defendida pela Escola Nova foi projetada em ações do Estado para sistemas de ensino, culminando na criação de uma formação específica e em nível superior para profissionais que atuam no magistério primário, sendo assim, a base curricular praticada para formação em cursos de normalistas foi aprimorada para instituir-se o curso de pedagogia em 1939, como ação do Ministério da Educação e Saúde

Pública. Atualmente, o tema da formação docente tem avançado em vários aspectos, sendo a importância de uma formação específica e a necessidade de continuidade de estudos uma questão pacificada. Novas perspectivas e metodologias educativas surgem no âmbito da produção acadêmica, bem como a legislação que tange à educação escolar apresenta mudanças no decorrer do tempo, a reconhecida dinâmica de inovações para a área torna a docência uma atividade que demanda atualização e busca de novos conhecimentos. Deste modo, a “formação continuada” é compreendida como algo fundamental em todos os níveis do magistério, sendo possível identificar tendências reflexivas que apresentam conceitos como “formação permanente do professorado” de Francisco Imbermón (2022).

Após o texto de encerramento da obra documentário, acompanhamos o imbróglio do processo de doação com breves documentos institucionais do estado do Rio de Janeiro, em resposta à proposta de estatização da Escola Regional de Meriti. Nesse contexto, verificamos que a própria iniciativa de organização do livro corresponde à uma estratégia de Armando para exaltar a história da instituição e assim negociar os termos de estatização da escola. O afastamento da fundadora da Escola Regional Meriti foi um processo bastante difícil, mas uma necessidade imposta pela gradativa ausência de membros fundadores que idealizaram o emblemático projeto de escola moderna na década de 1920, conforme acompanhamos no trecho:

As lutas têm sido árduas, frequentes, mas não causadas pela gente do povo a quem ela [escola regional Meriti] serve. Mas deixemos de parte qualquer expressão que traduza uma recriminação. Reconhecemos, realmente, ter sido até aqui a nossa escola um foco de felicidade para as crianças que educa, tanto quanto para os que a ela se dedicam. As crises pelas quais passou, de várias naturezas, acabaram sempre sendo superadas. Agora, porém, é diferente. A morte e a velhice levaram quase todos os nossos companheiros. E, em consequência dessa situação, somos obrigados a renunciar à ação que tanto nos empolga (ALBERTO, 2016, p.189).

Desde o primeiro prédio, nas paredes da Escola Regional de Meriti foram colocados os cartazes com as palavras “Saúde. Alegria. Trabalho e Solidariedade”, apontadas em textos de autoras e autores que compõe a obra-documentário de Armando Alberto (2016). As palavras causaram impacto nas(os) visitantes inspirando reflexões afetivas: eram símbolos dos processos pedagógicos e educacionais da escola para Francisco Venâncio Filho (1925); nobres intuitos da iniciativa escolar segundo Belisário Penna (1925); para Savino Gasparini (1926) eram definidoras do programa da escola; já Raul Bittencourt (1947) alude a convites de sadias aspirações para a “petizada”; por sua vez, a fundadora define como a orientação geral da instituição de ensino. Em nossa análise observamos que tais palavras indicam pontos centrais

do ensino regionalizado idealizado por Armando: a influência sanitária buscava a promoção da “saúde” de crianças e suas famílias; as brincadeiras infantis eram tomadas como algo fundamental do processo de aprendizagem infantil que não poderia ocorrer sem “alegria”; o “trabalho” foi permanentemente ensinado, seja para as crianças, seus familiares e para professoras; por fim a iniciativa socioeducativa foi uma experiência emblemática de solidariedade. Ainda há muito o que dizer e reconhecer sobre Armando e sua escola em Meriti.

## CAPÍTULO 6 - Antonieta de Barros: a sina emancipatória de uma heroína da pátria



Mulher do fim do mundo<sup>124</sup>

[...]

Na avenida, deixei lá  
A pele preta e a minha voz  
Na avenida deixei lá  
O meu orgulho, minha opinião  
A minha casa, minha solidão

Joguei do alto do terceiro andar  
Quebrei a cara e me livrei do resto dessa vida  
Na avenida, dura até o fim

Mulher do fim do mundo  
eu sou e vou até o fim cantar

Imagen 22- A jovem Antonieta de Barros. Fonte: Biblioteca UDESC<sup>125</sup>

Antonieta de Barros (1901 - 1952) foi uma professora *outsider* que rompeu com a lógica de silenciamento e apagamento das mulheres na História Oficial a longo prazo. Em 1934, se elegeu como deputada em Santa Catarina e atuou como parlamentar entre 1935 e 1937, fato que marcou a trajetória da educadora com um ineditismo na política partidária brasileira projetando seu nome como um marco para a representação feminina na esfera pública, afinal tratamos da primeira mulher negra eleita no país. A partir de 1970, a história de Antonieta passa a se tornar objeto de estudo em produções biográficas da área acadêmica e ainda se mostra longe do esgotamento em pesquisas recentes, assim verificamos diferentes questões exploradas por

<sup>124</sup> Composição: Rômulo Flores/Alice Coutinho

Intérprete: Elza Soares

<sup>125</sup> Acervo digitalizado Antonieta de Barros. Disponível em: <https://www1.udesc.br/?id=2678> . Acesso em 16 mai. 2024.

Josefina da Silva (1991), Luciene Fontão (2010), Elizabete Espíndola (2015), bem como o reconhecimento de “lacunas” que demandam novos estudos.

No âmbito político institucional, Antonieta recebe homenagens como desdobramento da Lei n. 145, de 12 de outubro de 1948, que instituiu 15 de outubro como feriado do Dia do Professor<sup>126</sup>, uma vitória de seu segundo mandato como deputada estadual. A data já era “comemorada” extraoficialmente em alusão de uma lei para expandir a oferta de educação assinada por Dom Pedro I em 1827, mas tornou-se oficial em Santa Catarina com a aprovação do projeto de Antonieta e foi adotada em todo o território nacional em 1963, como decreto federal assinado pelo presidente João Goulart. Deste modo, constatamos uma figura histórica em ascensão com a aprovação recente da Lei federal 14.518, de 4 de janeiro de 2023, que insere o nome de Antonieta de Barros no “Livro de Heróis e Heroínas da Pátria”, um reconhecimento pela atuação incansável em defesa da educação que marca sua trajetória como professora, escritora e política.

Apesar do falecer jovem, aos 51 anos de idade devido a complicações de diabetes, a figura de Antonieta segue pujante garantindo homenagens. É uma personagem tratada com deferência e orgulho em Santa Catarina, principalmente em Florianópolis, sua cidade natal. Deste modo, importantes monumentos urbanos e condecorações são tributos à personalidade local<sup>127</sup>:

[...] o Túnel Antonieta de Barros, o Auditório Antonieta de Barros, a Escola Municipal Antonieta de Barros em Palhoça/SC, a Rua Antonieta de Barros no Bairro Estreito e no Bairro Ingleses do Rio Vermelho, o Programa Antonieta de Barros, a Escola Básica Estadual Antonieta de Barros, o Memorial Antonieta de Barros, a Associação Mulheres Negras Antonieta de Barros (FONTÃO, 2010, p. 367).

A conquista e reconhecida atuação em tantos espaços representativos colabora para a elaboração de narrativas gloriosas sobre Antonieta de Barros. Nesse aspecto, coadunamos com a crítica de Norbert Elias (1995) sobre a destituição da humanidade de personagens icônicos da

---

<sup>126</sup> A escolha por 15 de outubro alude a um marco anterior da história do Brasil: Nessa data, no ano de 1827, o então Imperador do Brasil, Dom Pedro I, sancionou a lei que criou o Ensino Elementar no Brasil, estabelecendo que “todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras”. Fonte: <https://portais.univasf.edu.br/sead/noticias/salve-15-de-outubro-dia-dos-professores-e-das-professoras>. Acesso em 14 abril de 2024.

história<sup>128</sup>, uma vez que, identificamos a divulgação de afirmações ficcionais que colaboram para a construção de uma imagem mitológica da *outsider*.

Em 05 de janeiro de 2023, o Portal da Câmara dos Deputados publica um texto a respeito da lei que insere o nome de Antonieta no “Livro de Heróis e Heroínas da Pátria”. O pequeno regate biográfico apresentado em um portal institucional do Estado consiste em um exemplo de como a história da professora tem sido hiperbolizada: “Alfabetizada tardeamente por jovens estudantes, Antonieta de Barros (1901-1952) formou-se professora e está entre as primeiras mulheres a ocupar cargos eletivos no Brasil.<sup>129</sup>”. Tal afirmação está em desacordo com informações levantadas em pesquisas biográficas de diferentes áreas acadêmicas como por Luciene Fontão (2010), em seu doutorado em literatura desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina e Elizabete Espíndola (2015), em seu doutoramento em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. De fato, Antonieta convivia com jovens estudantes na pensão mantida por sua mãe no centro de Florianópolis (SC), o que pode ter sido fonte de inspiração ou mesmo colaboração em lições da escola, porém é fantasioso afirmar que tais jovens foram os responsáveis por sua alfabetização; muito menos verídica é a afirmação sobre a alfabetização tardia, visto que, aos sete anos a futura deputada já estava alfabetizada.

De maneira geral, tais fabulações potencializam a representação de uma mulher “inteligente, vencedora e corajosa”. Entretanto, o vácuo representativo que impulsiona a construção de concepções sobre indivíduos “excepcionais” traz consigo um risco paradoxal: transformar trajetórias *outsiders* em uma eventualidade inatingível, ou seja, o que poderia ser uma biografia inspiradora torna-se um caminho impossível de ser repetido, ainda mais impossível é superá-lo. Em outra vertente, discursos falaciosos valem-se das histórias distorcidas de *outsiders* como prova de superação condicionada ao esforço individual para sustentar objeções à medidas para solucionar mazelas sociais, que minam sistematicamente as oportunidades de estudo e trabalho para determinados grupos, como mulheres e pessoas pretas. Ademais, não é razoável ou necessário adicionar infortúnios em uma história marcada pelo ineditismo em tantos aspectos, sendo assim, a defesa do legado de Antonieta de Barros perpassa justamente pela desconstrução de equivocadas alegorias gloriosas, bem como a necessária crítica sobre alguns pontos de sua vida e obra.

---

<sup>128</sup> Em “Sociologia de um gênio”, Norbert Elias (1995) apresenta uma biografia sociológica de Wolfgang Amadeus Mozart, reconhecido músico e compositor erudito equivocadamente alçado a um conceito de “gênio” relacionado a dádiva divina e não a uma habilidade desenvolvida como resultado de um treinamento exaustivo desde os primeiros anos da infância, que ocasionou sérios problemas de socialização na vida adulta.

<sup>129</sup> Compreendendo que possa ser reescrita ou retirada do site devido ao erro, inserimos a referida página como ANEXO VII. Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/932970-NOVA-LEI-INSERE-O-NOME-DE-ANTONIETA-DE-BARROS-COMO-HEROINA-DA-PATRIA>. Acesso em 15 abril 2024.

Em consulta a estudos que abordam a trajetória de Antonieta constatamos a superação de uma série de adversidades imputadas à uma mulher e negra de família humilde, nascida no início do século XX. O contexto familiar ambientado na ilha de Florianópolis indica a convivência com a mãe Catarina Waltrich e Leonor de Barros, a irmã dois anos mais nova. A recente emancipação da linhagem matriarca da condição de escravizada aponta que o sobrenome Waltrich, oriundo de uma tradicional família abastada na cidade de Lages (SC), foi imputado à Catarina ainda na condição de “posse”. Uma vez liberta, possivelmente a partir da lei da abolição em 1888, especula-se que Catarina tenha trabalhado para os “Ramos”, outra família latifundiária do interior catarinense. Em 1898, o Coronel Vidal Ramos foi eleito governador e migrou para a capital, sendo uma hipótese que nesse mesmo período Catarina tenha se estabelecido em Florianópolis (SC). O sobrenome Ramos seguiu identificando influentes agentes políticos atuantes na capital e ao longo da biografia de Antonieta observamos uma espécie de “apadrinhamento” que acompanha seu ingresso em determinados espaços de poder, por exemplo, a filiação ao Partido Liberal Catharinense<sup>130</sup>.

Em Florianópolis, Catarina trabalhou para a família do governador Vidal Ramos executando atividades correspondentes ao trabalho doméstico. Como “lavadeira” residia em moradias destinadas para trabalhadoras(es) atrás do Palácio do Governo, situado no centro da capital. Assim, Antonieta cresce nas intermediações de instituições importantes e constantes em sua biografia, como a Catedral Metropolitana, Escola Normal, Grupo Escolar Lauro Muller, Igreja do Rosário e Palácio do Governo. Para sustentar a família, a mãe de Antonieta também procurou outras formas de levantar recursos: “Dona Catarina por este tempo, segundo fontes orais e biográficas de Antonieta, já não só lavava roupa para fora, mas sim cuidava de uma pensão para moças, a fim de sustentar suas duas filhas [...]” (FONTÃO, 2010, p. 262).

A filha primogênita de Catarina, Maria do Nascimento, nasceu em 26 de março de 1889 e viveu por toda a vida na cidade Lages (SC), sendo referendada como “Maninha” na destinação de bens de Antonieta. Na capital, Catarina deu à luz a mais três crianças: Cristalino, Antonieta e Leonor. Em 26 de junho de 1897, nasceu Cristalino José de Barros, filho natural de Catarina do Nascimento Waltrich e sem referência de paternidade, segundo registro de batismo da Igreja Nossa Senhora do Desterro em Florianópolis. Em 11 de dezembro de 1929, o registro de casamento de Cristalino acrescenta informações importantes para a genealogia da família,

---

<sup>130</sup> O partido fundado em 1931 pela família Ramos surgiu de um movimento anterior identificado como Aliança Liberal Catharinense, em alusão e apoio à Aliança Liberal de Getúlio Vargas. Em âmbito local, o Partido Liberal rivalizou com o já instituído Partido Republicano Catharinense, dominado por outra importante liderança política do período, Hercílio Luz. (ESPÍNDOLA, 2015).

sendo identificado como filho natural de Catarina de Barros e Rodolfo José de Barros, ou seja, o possível pai também de Antonieta. Outras informações sobre o relacionamento de Catarina e Rodolfo foram encontradas em seu registro de óbito: “Mais tarde conheceu o jardineiro Rodolfo de Barros com quem vai contrair matrimônio, conforme consta na certidão de óbito, onde se lê: “estado civil viúva”. Quando esse matrimônio ocorreu não se pode precisar [...]. (FONTÃO, 2010, p.261). Por sua vez, Antonieta de Barros nasceu em 11 de julho de 1901, foi batizada na Cúria Metropolitana de Florianópolis e registrada apenas como filha natural de Catharina do Nascimento, assim como a irmã Leonor de Barros, nascida em 24 de outubro de 1903; não se sabe por qual razão o nome de Rodolfo José de Barros não foi inserido como pai, apesar de ser dele o sobrenome atribuído à Antonieta e Leonor. As inconstâncias nos sobrenomes apresentados por Catarina em sua autoidentificação e no registro de sua prole sinaliza um processo de rompimento com a lógica escravagista, uma vez que: “[...] o sobrenome Waltrich, presente nos registros de Catharina, vai se perdendo, sendo substituído apenas pelo sobrenome materno Barros”. (ESPÍNDOLA, 2015, p.47).

As biografias consultadas não tratam da convivência de Antonieta com seu irmão e pai. Diante de tal “lacuna” surgem hipóteses. Considerando que Catarina cuidava de uma pensão para mulheres localizada no centro de Florianópolis, possivelmente atendia estudantes da Escola Normal, o que torna a presença de homens um impedimento para que moças procurassem tal serviço, reforçando que o marido e filho não residiam na mesma casa. Contudo, o fato é que não é possível afirmar se Antonieta conviveu com seu irmão e pai em algum período da vida, pois até o momento não foram encontrados documentos em que Antonieta tece considerações sobre tais familiares, sendo que, nos poucos registros fotográficos levantados verificamos a constância da representação de um núcleo matrifocal.



Imagen 23 - Fotografia família “de Barros” na década de 1930, da esquerda para a direita: Antonieta, Catarina e Leonor<sup>131</sup>.

A família permanece na região central mesmo após a alternância no governo do estado e do processo de gentrificação que “empurrou” pobres para os morros da cidade, um desdobramento do projeto urbanização e modernização da capital nas primeiras décadas do século XX.

A exitosa e precoce trajetória de formação de Antonieta, iniciada aos cinco anos de idade na escola particular da Professora Maria Meira Lima, afigura como uma singularidade. A partir de 1906, ela ingressa em instituições de ensino para receber educação formal, algo incomum para uma criança preta e pobre, em uma realidade com escolas insuficientes para a demanda, sendo o déficit ainda maior na oferta da “educação feminina”. Em 1910, Antonieta estuda em uma escola pública dirigida pela Professora Maria das Dores Rosa Conceição e Souza, onde permanece até os nove anos de idade; no ano seguinte é matriculada no Grupo Escolar Lauro Muller e finaliza o Ginásio; aos quinze anos inicia a formação “complementar” para prestar o exame admissional da tradicional Escola Normal Catarinense. Em 1918, com dezessete anos, ingressa no curso normal e conclui a formação em 1921, quando se muda com a família para a Rua Fernando Machado, ainda no centro da cidade. Em 1922, estabelecida em

<sup>131</sup> Fonte: Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/10/25/antonieta-de-barros-1901-1952-uma-intelectual-negra-pioneira-e-actual>. Acesso em 27 abr. 2024.

nova residência, aos vinte e um anos de idade a educadora inaugura o Curso Particular Antonieta de Barros, onde leciona para crianças durante o dia e alfabetiza adultos no período noturno. Não demora para que Leonor também se forme na Escola Normal passando a trabalhar ao lado de Antonieta, em pouco tempo as irmãs “de Barros” se tornaram figuras reconhecidas na capital catarinense e o curso particular teve vida longa entre 1922 e 1965, atravessando governos e o falecimento da fundadora em 1952.

A “caridade” dos Ramos é aventada como explicação para que Catarina conseguisse se manter no centro florianopolitano, também pela precoce e profícua jornada escolar de Antonieta. Entretanto, apesar de manter relações de compadrio constantes com os Ramos ao longo da vida, a própria Antonieta atribui o mérito de seu sucesso à mãe, sendo tal figura apontada como inspiração e motivação para suas atividades, bem como o desejo de retribuir tamanho esforço com o merecido “descanso”:

Na minha vida de menina moça, empolgou-me, sempre, um sonho: trabalhar para poder descansar a minha santa mãe, que me formou o espírito e o fortificou, pelo exemplo de combatente corajosa, dentro da luta, para a conquista do pão de cada dia, e da instrução dos filhos, preocupação máxima da sua grande alma que, já menos de um ano, repousa em Deus [...]. (ESPÍNDOLA, 2015, p. 47 apud Antonieta de Barros, 1935).

Os estudos da contracultura buscam afastar o vício de análise histórica de uma perspectiva tendenciosa e unilateral das relações de poder. Deste modo, consideramos que, por um longo período, o que se configurou entre a tradicional família “Ramos” e a recente família “de Barros” são “teias de interdependência”. O conceito de teias de interdependência é descrito por Norbert Elias (1994) enquanto uma rede complexa e dinâmica que conecta indivíduos, que se auxiliam em busca de seus objetivos e necessidades, ainda que por meio de relações sociais caracterizadas pelas posições de dominação/dominado. Assim como a trajetória de Antonieta, desde o nascimento até a atuação como parlamentar constituinte, é marcada pela proximidade com integrantes da poderosa família Ramos, também é constante a presença de Catarina desempenhando o papel de “provedora do lar” com seu trabalho, seja como lavadeira, doméstica ou na administração de uma pensão. Ademais, a constatação do apagamento do sobrenome “Waltrich” em registros documentais assinala um posicionamento crítico à lógica escravagista, sendo razoável considerarmos que Catarina vislumbrou para suas filhas uma vida diferente por meio da educação, não medindo esforços para viabilizar tal possibilidade para suas crianças. Nesse aspecto, procuramos não minar o mérito de Antonieta de Barros e de sua mãe diante das relações estabelecidas com membros da linhagem Ramos, visto que, essencialmente a biografia de Antonieta consiste em um emblemático exemplo de ascensão

social de mulheres viabilizada pelo acesso à educação feminina e à atuação profissional no magistério.

A partir de 1931, como parte de uma “nova elite intelectualizada” em ascensão no contexto de intensa urbanização da capital, a educadora compartilha seu pensamento sobre temas como educação e política para além da sala de aula por meio do impresso *A República*. Na pesquisa de Elizabete Espíndola (2015) acompanhamos com detalhes o jogo de interesses que envolveu o processo de “transferência política” da estrutura e nome do tradicional jornal florianopolitano, que entre 1926 e 1930 se apresentava como “orgão do Partido Republicano Catharinense”, para a administração do Partido Liberal diante da instauração do primeiro governo varguista em novembro de 1930, sendo a direção do jornal assumida por Nereu Ramos, filho do governador recém-eleito Vidal Ramos. Nesse contexto, a faceta de Antonieta como escritora se apresenta pelo pseudônimo Maria da Ilha, assinando a coluna “Farrapos de Ideias”, publicada por *A República* sob controle do recente grupo político instituído, como podemos observar em elementos estampados na primeira página da edição de 20 de dezembro de 1931:



Imagem 24 – Recorte da página 1 do período “República”. Recorte da autora.<sup>132</sup>

No recorte acima, destacamos com marca texto amarelo no canto superior esquerdo a informação “Diário Matutino. Publica o expediente do governo do Estado. Diretor Nereu Ramos”. No centro da primeira página ressaltado em vermelho está uma crônica de Maria da Ilha. Em sua produção literária, Antonieta apresenta crônicas em uma espécie de hibridismo jornalístico na coluna “Farrapos de Ideais”, com uma escrita altiva, contemporânea e crítica balizada por valores fortes que moldaram sua personalidade, como a religiosidade católica constatada em diversas alusões e parábolas bíblicas. Apesar de acumular experiências pretéritas em veículos de imprensa com menor tiragem e circulação em Florianópolis, como membro do Centro Catharinense de Letras a professora participa da publicação do impresso “Folha Rosea<sup>133</sup>”; foi como Maria da Ilha da coluna “Farrapos de Ideais” que Antonieta se consagrou como uma escritora conhecida e respeitada na capital do estado.

<sup>132</sup> Fonte: Hemeroteca digital catarinense. Acervo “República”, 1889 – 1937. Edição de 20 de dezembro de 1931. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/república/1931/REP1931354.pdf>. Acesso em 6 mai. 2024.

<sup>133</sup> O projeto para uma revista impressa foi lançado em 15 de novembro de 1915, mesmo dia da Proclamação da República, sendo disponibilizada para venda a partir de 1920 sob a redação de Idelfonso Juvenal. A composição

Em 1937, a deflagração do Estado Novo afasta Antonieta das atividades como deputada com o fechamento das casas parlamentares. Contudo, a professora não assumiu uma postura combativa ao Estado Novo, tão pouco contra o governo local, uma vez que, o aliado político Nereu Ramos foi designado como interventor do estado catarinense permanecendo à frente do Palácio do Governo. Em tal período, Antonieta voltou-se para as atividades como educadora e escritora, organizando uma seleção de crônicas para ser publicada em formato livresco. Assim, Maria da Ilha lança a primeira edição de seu único livro “Farrapos de Ideias” em 1937, com textos divulgados a princípio em sua coluna de mesmo nome e escritos principalmente no recorte de 1931 e 1934. A publicação do livro também consistiu em uma ação de caridade, pois a arrecadação das vendas foi revertida como doação ao “Preventório”, um internato dedicado a acolher filhas(os) de “leprosos da Ilha<sup>134</sup>”. A arte da capa escolhida para estampar a primeira edição da obra reafirma a forte influência católica, pois “[...] consta na capa uma ilustração feita por Malinverne Filho, que traz a figura de Jesus com Lázaro aos seus pés, uma menção ao episódio do Novo Testamento em que Jesus cura o leproso Lázaro [...]” (FONTÃO, 2010, p. 322).

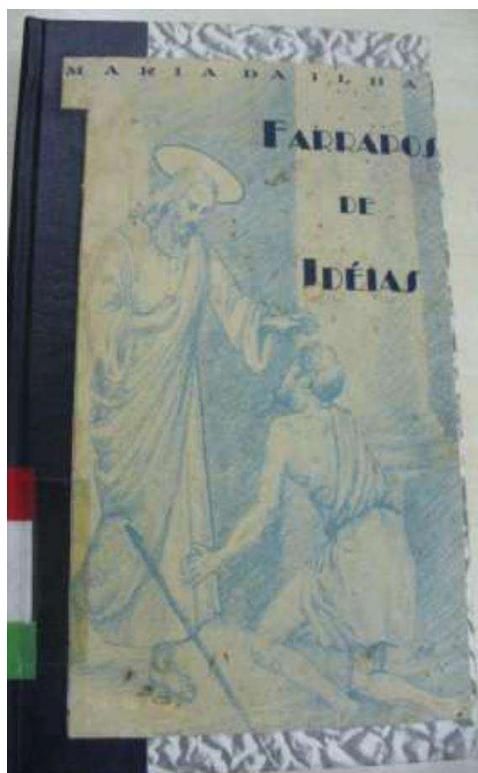


Imagen 25 - Capa livro Farrapos de Ideias, edição de 1937. Fonte: FONTÃO, 2010, p. 223.

---

da revista quinzenal contava com muitas produções de intelectuais afro-brasileiros(os), com críticas às limitações para participação na vida pública impostas a sociedade preta de Florianópolis (SC), especialmente no âmbito de produção literária (KARLA, 2018).

<sup>134</sup>A instituição atualmente é identificada como “Educandário de Santa Catarina” e oferece Educação Infantil e Ensino Complementar. Fonte: <https://educandariosc.org.br/historia/#page-content>. Acesso em 17 abril 2024.

Como parte do envolvimento na sociedade letrada catarinense, Antonieta retoma as publicações da coluna *Farrapos de Ideais*. Também compõe o Conselho Deliberativo da Associação Catarinense de Imprensa, a partir de 1938. (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022). Entre 1937 e 1945, no âmbito de sua atuação no magistério, além das atividades no Curso Particular Antonieta de Barros, leciona português e psicologia como normalista no Colégio Coração de Jesus e Instituto de Educação Dias Velho. Em 1940, assume a direção do Instituto de Educação Dias Velho a convite do interventor Nereu Ramos, permanecendo na gestão da instituição até 1951 (FONTÃO, 2010).

O reconhecimento póstumo da imponência representativa de Antonieta transborda para o campo da cultura popular com o carnaval. Em 1987, a *outsider* foi homenageada pelo Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Acadêmicos do Samba com o enredo “Um carnaval para a professora Antonieta de Barros” (DOMINGUES, 2011). Em 2010, foi a vez do Grêmio Recreativo e Cultural e Samba Filhos da Lua desfilar com o enredo “A Lua brilha sobre as poesias de Maria da Ilha” (FONTÃO, 2010). Em 2020, no carnaval de Florianópolis a escola de samba Consulado desfilou com o enredo manifesto “Lute como Antonieta”<sup>135</sup>. Os respectivos sambas trazem a narrativa sobre uma heroína negra da história do Brasil, bem como a atuação exemplar como professora, escritora e representante do povo. Nesse ponto, como na canção “Mulher do fim do Mundo”, observamos que as manifestações da cultura popular têm levado a “pele preta” e a voz de Antonieta para a avenida, mas existem outros pontos de um “desfile biográfico” a serem explorados, que parecem pré-anunciados na voz de Elza Soares.

A análise de fontes, especialmente documentos que tenham sido produzidos pela própria Antonieta, se apresenta como um caminho importante para tecer reflexões verídicas sobre sua trajetória nas esferas da vida privada e pública. Como já pontuado por pesquisadoras como Michelle Perrot (2007), a dificuldade no levantamento de informações para a condução de pesquisas no campo da História das Mulheres consiste em um obstáculo para o aprofundamento das biografias, mesmo se tratando de personagens com destacada atuação em instituições com ampla produção documental, como casas legislativas e redações de impressos. No caso de Antonieta de Barros, parte de seus documentos foram consumidos pelo fogo no “[...] incêndio em 16/09/1956 na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (FONTÃO, 2010, p. 180). Além das crônicas de Maria da Ilha publicadas na coluna e no livro *Farrapos de Ideais*, outros acervos têm sido procurados na busca por vestígios biográficos, por exemplo, Luciene

---

<sup>135</sup> Fonte: ND+ - Notícias de Santa Catarina. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/consulado-celebra-antonieta-de-barros-e-a-luta-das-mulheres-negras/>. Acesso em 15 abr. 2024.

Fontão (2010) consultou o Arquivo Histórico do Município de Florianópolis e Elizabete Espíndola (2015) apresenta o registro de batismo de Antonieta encontrado no acervo da Cúria Metropolitana de Florianópolis.

Em uma contribuição para a divulgação de documentos produzidos por Antonieta tratamos de correspondências da professora mantidas pelo Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. As fontes com as quais lidamos também foram tratadas por Jeruse Romão (2021) em levantamento biográfico de Antonieta e família, porém propomos nova análise com foco na movimentação de Antonieta diante do associativismo feminino característico do período. Nesse caminho abordamos três documentos que compõe o acervo do Fundo FBPF em diálogo com crônicas publicadas por Maria da Ilha, nas décadas de 1920 e 1930. Em tal percurso buscamos compreender a profundidade da comunicação entre lideranças femininas, bem como elaborar considerações sobre a movimentação política da educadora, diante da triangulação de relações que envolvem Antonieta, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura.

## **6. 1 - Interseções de Antonieta em movimento: feminismo, ideais humanistas e política local**

Eu trabalho com a mesma FÉ, com que tenho orientado a minha luta, dentro da vida: a de vencer sempre. (Antonieta de Barros<sup>136</sup>)

A saga de Antonieta avançando paulatinamente em espaços inéditos para as mulheres de sua família, incluindo posições não alcançadas por nenhuma mulher negra brasileira anteriormente, aguça curiosidades sobre os pormenores dessa movimentação “vencedora”. Os caminhos, decisões e estratégias da professora para superar as intempéries sociais de sua origem; as relações de amizade e oposição que construiu ao longo de sua trajetória; o que foi planejado, sonhado e inesperado; são pontos explorados em pesquisas que buscam compreender uma intrigante personagem histórica. No que diz respeito à identificação de Antonieta como liderança feminina, apesar do discurso em prol direitos civis das mulheres impresso em suas crônicas, especialmente pela defesa enfática da educação feminina na década de 1930, observamos o delineamento de uma conclusão biográfica que a afasta do feminismo.

---

<sup>136</sup> Fonte: Carta de Antonieta de Barros - Arquivo Nacional, Fundo FBPF - Cod. de Referência: BR NA, RIO Q0. ADM, COR., A935.4.

O possível “estranhamento” com o movimento em grande parte pauta-se em passagens da coluna *Farrapos de Ideais*, a exemplo de texto publicado em 14 de abril de 1934, no periódico *A República*:

Não somos feministas, se se entende por feminismo a aspiração política, cigarro à boca, etc. Daí não nos podem julgar despeitadas.

A mulher teve, até a pouco, as regalias de bibelô caro, de qualquer cousa quebradiça e de alto preço, para a qual todos tinham olhares, sorrisos, gestos e atitudes protetoriais. É isso que será agonizante e querem reviver. Foi a esse ridículo que roubaram a Mulher. Não discutimos direitos. Apontamos necessidades, a cousa única que tem poderes discricionários sobre todos os seres. Se a evolução mental do nosso povo não aceita ainda a Mulher, como individuo, não lhe pode negar a necessidade, que tem todo vivente, o de comer.

Os irracionais trabalham, lutam para a conquista do seu alimento. E a Mulher? (Porque tudo não se resume no vestido, como erroneamente, se pensa). Inferior aos próprios irracionais, doméstica e domesticada, se contentara, eternamente, em constituir a mais sacrificada metade do gênero humano? (ESPÍNDOLA, 2015 apud Maria da Ilha, 1934).

A crônica assinada por Maria da Ilha pode ser tomada como um atestado da negação do feminismo, especialmente pela afirmação inicial: “Não somos feministas”. Entretanto, no desenvolvimento da escrita identificamos uma crítica de “classe”, não direcionada especificamente ao movimento, mas ao que seria a utilização e representação de feministas como lideranças movidas por “aspiração política, cigarro à boca, etc”. Deste modo, consideramos que Antonieta não rejeita a luta pela emancipação das mulheres, uma vez que, também apresenta passagens em defesa de pautas como o direito da mulher de trabalhar para obter o seu próprio sustento, ou seja, um ideal de mulher não “cativa” à estrutura patriarcal dominante, algo próximo da sua própria realidade, bem como de sua mãe Catarina. Ademais, fica evidente o destaque para um conceito “maior” de mulher escrito com a primeira letra maiúscula ao longo do texto, que não corresponde com a crítica da autora a concepções elitizadas de feministas.

Nesse âmbito, Elizabete Espíndola (2015) levanta como hipótese a existência de desacordos entre lideranças femininas locais, diante de posturas antagônicas entre Antonieta e Maura de Senna Pereira<sup>137</sup> (1904 – 1991), uma poeta contemporânea declaradamente feminista:

As críticas de Antonieta ao movimento feminista pareciam direcionar-se à figura de Maura de Senna Pereira, representante da revista *Brasil Feminino* em Santa Catarina, e que mantinha contato com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a FBPF, de Bertha Lutz. A postura conservadora e moralista de Antonieta revelava-se em suas

---

<sup>137</sup> Fonte: Catarinas [web]. Disponível em: <https://catarinas.info/voz-das-mulheres-em-maura-de-senna-pereira-primeira-jornalista-catarinense/>. Acesso em 21 abr. 2024.

críticas ao movimento e as atitudes libertárias das mulheres que dele participavam (ESPINDOLA, 2015, p. 126).

Apesar da possibilidade de divergências entre as referidas escritoras da “Ilha”, documentos encontrados no Fundo FBPF indicam que Antonieta não assumiu uma postura combativa às atividades da Federação e suas integrantes.

O primeiro arquivo que analisamos foi produzido em janeiro de 1933, como uma de três correspondências destinadas à presidente da Federação, Bertha Lutz. Nesse documento verificamos o tom cordial assumido por Antonieta, bem como vestígios sobre o início da relação entre ambas a partir do contato anterior de Bertha: “Conhecia-lhe o nome, por demais ilustre para ser ignorado, conheço-lhe, agora, a grande gentileza, cuja prova indiscutível e que muito me sensibilizou, é a sua carta.<sup>138</sup>”. Como apontamos em capítulos anteriores, o envio de documentos e textos para divulgação da FBPF se tratava de uma prática da associação, sendo uma possibilidade que a carta inicial de Bertha Lutz visava estabelecer o intercâmbio de produção e divulgação intelectual entre lideranças femininas, como indicado no trecho: “Infelizmente não me chegaram ás [em minhas] mãos os impressos a que se refere em sua carta, e que teria muito prazer de ler, para melhor me orientar sobre a sua sociedade<sup>139</sup>.”

Ainda, notamos que Antonieta faz uma referência carinhosa à professora Maria Lacerda de Moura, primeira companheira de Bertha na associação feminina que se tornou a FBPF:

Mulher de coração, eu não podia deixar de ser contraria a muralha chinesa de preconceitos tolos e ridículos em que vivia encarcerada “a mais sacrificada metade do gênero humano” (na frase linda da minha grande Amiga, Lacerda de Moura) muralha, cujas últimas pedras foram derrubadas com a obtenção dos direitos políticos. (Antonieta de Barros, 1933 - Arquivo Nacional, Fundo FBPF - Cod. de Referência: BR NA, RIO Q0. ADM,COR.,A933.9).

No trecho supracitado, a celebração da “obtenção dos direitos políticos das mulheres” faz alusão à vitória do sufrágio feminino em 1932. Na coluna Farrapos de Ideais, Antonieta também escreveu crônicas tratando sobre a pauta sufragista em que tece considerações que a aproximam do movimento feminista:

As feministas brasileiras estão vencendo a última etapa, na campanha por tanto se bateram: a conquista dos direitos políticos. Não encontramos, na concessão do voto à Mulher, nada mais que uma interpretação certa à letra das nossas Constituições de 91 [a autora trata da Constituição de 1891].

---

<sup>138</sup> Carta de Antonieta de Barros - Arquivo Nacional, Fundo FBPF - Cod. de Referência: BR NA, RIO Q0. ADM, COR., A933.9. Documento disponível no Anexo VIII.

<sup>139</sup> Idem.

E, se esse triunfo não nos deixou indiferente, sem sermos feministas, foi por ter ele sido alcançado pela força do direito. (ESPINDOLA, 2015, p.156 apud Antonieta de Barros, 1932).

Na correspondência de 1933, observamos que a relação entre Antonieta e Bertha estava em fase incipiente. Por sua vez, a combativa e mais polêmica professora mineira Maria Lacerda de Moura era considerada uma “Amiga”, adjetivo grafado com a primeira letra maiúscula, da mesma maneira que a palavra “Mulher” na crônica publicada em 14 de abril de 1934. Apesar de reconhecer a vitória sufragista, encampada no território nacional especialmente pela FBPF, Antonieta salienta ser guiada por aspirações maiores e fundamentalmente vinculadas a uma sensibilidade de classe que conduz seu ativismo ao longo do tempo:

Digo-lhe, porém, a minha satisfação não era por se tratar de irmãs ou de causa própria. O meu sonho vai mais alto: quero a emancipação de todos os seres humanos, pois que o meu coração rebelde sofre com todas as injustiças e chora com todos os injustiçados, sejam eles quais forem. (Antonieta de Barros, 1933 - Arquivo Nacional, Fundo FBPF - Cod. de Referência: BR NA, RIO Q0. ADM, COR., A933.9).

Nesse aspecto, percebemos maior correlação da concepção filosófica humanista assumida por Antonieta com a crítica à desigualdade social que caracteriza a militância de Maria Lacerda de Moura. Em 1933, a professora mineira já havia se afastado das atividades da FBPF para dedicar-se com maior empenho a nichos vinculados com a causa operária. Nesse contexto, ao parafrasear Maria Lacerda de Moura em resposta à Bertha Lutz, a professora catarinense sutilmente se distancia da Federação.

Em crônicas da coluna Farrapos de Ideias, o nome Maria Lacerda de Moura e alguns conceitos de seu pensamento são exaltados por Maria da Ilha, como observamos na publicação de 10 de abril de 1932, do periódico A República:

[...]

E a vida de ser, tem de ser, para a sua finalidade integral, uma escalada para a Perfeição. Viver fora do objetivo de colher as flores morais que um simples impulso de braço não deve ser suficiente para alcançar é condizer-se fora da espécie humana. Entre os espíritos femininos consciente do seu idealismo elevado, fora da órbita comum, encontra-se, inegavelmente, a Sra. Maria Lacerda de Moura. Esta senhora é, na verdade, como com acerto, já foi julgada um fenômeno mental na literatura feminina brasileira. Não pode deixar de constituir um fenômeno a sua fuga à tradicional literatura feminina, a literatura de ficção, essa literatura romântica à Delly, para embrenhar-se nos sérios e delicados problemas sociais.

[...]

Maria Lacerda de Moura não é o que, na acepção vulgar do termo, se chama uma feminista. O seu ideal paira mais alto, porquanto no seu lindo sonho de liberdade, deseja a reabilitação integral do imenso rebanho dos domesticados. Lendo-a, embora não se lhe espensem as ideias, embora não se lhe comunguem odos pensamentos, é impossível não admirar a individualidade com que escreve, a sua serenidade diante das borrascas, desencadeadas pela sua pena rebelde, (como a de 1928, cujos ecos

ultrapassam as fronteiras); é impossível não admirar, mais ainda, o alto objetivo que a anima, num infinito anseio e profundo “esforço para mais Harmonia e mais Amor”. (Espíndola, 2015, p. 159 - 160 apud Maria da Ilha, 1932).

Assim, fica evidente que a admiração de Antonieta pelo posicionamento político e produção literária de Maria Lacerda de Moura já era uma realidade antes da primeira correspondência em resposta à Bertha, enviada em 1933. Ademais, observamos novamente a grafia com letras maiúsculas em algumas palavras indicando uma característica autoral, nesse caso, para falar sobre Maria Lacerda de Moura são destacadas as palavras “Harmonia” e “Amor”. No texto Maria da Ilha também se posiciona diante da repercussão sobre o “afastamento/rompimento” entre a professora mineira e a FBPF, não deixando dúvidas que comungava com a crítica sobre a elitização da pauta feminista encampada pela associação comandada por Bertha Lutz, questão também levantada por Espíndola (2015, p. 160): “Ao se referir à literatura romântica à Delly parecia querer evidenciar a ruptura que neste momento já havia ocorrido entre Maria e o grupo liderado por Bertha”. Porém, as críticas públicas às pautas feministas da FBPF não impediram a movimentação de Bertha Lutz em busca de estabelecer uma relação colaborativa com a professora catarinense, que despontava como uma liderança feminina no sul do país.

O início da comunicação de Bertha com Antonieta por correspondências pode fazer parte de uma estratégia de sondagem sobre possíveis lideranças para uma sucursal regional, visto que, a Federação não havia se estabelecido em Santa Catarina. Apesar de corroborarmos com reflexões que apontam ressalvas de Antonieta para com a associação de Bertha, também observamos uma postura moderada indicando cautela e habilidade política. Deste modo, na primeira carta analisada, verificamos que Antonieta consegue comunicar o desinteresse pelas pautas da FBPF de maneira respeitosa, deixando o caminho aberto ao diálogo, ou seja, mantendo a possibilidade de alianças futuras entre mulheres em ascensão no debate público, a depender da causa em questão.

O posicionamento estratégico demonstrado pela professora catarinense na comunicação com a importante liderança feminina carioca foi bem-sucedido, pois contatamos continuidade em uma comunicação institucionalmente amigável e confortavelmente distante na pauta feminista no segundo documento analisado:

Mui distinta Patricia:

A carência absoluta de tempo me tem privado, até hoje, da satisfação de vir trazer-lhe os meus abraços cordiais de agradecimentos infinitos, por toda a sua delicada atenção. Estamos já trabalhando, há um mês.  
Faço parte da Comissão Constitucional, devendo relatar os capítulos de CULTURA e EDUCAÇÃO e FUNCIONALISMO.

Há muita coisa linda que fazer.  
Eu trabalho com a mesma FÉ, com que tenho orientado a minha luta, dentro da vida:  
a de vencer sempre.  
E, se for vencida em alguns pontos, restar-me-á na consciência [sic] aquela doce paz,  
oriunda do dever cumprido.  
Mais uma vez os meus agradecimentos cordiais, com o até sempre, muito amigo, da  
Antonieta de Barros. (Carta de Antonieta de Barros - Arquivo Nacional, Fundo FBPF  
- Cod. de Referência: BR NA, RIO Q0. ADM, COR., A935.4).

A breve correspondência escrita em 4 de junho de 1935 por Antonieta consiste em uma amostra de sua atuação como parlamentar. Após o pleito constituinte de 1934, a recém-empossada deputada estadual mantinha contato com Bertha Lutz, que ainda não havia assumido o posto como deputada federal, uma vez que, na condição de suplente foi convocada para o cargo em 1936. O tom cordial da carta datilografada nos indica uma boa relação entre as lideranças, ou seja, ainda uma comunicação entre a deputada e a presidente da FBPF. O documento consiste em mais uma resposta à correspondência anterior, possivelmente de felicitações pela vitória no pleito regional. Antonieta inicia o registro pedindo desculpas pela demora em responder: “A carência absoluta de tempo me tem privado, até hoje, da satisfação de vir trazer-lhe os meus abraços cordiais de agradecimentos infinitos, por toda a sua delicada atenção.<sup>140</sup>”

Na carta identificamos duas passagens em que Antonieta “agradece” à Bertha, mas não descreve detalhes sobre a ocasião ou questão pela qual se sente grata. No contexto do Governo Constituinte, que marcou o pleito de 1933, é possível que Bertha Lutz tenha utilizado a estrutura de contatos da FBPF em apoio ou orientação da campanha de Antonieta, visto que, o impulsionamento de candidaturas femininas foi uma ação da Federação em várias localidades. Em Santa Catarina o suporte à eleição de Antonieta pode ter sido a melhor estratégia da FBPF diante da inexistência de uma filial regional para viabilizar uma candidatura própria. Ademais, a professora comunica para a presidente da FBPF pontos de sua atividade como deputada, o empenho como parte da Comissão Constitucional e que espera atuar como relatoria dos capítulos de “Cultura, Educação e Funcionalismo”, trecho destacado com letras maiúsculas. Nesse aspecto, constatamos que desde o início, a atuação parlamentar de Antonieta se concentra no tema da educação, munida de autoridade como uma capacitada, experiente e respeitada professora de Florianópolis. Também notamos que não há menção ao engajamento com a pauta feminista na segunda correspondência, o que posiciona a deputada catarinense distante da identificação como aliada ou representante da FBPF.

---

<sup>140</sup> Carta de Antonieta de Barros para Bertha Lutz. Fonte: Arquivo Nacional, Fundo FBPF - Cod. de Referência: BR NA, RIO Q0. ADM, COR., A935.4. Cópia do documento disponível no ANEXO IX.

A terceira carta de Antonieta foi escrita em 1 de setembro de 1936, quando Bertha já havia sido convocada para assumir o posto de deputada federal carioca, em 28 de julho do mesmo ano. Tal documento evidencia o estreitamento da relação entre ambas, em análise comparativa da evolução nas saudações iniciais do conjunto das correspondências, ainda que a comunicação se mantenha permanentemente institucional, porém gradativamente mais afetiva: 1) “Prezada snra. Bertha Lutz”; 2) “Mui distinta patrícia”; 3) “minha nobre Patrícia”. No teceiro documento, identificado pelo Código de Referência “BR NA, RIO Q0. ADM,COR.,A936.9”, também observamos um texto manuscrito, que ocupa mais de uma página e novamente é iniciado com um pedido de desculpas, dessa vez pela demora em enviar congratulações pela “vitória”, provavelmente pela recente convocação parlamentar de Bertha.

Na correspondência de 1936, Antonieta aponta uma limitação imposta a sua atividade parlamentar devido ao gênero que a impede de estar presencialmente na capital federal do Rio de Janeiro para encontrar Bertha. Apesar da indicação do governador catarinense Nereu Ramos<sup>141</sup>, seu aliado político que ascendeu ao governo do estado como resultado de eleição indireta do parlamento, Antonieta informa para Bertha a razão que a impossibilita de viajar:

Recebi, ontem, do snr. Governador, um convite para representar o meu Estado, no CNF, a realizar-se, este mês, aí no Rio. No entanto, apesar de todo o meu grande desejo de participar dessa reunião, não me foi possível aceitar.

A nossa Constituição só permite que os deputados representem o Estado nos Congressos científicos ou técnicos. (Carta de Antonieta de Barros para Bertha Lutz – Arquivo Nacional, Fundo FBPF, Código de Referência “BR NA, RIO Q0. ADM,COR.,A936.9).

Nesse trecho constatamos que a professora catarinense reconhecia as limitações que enfrentava no parlamento local por ser mulher e comunicava sua indignação para uma liderança feminista. Assim, a carta também representa um “desabafo” entre personagens emblemáticas da história que traçavam novos caminhos para a atuação feminina na esfera pública, sendo que, Antonieta pondera não ser prudente enfrentar especificamente tal queixa: “Não sendo claro, neste sentido, o objetivo do C.N.F., eu temi dar margem à nova tentativa de cassação de mandato, pelos adversários políticos, que não dormem e para quem tudo é arma de ataque<sup>142</sup>”.

Apesar de insistentes buscas *online*, não conseguimos levantar com exatidão do que se tratava o evento identificado pelas iniciais “C.N.F.”. Contudo, uma das possibilidades

---

<sup>141</sup> Como sucessor político do pai, Vidal Ramos, ainda levaria o sobrenome da família para o mais alto escalão eletivo do Estado: entre 1946 a 1951 foi o 12º vice-presidente, eleito pelo Congresso Nacional; também tornou-se o 20º presidente da República por um breve período de dois meses e vinte e um dias, a partir de 11 de novembro de 1956. Ainda hoje, é o único representante de Santa Catarina a ocupar tais posições do poder executivo estatal.

<sup>142</sup> Trecho da terceira carta de Antonieta de Barros para Bertha Lutz – Arquivo Nacional, Fundo FBPF, Código de Referência “BR NA, RIO Q0. ADM,COR.,A936.9. Cópia do documento disponível no ANEXO X.

aventadas é a relação com o Congresso Internacional de Folclore – C.I.F., que aconteceu no mesmo ano em Paris. O evento internacional pautou a relevância de discussões sobre os temas “Folclore e Educação” em várias nações, de modo que, a instigação do debate abordando a “educação” torna compreensível a indicação de Antonieta como representante catarinense. Em âmbito nacional, trabalhos relacionam a realização do C.I.F. com a mobilização de intelectuais para a instituição de uma política de proteção ao patrimônio histórico-cultural:

No ano de 1936, Mario de Andrade foi solicitado a preparar um projeto para a criação de uma instituição nacional de proteção ao patrimônio. Esse documento foi usado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Span), criado pelo decreto presidencial assinado em 30 de novembro de 1937. (VICENTE; LEMOS, 2020, p. 185).

Nesse contexto, acreditamos que Antonieta foi indicada pelo governador catarinense para participar de uma versão nacional do evento apontado pelas iniciais “C.N.F”. A reunião de representantes de todos os estados na capital carioca almejava a formulação de proposições de uma política pública para o patrimônio histórico-cultural do país. Apesar do convite, a deputada estadual decidiu não travar nova disputa política em defesa do seu direito de participar do evento como representante de Santa Catarina, ainda que pretendesse aproveitar a oportunidade para um encontro presencial com a deputada federal Bertha Lutz.

Em consulta à Constituição do Estado de Santa Catharina de 1935 verificamos que a queixa da deputada estadual se tratava de uma possível interpretação do parágrafo 1º, do inciso II, do Artigo 15: “É permitido ao deputado, mediante comunicação à Assembleia, desempenhar missão diplomática ou representar o Estado em congressos científicos ou técnicos<sup>143</sup>”. Assim, observamos novamente que não há a limitação explícita de impedimento para a representação do estado catarinense por mulheres no documento, apenas a velha questão de ordem gramatical que inclui e exclui o sujeito feminino de acordo com a interpretação. Também destacamos que a própria Antonieta participou da elaboração da Constituição de Santa Catarina de 1935, que um ano depois poderia ser utilizada para limitar sua atuação como deputada, conforme observamos pela relação de parlamentares no documento:

---

<sup>143</sup> SANTA CATARINA. [Constituição (1935)]. Constituição do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Assembleia Legislativa de Santa Catharina. Disponível em: [https://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/Const\\_Est\\_1935.pdf](https://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/Const_Est_1935.pdf). Acesso em: 24 maio 2024.

Sala das Sessões da Assembléia Constituinte de Santa Catarina,  
25 de agosto de 1935.

*Altamiro Lobo Guimarães — Presidente  
José Severiano Maia — 1º. Vice-Presidente  
Rodolpho Victor Tietzmann — 2º. Vice-Presidente  
Francisco Barreiros Filho — 1º. Secretario  
Sylvio Ferraro — 2º. Secretario  
Aderbal Ramos da Silva  
Agrippa de Castro Faria  
Antonieta de Barros  
Benjamim Gallotti Junior  
Cid Campos, com restricções  
Cid Gonzaga, com restricções  
Domingos Rocha  
Emilio Ritzmann  
Francisco de Almeida  
Henrique Voigt, com restricções  
Heriberto Hülse, com restricções  
Ivens Bastos de Araujo  
João Gualberto Bittencourt, com restricções  
João de Oliveira, com restricções  
José Accacio Soares Moreira, com restricções  
Marcio Machado Portella  
Marcos Konder, com restricções  
Pompilio Pereira Bento  
Renato de Medeiros Barbosa  
Roberto Soares de Oliveira  
Rogerio Vieira*

Imagen 26 – Recorte da Constituição de Santa Catarina de 1935. Recorte da autora<sup>144</sup>.

A eleição de Antonieta foi viabilizada a partir da aprovação do 1º Código Eleitoral Brasileiro de 1932, diante da previsão textual da participação das mulheres. Nesse aspecto, a discussão sobre o impedimento de participação feminina no âmbito político em razão de interpretações gramaticais de documentos oficiais não era uma novidade. O questionamento sobre as razões pelas quais, uma vez eleita, Antonieta não se posicionou para garantir textualmente as mesmas condições de participação entre deputadas e deputados na constituição do estado apresenta um flanco aberto para suposições. Na segunda carta enviada para Bertha observamos que Antonieta manifesta seu foco como deputada constituinte na elaboração dos capítulos de “Cultura e Educação e Funcionalismo”. Na Constituição catarinense de 1935 os

<sup>144</sup> Fonte: SANTA CATARINA. [Constituição (1935)]. Constituição do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Assembleia Legislativa de Santa Catharina.

temas indicados como prioridades da professora foram tratados em sequência no “TÍTULO VII – DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA” e “TÍTULO VIII – DO FUNCIONALISMO PÚBLICO”.

É possível que Antonieta não tenha percebido que poderia ter sua atividade limitada em outros aspectos do texto devido a não estar atenta ou interessada pelas questões relacionadas com a pauta feminista. Em outra perspectiva, mesmo compondo a “base” governista local como deputada do Partido Liberal Catarinense, como única mulher eleita, a professora pode ter calculado não ser interessante iniciar sua vida parlamentar se indispondo com a maciça representação homens brancos que constituíram o parlamento e com quem conviveu desde a posse do seu primeiro mandado.



Antonieta (3<sup>a</sup> pessoa sentada, da esq. para a dir.) com os colegas deputados na posse, em 1935

Imagen 27 - Antonieta e demais deputados estaduais de Santa Catarina, em 1935<sup>145</sup>.

Não é possível precisar até que ponto as limitações das atividades como parlamentar em Santa Catarina, o estreitamento da relação entre as lideranças femininas, ou o aumento do prestígio de Bertha como deputada federal definiram a mudança na postura de Antonieta identificada na terceira carta. O fato é que nessa correspondência não restam dúvidas sobre as intenções de Bertha em fundar uma sucursal de sua associação em Santa Catarina, bem como

<sup>145</sup> Fonte: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160226\\_primeira\\_deputada\\_negra\\_fe\\_ab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160226_primeira_deputada_negra_fe_ab). Acesso em dez. 2023.

constatamos a inédita postura receptiva à questão por parte da deputada estadual: “Todavia isto [não estar pessoalmente no Rio de Janeiro em setembro para encontrar Bertha Lutz] não impede que ponha à sua disposição toda a minha boa vontade para a organização da filial da FBPF, aqui no Estado<sup>146</sup>”. Assim, verificamos constâncias e ineditismos da comunicação entre ambas, bem como a confirmação de que um dos objetivos do contato de Bertha iniciado em 1933, era o estabelecimento de uma filial da FBPF em Florianópolis (SC), com a participação de Antonieta de Barros.

Apesar de contar com a colaboração de associadas naturais do Sul do país que migraram para o Rio de Janeiro, como a advogada gaúcha Natércia da Silveira, a FBPF ainda tinha participação tímida na região. Algumas pesquisas apontam possíveis lideranças femininas locais em comunicação com o núcleo da federação mantido na capital carioca, recorrentemente mulheres que atuavam como educadoras e escritoras: Luciene Fontão (2010) faz referência à paranaense Mariana Coelho, associada da FBPF que esteve presente nos Congressos Feministas promovidos em 1922, 1933 e 1936; já Elizabete Espíndola (2015) identifica a comunicação entre Bertha e a poeta catarinense Maura de Senna Pereira. Entretanto, o estabelecimento de uma sucursal da federação em outras regiões do país dependia da mobilização de um contingente de associadas, bem como a designação das lideranças locais que estariam em constante contato com a diretoria carioca.

Nas correspondências analisadas constatamos que Bertha identificava em Antonieta uma peça importante para o sucesso de uma filial sulista da FBPF. Afinal, a professora catarinense já havia liderado iniciativas para fundação de associações vinculadas à sua identificação como normalista, como a fundação do Centro Cívico das Normalistas em 1920, divulgado em nota discreta da edição de 10 de outubro, do jornal *A República*:

As senhoritas normalistas fundaram um Centro Cívico que tem por fim solemnizar as grandes datas da Pátria. A sua diretoria ficou assim composta:  
Presidente Antonieta de Barros;  
Vice Presidente, Maria Medeiros.  
Secretária, Laura Caminha;  
Oradora Official, Cidália Moreira.  
Ao sympathetic Grêmio desejamos muitos triunfos  
angariando capital representativo. (Hemeroteca Digital Catarinense – *A República*, 10/10/1920).

Em 1925, Antonieta também participa da criação da Liga do Magistério Catharinense. Apesar de breve, tal organização surge com uma postura combativa e discurso crítico à desvalorização docente, consistindo em um movimento associativo que almejava o

---

<sup>146</sup> Idem.

desenvolvimento de uma “consciência de classe para o magistério”, como avaliou a própria professora em crônica de 1932: “Queríamos a aproximação da classe, quebrar o insulamento em que vive o professor, que na capital, nas grandes cidades, ou nos rincões extremos do Estado, onde o chama o dever” (ESPÍNDOLA, 2015, p. 172 apud de BARROS, 1932).

Assim, entre as décadas de 1920 e 1930, a jovem liderança feminina catarinense aumentava paulatinamente seu trânsito entre grupos de poder. Como uma inteligente articuladora política, a professora se posicionava estratégicamente diante das situações. Em trajetória ascendente como representante de Santa Catarina, na segunda correspondência em resposta à Bertha destacamos um objetivo indicado por Antonieta de Barros para a condução de sua vida na sequência da monossílaba enfatizada em maiúsculo “FÉ”: vencer sempre.

## 6. 2 - Uma missão abençoada: educação como direito universal e caminho para a paz

Alma solitária  
(Cruz e Souza)

Ó Alma doce e triste e palpitante!  
que cítaras soluçam solitárias  
pelas Regiões longínquas, visionárias  
do teu Sonho secreto e fascinante!

Quantas zonas de luz purificante,  
quantos silêncios, quantas sombras várias  
de esferas imortais, imaginárias,  
falam contigo, ó Alma cativante!

que chama acende os teus faróis noturnos  
e veste os teus mistérios taciturnos  
dos esplendores do arco de aliança?

Por que és assim, melancolicamente,  
como um arcanjo infante, adolescente,  
esquecido nos vales da Esperança?!

Parte do desafio em apresentar uma análise historiográfica que retire Antonieta do pedestal consiste no enfrentamento dos “silêncios” da professora frente a levantes sociais importantes, como o feminismo e o movimento negro. Com o passar do tempo, Antonieta se tornou uma lenda que mobiliza o imaginário de segmentos da sociedade pouco representados, ganhando notoriedade como símbolo de lutas que não propôs. Ainda que não identificada como uma produção da área acadêmica, a biografia escrita por Jeruse Romão (2021) apresenta

considerações sobre a postura “reservada” de Antonieta diante da temática étnico-racial. Nesse sentido, a autora destaca que a crítica racial não era uma questão ignorada pela professora, mas que desde o princípio o ativismo de Antonieta pautava-se por um ideal de “igualdade” entre a raça humana a ser alcançado por meio da educação.

Nas pesquisas de Luciene Fontão (2010) e Elizabete Espíndola (2015) verificamos menção a raro posicionamento público de Antonieta frente à questão racial. Trata-se de conhecido evento em 1951, quando foi acusada em plenário pelo deputado estadual Oswaldo Rodrigues Cabral de promover “intriga barata de senzala” como parte da insatisfação pela repercussão das críticas políticas divulgadas na coluna Farrapos de Ideais, nesse período publicada na primeira página do jornal catarinense *O Estado*. O imbróglio tem como pano de fundo a aprovação em âmbito federal da conhecida Lei Afonso Arinos, um marco importante para a criminalização do racismo no país. A referida legislação desencadeou o posicionamento de Maria da Ilha, sendo suas considerações divulgadas em longa crônica de 22 de julho de 1951, tal texto é reproduzido na íntegra por Luciene Fontão (2010) e encontra disponível para consulta virtual no portal de Hemeroteca de Santa Catarina, também incluímos a versão digital do documento no ANEXO XI.

Acaba o Legislativo Federal de nos dar uma lei, em que se reconhece, oficialmente, o preconceito racial no país [...]

A nossa própria formação étnica pelo elevado índice de cruzamentos raciais, que não nos podemos dar ao luxo deplorável de preconceitos de raça. [...]. (HEMEROTECA DIGITAL CATARINENSE - Crônica de Maria da Ilha. *Farrapos de Ideais*. *O Estado*, 1951).

Algumas análises sobre a referida crônica apontam “ambiguidades” do pensamento de Antonieta sobre a temática racial, devido a trechos como: “Ninguém é bom ou mal, por um decreto. A beleza da alma não se consegue impor a ninguém<sup>147</sup>”. Algumas interpretações identificam o que seria a “rejeição” ou “descaso” de Antonieta frente a aprovação de uma lei para combater o preconceito racial no país. Contudo, em nossa leitura verificamos que a crítica de Maria da Ilha reafirma o ativismo pela educação, visto que, deixa explícito que apenas a criminalização não é suficiente se não existir um processo formativo da população que viabilize a real superação do “preconceito de raça”. Deste modo, Antonieta não ataca a lei em si, tampouco pessoas envolvidas com a aprovação, apenas reforça seu posicionamento,

---

<sup>147</sup> HEMEROTECA DIGITAL CATARINENSE - Crônica de Maria da Ilha. *Farrapos de Ideais*. *O Estado*, 1951. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1951/EST195111189.pdf>. Acesso em 15 mai. 2024.

pensamento e atuação política guiada pela convicção da educação como meio para superar mazelas sociais.

Lei alguma dilata e ilumina os horizontes do coração dando aos homens os gestos que os elevam, conscientemente. E isto, porque a lei inibe, mas não educa.

E os comportamentos humanos, capazes de glorificar as criaturas, libertando-as do acanhamento e da estreiteza dos sentimentos pequeninos, com os preconceitos, são frutos de educação. (HEMEROTECA DIGITAL CATARINENSE - Crônica de Maria da Ilha. Farrapos de Ideais. O Estado, 1951<sup>148</sup>).

Em conhecidas críticas produzidas pelo campo da História da Educação pesquisadoras(es) apresentam considerações sobre a constituição do discurso que torna a “educação uma panaceia”, como o reconhecido Professor Doutor José Claudinei Lombardi (2006).

O discurso da educação como panaceia para todos os males é muito antigo. Ele nasceu com a sociedade capitalista, como parte de um discurso ideológico para atribuir à escola um papel central no cuidado com a infância, com a transmissão dos saberes considerados socialmente relevantes, com a formação do cidadão e com a qualificação do trabalhador. Apareceu já com essa característica geral, abstrata, a-histórica, como se essa escola sempre tivesse existido, cumprindo um papel central no desenvolvimento e na vida dos indivíduos. No Brasil isso não foi diferente, pois desde o Império esse repetitivo discurso de que “a educação é fundamental para ...” sempre esteve presente, sendo acionado para justificar a diferença de desenvolvimento econômico e social, em comparação com os chamados países desenvolvidos. (LOMBARDI, 2006, s.p.).

Nesse aspecto, observamos que o ativismo de Antonieta em defesa da “educação” como solução para toda e qualquer questão social, incluindo o racismo e a discriminação das mulheres, foi muito influenciado pela concepção que elege um conceito geral e pouco problematizado como uma solução fácil para questões complexas. Entretanto, é preciso ponderar que no período e nas condições em que a professora viveu, estavam em discussão a formulação de novas políticas públicas para ampliação e melhoria das escolas, bem como regimentos sobre as condições de trabalho e formação docente.

Ademais, Antonieta percebia em sua própria trajetória a possibilidade real de ascensão social oportunizada pelo acesso inédito de sua família à formação escolar. Ainda que tenha sustentado conceitos tradicionais de educação e defendido propostas curriculares que serviam à uma perspectiva estratificada de sociedade, não parece razoável desqualificar tal atuação com base em críticas que ganharam força em período posterior. No desenrolar do primeiro governo varguista, que marcou o início da atuação parlamentar de Antonieta, apesar da forte

---

<sup>148</sup> Idem.

identificação católica e consequentemente com um modelo de educação tradicional enciclopédica e esvaziada de crítica social, a professora se mostrou aberta as discussões promovidas pelo Movimento Escola Nova, especialmente pelo vislumbre da ampliação da oferta escolar, diante do que se discutia como possibilidades para viabilizar a educação das “massas” (ESPÍNDOLA, 2015).

A reputação de educadora austera e católica fervorosa tem sido contextualizada em pesquisas como uma “qualidade” que afastava especulações e ataques diante de seu avanço no espaço público, blindando empreendimentos da vida profissional como o Curso Particular Antonieta de Barros.

Honesta, enérgica e humana, era respeitada e admirada por seu espírito de justiça. Tinha voz numa época que as mulheres eram silenciadas. Escreveu dois capítulos da Constituição catarinense, sobre Educação e Cultura e Funcionalismo, até ser destituída do cargo pelo golpe de Getúlio Vargas. (TORRES, 2020).

A forte influência da fé cristã somada ao afunilamento da configuração familiar, pois tratamos de uma mulher que não se casou e não teve filhas(os), potencializa reflexões que aludem à um processo de “beatificação” da *outsider*. Indiferente ao amor romântico e “casada com Deus”, Antonieta afigura como a representação da educadora celibatária ideal, segundo elaboração que combina a estrutura do patriarcado com o pensamento eugenista e moralista característico de discursos novecentistas, conforme descrito por Pizollati (2023).

Perante a perspectiva do celibato pedagógico que se afinava ao discurso médico-eugenico, compreendiam-se que as mulheres não mães seriam as ideais para o exercício do magistério, em contrapartida, excetuavam-se as mulheres-mães. A despeito disso, as viúvas ou avós seriam indicadas para exercer a docência, uma vez que já “cumpriram” sua função social em relação à criação de seus filhos (PIZZOLATI, 2023, p. 8).

Contudo, não é possível afirmar que Antonieta conduziu sua vida pessoal seguindo ideais eugenistas projetados no magistério, posto que, para tal vertente de pensamento também não era esperado ou considerado “apropriado para uma mulher” lançar-se em tantos espaços representativos. O posicionamento crítico de Maria da Ilha sobre acontecimentos que mobilizaram a opinião pública, bem como a atuação de Antonieta como representante de coletividades, algo que marcou sua trajetória desde a escola normal, são contraexemplos que demonstram a relatividade com que projeções de conceitos produzidos no espectro macrossocial das culturas são assimilados, transformados ou ignorados seja individualmente,

seja por coletividades subalternizadas nas relações de poder, conforme a análise das práticas de consumo de culturas dominantes apresentada por Michel Certeau (1990):

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização (CERTEAU, 1990, p. 40).

Nesse sentido, é uma possibilidade que percebendo maior liberdade na condução de sua trajetória de ascensão social na condição de trabalhadora da educação, Antonieta decidiu manter-se alheia ao casamento para galgar posições em outros espaços da esfera pública. As constantes manifestações de sua fé católica afiguram como um salvo conduto de suas ações, pois a aproximavam de um centro de poder importante no período garantindo que sua índole não fosse questionada ao avançar em ambientes dominados por homens, como o parlamento.

Também consideramos que a representação de uma professora solitária se trata de mais um desdobramento do vício paternalista que reproduz a lógica de apagamento das mulheres tanto em eventos históricos e espaços, como da história das próprias mulheres. No caso de Antonieta observamos que a influência de tal perspectiva ignora a evidente importância de figuras femininas em sua biografia, seja na esfera pública ou privada. Ainda que a *outsider* não tenha firmado relacionamento conjugal com um homem, ela nunca viveu só. Além da presença da mãe Catarina e da irmã Leonor, o percurso de estudos e atuação como educadora em diferentes espaços e o ativismo pela educação é marcado pela presença de personagens importantes, como a amiga de longa data Nila Sardá, também educadora e escritora florianopolitana.



Imagen 28 – Fotografia de Antonieta e Leonor de Barros entre amigas (os) em Florianópolis (SC)<sup>149</sup>.

No âmbito da configuração familiar, apesar de analfabeta, a figura materna de Catarina é bastante relevante na infância e juventude de Antonieta, sendo apontada em crônicas de Maria da Ilha como principal incentivadora e inspiração para a conclusão de sua trajetória de estudos e atuação profissional. Por sua vez, a irmã Leonor foi a grande companheira de vida, sendo tal relação findada apenas com a morte de Antonieta em 1952. Assim, em períodos em que a professora precisou se afastar das atividades no curso particular criado com seu nome, sempre contou com Leonor para manter as aulas e a boa reputação da instituição, sendo o protagonismo da irmã caçula percebido em propagandas veiculadas em impressos da capital catarinense na década de 1940, quando Antonieta concentrou suas atividades como normalista:

<sup>149</sup> Fonte: Registro de grupo de amigas(os), de pé ao fundo da esquerda para a direita estão as irmãs Leonor e Antonieta de Barros, Nila e Maria Sardá. (Fontão, 2010, p. 297).

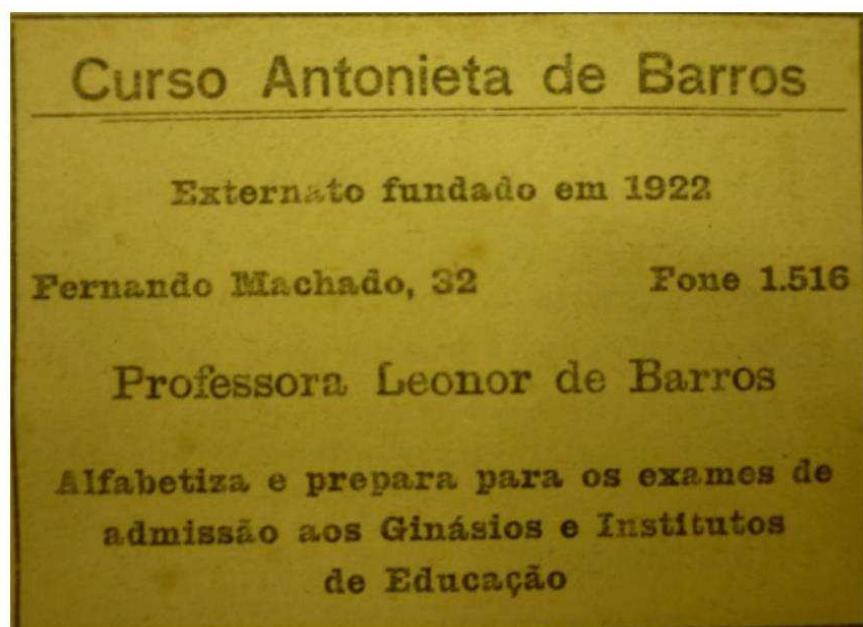


Imagen 29: Propaganda Curso Antonieta de Barros. Fonte: Jornal O idealista, maio de 1945. (ESPÍNDOLA, 2015, p.57)

Nesse aspecto, observamos que o bem-sucedido Curso Antonieta de Barros era gerenciado pelas irmãs como uma empresa familiar. Como principal representante de Antonieta, constatamos a movimentação de Leonor para manter o legado “de Barros” garantindo a continuidade do curso criado em 1922, mesmo após o falecimento da irmã. Longeva, Leonor também escreve notas biográficas sobre Antonieta para a segunda edição do livro *Farrapos de Ideais*, publicado em 1971:

Maria da Ilha é o nome literário de Antonieta de Barros, a autora deste livro. De origem humilde, descendente de família pobre, a Negrinha, como a chamavam na intimidade, nasceu em Florianópolis, a 11 de junho de 1901. Educada exclusivamente por sua Mãe que lhe “fortificou o espírito”, (é a mesma Antonieta de Barros quem diz) aprendeu como o amor e dedicação ao trabalho, a perseverança na concretização de um Ideal são fatores validos e decisivos na realização das criaturas. Queria ser professora e o foi plenamente, sendo considerada uma das melhores educadoras de seu tempo. Deus lhe deu força de vontade e sabedoria bastantes para nulificar os complexos de castas e de cor que pudessem perturbá-la, prejudicando-lhe a ascensão. E venceu em sua própria terra. E a maldade dos mediocres não prevaleceu sobre o seu extraordinário destino.

Na verdade, abriu o próprio caminho e soube cristalizar suas qualidades de educadora, dando à Santa Catarina o melhor de sua inteligência para a educação da juventude. Dela, poder-se-ia dizer que foi “operária de si mesma”. Projetou-se no meio catarinense como professora, escritora, jornalista e política. Fundou e dirigiu até a época de sua morte o curso primário que lhe tomou o nome e que cerrou as portas, em 1964, após 42 anos de funcionamento, quando já se haviam passado doze anos do falecimento da fundadora. (ESPINDOLA, 2015 apud de BARROS, 1971, p. 102).

No resumo biográfico da irmã, Leonor reforça questões já apontadas por Antonieta em vida e adiciona mais informações de foro íntimo. Possivelmente como resposta a acusações sobre a omissão pública de Antonieta frente à questão racial, Leonor ressalta publicamente o apelido “Negrinha”, reforçando que a família tinha consciência sobre sua cor e os desafios impostos pelo preconceito racial. A afirmação sobre a “exclusividade” da educação de Antonieta exercida pela mãe é uma referência à ausência paterna na criação das filhas, sendo que, a imagem de Catarina é exaltada como uma sábia mãe solo, novamente recebendo o crédito pela “fortificação do espírito” de suas filhas e o ensinamento do amor e dedicação ao trabalho. Desta maneira, verificamos que o empenho das irmãs de Barros na carreira do magistério se desenvolveu seguindo como parâmetro a percepção do exemplo de Catarina enquanto mulher trabalhadora.

Na imagem de Antonieta apresentada por Leonor também sobressai a relevância da atuação profissional como educadora em várias passagens, sendo os quarenta e dois anos do Curso Antonieta de Barros devidamente celebrados. Ademais, observamos que Leonor reproduz o destaque para palavras-chave com a primeira letra maiúscula, um traço característico da escrita autoral de Antonieta. Assim, a nota biográfica ressalta as palavras “Negrinha”, para se referir à Antonieta; “Mãe”, como deferência à imagem de Catarina; por fim, “Ideal” em alusão à trajetória bem-sucedida de ascensão social almejada e concretizada pela irmã.



Imagen 30 – Fotografia irmãs “de Barros” na residência da família. Fonte: Jeruse Romão (2021).

Existem poucos documentos que aludem à vida privada e personalidade de Antonieta. A escassez de fontes somada à imagem de uma mulher discreta e séria configura um “ponto cego” dessa história: “A vida de Antonieta é uma opacidade silenciosa, nunca foi abordada, nem mesmo cogitada pelas produções mais recentes. Antonieta é representada na historiografia local como uma mulher assexuada” (ESPINDOLA, 2015, p. 97). Apesar de escassos, alguns documentos nos permitem levantar mais informações de foro íntimo, por exemplo, o registro fotográfico da professora sorrindo no quintal de sua casa:



Imagen 31 – Fotografia Antonieta de Barros sorrindo no quintal de sua residência. Fonte: Elizabete Espíndola (2015).

A emblemática foto tem sido reproduzida em pesquisas com destaque para a anotação de Antonieta no verso: “São mentirosos os que dizem que sou triste”. O conjunto da fotografia com a anotação indica que em vida a professora lidou com a fama de mulher “triste”, sendo que, constatamos em outros registros fotográficos o constante semblante fechado. Entretanto, a

pesquisadora Elizabete Espíndola (2015) apresenta uma ponderação importante sobre as razões que faziam Antonieta esboçar “poucos sorrisos” nos ambientes públicos em que transitou:

Um problema ortodôntico na arcada dentária superior pode ter contribuído para que, em muitos momentos, escondesse o sorriso. Contudo, é possível que os poucos sorrisos não se justificassem apenas pela questão estética. Ao buscar inserir-se na esfera pública, na condição de mulher negra, ela estava exposta a frequentes críticas, julgamentos e preconceitos e era necessário que fosse respeitada, a despeito dessas condições. A convivência constante com figuras masculinas (representantes das oligarquias regionais), participes da cena pública local, certamente exigiu de Antonieta essa postura, caracterizada pela discrição e seriedade, mais afeitas à vida pública e ao exercício da política partidária. (ESPINDOLA, p. 67)

Ainda, chama-nos particular atenção que na foto a professora segura em uma das mãos um jornal impresso e óculos de leitura. Não é possível identificar se era uma edição de *A República*, periódico que garantiu a circulação das crônicas de Maria da Ilha durante as décadas de 1930 e 1940. No entanto, é representativo que Antonieta tenha sido fotografada segurando um jornal e com largo sorriso em sua casa. A fotografia provavelmente foi feita por alguém afetivamente próximo e consiste em uma amostra da dinâmica da vida privada da professora, que contava com a leitura de jornais impressos, uma mídia characteristicamente vinculada aos acontecimentos contemporâneos e principal meio de comunicação da década de 1920. Assim, apreciamos um registro simbólico de uma professora participativa na cena pública e de seu consumo de uma mídia de comunicação com a qual estabeleceu uma relação de consumo como produtora e leitora.

No âmbito da atuação de Antonieta como escritora nas décadas de 1920 e 1930, a sociedade literária de Florianópolis (SC) vivenciava uma disputa por reconhecimento e espaço para escritoras(es) afro-descontentes. As pesquisas que consultamos apontam a constituição de uma cultura letrada negra na capital catarinense como desdobramento da influência de Cruz e Souza<sup>150</sup> (1861-1898), poeta abolicionista natural da região que se tornou Florianópolis, oriundo de família humilde, mãe e pai alforriados, faleceu jovem e pobre. O reconhecimento da qualidade das obras de Cruz e Souza veio postumamente, alcançando o nome do escritor como um dos principais representantes do movimento literário “simbolismo”. A ascensão da imagem do poeta em sua cidade natal é fonte de inspiração para outras pessoas pretas a lançarem-se como parte de uma sociedade letrada, sendo a cronista Maria da Ilha considerada integrante desse movimento.

---

<sup>150</sup> literafro. Cruz e Souza (2022). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/206-cruz-e-sousa>. Acesso em 15 mai. 2024.

Entretanto, a mesma sociedade racista que inviabilizou o reconhecimento de Cruz e Souza em vida, mantinha sua estrutura de rejeição à literatura produzida principalmente por pessoas pretas. Deste modo, observamos a disputa entre instituições como a Academia Catharinense de Letras (ACL), fundada em 1921, por escritores brancos aos moldes da Academia Brasileira de Letras; e o Centro Catharinense de Letras, fundado em 1925, como uma associação que contava também com mulheres e homens afro-descentes em uma resposta ao elitismo literário da ACL. Apesar de compor o Centro Catharinense de Letras, liderado pelo combativo poeta Idelfonso Juvenal, Antonieta de Barros sempre buscou evitar ser identificada como porta-voz do movimento negro constituído na capital de Florianópolis (SC); do mesmo modo que evitou se apresentar como feminista, apesar de manter relações com lideranças do movimento, como constatamos nas correspondências enviadas para Bertha Lutz.

A relação cautelosa da professora com movimentos sociais não mina sua representatividade diante de marcos alcançados, afinal tratamos da primeira mulher negra eleita no país. Em nossa análise verificamos que sua movimentação foi bem-sucedida, pois viabilizou a formação de teias de interdependência que garantiram um bom trânsito em três eixos: magistério, literatura e política eleitoral. No conjunto de facetas desenvolvidas por Antonieta ao longo de sua vida, a constituição e identificação como educadora desponta como a primeira e de maior constância. Além da atuação profissional no magistério, a temática da educação foi uma inspiração literária abordada insistente nas crônicas assinadas por Maria da Ilha, bem como mobilizou a ação parlamentar em dois mandatos como deputada estadual, o primeiro de 1935 a 1937 e o segundo de 1948 a 1951. Assim, observamos que Antonieta de Barros foi e deve ser relembrada como uma referência simbólica em muitas coisas, sobretudo como professora.

## **CONSIDERAÇÕES...**

A escrita da História das Mulheres tem um conhecido oponente: a dificuldade para o levantamento de fontes. Nesse aspecto, verificamos que o Fundo Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino pode ser um importante aliado. O acervo apresenta uma quantidade importante de documentos produzidos e/ou selecionados por mulheres pelo longo período de existência da associação feminina. Entretanto, é importante evitar a armadilha do vício de análise macro-história e transformar a FBPF e sua imponência no cenário público em um vetor dominante e generalizador de questões maiores e convergentes, porém distintas: o associativo

feminino e o movimento feminista. Em nossa proposta de apresentar uma história das professoras selecionamos como fonte pequenas amostras deste robusto acervo em busca de fragmentos biográficos que nos possibilitam uma análise sobre a movimentação de professoras no período de 1921 a 1936. Porém, compreendendo que uma fonte não fala sozinha, para a contextualização e avaliação dos documentos outros trabalhos, acervos e teorias foram substanciais para o desenvolvimento de nossa reflexão.

A complexidade da relação entre sujeitos e fonte, ponto central na condução da análise historiográfica, consiste em um grande aprendizado dessa trajetória de estudos. A macro-história monopolizada por homens e seus marcos temporais, como “Primeira República ou República Velha” e “Era ou Ditadura Vargas”, foi tomada como pano de fundo da história que escrevemos. A devida adaptação de elementos da pesquisa, desde o título até o recorte temporal, foi direcionada pelas fontes que consistem em indícios de trajetórias das trabalhadoras da educação que tanto buscamos. Como representantes de coletividades heterogêneas, o estudo da movimentação das professoras *outsiders* nos apresenta a densidade das relações estabelecidas pelas mulheres ao longo de sua atuação como educadoras, demonstrando aproximações e rupturas com instituições de poder reconhecidas na História Oficial.

É marcante na composição dos documentos do Fundo FBPF informações relacionadas com a pauta sufragista, posto que, a associação feminina que nomeia o acervo se tornou a principal representante da discussão no Brasil. Nesse aspecto, o acervo pode e deve ser revisitado em busca de fontes, sendo uma possibilidade real a abordagem de documentos inéditos para o aprofundamento da produção historiográfica sobre a primeira onda do movimento feminista no Brasil, suas pautas e estratégias de apresentação no debate público, bem como a ascensão de mais figuras importantes do período.

O encontro com um relevante volume de documentos oriundos da mídia impressa do período consiste em outro ponto marcante de nossa trajetória de estudos. Nesse aspecto, a condução da análise dos *dossiês* sobre o feminismo foi fundamental para a contextualização macrossocial da história que construímos, pois evidenciaram a abrangência das questões levadas para o debate público pelo movimento para muito além da pauta sufragista, sendo assim, consistem na fonte de maior emergência de questões ainda a serem exploradas. Assim, no início da década de 1930, verificamos a circulação de debates voltados para temas como “mulheres na aviação”, “divórcio ou o direito de mulheres casadas”, “mulheres e desporto”; dentre outras questões que não foram tratadas, pois não havia tempo hábil e/ou não corresponderam com o problema desta pesquisa.

Quando elencamos como sujeitos de nossa pesquisa personagens identificadas pela categoria “professora” tratamos fundamentalmente do trabalho profissional das mulheres, ou seja, abordamos a movimentação delas na esfera pública. Algo salutar para o desenvolvimento de nossa reflexão foi a desconstrução do entendimento da atividade docente exercida por mulheres enquanto complemento, seja de renda familiar ou da sua constituição enquanto sujeito social. Apesar de muito diferentes em suas trajetórias individuais, as mulheres que atuaram como educadoras com as quais lidamos nesse estudo consideravam sua atividade profissional uma prioridade, questão inicial e primordial nas trajetórias de projeção na esfera pública, que por muitas vezes sobrepõe a esfera privada.

A partir de sua atividade como professora, Leolinda Daltro se apresentou como mais qualificada que a Igreja Católica para educar os povos originários. Inconformada com as limitações de gênero para sua “missão patriótica de catequese laica” se tornou feminista, uma das primeiras e mais emblemáticas lideranças do movimento no Brasil. Também foi como diretora da Escola Orsina da Fonseca que protagonizou as primeiras ações coletivas feministas da capital federal. Em disputa com um centro de poder religioso, a professora Daltro tomou a cultura militarizada como uma importante aliada, afinal jamais se posicionou como uma ameaça para o Estado, independentemente do grupo político que ascendeu ao poder ao longo de décadas. Assim, a longeva educadora estabeleceu uma relação contínua de afagos e demandas apresentadas para governantes. Como uma mulher do século XIX que anuncia o século XX, mesmo com uma formação tradicional em internato de freiras, tencionou a norma estabelecida sobre o comportamento feminino, sendo reconhecida por setores progressistas da intelectualidade. O trabalho de Leolinda garantiu sua independência financeira viabilizando o encerramento de dois casamentos, contando com seu fiel companheiro Ezequiel os maridos se tornaram secundários para o sustento de sua prole; também financiou parte de sua missão educadora antropológica no interior goiano; projetou seu nome para cargos do Estado como competente professora e diretora de instituições escolares; proporcionou espaço para que sua concepção de mundo e educação fosse impressa em periódicos e obras autobiográficas. A professora Leolinda participou ativamente da cena pública afigurando como uma combativa personagem impossível de ser ignorada, teve sua importância reconhecida mesmo por seus desafetos. Apenas a morte pôs fim à militância da professora Daltro em 1935, em convite aberto à comunidade para sua missa de sétimo dia a paz com a fé católica foi celada. Com o mergulho na biografia de Leolinda verificamos que quando representam causas impossíveis de serem ignoradas, as mulheres podem ser substituídas na História Oficial por lideranças mais palatáveis à macrocultura. Assim, o protagonismo feminista da professora foi ofuscado pela imponente e

agradável imagem de Bertha Lutz, personalidade reconhecida na historiografia brasileira como grande representante da causa sufragista, que teve seu ápice na década de 1930.

A identificação como educadora assume papel central na vida de Armando Álvaro Alberto, ainda que em aspectos distintos da necessidade de sustento familiar. O ativismo da jovem professora à projetou como intelectual brasileira, sendo que, mais que conhecer pessoas importantes, ela foi uma autoridade na elaboração do pensamento e propostas que conduziram um ambicioso projeto para o aumento da oferta da educação escolar no país. A escola pública laica e mista criada na precária região de Meriti foi um laboratório de tendências educativas e filosofias de ensino, como a Escola Nova e o Ensino Regionalizado. Na escola de Armando foram iniciadas alianças entre destacadas personalidades da macro-história e a fagulha de Meriti é componente para a instituição de outras instituições, como a ABE. Por um bom tempo, a Escola Regional de Meriti foi uma visita prescrita como fonte inspiradora de boas práticas educativas na capital federal carioca. Enfim, uma bem relacionada intelectual da educação que não se interessou por cargos de “gabinete”, local comum para o desenvolvimento de proposições teóricas; voltada para a prática, ela construiu seu pensamento vinculado à realidade da escola, suas considerações estavam baseadas na experimentação. A juventude e o amadurecimento de Armando são ambientadas por sua atuação em Meriti: amizades, família, interesses e sonhos constituem a simbiose biográfica entre professora e escola. As inovações executadas em Meriti inspiraram políticas públicas para a tão almejada estruturação comum das instituições de ensino brasileiras e fazem parte do cotidiano das aulas, sem nenhuma nota em alusão ao pioneirismo de Armando. Atualmente, governantes não questionam a importância da merenda diária e debatem como garantir recursos de uma política instituída nacionalmente como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A direção das escolas busca meios para garantir a composição dos Conselhos Escolares formados pela comunidade, sendo a parceria entre família e escola compreendida como pré-requisito da gestão democrática, prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996. A biografia dessa professora é um emblemático exemplo do apagamento das mulheres da História Oficial, inclusive como ela própria colaborou para o seu esquecimento ao propor uma homenagem ao pai no nome da escola que criou e manteve por mais de quatro décadas, sem vaidade nem mesmo durante o doloroso processo de estatização de sua grande obra.

Por sua vez, a importância da educação das mulheres é salutar na biografia de Antonieta de Barros. O acesso inédito à educação escolar viabilizou a ascensão social da família “de Barros” no sul do país, marcando essa biografia como um símbolo de rompimento com a lástima histórica do modelo escravagista de produção e expropriação do trabalho. As filhas nascidas

“livres” de uma brasileira preta desbravaram uma sociedade culturalmente atravessada pelo racismo conquistando espaço, independência e reconhecimento inéditos para mulheres de todas as identificações étnico-raciais. Entre os poucos registros fotográficos dessa *outsider* encontramos imagens absolutamente impactantes para qualquer produção historiográfica atenta às categorias de “gênero” e “raça/etnia”, como o registro de uma única mulher preta sentada entre homens brancos eleitos em 1935 no estado de Santa Catarina. O nome de Antonieta de Barros é símbolo de vitória em todos os empreendimentos com os quais se comprometeu e a imponência de sua biografia transborda como referência para causas ainda latentes da sociedade brasileira. Essa professora foi muito além do que a cultura hegemônica patriarcal e racista impõe para uma mulher com sua origem, sendo sua formação como educadora o início, meio e fim dos momentos mais destacados dessa trajetória. A partir da autoridade conferida pelo magistério, Antonieta se projeta em outros espaços da vida pública: divulga suas críticas políticas em crônicas como a escritora encarnada por Maria da Ilha; como trabalhadora da educação nomeia um curso particular instaurado no centro da capital e consegue o reconhecimento da sociedade florianopolitana alcançando o parlamento; como deputada se propõe a debater políticas para a educação escolar em seu estado, principalmente a valorização docente. Para além de especulações baseadas nas lacunas ocasionadas pela escassez de fontes na biografia de uma personagem identificada justamente como parte de grupos historicamente menosprezados da sociedade e historiografia tradicional brasileira, identificamos uma inteligente mulher empenhada em um projeto pessoal de ascensão social, sempre acompanhada e amparada por um núcleo familiar matrifocal. Em nossa análise constatamos como a assimilação de uma trajetória *outsider* pela cultura dominante deturpa questões importantes esvaziando traços de humanidade como os fortes laços afetivos familiares e de amizade, conflitos filosóficos e contradições de pessoas reais imersas em relações paradoxais. Assim, se constituem narrativas sobre personagens solitárias e tristes, por fim sua superação torna-se inatingível ou um caminho demasiado deprimente para novas gerações. A biografia de Antonieta é um marco para a sociedade brasileira e a professora não precisa ser transformada em mártir para ser lembrada, mas para a História das Mulheres observamos que o pêndulo entre o reconhecimento e o esquecimento ainda não se estabiliza na verdade dos fatos.

Os limites de uma produção historiográfica estão muitas vezes além da percepção de pesquisadoras(es). Ainda que as análises no âmbito acadêmico sejam balizadas por um arcabouço teórico-metodológico, certamente lacunas estarão presentes na composição do eterno devir investigativo. Ao refletir sobre inevitáveis “problemas” deste trabalho tomamos de empréstimo parte da reflexão filosófica de Judith Butler (2003) para pensarmos que a existência

de problemas não significa necessariamente algo negativo, afinal sem eles não há pesquisa. Ao longo de nossa pesquisa novas questões surgiram como:

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, José L. Q. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930 – 1945)**. Campina Grande: Editora da UFCG, 2013.
- ALBERTO, Armando. Escola Regional de Merity: um aspecto feminista de sua ação social. In: **Correio da Manhã**, nº 10.895, publicado em 29/06/1930, p 7.
- \_\_\_\_\_. Queiroz e suas “actividades” parlamentares. In: **A manhã**, publicado em 26/07/1932, p. 1 e 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20193&pesq=Armando%20Alberto&pagfis=10974>. Acesso em: 20 set. 2023.
- \_\_\_\_\_. Uma experiencia de escola regional. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.
- \_\_\_\_\_. Tentativa de escola moderna. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.
- ANDRADE, Carlos D. Uma escola viva. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.
- ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS e TURNER [orgs]. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- ALMEIDA, Jane. Co-educação ou classes mistas? Indícios para a historiografia escolar (São Paulo - 1870-1930). **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 64-78, maio/dez. 2005.
- \_\_\_\_\_. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 71–78, 1996. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/816>. Acesso em: 25 maio. 2024.
- \_\_\_\_\_. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. Editora UNESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Vestígios para uma Reinterpretação do Magistério Feminino em Portugal e Brasil a partir do Século XIX. In: SAVIANI, Demerval [et al]. **O Legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.
- ALVES, Teresa V. F. A escola como espelho: a trajetória das alunas no Instituto Profissional Orsina da Fonseca (1930 – 1945) através do arquivo permanente da instituição. In: **Encontro de História da Anpuh-Rio: entre o local e o global**, XVII, 2016, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

\_\_\_\_\_. Os caminhos entrelaçados das docentes do Instituto profissional feminino Orsina da Fonseca (IPFOF). **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 777-790, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/63428>. Acesso em: 25 maio. 2024.

ALMEIDA, Julia. Um maço de cartas. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz O. Modernização, políticas públicas e sistemas de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 a 1940. **Cadernos Pagu**, v.27, jul/dez. 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BARBOSA, Marinalva. Imprensa e poder no Brasil pós 1930. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Vol. I – Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Vol. II - A experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BELTRÃO, Regina V. **A medicalização da raça**: Médicos, educadores e discurso eugenico. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

BITTENCOURT, Raul. Empreendimento original no campo da educação. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

BOFFI, Letícia C.; OLIVEIRA-SILVA, Ligia. Enfrentando as estatísticas: estratégias para permanência de mulheres em STEM. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 1-27, dez. 2021. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202021000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300003&lng=pt&nrm=iso). acessos em 17 mar. 2024.

BONATO, Nailda. M.. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: Uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. **Acervo**, [S. l.], v. 18, n. 1-2, p. 131–146, 2011. Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/189>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** . Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BREPOHL, Marion D; NADALIN, Sergio O. Etnicidade e identidade profissional: colonização em Joinville (Dona Francisca), Província de Santa Catarina. 1851 - 1889. **História**, São Paulo, v. 38, 2019.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, v. 64, fev. 1988.

CALIXTO, Carolina; GOLVÊIA, Viviane. O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, 2020.

CAMPOS, R. D.; SOUZA, G. M. de. O universo das mulheres na revista A Vida Moderna (São Paulo - 1907-1926): Uma análise da temática feminista. **Revista Educação e Fronteiras**: Dourados, v. 10, 2021.

CARDOSO, Tereza F. L. Uma escola normal, uma “escola de trabalho”. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, n. 17, v. 49, 2003. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 mai. 2024.

CARVALHO, Carlos H.. Estado, sociedade e Igreja Católica: A instrução pública na República Velha (1902 – 1930). In: **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**: “História, Sociedade Educação no Brasil”, VII, 2006, Anais. Campinas: HISTEDBR, 2006.

CARVALHO, José M. Os três povos da República. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, 2003.

CARVALHO, Maria M. C. **Molde nacional e forma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, Orlando. Escola viva e em movimento. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

CHALITA, Solange B. L.. **Biografia Lily Lages**: médica, feminista, deputada, literata. Assembleia Alagoas, 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CIA, Fabiana; et. al. A relação entre o envolvimento paterno e o desempenho acadêmico dos filhos. **Paidéia**: Ribeirão Preto, Brasil, v. 14, n. 29, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/SSr8VgZ73jXCBHtHgq4B78y/#>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CORREA, Mariza. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

COSTA, Francios. A legião de Euclides da Cunha - Francisco Venâncio Filho: O surgimento do euclidianismo. **Revista USP**, São Paulo, n.54, 2002.

COSTA, Nailda; DIEGUEZ, Priscila. Feminismo em revista: a União Universitária Feminina nas páginas do periódico Jornal das Moças (década de 1950). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 79, p. 69-86, ago. 2021.

COUTINHO, Priscila. Fragmentos históricos da construção da docência e da gestão escolar como atividade feminina no Brasil. **Cenas Educacionais**: Bahia, v.3, n. e9927, 2020.

COUTINHO, Priscila; VANNUCHI, Maria L. Trajetórias de diretoras escolares em Uberlândia: Atravessamentos de gênero, classe e política eleitoral. **Revista Mosaico**, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 4, p. 247–261, 2024. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/13503>. Acesso em: 28 maio. 2024.

CUNHA, Rogério T.; ALMEIDA, Tania M. S. A. “Merity, 1900 / Nasce uma cidade”. **Revista Pilares da História**, n. 2, 2003.

DALTRO. Leolinda. **O início do feminismo no Brasil: subsídios para a história**. Brasília: Camara dos Deputados: Edições Câmara, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo, Ed. 34, 1996.

DIAS, N. C.; NASCIMENTO, M. B. do. Às margens da Antropologia: a trajetória político-indigenista de Leolinda Daltro (1859-1935). **Revista Aedos**, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 493–521, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/96814>. Acesso em: 29 nov. 2023.

DOMINGOS, Petrônio. “Um desejo de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2011.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Vol. 1: uma história dos costumes**. RJ: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EVANGELISTA, Olinda. Formar o mestre na universidade: a experiência paulista nos anos de 1930. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, 2001.

FERNANDEZ, Tatiana. O grande louco: o olhar insubordinado de Simón Rodrígues. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 39, 2013.

FILHO, Francisco V. A escola popular (Escola Regional de Meriti). In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

FILHO, Lourenço. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

FILHO, Lourenço. Notável ensaio Brasileiro de Educação Renovada. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

FOUCALT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANCO, J. L. DE A.; DRUMMOND, J. A.. Alberto José Sampaio: um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Varia História**, v. 21, n. 33, p. 129–159, 2005.

GASPARINI, Savino. Iniciativa particular e higiene pública. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

GARBI, Gilberto. **A rainha das ciências: um passeio histórico pelo maravilhoso mundo da matemática**. São Paulo: Liv. da Física, 2007.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Selma. Armando Álvaro Alberto: Uma educadora e feminista brasileira – A lacuna inaceitável da História. **Educativa**, Goiânia, v. 22, p. 1-18, 2019.

GONÇALVES, Ana M.; MUNIZ, Tamires. A permanência da disciplina Ensino Religioso no currículo escolar brasileiro. **Revista teias**: Rio de Janeiro, v.15, n.39. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24485>. Acesso em 3 jun.2022.

GONÇALVES, Mauro. Educação, higiene e eugenio no Estado Novo: as palestras de Savino Gasparini transmitidas pela Radio Tupi (1939 – 1940). **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 1, 2011.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 - 1937**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1982.

\_\_\_\_\_. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 93, jan., 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291>. Acesso em: 13 abr., 2017.

\_\_\_\_\_. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.

IMBERMÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

JEAN, Yvone. Inovações admiráveis. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU; HIRATA; LOMBARDI. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOUDALA, Ingrid. Ramos e Folhagens. In: **Seminário de teatro, direção de arte e educação**, v.II, 2022, online. Anais. Goiânia: Universidade Federal de Goias, 2022.

LEITE, Miriam. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEJEUNE, Philippe. Definir autobiografia. In: MOURÃO, Paula et. al. **Autobiografia, autorrepresentação**. Lisboa: Colibri, 2003.

LÔBO, Yolanda. **Cecília Meireles**. Recife: Editora Massangana, 2010.

LOPES, E; GALVÃO, A. **Território plural: a pesquisa em História da Educação**. SP: Ática, 2010.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In: PRIORI, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**. 2014, v. 22, n. 3, p. 935-952. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>>. Acesso em, 20 mai. 2022.

HENRION, Claudia. **Women in Mathematics: The Addition of Difference Race, Gender, and Science**. EUA: Indiana University Press, 1997.

MACHADO, Maria. Sociologia das profissões: uma contribuição ao debate teórico. In: **Profissões de saúde: uma abordagem sociológica** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

MARTINS, Ana L.; LUCA, Tania. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Marcus. Bibliotecas Públicas e escolares nos discursos de Cecília Meireles e Armando Álvaro Alberto: acervos e práticas de leituras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.I.], p. 227–241, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22678>. Acesso em: 22 maio. 2024.

MATOS, Maria I.; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MIGNOT, Ana. **Armando Álvaro Alberto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

\_\_\_\_\_. Razões para comemorar: o legado das festas de aniversário da centenária Escola Regional de Meriti. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 12-28, set./dez. 2021.

MOLINA. Helder. Breve História das Lutas e Concepções Políticas dos Trabalhadores no Brasil. Texto para Curso de Formação Sindical, Rio de Janeiro, **Sindpd**, 1999.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, Escola Nova: Ciência, técnica e utopia nos anos 1920 – 1930**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lourenço Filho**. Recife: Massangana. 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4706.pdf>. Acesso em 20 nov. 2021.

MONARCHA, Carlos; FILHO, Ruy L. **Por Lourenço Filho: uma biografia**. Brasília: INEP, 2001.

MORAES, J. D. de. Armando Álvaro Alberto: escola nova e repressão política nos anos 1930. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, v. 13, n. 53, p. 183–195, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640200>. Acesso em: 10 out. 2023.

MUNARI, Alberto. **Jean Piaget**. Recife: Editora Massangana, 2010.

MUNIZ, Tamiris A.; GONÇALVES, Ana M. A disciplina de Ensino Religioso no currículo escolar brasileiro e sua configuração nas escolas estaduais de Goiás. **InterMeio**: MS, v.20, n.40, p.30-57, jul./dez. 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Atualidades**, Estud. av. 33 (96), May-Aug 2019.

OBRY, Olga. Caxias: Cidade bem-comportada. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

OLIVEIRA, Paloma R; COSTA, Nailda M. As mulheres no Ensino Secundário: percursos das primeiras professoras do Colégio Pedro II. **REHR**: Dourados, v. 14, n. 27, 2020.

\_\_\_\_\_. Maria de Lourdes Nogueira: O percurso de uma professora e escritora libertária. **RBHE**: Maringá (PR), v. 21, 2021.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. São Paulo: LOYOLA, 2003.

PANDOLFI, Dulce C. Os anos 30: as incertezas do regime. In: **XXII Simpósio Nacional de História**, Anais, 2003, João Pessoa. Associação Nacional de História - APUH.

PARANHOS, Adalberto. **Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”**. São Paulo: Intermeios, CNPq e Fapemig, 2015.

\_\_\_\_\_. **O roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

PENNA, Belisário. Higiene e Educação popular. In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964)**. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.
- \_\_\_\_\_. Mil maneiras de caçar. In: **Projeto História**. n. 17. São Paulo: EDUC, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. [e-book]. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PINTO, Cely R. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Abramo, 2003.
- PINTO, Raymundo. Maria Quitéria e o dois de julho. **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, n. 151, 2013. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2459/1803>. Acesso em 12 jul. 2023.
- PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. “Preferencialmente não mães: mulheres, docência e eugenia”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, e83952, 2023.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia. **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.
- RIGO, Joanir F. A locomotiva do tempo da história: o rádio durante o primeiro governo de Getúlio Vargas - 1930 a 1945. **REJUR**, Mossoró, v. 6, n. 11, 2022.
- ROCHA, Elaine. Os caminhos dos sertões são mais árduos para uma mulher: Notas sobre a excursão de Leolinda de Figueiredo Daltro aos sertões (1896-1897). **Outros Tempos**, v. 10, n.15., 2013.
- ROMAO, Jeruse. **Antonieta de Barros**: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Cais, 2021.
- ROSEMBERG, Fúlia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- ROSEMBERG, Fúlia; PINTO, Regina; NEGRÃO, Esmeralda. **A educação da mulher no Brasil**. São Paulo: Global, 1892.
- SANTOS, Paulete. Leolinda Daltro: sua dupla viagem ao encontro dos povos indígenas do Brasil central (1896 - 1900). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 49, p. 217-239, jan./abr. 2022.
- SAVIANI, Demerval. O legado educacional do "longo século XX" brasileiro. In: SAVIANI [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- SCHNEIDER, Graziela. **A revolução das mulheres** [recurso eletrônico]: emancipação feminina na Rússia Soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; RIBEIRO, Maria C. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra, 1984.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York, **Columbia University Press**. 1989.

SESQUIM, Ilda. União Universitária Feminina: Feminismos e possibilidades para emancipação. **Revista Historiar**, vol. 13, No. 25, Jul./Dez. de 2021.

SILVA, Circe M; SILVA, Maria C.L. **Observação e experiência como fio condutor da Geometria de Heitor Lyra da Silva.** Zetetiké, Campinas, v. 27, 2019.

SILVA, Heitor L. Missão Educacional. In: ALBERTO, ARMANDA. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964).** Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

SILVA, Mariléia; SARTORI, Ademilde. Centenário da Escola Regional de Meriti. *Revista Linhas*. v. 22 n. 50, 2021.

SIMILI, Ivana. **Mulher e Política: A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930-1945).** São Paulo: Editora UNESP. 2008.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY; PEDRO. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

STAUDT, A. C. P.; WAGNER, A. Paternidade em Tempos de Mudança. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 1, p. 174–185, 2008. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/750>. Acesso em: 26 jan. 2024.

STEPAN, Nancy L. **A hora da eugenio:** raça, gênero e a nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

SUSSEKIND, Edgar. A Escola Regional de Meriti (realizações e projetos). In: ALBERTO, ARMANDA. A. **A Escola Regional de Meriti: Documentário (1921-1964).** Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016.

THOMPSON, Eduard. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TORRES, Aline. Antonieta de Barros, a parlamentar negra pioneira que criou o Dia do Professor. **EL País**. 14 out. 2020.

VANNUCHI, Maria L. A interseccionalidade de classe, gênero e geração nas práticas sindicais em campo português. In: **VI Gênero e políticas públicas**, 2020, online. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1154/1097>. Acesso em: 2 abr., 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, v.17, n.50, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/118331>. Acesso em 29 de mai. 2022.

VIANNA, Cláudia. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.17/18, p. 81-103, 2001.

\_\_\_\_\_. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

VICENTE; LEMOS. Memoria, identidade e digitalização de bens culturais: o legado da Missão de Pesquisas Folclóricas no Brasil. **Em Questão** [S. I.], vol.26, 2020.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970), **RBH**, São Paulo, v.23, n.45, p.37-70, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade (1780 - 1950)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**: Brasilia (DF), v. 11, n. 22, p.271-292, 2011.

## REFERÊNCIAS DISSERTAÇÕES E TESES

ABREU, Maria. **Professora Leolinda Daltro: Uma proposta de catequese laica para os indígenas do Brasil (1895 – 1911)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANDRADE, Luciana. **Representações do feminino: Sufragistas sergipanas e os jogos de imagens (1920 – 1932)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2020.

BUENO, Alexandra P. **Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a emancipação da mulher: A pedagogia feminista em disputa (1910 – 1940)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CAMPOS, Raquel D. de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

CARVALHO, Leonardo D. **O saneador do Brasil: saúde pública e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1968-1939)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

CARVALHO, Paula F. C. de. **Vozes femininas na década de 1930: contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

COUTINHO, Priscila M. **Um perfil profissional de diretoras escolares: trabalho, gênero e educação em escolas do ensino fundamental de Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

CAMPOS, Raquel D. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920 - 1940): representação e história.** Araraquara (SP). Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2007.

FANINI, Michele Asmar. **Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003).** 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GOMES, Nailza. **“Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino”:** mulheres e emancipação nas três primeiras décadas do século XX em Cuiabá – MT. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2018.

HOUSEN, Doris F. **Radio e Política: tempos de Vargas e Peron.** 1992. Tese (Doutorado em Comunicações e Artes) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1992.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar:** dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013.

OSTOS, Natascha S. C. **Terra adorada, Mãe Gentil: Representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930 - 1945).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2009.

MENDONÇA, Adriana S. **A vida cultural no Rio de Janeiro durante a segunda guerra mundial através do diário do jurista Carlos Sussekind de Mendonça.** Dissertação (Mestrado em Memória Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12390>. Acesso em 15 jan. 2024.

PIRES, Herculano G. **Mulheres e roupas: as feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922 – 1936).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Maringá, 2016.

ROCHA, Elaine P. **Entre a pena e a espada:** a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935)-patriotismo, indigenismo e feminismo. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Josefina da. **Antonieta de Barros – Discurso e catequese.** Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

SOARES, Paula. **A questão feminina no PCB (1925 - 1956):** as mulheres e a cultura comunista. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

VIANNA, Marly. **Revolucionários de 1935:** sonho realidade. 1990. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. Acesso em: 04 jan. 2024.

## REFERENCIAS LEGISLAÇÃO E SITES

ALESSI, Gil. Brasil supera a vergonhosa marca de 500.000 mortos pela covid-19. 2021. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-19/brasil-supera-a-vergonhosa-marca-de-500000-mortos-pela-covid-19.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ANTONIETA. Direção: Flávia Person. Magnolia Produções Culturais e Ombu Arte e Cultura. Santa Catarina: Hysteria, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w511SXZxRMU>. Acesso em 25 mai. 2024.

ARMANDA. Direção: Liliane Leroux; Rodrigo Dutra. Produção Executiva Liliane Leroux. Rio de Janeiro: Dultra Filmes, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zQ4l8BQi5WM>. Acesso 12 jan. 2024.

BILAC, Olavo. Trabalho feminino. Crônica - Gazeta de Notícias, edição de 18/8/1901. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/idéias-trabalho-feminino-abram-se-às-mulheres-todas-portas-olavo-bilac-1901>. Acesso em 15 abr. 2024.

BORDIN, Laura. Observadores internacionais atestam a segurança do processo eleitoral brasileiro. AMB, 2022. Disponível em: <https://www.amb.com.br/observadores-internacionais-atestam-a-seguranca-do-processo-eleitoral-brasileiro/>. Acesso em 06 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.** Decreta o Código Eleitoral. Diário Oficial da União – Seção 1, p. 3.385, 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação: Brasília, DF, ano 1996.

BRASIL. **Lei n. 14.518, de 4 de janeiro de 2023.** Inscreve o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 2023, p. 1, col. 1. 05/01/2023.

BRASIL ESCOLHE NOVO PRESIDENTE. **Memorial da Democracia.** Disponível em: <<http://memorialdemocracia.com.br/card/brasileiros-vao-as-urnas-para-escolher-seu-proximo-presidente>>. Acesso em: 13. nov. e 2021.

CAMARGO, Érika B; ELIAS, Flávia T. Nota rápida de evidência: o papel do transporte público na transmissão de Covid-19. **Fiocruz**, 2020. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43142>> Acesso em: 15 de mar. de 2022.

Coronavírus. **Estadão.** Disponível em: <<https://tudo-sobre.estadao.com.br/coronavirus>>. Acesso em 20 jun. 2022.

COSTA, Nailda. Mulheres na luta por espaço e igualdade, ontem e hoje [Entrevista concedida a UNIRIO em 8 de março de 2023]. Disponível em: <https://www.unirio.br/news/mulheres-na-luta-por-espaco-e-igualdade-ontem-e-hoje>. Acesso em 13 nov. 2023.

DIARIO DE UBERLANDIA. Usuários do transporte coletivo de Uberlândia reclamam de dificuldades e superlotação. Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/29359/usuarios-do-transporte-coletivo-de-uberlandia-reclamam-de-dificuldades-e-superlotacao>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DIARIO OFICIAL. Estatuto – Fique por Dentro do Assunto. 2015. Disponível em: <https://e-diariooficial.com/estatuto-fique-por-dentro-do-assunto/>. Acesso em 07 jan. 2023.

DUQUE DE CAXIAS. **Decreto nº 6.734, em 27 de dezembro de 2016.** Reconhece como Patrimônio Histórico Material a Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto, e dá outras providências. Disponível em: <https://leggicomunali.it/a/rj/d/duque-de-caxias/decreto/2016/674/6734/decreto-n-6734-2016-reconhece-como-patrimonio-historico-material-a-escola-municipal-dr-alvaro-alberto-e-da-outras-providencias>. Acesso em 14 set. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Mulheres na política. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/22/brasil/12.html>. Acesso em 16 jan. 2022.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Vietnã 2: My Lai, o massacre que marcou a guerra.** Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/05/02/vietna-2-my-lai-o-massacre-que-marcou-a-guerra/>. Acesso em 12 de out. 2022.

GIL, Alessi. Brasil supera a vergonhosa marca de 500.000 mortos pela covid-19. **El País**, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-19/brasil-supera-a-vergonhosa-marca-de-500000-mortos-pela-covid-19.html>>. Acesso em: 15 de mar. de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumo técnico do Censo da Educação Superior, 2020. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf)>. Acesso em: 15 de mar. de 2022.

JÚLIO PRESTES DE ALBUQUERQUE. **Arquivo Nacional**, 2016. Disponível em <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/112-julio-prestes>>. Acesso em: 13 de nov. 2021.

LEÃO, Gabriele. Usuários do transporte coletivo de Uberlândia reclamam de dificuldades e superlotação. **Diário de Uberlândia**, 2021. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/29359/usuarios-do-transporte-coletivo-de-uberlandia-reclamam-de-dificuldades-e-superlotacao>>. Acesso em: 15 de mar. de 2022.

LIMA, Isis. Por que bell hooks é escrito em minúsculo? Escritora morreu nesta quarta-feira. **Radio Jornal**, 2021. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2021/12/14921851-por-que-bell-hooks-e-escrito-em-minusculo-escritora-morreu-nesta-quarta-feira.html>. Acesso em: 8 set. 2022.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto\\_1932.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf). Acesso em 25 nov. 2021.

MATE COM ANGU. Direção: Tenório Cavalcanti Filho. entrelinhas produções. Rio de Janeiro: entrelinhas. Disponível em: <https://matecomangu.com.br/documentario>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Antonieta de Barros**. 2022. Disponível em: <[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta\\_de\\_Barros](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros)>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUSEU BERTHA LUTZ. **A professora Leolinda Daltro**. UNB. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?p=1693>. Acesso em 19 jul. 2023.

RAMOS, Plínio. Partido Republicano Progressista (PRP). **FGV CPDOC**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>>. Acesso em: 14 nov. de 2022.

RATHSAM, Luciana. Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância. **UNICAMP**, 2021. Disponível em <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia>> Acesso em: 10 de mar. de 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927**. Disponível impressa no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Livro de Leis e Decretos, 1927.

SANTA CATARINA. **Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948**. Institui o Dia do Professor e declara-o feriado escolar. Palácio do Governo, Florianópolis, 1948.

SATHLER, Douglas; LEIVA, Guilherme. Prioridade para futuras vacinações contra Covid-19 no Brasil: os usuários do transporte público devem ser um grupo-alvo?. **Scielo**, 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/VRpzyf48prGSBf7tvphH4sP/>> Acesso em: 15 de mar. de 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Faltam 16 dias: saiba mais sobre voto obrigatório e voto facultativo. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/faltam-16-dias-saiba-mais-sobre-voto-obrigatorio-e-voto-facultativo>. Acesso em 06 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Resolução n. 6/2020. Dispõe sobre a regulamentação, em caráter excepcional, da oferta de componentes curriculares e de outras atividades acadêmicas da pós-graduação stricto sensu, como exames de qualificações, defesas de teses e dissertações, processos seletivos e pesquisas, no formato remoto, em função da suspensão das aulas e atividades presenciais em decorrência da pandemia do novo coronavírus, causador da COVID-19. Conselho de Pesquisa e Pós-graduação. Uberlândia: UFU, 29 jun. 2020.

WANDERLEY, Andrea. Série “Feministas, graças a Deus!” II – Natércia da Cunha Silveira (1905 – 1993), o jequitibá da floresta. **Biblioteca Nacional**, 20 de agosto de 2020. Disponível em: <https://brasiliayanafotografica.bn.gov.br/?p=20151>. Acesso em 8 jun. 2023.

WESTIN, Ricardo. Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que menininhos. **Senado Federal** – Arquivos. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em 20 abr. 2024.

## APÊNDICES

QUADRO I				
Dossiê: BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35				Ano / mês: janeiro de 1930
Pag. <i>Dossiê</i>	Local/ circulação	Periódico	Edição / Data	Título da notícia
122	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	01 jan. 1930	Moda e Feminismo
122	São Paulo	Metropole	02 jan. 1930	A mulher na Alemanha
123	São Paulo	Diario Popular	04 jan. 1930	Dia a dia
123	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	04 jan. 1930	Os benefícios do divórcio
123	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	04 jan. 1930	O século da mulher
124	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	05 jan. 1930	No domínio do feminismo
124	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	05 jan. 1930	Até onde vai o feminismo?
124	Paris	Sem informação	05 jan. 1930	La premiere Femme deleguee par son pays à la S.D.N.
125	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	05 jan. 1930	Uma visita confortadora: Associação das senhoras brasileiras
126	Curitiba (PR)	Gazeta do Povo	07 jan. 1930	Eva Turca: A mulher moderna no paiz do crescente
126	Rio de Janeiro (RJ)	Folha da Manhã	07 jan. 1930	Realidades do feminismo nos Estados Unidos
126	Rio de Janeiro (RJ)	Folha da Manhã	07 jan. 1930	A mulher chinesa
126	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	07 jan. 1930	Uma mulher notável
127*	Duplicada 126			
128	São Paulo (SP)	Diário de S. Paulo	08 jan. 1930	As mulheres em marcha
128	Santos (SP)	A Tribuna	08 jan. 1930	Concurso de Beleza: a política feminina através do grande certamen
129	Salvador (BA)	Diário da Bahia	09 jan. 1930	O Feminismo: é a moça brasileira indolente?

130	São Paulo (SP)	Folha da Manhã	09 jan. 1930	Nuevas cartas a las mujeles: nunca la libertad há destruido una virtud
130	São Paulo (SP)	Metropole	09 jan. 1930	Fatalidade Feminina
130	São Paulo (SP)	Metropole	09 jan. 1930	Os direitos políticos da mulher
131	São Paulo (SP)	A Capital	10 jan. 1930	O feminismo, duello de morte: A situação do mesmo Brasil
131	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	11 jan. 1930	Um novo campo de ação a atividade feminina
131	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	11 jan. 1930	Homenagem da mulher gaúcha ao doutor Oswaldo Aranha
132	Belo Horizonte (MG) <sup>151</sup>	O Estado de Minas	12 jan. 1930	Pela Educação da Mulher Brasileira <sup>152</sup>
132	Rio de Janeiro (RJ)	Diário da Noite	14 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras?
132	São Paulo (SP)	A gazeta	13 jan. 1930	Os exemplos americanos
133	Rio de Janeiro (RJ)	A pátria	15 jan. 1930	As maravilhas do P.R.P: O feminismo e o calote, ambos officialisados pela candidatura de Julio Prestes — cabos eleitoraes femininos e identificadores condenados a jejum
133	Bahia	O imparcial <sup>153</sup>	15 jan. 1930	Os direitos políticos da mulher
133	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	15 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>154</sup>
134	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	15 jan. 1930	A acção eficiente da mulher mineira em prol da causa liberal <sup>155</sup>

<sup>151</sup>[https://www.em.com.br/app/noticia/90-anos/2018/12/12/interna\\_90\\_anos,1012636/estado-de-minas-e-o-sentimento-mineiro-uma-historia-de-90-anos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/90-anos/2018/12/12/interna_90_anos,1012636/estado-de-minas-e-o-sentimento-mineiro-uma-historia-de-90-anos.shtml)

<sup>152</sup> Conferência pronunciada no Rio pela dra. Elvira Komel, na sede do radio club do Brasil.

<sup>153</sup> <https://oimparcial.com.br/noticias/2021/05/pioneerismo-na-historia/>

<sup>154</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte da página 132.

<sup>155</sup> Subtítulo: “Todo o professorado feminino empenhou-se na missão nobre de desanalfabetizar adultos, a fim de que votem conscientemente”. Iniciativas de professoras mineiras para alfabetizar eleitores em aulas

134	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	16 jan. 1930	Uma nota do prefeito Pires do Rio sobre o funcionamento das officinas graphicas aos domingos <sup>156</sup> .
134	São Paulo (SP)	A Gazeta	16 jan. 1930	Cyclo da atividade feminina no Brasil.
134	São Paulo (SP)	Diário de São Paulo	16 jan. 1930	A mulher na academia brasileira de letras
135	Curitiba	O Dia	17 jan. 1930	A mulher: deusa ou rival?
135	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	17 fev. 1930	O feminismo no Chile
135	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	17 jan. 1930	“A noite” mundana
135	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	18 jan. 1930	O divorcio, palladino da mulher
136*	Duplicada página 135			
137	Rio de Janeiro (RJ)	Diário da Noite	18 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>157</sup>
137	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	18 jan. 1930	A única advogada da Hungria
137	São Paulo (SP)	Diário da Noite	18 jan. 1930	O direito da Mulher
138	Duplicada página 137			
139	São Paulo (SP)	Diário da Noite	18 jan. 1930	As mulheres na Academia
139	São Paulo (SP)	Diário de S. Paulo	19 jan. 1930	O papel da mulher na humanidade
139	São Paulo (SP)	Diário de S. Paulo	19 jan. 1930	Exemplo de valor de uma brasileira
140	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	19 jan. 1930	Feminismo: O intercambio de cérebros das mulheres sul-americanas contribuirá para o progresso continental
140	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	19 jan. 1930	Feminismo: O voto feminino no Uruguai
141	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	20 jan. 1930	As mulheres e o pão: Depois de conquistar outras profissões, fazem-se policiaes

extraordinárias no período noturno, nas cidades de Divinópolis, Santo Antônio dos Paivais, Vendinha de Ferros, Conceição do Dionísio, São João da Serra, Bentos. A notícia destaca que os eleitores votariam a favor da Aliança Liberal e o contentamento de Francisco Campos, político e intelectual mineiro que ocupava o cargo de ministro da Educação e Saúde Pública, é considerado um dos ideólogos do primeiro governo varguista.

<sup>156</sup> A nota traz um trecho de “opinião” sobre a entrada de mulheres na Academia Brasileira de Letras.

<sup>157</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132 e 133.

141	São Paulo (SP)	A Gazeta	20 jan. 1930	Foi uma crise... As mulheres ministros de Estado
141	Belém (PA)	Folha do Norte	21 jan. 1930	O feminismo belga e as suas leis de matrimonio
141	São Paulo (SP)	A Gazeta	20 jan. 1930	Até onde chegará o feminismo? Senhoritas que viajam para uma firma carioca
141	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	21 jan. 1930	Pingos e respingos: A mulher e a academia
142	Rio de Janeiro (RJ)	Diário da Noite	22 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>158</sup>
142	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	21 jan. 1930	Os clubs de mulheres nos Estados Unidos
142	Rio de Janeiro (RJ)	A Pátria	22 jan. 1930	O Mexico já tem seu corpo de polícia feminino
142	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	22 jan. 1930	Serviços policiais femininos
142	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	22 jan. 1930	Uma mulher nomeada trabalhador das capatacias da Alfandega de Fortaleza
143	São Paulo (SP)	A Gazeta	22 jan. 1930	O sagrado direito do voto...
143	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	22 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>159</sup>
144	São Paulo (SP)	Folha da Manha	23 jan. 1930	A mulher moderna
144	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	23 jan. 1930	A mulher que trabalha no commercio e sua mobilisação associativa
144	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	24 jan. 1930	As mulheres do Iraq revivem seu club para a Elevação Feminina
144	Bahia	O imparcial <sup>160</sup>	24 jan. 1930	Seria mais uma: Um voto com que as mulheres podem contar
145	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	22 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher

<sup>158</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133 e 137.

<sup>159</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137 e 142.

<sup>160</sup> <https://oimparcial.com.br/noticias/2021/05/pioneerismo-na-historia/>

				pertencer a academia brasileira de letras? <sup>161</sup>
145	Bahia	O imparcial	24 jan. 1930	Seria mais um grande triumph <sup>o</sup> do feminismo <sup>162</sup>
146	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	24 jan. 1930	A campanha da sucessão ao Catete: Uma voz feminina a serviço do momento político
146	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	25 jan. 1930	O preconceito das salas
146	São Paulo (SP)	A Capital	25 jan. 1930	O feminismo e a campanha politica
146	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	25 jan. 1930	Acampamento de moças: Organização pela Associação Cristã Feminina
147	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	25 jan. 1930	Intensifica-se a campanha em prol da Alliança Liberal: A mulher brasileira irá também pregar a palavra de fé e confiança num Brasil melhor
147	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	25 jan. 1930	Das mulheres...
148	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	25 jan. 1930	A dama de trajes bizarros e o seu jornal manuscripto "O poste"
148	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	26 jan. 1930	A semana
148	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Comercio	26 jan. 1930	Valor de um acampamento
149	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	26 jan. 1930	Mulheres diplomatas
149	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	26 jan. 1930	A mulher na literatura
149	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	26 jan. 1930	O feminismo em marcha
150	Duplicada página 149			
151	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	26 jan. 1930	Feminismo: A defesa do lar
152	São Paulo (SP)	O Diário de S. Paulo	26 jan. 1930	Mussolini e as Mulheres
152	São Paulo (SP)	A Gazeta	27 jan. 1930	O flagelo do cangaço
152	São Paulo (SP)	S. Paulo Jornal	26 jan. 1930	Autofalante <sup>163</sup>

<sup>161</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142 e 143.

<sup>162</sup> Discussão sobre o ingresso de mulheres na ALB, sendo o nome de Bertha Lutz levantado como possível candidata.

<sup>163</sup> Sobre a entrada de mulheres na ABL.

153	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	28 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>164</sup>
153	São Paulo (SP)	A Gazeta	28 jan. 1930	As mulheres e as eleições federaes: D. Bertha poderá ser mesária?
153	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	29 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>165</sup>
154	São Paulo (SP)	Diario de S. Paulo	29 jan. 1930	Vontade de ser martyr
154	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	29 jan. 1930	Mulheres diplomatas: O que Julio Dantas pensa
154	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	30 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>166</sup>
155	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	30 jan. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>167</sup>
155	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	31 jan. 1930	As ultimas conquistas femininas
155	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	31 jan. 1930	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
156	Porto Alegre (RS)	Correio do Povo	31 jan. 1930	Um manifesto da mulher mineira
156	São Paulo (SP)	Justiça	31 jan. 1930	Feminismo fascista
156	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	31 jan. 1930	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino <sup>168</sup>
Total de páginas: 34		Total de recortes: 91		

<sup>164</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143 e 145.

<sup>165</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145 e 153.

<sup>166</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145 e 153.

<sup>167</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153 e 154.

<sup>168</sup> Mesmo recorte indicado na página 155 como tendo sido publicado em “O Jornal”. Possível erro da empresa Lux.

**QUADRO II**

Dossiê: BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35			Ano / mês: fevereiro de 1930	
Página	Periódico	Local / circulação	Edição / Data	Título da notícia
156	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	1 fev. 1930	Condenada, porque renunciou a feminilidade
156	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	1 fev. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>169</sup>
157	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	2 fev. 1930	O comício do Partido Liberal Feminista
157	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	2 fev. 1930	O feminismo avança...
157	Santos (SP)	Folha de Santos	3 fev. 1930	O clube das aviadoras norte-americanas
157	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	2 fev. 1930	Possibilidades do feminismo
157	São Paulo (SP)	O Combate	3 fev. 1930	As mulheres na "academia de letras"
158	São Paulo (SP)	A Gazeta	3 fev. 1930	As vitórias do feminismo assumem consideráveis proporções – A medicina e a advocacia são as únicas profissões em que as mulheres não progredem.
158	São Paulo (SP)	A Gazeta	3 fev. 1930	Mulher brasileira: Hontem e hoje
158	São Paulo (SP)	A Gazeta	4 fev. 1930	*Nota sobre um grupo de mulheres que compõe a polícia do Mexico
159	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	4 fev. 1930	A prática da esgrima pelo belo sexo
159	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Comercio	7 fev. 1930	* Nota sobre a fala da feminista Alice Tibiriça em apoio a campanha pela Casa do Estudante
159	São Paulo (SP)	Diario Nacional	7 fev. 1930	A contribuição feminina
159	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	6 fev. 1930	O trabalho da mulher nipônica
159	São Paulo (SP)	Diario de S. Paulo	7 fev. 1930	Patriotismo feminino

<sup>169</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154 e 155.

160	Belo Horizonte (MG)	Minas Geraes	8 fev. 1930	Feminismo
160	São Paulo (SP)	Diario de S. Paulo	8 fev. 1930	O esporte feminino está em franco progresso, em S. Paulo
160	São Paulo (SP)	A Plateia	8 fev. 1930	O verdadeiro feminismo
160	São Paulo (SP)	Diario da Noite	8 fev. 1930	Progride promissoramente o esporte feminino em S. Paulo
161	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	8 fev. 1930	Miss Europa
161	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	8 fev. 1930	O feminismo em marcha
161	Bahia	Diario da Bahia	9 fev. 1930	Os clubs de mulheres nos Estados Unidos
162	Belém (PA)	Folha do Norte	9 fev. 1930	Pela emancipação política da mulher brasileira
162	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	9 fev. 1930	As mulheres na Academia
163	Paraná	Ponta Grossa	11 fev. 1930	A mulher na Academia Brasileira de Letras
163	São Paulo (SP)	A Plateia	11 fev. 1930	Mussolini deprecia o valor intellectual da Mulher
163	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	11 set. 1930	O desenvolvimento do feminismo no Brasil
164	Rio de Janeiro (RJ)	Diário da Noite	12 fev. 1930	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>170</sup>
164	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	12 fev. 1930	*Nota sobre a “invasão” feminista no Brasil
164	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	12 fev. 1930	O Brasil na 7 Conferencia Americana
164	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	12 fev. 1930	Comissão feminina Inter-americana
164	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	13 fev. 1930	R. Grande do Norte *Nota de falecimento do deputado Baptista Luzardo
165	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	13 fev. 1930	Simples arruaceiros
165	São Paulo (SP)	Diario de S. Paulo	13 fev. 1930	Seja justo o chefe da nação
165	São Paulo (SP)	Diário de S. Paulo	13 fev. 1930	Movimento feminista Pan-americano
165	São Paulo (SP)	A Noite	13 fev. 1930	“A noite” mundana

<sup>170</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154, 155 e 156.

166	São Paulo (SP)	A Noite	13 fev. 1930	As mulheres elegantes, da Inglaterra, cultivam o “jujitsu”
166	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	14 fev. 1930	Pelo progresso feminino
166	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	14 fev. 1930	As mulheres poderão votar?
166	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	14 fev. 1930	Em Mossoró
166	São Paulo (SP)	A Gazeta	14 fev. 1930	Mais uma conquista do feminismo
166	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	14 fev. 1930	A Caravana Liberal no Rio Grande do Norte – Um telegrama do Dr. Getúlio Vargas
167	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	14 fev. 1930	A mulher mineira ao exercito
167	São Paulo (SP)	Folha da Manhã	14 fev. 1930	A victoria de Italo Hugo e o Feminismo
167	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	14 fev. 1930	As mulheres votarão?
167	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	15 fev. 1930	A campanha pela decência nos trajes femininos
167	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	15 fev. 1930	O feminismo na Belgica
168	Curitiba (PR)	A República	Fev. 1930	O club das aviadoras norte-americanas
168	Rio de Janeiro (RJ)	Folha Academica	15 fev. 1930	O problema da mulher: vida familiar e vida social
169	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	15 fev. 1930	Uma campanha universal contra os excessos da moda feminina
169	São Paulo (SP)	Folha da Manhã	15 fev. 1930	A Belgica será representada por uma mulher na próxima Conferencia de Codificação de Haya
169	São Paulo (SP)	A Gazeta	15 fev. 1930	O governo mexicano creou um corpo feminino de policiamento
169	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	15 fev. 1930	Examinadora de candidatos a aviação
170	Belo Horizonte (MG)	O Estado de Minas	16 fev. 1930	O feminismo, na palavra de Bertha Lutz
170	Santos (SP)	Praça de Santos	16 fev. 1930	Do amor e da beleza

171	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	16 fev. 1930	Sobre o appello mineiro ao exerceito: Carta de uma filha, mulher, irmã e mãe de soldado
171	São Paulo (SP)	Estado de S. Paulo	16 fev. 1930	Tribunaes: Vida forence
171	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	16 fev. 1930	A campanha da Egreja Catholica contra os excessos das modas femininas
172	Rio de Janeiro (RJ)	Diário da Noite	17 fev. 1939	Ad immortalitatem: Deve ou pode a mulher pertencer a academia brasileira de letras? <sup>171</sup>
172	Belém (PA)	O Imparcial	17 fev. 1930	O feminismo em ação
172	Sem informação	Sem informação	Sem informação	O apelo das senhoras mineiras
173	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	17 fev. 1930	A primeira delegada a Liga das Nações
173	São Paulo (SP)	O Combate	18 fev. 1930	Nova forma de explorar
173	São Paulo (SP)	A Gazeta	19 fev. 1930	O protocolo exige... Como é que uma mulher-ministro tem que se trajar para comparecer a solenidades da Corte Ingleza
173	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	18 fev. 1930	O voto feminino em Porto Rico
173	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	18 fev. 1930	A missão da mulher é a evangélica missão da paz e a sua actuação deve ser a da concordia
174	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	19 fev. 1930	O trânsito no Rio. *Como engenheira Carmem Portinho sugere formas de melhorar o trânsito na capital
174	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	19 fev. 1930	Uma interessante festa de arte. *Destaque para a escritora Maria Eugenia Celso e sua obra "Amores de Abat-jour"
175	São Paulo (SP)	Folha da Noite	19 fev. 1930	A Mulher collaboradora do Homem
175	Sem informação	Sem informação	21 fev. 1930	Regressaram hoje dos Estados Unidos as

<sup>171</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154, 155, 156 e 164.

				enfermeiras que foram a America do Norte aperfeiçoar os seus estudos, por conta da missão Rockeffeler
175	São Paulo (SP)	Folha da Noite	21 fev. 1930	*Nota sobre a necessidade de que os homens retomem os direitos perdidos para o feminismo
175	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	21 fev. 1930	O feminismo em marcha: No direito relativo á nacionalidade, nada de distinção de sexo
175	São Paulo (SP)	Folha da Manha	20 fev. 1930	A illusão feminista
175	Alfenas (MG)	O “Diario da Noite” em Minas	20 fev. 1930	O feminismo em acção
176	São Paulo (SP)	Diário da Noite	22 fev. 1930	Vae tomndo surto notável o esporte feminino no C. A. Paulistano
177	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	22 fev. 1930	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
177	São Paulo (SP)	O Estado de S. Paulo	22 fev. 1930	Notas e Informações. *Avanço do feminismo na Rússia.
177	São Paulo (SP)	Folha da Manhã	22 fev. 1930	A victoria das mulheres está nos pés...
177	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	24 fev. 1930	O feminismo avança na república vermelha...
177	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	22 fev. 1930	A egualdade dos sexos
177	Sem informação	Sem informação	Sem informação	O feminismo e as Candidaturas Nacionaes
177	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	25 fev. 1930	Amazonas. *Um agricultor foi salvo do ataque de uma sucuri pela esposa
177	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	22 fev. 1930	Pela egualdade de direitos da mulher e do homem quanto a nacionalidade
178	São Paulo	A Gazeta	26 fev. 1930	Votarão as mulheres no pleito de 1.o de março?
178	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	27 fev. 1930	A paz brasileira
178	Porto Alegre (RS)	Diario de Notícias	27 fev. 1930	Resultados do feminismo

178	São Paulo	Folha da Noite	26 fev. 1930	O primeiro campeonato paulista de bola ao cesto
178	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	27 fev. 1930	Uma grande feminista.
Total de páginas: 22		Total de notícias: 91		

### QUADRO III

Dossiê: BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35			Ano e mês: março de 1930	
Página	Local/circulação	Periódico	Edição/Data	Título da notícia
179	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	01 mar.	A mulher na sua missão patriótica e social
179	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	01 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Reunião preparatória de directoria
180	Madrid - Espanha <sup>172</sup>	A. B. C.	01 mar.	A mulher brasileira e sua evolução
181	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	02 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Reunião preparatória de directoria
181	Santos (SP)	A Tribuna	04 mar.	Mulheres e empregos
181	Ribeirão Preto (SP)	Diario da Manha	04 mar.	As victorias do feminismo
182	Recife (PE)	Jornal do Comércio	março	O verdadeiro feminismo
183	Santos (SP)	A Tribuna	06 mar.	As mulheres e a cultura esportiva
183	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	07 mar.	Ad Immortalitatem – uma replica feminina ao acadêmico Humberto de Campos
183	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	08 mar.	A viagem de educadores brasileiros aos Estados Unidos.
183	Curitiba (PA)	A República	08 mar.	O feminismo e a mulher indiana
184	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite		Ad Immortalitatem – Pode ou deve a mulher pertencer a

<sup>172</sup> Página sem cabeçalho da Empreza Luz. Informações sobre periódico: <https://www.abc.es/archivo/>. Acesso em 28 ago. 2023.

				Academia Brasileira de Letras? <sup>173</sup>
184	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	08 mar.	O programa social, para 1930, na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
184	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	08 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – O programa social para 1930
184	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	08 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – O programa social para 1930
184	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	09 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – O programa social para 1930
184	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	09 mar.	A viagem de educadores brasileiros aos Estados Unidos.
184	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	09 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – O programa social para 1930
185	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	09 mar.	As terras fluminenses – Paraty
185	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	09 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
185	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	09 mar.	A viagem de educadores brasileiros aos Estados Unidos.
186	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	09 mar.	O comunismo e a beleza
187	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	10 mar.	Bertha Lutz – “leader” do feminismo no Brasil – fala a A Ordem sobre o progresso, as iniciativas, a cultura e as possibilidades da mulher em nosso paiz
188	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	10 mar.	A situação actual da Mulher
188	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	10 mar.	A quinzena feminista – No dia 13 de maio haverá uma sessão solene
188	Sem informação	Sem informação	Sem informação	A quinzena feminista – A dissolução dos tempos modernos
189	Maceió (AL)	A Republica	10 mar.	A mulher na actuação universitária <sup>174</sup>

<sup>173</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154, 155, 156, 164 e 172.

<sup>174</sup> Artigo de Carmem Portinho, integrante da FBPF e presidente da A União Universitária Feminina – UUF, criada em 1929. O mesmo texto foi publicado no periódico Diário da Manhã que circulava em Vitória (ES).

189	São Paulo (SP)	Diário Popular	10 mar.	A mulher no sport
190	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	11 mar.	A situação actual da mulher brasileira
190	Vitória (ES)	Diário da Manha	11 mar.	A mulher na actuação universitária
191	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	11 mar.	A situação actual da mulher brasileira – O ministro do Brasil na Bolívia solicita informações
191	Vitória (ES)	Diario da Manha	11 mar.	A mulher na actuação universitária. *Recorte repetido da página 190.
191	Natal (RN)	O Paiz	10 mar.	* Nota sobre a chegada da escritora Maria Eugenia Celso, integrante da FBPF, que faria uma serie de conferencias pelo norte do Brasil.
191	Natal (RN)	Diario de Natal	12 mar.	* Relatório de Alzira Teixeira Soriano, prefeita de Lages. Alzira foi a primeira brasileira a exercer um mandato eletivo no país.
191	Sem informação	Sem informação	12 mar.	Doutora em Philosophia. * Aos vinte e um anos, a brasileira Elizabeth Pomerene recebe o título de doutora em Philosophia e Biochimica na Western Reserve University da cidade de Cleverland.
191	Sem informação	Sem informação	Sem informação	O nome da mulher casada
192	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	12 mar.	Feminismo – Mulheres criminosas
193	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	12 mar.	A situação actual da mulher brasileira – Informações a uma consulta do Ministro da Bolivia, no Brasil
193	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	12 mar.	As mulheres em França também podem votar
194	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	12 mar.	A situação actual da mulher brasileira. * Mesma notícia publica em O Paiz, página 192 do <i>dossiê</i> .
194	São Paulo (SP)	A Plateia	13 mar.	A primeira mulher eleita senador nos Estados Unidos
195	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	13 mar.	Ainda e sempre os concursos de beleza

195	São Paulo (SP)	Diário Nacional	13 mar.	A situação da mulher brasileira.
196	Rio de Janeiro (RJ)	Diário da Noite	14 mar.	Pela confraternização da mulher – A grande obra da Associação Christã Feminina
197	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Conferencia de Codificação do Direito Internacional Privado
197	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	14 mar.	Ad Immortalitatem – Pode ou deve a mulher pertencer a Academia Brasileira de Letras? <sup>175</sup>
197	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	14 mar.	A nacionalidade da mulher casada
198	Sem informação	Ilegível	15 mar.	Vida judiciaria
198	Sem informação	Sem informação	15 mar.	Uniao Universal de Assistência Judiciaria
198	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	15 mar.	A nacionalidade da mulher casada
199	Campos (RJ)	O Dia	15 mar.	A situação actual da mulher brasileira
200	Campos (RJ)	O Dia	15 mar.	A situação actual da mulher brasileira. *Recorte duplicado da página 199.
200	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	15 mar.	A conferencia de codificação do direito internacional
200	São Paulo (SP)	A Gazeta	15 mar.	Mulheres de letras...
200	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	15 mar.	A “noite” mundana – O feminismo avança
201	Página duplicada 200			
202	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	15 mar.	A conferencia de codificação do direito internacional
202	Rio de Janeiro (RJ)	O Diário da Noite	15 mar.	Ad Immortalitatem – O que pensam as mulheres sobre sua entrada na Academia Brasileira de Letras
202	Rio de Janeiro (RJ)	O Diário da Noite	15 mar.	Encontra-se em Haya a delegada da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
203	São Luiz (MA)	O Imparcial	15 mar.	A mulher da moderna geração

<sup>175</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154, 155, 156, 164, 172 e 183.

203	Sergipe	Sem informação	Sem informação	A mulher na actuação universitária. *Artigo de Carmem Portinho
204	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	15 mar.	Os políticos e as mulheres
204	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	16 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – O feminismo no Norte e no Sul
204	Belo Horizonte (MG)	Minas Geraes	16 mar.	Feminismo – pelo sufrágio
205	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	16 mar.	O que pensam e sentem as mulheres
205	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	16 mar.	Mulheres fataes
205	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	16 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – O que as delegações brasileira Maria dos Reis Campos e Celina Padilha dizem dos Estados Unidos e do Uruguai
206	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	16 mar.	A semana
206	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	17 mar.	Os exames vestibulares para a Escola Polytechnica e a atitude da União Universitária Feminina
206	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	18 mar.	Os exames vestibulares da Polytechnica e a União Universitária Feminina
206	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	18 mar.	O feminismo caminha em Portugal
206	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	17 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – O que as delegadas brasileiras Maria dos Reis Campos e Celina Padilha dizem dos Estados Unidos e do Uruguai
206	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	18 mar.	Os exames vestibulares da Polytechnica e a União Universitária Feminina
206	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – O programa social para 1930
207	Página duplicada da 206.			
208	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	18 mar.	É enorme, neste ano, o numero de moças inscriptas nas Faculdades de Direito e Medicina e na escola Polytechnica

208	São Paulo (SP)	Diario Popular	18 mar.	A Assembleia Feminina de Haya
208	Porto Alegre (RS)	Diario de Noticias	18 mar.	O feminismo no commercio
208	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	18 mar.	Os exames vestibulares da Polytechnica e a União Universitária Feminina
208	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	18 mar.	Os exames vestibulares da Polytechnica e a União Universitária Feminina
209	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	18 mar.	A nacionalidade da Mulher casada – O elogio da lei brasileira no Comicio Feminino de Haya
209	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	18 mar.	As diretrizes políticas do senador Jose Augusto
209	São Paulo (SP)	Diário da Noite	19 mar.	A mulher-pirata
209	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	19 mar.	A affluencia do sexo feminino nas nossas escolas superiores
209	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	19 mar.	Encontra-se em Haya a delegada da Federação Brasileira pelo P. Feminino
210	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	19 mar.	O feminismo na instrucção – Aplausos pela nomeação de mais uma inspectora
210	Bahia	Diario da Bahia	19 mar.	Pela Educação da Mulher Brasileira. *Conferencia de Elvira Komel no Radio Club
210	Porto Alegre (RS)	Estado do Rio Grande	19 mar.	Os progressos do feminismo
210	Aracajú (SE)	Sergipe Jornal	19 mar.	Reticencias...
210	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	19 mar.	A nacionalidade da mulher casada perante a Conferencia de Codificação do Direito Internacional
211	Página duplicada da 209			
212	Página duplicada da 210			
213	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	19 mar.	A Affluencia do sexo feminino nas nossas escolas superiores
213	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	19 mar.	A nacionalidade da mulher casada perante a Conferencia de Codificação do Direito Internacional
213	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	20 mar.	A nacionalidade da mulher casada – Appello da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino a

				Conferencia de Codificação do Direito Interncional
213	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	19 mar.	A F.B.P. Feminino congratula-se pela nomeação de mais uma inspetora escolar
213	São Paulo (SP)	Diario Nacional	19 mar.	Oito senhorinhas inscreveram-se nos exames de admissão à Escola Polytechnica do Rio
213	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	20 mar.	A nacionalidade da mulher casada – Appello da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino a Conferencia de Codificação do Direito Internacional
213	Ribeirão Preto (SP)	Diario da Manha	20 mar.	A codificação do Direito Internacional- Reuniu-se em Haya uma assembleia feminina
214	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	20 mar.	Bazar
214	Porto Alegre (RS)	A Federação	21 mar.	A situação da mulher brasileira
214	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	21 mar.	As mulheres e a força
214	Natal (RN)	Diario de Natal	21 mar.	A situação actual da mulher brasileira
215	Santos (SP)	A Tribuna	21 mar.	Bocas nintadas
215	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	21 mar.	Vida internacional – As questões de nacionalidade e o Comicio Feminino em Haya
215	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	21 mar.	As victorias do feminismo – Augmenta o numero de candidatas às escolas superiores
216	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	21 mar.	O lenocínio e a campanha contra esse cancro social
216	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	21 mar.	Chegaram ao Rio a exploradora Elizabeth Steen, alguns membros da Associação Brasileira de Educação e um consul americano
217	Rio de Janeiro (RJ)	O Cruzeiro	22 mar.	O voto feminino por Humberto Campos (da academia de letras)
217	São Paulo (SP)	Folha da Manha	22 mar.	Peço a palavra para falar do campeonato feminino

218	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	22 mar.	Ad Immortalitatem – Pode ou deve a mulher pertencer a Academia Brasileira de Letras? <sup>176</sup>
218	Belo Horizonte (MG)	Minas Geraes	22 mar.	Pelo bom feminismo
219	São Paulo (SP)	Folha da Manha	22 mar.	Dois dedos de palestra com o dr. Aloysio de Castro – A opinião do presidente da Academia de Letras sobre a representação feminina naquelle grêmio
219	São Paulo (SP)	Folha da Manha	23 mar.	O bello sexo e o jiu-ji-tsú
219	Sem informação	Ilegível	23 mar.	Uma grande feminista
220	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	23 mar.	“A missão principal da mulher é a do lar. Sou contra os actuaes concursos de belleza” Diz Mussolini
221	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	24 mar.	Ad Immortalitatem – Pode ou deve a mulher pertencer a Academia Brasileira de Letras? <sup>177</sup>
221	Santos (SP)	Sem informação	25 mar.	Pretenções femininas
221	Sem informação	Sem informação	24 mar.	O contingente feminino na aviação dos Estados Unidos
222	São Paulo (SP)	Diario Nacional	25 mar.	Na Italia de Mussolini e na terra dos deuses vermelhos
223	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	25 mar.	Ad Immortalitatem – Pode ou deve a mulher pertencer a Academia Brasileira de Letras? <sup>178</sup>
223	Sem informação	Sem informaçnao	Sem informação	Pela primeira vez, na história da mulher, uma mulher brasileira regerá uma Orchestra em Berlim
223	Santos (SP)	Folha de Santos	25 mar.	O errado preconceito da frivolidade feminina
224	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	25 mar.	As conquistas do feminismo
224	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	25 mar.	Comicio feminino em Haya

<sup>176</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154, 155, 156, 164, 172, 183 e 197.

<sup>177</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154, 155, 156, 164, 172, 183, 197 e 218.

<sup>178</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154, 155, 156, 164, 172, 183, 197, 218 e 221.

224	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	25 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
224	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	25 mar.	Bazar
225	São Paulo (SP)	A Plateia	26 mar.	Feminismo triumphante
225	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	26 mar.	A semanal da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A primeira agencia feminina de seguros
225	São Paulo (SP)	Folha da Noite	26 mar.	O movimento feminista no Rio
225	São Paulo (SP)	Diario da Noite	26 mar.	Reuniu-se ontem a directoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
225	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	26 mar.	A semanal da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A primeira agencia feminina de seguros
226	Belo Horizonte (MG)	Minas Geraes	27 mar.	Pelo bom feminismo
226	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	27 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
226	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	27 mar.	Pela primeira vez na história da musica – Uma mulher brasileira regerá uma grande Orchestra
226	Aracaju (SE)	Sergipe Jornal	27 mar.	Mussolini deprecia o vallor intellectual da mulher
227	Santos (SP)	Folha de Santos	28 mar.	Pro ‘esso’ do feminismo no Brasil
227	São Paulo	O Município	28 mar.	Do “a independência das mulheres”
227	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	28 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
227	Santos (SP)	O Diario	28 mar.	O que as sufragistas pensam dos maridos
228	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	28 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
228	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Comercio	28 mar.	Associações
228	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	28 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Uma grande vitória da mulher brasileira – a expedição da anthropologista Elisabeth Steen – a mulher e a conferencia naval

228	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Comercio	28 mar.	O caso da expulsão da sra. Morriss da Federação Feminina
228	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	28 mar.	O feminismo na Noruega
229	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	28 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Uma grande vitória da mulher brasileira – a expedição da anthropologista Elisabeth Steen – a mulher e a conferencia naval
229	Florianópolis (SC)	Florianopolis	29 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
229	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	29 mar.	A primeira mulher em função pública na república
229	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	29 mar.	O feminismo na Alemanhã
229	Rio de Janeiro (RJ)	A esquerda	29 mar.	O feminismo nos Estados Unidos
230	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	29 mar.	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
230	Rio de Janeiro (RJ)	Ilegivel	29 mar.	A situação social da mulher brasileira
230	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	Sem informação	Convenção do Magistério Americano – O que foi esse congresso realizado no Uruguay
230	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	29 mar.	O feminismo na Alemanha
230	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	29 mar.	O feminismo na Alemanha
231	Sem informação	Sem informação	Sem informação	O feminismo
232	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	30 mar.	O feminismo na Austria
232	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	30 mar.	O feminismo na Austria
232	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta do Povo	30 mar.	O feminismo nos Estados Unidos
233	Sem informação	Sem informação	30 mar.	Ellas... hoje em dia!
234	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	31 mar.	As vitorias do feminismo
234	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Procurando solucionar o problema educacional no Brasil
235	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	31 mar.	Ad Immortalitatem – Pode ou deve a mulher pertencer a

				Academia Brasileira de Letras? <sup>179</sup>
235	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	31 mar.	A primeira mulher na Turquia que se intromete na política
235	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	31 mar.	O feminismo na Austria
235	Belém (PA)	Amazonia Brasileira	Março	Página Feminina
236	Sem informação	Sem informação	Sem informação	A conferência de codificação do direito internacional
310	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Honra ao valor e ao mérito
Total de páginas: 58			Total de recortes excetuando duplicados: 165	

#### QUADRO IV

Dossiê: BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35			Ano e mês: abril de 1930	
Página	Local/circulação	Periódico	Edição/Data	Título da notícia
237	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	01 abril	A intrepidez de miss Elisabeth Steen
238	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	01 abril	Para conhecer os nossos índios ...
238	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	01 abril	Liga Feminina de Educação Sanitária
238	Joinville (SC)	A Noticia	01 abril	“Abaixo las calças”
239	São Paulo (SP)	Diario da Noite	02 abril	As campeãs femininas duram pouco tempo
239	São Paulo (SP)	Diario de S. Paulo	02 abril	Barbas de molho...
239	São Paulo (SP)	Folha da Manha	02 abril	* Matéria sobre índices de educação feminina na Alemanha
239	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	02 abril	Mulheres policiais
239	Recife (PE)	Diario de Pernambuco	02 abril	O feminismo na Turquia
240	Sem informação	Sem informação	02 abril	A mulher na atuação universitária
241	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	02 abril	Feminismo – Projecto apresentado por D. Alice

<sup>179</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154, 155, 156, 164, 172, 183, 197, 218, 221 e 223.

				Coimbra, na reunião de 26 de março
242	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	03 abril	As futuras universitárias
242	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	03 abril	Feminismo no Equador
242	São Paulo (SP)	Diario Popular	03 abril	As feministas hollandezas perderam uma batalha
242	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	03 abril	Feminismo nos Estados Unidos
242	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	03 abril	Um protesto das mulheres da Ukrانيا contra o terror dos soviets
242	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	03 abril	Uma derrota e uma victoria do feminismo, em Haya
242	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	04 abril	Feminismo nos Estados Unidos
242	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	03 abril	A nacionalidade da mulher cada na Conferência de Haya
243	Curitiba (PR)	A República	04 abril	Movimento Feminista em todo o mundo
243	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	04 abril	O feminismo providencial
243	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	04 abril	Uma visão dos Estados Unidos
243	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	04 abril	O professor Fernando de Magalhães em Madrid
243	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	04 abril	O feminismo nos Estados Unidos
243	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	04 abril	Feminismo na Finlândia
244	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	04 abril	O bello sexo perde uma grande batalha
244	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	04 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Relatório da prefeita Alzira Soriano
244	Belo Horizonte (MG)	Minas Geraes	04 abril	Pelo Bom feminismo
244	Florianopolis (SC)	O Estado	04 abril	O feminismo na Noruega
244	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	04 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Relatório da prefeita Alzira Soriano
245	Ribeirão Preto (SP)	Diario de Notícias	04 abril	As mulheres e a boa moda
245	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	04 abril	A mulher brasileira
245	Curitiba (PR)	A Republica	04 abril	As mulheres nas universidade americanas
245	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	04 abril	Conferencia de codificação do direito internacional

245	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	04 abril	A nacionalidade da mulher casada na conferencia de Haya
246	Porto Alegre (RS)	Correio do Povo	04 abril	*Discussão sobre pena de morte para mulheres na Inglaterra
246	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	04 abril	O feminismo em marcha
246	Sem informação	Sem informação	Sem Informação	Olga e Nair
247	Sem informação	Sem informação	Sem Informação	A mensagem da prefeita de Lage
247	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	05 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Relatório da prefeita Alzira Soriano
247	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	05 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
247	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	05 abril	O voto feminino na Turquia
247	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	05 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Relatório da prefeita Alzira Soriano
248	Curitiba (PR)	A Republica	05 abril	Inventos femininos
248	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	05 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Relatório da prefeita Alzira Soriano
248	Belo Horizonte (MG)	Minas Geraes	05 abril	Uma derrota dos elementos feministas na conferencia de direito internacional
248	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Os clubs femininos
248	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
248	São Paulo	S.Paulo Jornal	05 abril	Autofalante
248	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	06 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
249	São Paulo	Folha da Manha	06 abril	Chronica Feminina – Os seus lavores
249	Sem informação	Ilegível	07 abril	Mais uma victoria do Feminismo
250	Santos (SP)	Folha de Santos	07 abril	A mulher e o lar
250	Joinville (SC)	Jornal do Joinville	07 abril	As mulheres na universidade
250	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	07 abril	Feminismo nos Estados Unidos

250	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	07 abril	A noite mundana – Coisas e causos
250	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	07 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – 1 Reunião Social
250	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	08 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
251	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	08 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Amanhã realiza-se a primeira sessão
251	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	08 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Primeira Reunião Social
251	Sem informação	Sem informação	Sem informação	A conferencia de codeficação do direito internacional
251	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	08 abril	Combatendo o odioso trafico das brancas
251	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	08 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A primeira reunião social
251	São Paulo (SP)	A Capital	08 abril	As mulheres na policia
252	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	09 abril	O feminismo triunphante na américa
252	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	09 abril	Quinzena Feminista
252	Belo Horizonte (MG)	Folha da Noite Mineira	09 abril	A mulher ao Exercito
252	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	09 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Programma da sua 1 reunião
252	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	09 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A primeira reunião social
252	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	09 abril	Reuni-se hoje a F. B. pelo Progresso Feminino
253	São Paulo (SP)	Diário Popular	09 abril	Feminismo – Um grupo de senhoritas e senhoras realizou uma manifestação hostil e agrediu um jornalista
253	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	09 abril	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A 1 reunião social hoje
253	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	09 abril	Feminismo na Finlandia
253	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	09 abril	O feminismo na Polonia
253	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	09 abril	O feminismo no Japão

253	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	09 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – 1 reunião social
253	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	09 abril	O feminismo no Japão
253	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	09 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A 1 reunião social
253	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	09 abril	Feminismo na Finlandia
253	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Os progressos do feminismo na Hespanha
253	São Paulo (SP)	Folha da Noite	09 abril	*Materia sobre o regime de Mussolini e medidas punitivas, incluindo as mulheres.
254	Sem informação	Sem informação	10 abril	Conquista do feminismo no Brasil – Alzira Soriano, prefeita de Lages, relata seu primeiro anno na administração
254	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	10 abril	Novidades e comentários – A primeira eleitora da Turquia
254	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	10 abril	A nota – Em defesa da mulher
254	Ribeirão Preto (SP)	Diario de Noticias	10 abril	O feminismo na Turquia
254	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	10 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A solenidade de ontem
254	Natal (RN)	Sem informação	10 abril	*Nota sobre a chegada da escritora Maria Eugenia
255	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	10 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
255	Salvador (BA)	Diario da Bahia	10 abril	A coragem feminina
255	São Paulo (SP)	Folha da Manhã	10 abril	O feminismo em evolução
255	Aracaju (SE)	Correio de Aracaju	10 abril	A victoria do feminismo
255	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	10 abril	O movimento feminista pelo mundo
255	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	10 abril	Os progressos do feminismo na Hespanha
256	Uberaba (MG)	Lavoura e Commercio	10 abril	As mulheres e a forca
256	Ponta Grossa (PR)	Diario dos Campos	10 abril	As mulheres e a forca

256	São Paulo (SP)	Il Picollo	10 abril	Femilitá universitária tedesca
257	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	10 abril	Uma conquista do feminismo no Brasil - Alzira Soriano, prefeita de Lages, relata seu primeiro anno de administração
257	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	10 abril	O feminismo turco
257	Niterói (RJ)	O Estado	11 abril	Ecos - o feminismo avança
257	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	11 abril	O feminismo brasileiro na codificação do direito internacional
258	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	11 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
258	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	11 abril	O feminismo brasileiro na Conferencia do Direito Internacional - A acção e os resultados do trabalho da representante do Brasil
259	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	11 abril	Ah! As mulheres!
259	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	11 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - A mulher no commercio
260	São Paulo (SP)	Diario da Noite	11 abril	O feminismo avança na pratica do esporte
260	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	11 abril	Associações
260	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	11 abril	Esta em festas o feminismo brasileiro
261	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	11 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
262	Recife (PE)	A Provincia	11 abril	De feminismo
262	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	12 abril	Semeando pensamentos e energias
262	São Paulo (SP)	A Gazeta	12 abril	Uma indústria importante
262	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	12 abril	Noticias do Rio Grande do Norte
263	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	12 abril	Rio Grande do Norte
263	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	12 abril	Noticias do Rio Grande do Norte
263	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	12 abril	Chegou a Natal, a escriptora Maria Eugenia Celso
263	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	12 abril	As calças serão melhores que as saias?
263	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	12 abril	Vae realizar conferencias nos estados do norte
263	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	12 abril	O voto feminino em Lativia

264	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	13 abril	Rio Grande do Norte
264	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	13 abril	*Nota sobre promoção de Regina de Barros no laboratório de analisys
264	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	13 abril	*Nota sobre atuação política de Juvenal Lamartine em Natal
265	São Paulo (SP)	Folha da Manha	13 abril	Um recorde feminino
265	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	13 abril	A cultura phisica da carioca
265	Campos (RJ)	O Dia	13 abril	Homens mulheres
265	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	13 abril	Rio Grande do Norte – A chegada a Natal da escritora Sra. Maria Eugenia Celso
265	Penedo (AL)	O Luctador	19 abril	O feminismo na Allemanha
266	Rio de Janeiro (RJ)	Rio Sportivo	14 abril	A mulher e o esporte
266	Juiz de Fora (MG)	Diario Mercantil	14 abril	Uma mulher que infunde pavor ao próprio governo da China
266	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	14 abril	O movimento feminista no Brasil e no estrangeiro
267	Rio de Janeiro (RJ)	Noticia	14 abril	A Baptista Luzardo da “escola nova”
267	Petrópolis (RJ)	Jornal de Petropolis	14 abril	O avanço do feminismo
267	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	14 abril	O feminismo e os seus problemas
268 269	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta Esportiva	14 abril	Voz illuminada – Uma entrevista com a presidente do Departamento Feminino do Fluminense
269	Salvador (BA)	Diario de Noticias	15 abril	Por este andar, a mulher vai longe
269	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	15 abril	O suffragio feminino
269	Curitiba (PR)	A Republica	15 abril	A palestra-moldura de Maria Eugenia Celso
269	Sem informação	Ilegivel	15 abril	Feminismo
270	Santos (SP)	Gazeta do Povo	15 abril	Uma conquista do feminismo no Brasil – Alzira Soriano, prefeira de Lages, relata seu primeiro anno de administração
270	São Paulo (SP)	Folha da Manha	15 abril	*Opinião sobre o trabalho da antropóloga Elisabeth Steen estudando tribos indígenas do interior goiano

270	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	15 abril	O feminismo na China
270	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	15 abril	*Nota sobre Bertha Lutz e Raquel Prado
270	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	15 abril	Uma pretensão da mulher irlandeza
271	São Paulo (SP)	Diario da Noite	15 abril	O esporte encarado por olhos femininos
271	Aracaju (SE)	Gazeta de Sergipe	15 abril	Bazar
272	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	16 abril	Feminismo em marcha
272	Petrópolis (RJ)	Jornal de Petrópolis	16 abril	O avanço do feminismo
272	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	16 abril	Mulheres delegadas a Conferencia do Direito Internacional, reunida em Haya
272	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	16 abril	Feminismo experimental
272	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Rio Grande do Norte – A escriptora Maria Eugenia Celso em Natal
272	Curitiba (PR)	A República	16 abril	A sra. Maria Eugenia Celso e a associação de eleitoras
273	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	16 abril	Os requintes da moda
273	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	16 abril	Rio Grande do Norte
273	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	16 abril	Rio Grande do Norte – A escriptora Maria Eugenia Celso em Natal
274	Sem informação	Sem informação	16 abril	Em torno de um livro
274	Porto Alegre (RS)	Diario de Noticias	17 abril	A mulher e o Estado
274	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Instituto Nacional de Musica
275	Santos (SP)	Folha de Santos	17 abril	Mulher! Micrório da guerra
275	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	17 abril	Elegancias ...
275	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	17 abril	A visita da esceiptora Maria Eugenia a Natal
275	Petrópolis (RJ)	Jornal de Petrópolis	17 abril	O avanço do feminismo – Senhora Wilson na secretaria canadense
275	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Quinzena feminista
275	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	17 abril	A nacionalidade da mulher casada
275	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	17 abril	A nacionalidade da mulher casada

275	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	17 abril	Maria Eugenia Celso no Rio Grande do Norte
276	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	16 abril	São Paulo, a cidade maravilha
276	São Paulo (SP)	O Combate	17 abril	As mulheres querem novos direitos
276	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	17 abril	A questão da nacionalidade da mulher casada
276	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	17 abril	*Nota sobre a FBPF
277	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	17 abril	O movimento feminista no Brasil e no Estrangeiro
277	Santos (SP)	A Tributa	18 abril	A Academia de Letras e as mulheres
277	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	18 abril	Monumento as sufragistas
277	São Paulo (SP)	Folha da Manha	18 abril	O feminismo sensato
277	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	17 abril	Nacionalidade da senhora casada
277	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	18 abril	Rio Grande do Norte
277	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	18 abril	O feminismo na Turquia
277	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Mulheres delegadas a Conferencia de Codificação do Direito Internacional em Haya
278	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	18 abril	O feminismo na Turquia
278	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	19 abril	O feminismo na Turquia
278	Rio de Janeiro (RJ)	O Malho	19 abril	Mercedes Dantas
278	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	19 abril	O premio de estimulo as relações pan-americanas
278	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Uma senhorita paulista na Associação Universitaria Americana Feminina
278	Fortaleza (CE)	Correio do Ceara	Abril	O feminismo na Austria
278	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	19 abril	Federação para o Progresso Feminino – A campanha para obtenção de novas socias
278	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	19 abril	Monumento as sufragistas
278	Rio de Janeiro (RJ)	O Malho	19 abril	O feminismo na Hespanha
278	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	20 abril	Monumento as sufragistas
279	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	20 abril	O regresso de uma musicista brasileira
279	São Paulo (SP)	Folha da Manha	20 abril	Victoria do feminismo ou do espirito feminino?

279	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	20 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
279	Sem informação	Ilegível	20 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
280	São Paulo (SP)	Folha da Manha	20 abril	Uma figura impressionante de heroína no movimento de libertação na India
280	Juiz de Fora (MG)	Diario Mercantil	21 abril	A emancipação da mulher
280	São Paulo (SP)	Folha da Manha	20 abril	A “garçonete” será em breve a “mulher-sonho” de 1830?
280	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	21 abril	A nacionalidade da mulher casada
280	Sem informação	Ilegível	22 abril	Quatorze mulheres no parlamento
281	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	22 abril	D. Maria Eugenia Celso – As suas conferencias no norte do pais
281	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	22 abril	Quadrante politico
282	Sem informação	Ilegível	Inconclusivo	*Noticia incompleta sobre Escola Normal Wenceslau Braz <sup>180</sup>
282	São Paulo (SP)	Diario da Noite	22 abril	Chronica Social – Pela emancipação masculina
283	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	22 abril	*Nota sobre reunião de senhoras para tratar do progresso feminino
283	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	22 abril	Uma feminista que votou no amazonas
283	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	22 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A Sra. Maria Eugenia na Associação Rio-Grandense de Eleitoras
283	Florianópolis (SC)	O Estado	22 abril	Extraordinaria deferência concedida a uma brasileira
283	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	22 abril	O movimento feminista no mundo
283	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	22 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
283	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	22 abril	O feminismo na Grã-Bretanha
284	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	22 abril	A irradiação feminista em Sergipe
284	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	22 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A Sra. Maria Eugenia na

<sup>180</sup> Escola localizada na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1686>

				Associação Rio-Grandense de Eleitoras
284	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	22 abril	A commemoração do direito de voto nos Estados Unidos
284	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	22 abril	O feminismo na Turquia
284	São Paulo (SP)	Estado de S. Paulo	22 abril	Notas e informações
285	São Paulo (SP)	A Gazeta	23 abril	As mulheres e a India
285	São Paulo (SP)	A Gazeta	23 abril	A mulher e o Estado
285	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	23 abril	A commemoração do voto feminino nos Estados Unidos
285	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	23 abril	Política no Rio Grande do Norte
285	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	23 abril	Progressos do feminismo
285	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	23 abril	Homenagem ao feminismo em Londres
286	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	23 abril	A mulher e a política nos Estados Unidos
286	Sem informação	Ilegivel	24 abril	A benemérita cruzada da maternidade Suburbana
286	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	23 abril	A commemoração do direito do voto nos Estados Unidos
286	São Paulo (SP)	Praça de Santos	23 abril	Contrastes dolorosos
287	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	24 abril	Irreverencia
287	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	24 abril	União Universitária Feminina – Primeira reunião social deste anno
287	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	24 abril	Quatorze mulheres no Parlamento
287	Belo Horizonte (MG)	Minas Geraes	24 abril	As mulheres americanas ainda não estão satisfeitas com as victorias conquistadas
287	Sem informação	Sem informação	24 abril	A commemoração do direito do voto nos Estados Unidos
287	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	24 abril	Feminismo em marcha
287	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	24 abril	O que merecia o sr. Melo Machado
288	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	24 abril	O movimento feminista no mundo
288	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	25 abril	O feminismo no Brasil – a advogada Maria Rita

				Soares fala ao “Jornal do Brasil” do movimento feminista em Sergipe e das suas aspirações
288	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	25 abril	No mundo do feminismo
288	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	25 abril	Reuniu-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
288	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	25 abril	Rio Grande do Norte
289	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	25 abril	O progresso e a cultura dos estados do nordeste
289	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	25 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A semana feminista
289	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	25 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
289	Porto Alegre (RS)	Jornal do Povo	25 abril	Modas femininas
290	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	26 abril	União Universitária Feminina
290	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	26 abril	União Universitária Feminina – Primeira reunião social
290	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	26 abril	O movimento feminista no Brasil – A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a campanha em prol do aumento do seu quadro social
290	Fortaleza (CE)	Diario do Ceará	26 abril	O talento feminino
290	Rio de Janeiro (RJ)	A Noticia	26 abril	Diffundindo o feminismo no Brasil – Os novos meios de propaganda da A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
290	Sem informação	Sem informação	Sem informação	As conquistas do feminismo
291	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	26 abril	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
291	Porto Alegre (RS)	Correio do Povo	26 abril	Congresso feminino
291	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	26 abril	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a sua nova phase – Uma semana de intensiva propaganda para o aumento do quadro social

291	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	26 abril	Intensificando o movimento feminista no Brasil
291	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	27 abril	Os progressos do feminismo em Portugal
292	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	27 abril	Uns quantos lustros do sufragismo
292	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	27 abril	Appello as mulheres brasileiras em prol do movimento feminista nacional
292	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	27 abril	Feminista vanguardeira
292	Ilegível	Ilegível	Ilegível	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
293	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	27 abril	Palestra feminina – Um anti-feminista
293	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	27 abril	O movimento feminista no mundo – Um monumento as suffragistas dos Estados Unidos
293	Porto Alegre (RS)	Correio do Povo	27 abril	A Liga Internacional das Mulheres – Em prol da paz e da liberdade
293	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	27 abril	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
294	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	27 abril	A quinzena feminista
294	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	27 abril	A quinzena feminista – As diversas comissões nomeadas
294	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	27 abril	A quinzena feminista
295	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	26 abril	Congregando as mulheres em derredor de suas altas qualidades
295	São Paulo (SP)	Folha da Noite	28 abril	Movimento Feminista Nacional - Quinzena feminista promovida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
295	Ilegível	Ilegível	Ilegível	Um monumento a gloria da fundadora do feminismo
296	Aracaju (SE)	Correio de Aracaju	28 abril	Feminismo em marcha
296	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	29 abril	Inicia-se hoje a “quinzena feminista” da F.B.P.F
296	Petrópolis (RJ)	Jornal Petropolis	29 abril	A quinzena feminista

297	Ilegível	Ilegível	29 abril	Suavizando a dor dos que não veem – A notável pianista Guiomar Novaes da uma audição aos cegos do instituto Benjamin Constant
297	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	29 abril	Terra das azas
297	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	29 abril	Feminismo e aviação – Terra das azas
297	São Paulo (SP)	Folha da Manhã	29 abril	Policia feminina
298	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	28 abril	Feminismo – Appello as mulheres brasileiras em prol do movimento feminista nacional
299	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	29 abril	O primeiro ano de governo da primeira prefeita da America do Sul
299	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	29 abril	Quinzena da Federação pelo Progresso Feminino
299	Natal (RN)	Ilegível	29 abril	Terra das azas
300	Ilegível	Ilegível	Ilegível	Pelo direito da mulher – Pelo futuro do Brasil
301	Rio de Janeiro (RJ)	Folha da Manhã	29 abril	Escopos e rumos da Alliança Academica Feminina Internacional
302	Página duplicada 298			
303	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	30 abril	O que é a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
303	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	30 abril	A quinzena feminista
303	Ribeirão Preto (SP)	Diario da Manhã	30 abril	Noticias do Rio
303	Natal (RN)	A Republica	30 abril	A quinzena das feministas
303	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	30 abril	Como vae transcorrendo a quinzena feminista
303	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	30 abril	Quinzena feminista
303	Salvador (BA)	Diario de Notícias	30 abril	Actuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
304	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	30 abril	O feminismo no Brasil
304	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	30 abril	Radiversas – Radio club do Brasil
304	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	30 abril	Quinzena feminista – O manifesto da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

305	Ilegível	Ilegível	30 abril	O feminismo na França
305	Rio de Janeiro (RJ)	A Noticia	30 abril	Querem interessar todas as mulheres de valor no seu movimento
305	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	30 abril	Quinzena feminista – O decálogo da boa socia
306	Duplicada da página 300			
307	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	30 abril	A causa da educação no R. G. do Norte
308	Duplicada da página 307			
309	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	22 abril	Os bens do casal podem ser vendidos por simples alvará, quando a mulher é curadora do marido
309	Rio de Janeiro (RJ)	A Pátria	30 abril	O prestígio moral do nosso feminismo
309	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	30 abril	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Programa para 1930
310	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Disparidades curiosas. *Palestra da Dra. Orminda Bastos para a Radio Educadora
Total de páginas: 70			Total de recortes: 294	

#### QUADRO V

Dossiê: BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35			Ano e mês: Maio de 1930	
Página	Local/circulação	Periódico	Edição/Data	Título da notícia
310	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	01 maio	Notas mundanas – As conquistas do feminismo
310	Salvador (BA)	O Imparcial	01 maio	A acção da Federação Brasileira Pro Feminismo
311	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	01 maio	A “quinzena feminista”
311	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	01 maio	A quinzena feminista
311	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	01 maio	Quinzena feminista – Propaganda da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

311	Belo Horizonte (MG)	Folha do Dia	01 maio	O feminismo deante da astrologia
311	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	01 maio	Quinzena feminista da F.B.P.F
312	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	01 maio	Quinzena Feminista
312	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	01 maio	As conquistas femininas na Turquia
312	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	02 maio	O Lado
312	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	02 maio	Quinzena feminista da F.B.P.F
312	São Paulo (SP)	Folha da Noite	02 maio	O movimento feminino no Brasil
312	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	01 maio	As victorias do feminismo
312	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	01 maio	Na Turquia já há mulheres de toga!
312	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	02 maio	Os progressos constantes da aviação
313	Belo Horizonte (MG)	Estado de Minas	02 maio	A conferencia de codificação do direito internacional
313	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	02 maio	Quinzena Feminista
313	São Paulo	Folha da Manha	02 maio	Almirantas e bispas
314	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	02 maio	Defendendo a saúde do povo e acautelando o organismo dos pequenos trabalhadores
314	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	02 maio	Quinzena Feminista
314	Porto Alegre (RS)	Correio do Povo	02 maio	O feminismo nos Estados Unidos
315	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	02 maio	Manifesto da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
315	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	02 maio	A quinzena feminista
315	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	02 maio	A Quinzena Feminista – Quaes os fins que tem em vista a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
315	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	02 maio	Como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino vem cumprindo os seus fins
316	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	02 maio	Quinzena Feminista – A senhora Maria Eugenia Celso e a Associação de eleitoras Rio-Grandense

316	Rio de Janeiro (RJ)	A Notícia	02 maio	Prosseguem os trabalhos da “quinzena feminista
316	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	02 maio	Quinzena feminista
317	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	02 maio	A quinzena feminista – Em prol do soerguimento intellecutal, social e cívico da mulher
317	São Paulo (SP)	A Gazeta	02 maio	A conspiração das mulheres húngaras
317	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	02 maio	A “quinzena feminista”
318	São Paulo (SP)	S. Paulo Jornal	02 maio	Cuidado, menina!
318	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	02 maio	A Quinzena Feminista – prossegue, com êxito, o movimento
318	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	02 maio	Os futuros resultados da quinzena feminista
319	São Paulo (SP)	Folha da Noite	02 maio	Mulheres literatas
319	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Femina...
319	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	03 maio	A quinzena feminista
320	Salvador (BA)	Diario da Bahia	03 maio	Quinzena feminista – Manifesto
320	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	03 maio	Quinzena Feminista
320	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	03 maio	O record feminino de duração
320	São Paulo (SP)	Diario da Noite	03 maio	A reunião semanal da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
321	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	03 maio	As victorias do sexo frágil – como agitadora - como estadista – como diplomata
322	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	03 maio	As victorias do sexo frágil* Continuação da página anterior
322	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	03 maio	Quinzena Feminista
322	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	03 maio	A “quinzena feminista”- O decálogo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
322	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	03 maio	A quinzena feminista
323	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	08 maio	Quinzena Feminista – “O ideal feminista é o ideal do

				Brasil", affirma a Dra. Maria Ritta
323	São Paulo (SP)	Folha da Noite	03 maio	O movimento feminista no Brasil
323	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	03 maio	A quinzena feminista
324	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	03 maio	A campanha feminista
324	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	03 maio	A quinzena feminista da F.B.P.F
324	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	04 maio	Feminismo ...
324	Salvador (BA)	Diario da Bahia	03 maio	Quinzena Feminista – Programma pelo radio
325	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	04 amio	A quinzena feminista
325	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	04 maio	A quinzena feminista
325	Salvador (BA)	Diario da Bahia	04 maio	As mulheres na Inglaterra querem ser presbyteras
325	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	04 maio	A quinzena feminista
325	Cordeiro (RJ)	Gazeta de Cordeiro	04 maio	Um pouco de tudo
325	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	04 maio	Pela aviação internicional
325	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	05 maio	A quinzena feminista
326	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	05 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
326	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	05 maio	A quinzena feminista
327	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	05 maio	As mulheres e o direito do voto
327	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	05 maio	A quinzena feminista
327	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	06 maio	A quinzena feminista
328	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	06 maio	Pelo progresso sempre maior da mulher no Brasil
328	Salvador (BA)	Diario da Bahia	06 maio	A margem...
328	Belem (PA)	Folha do Norte	06 maio	Quinzena feminista
329	Rio de Janeiro (RJ)	Critica	06 maio	O Covarde assassinio de Roberto Rodrigues – A Revolta que desperta o grande crime de Silvia Thibau
329	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	06 maio	A quinzena feminista
329	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	06 maio	Arregimentando as mulheres trabalhadoras
329	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	06 maio	A Quinzena Feminista da F.B.P.F
329	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	06 maio	A quinzena feminista

329	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	06 maio	Reuniu-se a União Nacional Trabalhista Feminina
329	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	06 maio	A “Quinzena Feminista”
330	Duplicada página 329			
331	Duplicada página 329			
332	Duplicada página 329			
333	Florianópolis (SC)	A Republica	06 maio	Congresso Feminino
333	São Paulo (SP)	A Gazeta	Sem informação	Intelligencia feminina
333	Curitiba (PR)	Diario da Tarde	06 maio	A cruzada feminina
333	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	06 maio	A quinzena feminista
334	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	06 maio	Deve a mulher pertencer a Academia Brasileira de Letras?
334	Curitiba (PR)	Diario da Tarde	06 maio	Excentricidas do Feminismo
334	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	06 maio	A quinzena feminista
334	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	06 maio	O feminismo deante da astrologia
335	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	06 maio	A quinzena feminista
335	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	07 maio	Em pleno gyneceu poético ...
335	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	07 maio	Quinzena Feminista
335	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	07 maio	A quinzena feminista
336	Duplicada página 335			
337	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	07 maio	Quinzena Feminista
337	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	07 maio	A Quinzena Feminista – Reunião dedicada as socias estrangeiras
337	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	07 maio	Quinzena Feminista
337	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	07 maio	O feminismo deante da astrologia
337	São Paulo (SP)	Diario da Noite	07 maio	A quinzena feminista organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminista
337	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	07 maio	Quinzena Feminista – A propaganda pelo radio
338	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	07 maio	Quinzena feminista
338	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	07 maio	Quinzena feminista
338	Ilegível	Sem informação	07 maio	Uma alma encantadora das ruas – Mme. Foucault,

				a mais antiga “vendeuse” de jornaes, parte para Paris
338	Salvador (BA)	Diario da Bahia	07 maio	A quinzena feminista
339	Salvador (BA)	Diario da Bahia	07 maio	A campanha feminista
339	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	07 maio	A propaganda feminista pelo radio
339	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	08 maio	A quinzena feminista
340	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	08 maio	A quinzena feminista da F.B.P.F
340	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	08 maio	Quinzena feminista
340	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	08 maio	Quinzena feminista
341	São Paulo (SP)	A Capital	08 maio	Cartas parisienses
341	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	08 maio	A “quinzena feminista”
341	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	08 maio	A quinzena feminista
341	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	08 maio	Quinzena feminista
342	Duplicada página 341			
343	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	08 maio	Quinzena feminista
343	São Paulo (SP)	Il Piccolo	08 maio	Appello feminista alle donne brasileiro
343	Sem informação	República	08 maio	A “quinzena feminista”
343	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	08 maio	A quinzena feminista
343	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	08 maio	* Nota sobre eleição de Jose Augusto para a comissão de Justiça e Constituição
344	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	08 maio	A quinzena feminista
344	São Paulo (SP)	Diario Nacional	09 maio	A Alliança Academica Feminina Internacional
344	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	09 maio	O fruto de uma vontade
344	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	09 maio	Recepção de novas socias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
344	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	09 maio	Recepção de novas socias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
345	Duplicada página 340			
346	Duplicada página 340			
347	Duplicada página 342			
348	Duplicada página 342			
349	Duplicada página 343			
350	Duplicada página 344			
351	São Paulo (SP)	Correio de S. Paulo	09 maio	Na terra onde o absurdo é lei

351	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	09 maio	A quinzena feminista
351	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	09 maio	A quinzena feminista
352	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	09 maio	A quinzena feminista da F.B.P.F.
352	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	09 maio	A Quinzena Feminista
352	Passo Fundo (RS)	O Nacional	09 maio	Feminismo
352	Joinvile (SC)	Jornal do Joinville	09 maio	Congresso feminino
352	Sem informação	Inconclusivo	Inconclusivo	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – A primeira reunião social
352	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	09 maio	Quinzena Feminista
353	Curitiba (PR)	O Dia	09 maio	A Quinzena Feminista
353	Vitória (ES)	Diario da Manha	09 maio	A Quinzena Feminista
353	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	09 maio	A Quinzena Feminista
354	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	09 maio	O trabalho feminino na Russia
354	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	09 maio	O feminismo progride ... Estava sendo lesado o asylo de N.S. de Pompeia
354	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	09 maio	O Outro sexo ...
354	Rio de Janeiro (RJ)	O Malho	10 maio	A prefeita Potyguar
354	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	10 maio	O 13 de maio na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
354	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	10 maio	A quinzena feminista
355	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	10 maio	Unem-se todas as mulheres – A actividade feminina e o próximo Congresso da Confederação Internacional de Cooperadoras, a reunir-se em Vienna
355	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	10 maio	A quinzena feminista
355	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	10 maio	*Nota citando a quinzena feminista e Bertha Lutz
356	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	10 maio	A quinzena feminista – As ultimas resoluções e as próximas solemnidades
356	Sem informação	Sem informação	10 maio	Quinzena Feminista – Manifesto
356	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	16 maio	A Quinzena Feminista
356	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	Inconclusivo	A “Quinzena Feminista”

356	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	10 maio	A nossa produção de laranjas
357	Página duplicada da 356			
358	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	10 maio	Reuniu-se a directoria da A.B.I
358	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	10 maio	A Quinzena Feminista – Homenagem a maestra Joanídia Sodré – A nacionalidade da mulher casada
358	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	10 maio	O movimento feminista e as suas consequencias
358	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	10 maio	A Quinzena Feminista – Homenagem a maestra Joanídia Sodré – A nacionalidade da mulher casada
358	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	11 maio	Associação Christã Feminina
358	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	11 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
358	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	11 maio	O 13 de maio na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
359	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	11 maio	A Quinzena Feminista – Organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
359	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	11 maio	Quinzena Feminista
359	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	11 maio	As comemorações de 13 de maio
359	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	11 maio	A Quinzena Feminista
359	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	11 maio	O 13 de maio e a solenidade da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
360	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	11 maio	A Semana
360	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	11 maio	A mulher de calções
360	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	11 maio	A Quinzena Feminista da F.B.P.F
360	Natal (RN)	A Republica	11 maio	Quinzena Feminista
361	São Paulo (SP)	Folha da Manhã	11 maio	O Feminismo na Inglaterra
361	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	11 maio	A Quinzena Feminista – Homenagem a maestra Joanídia Sodré – A nacionalidade da mulher casada

361	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	12 maio	A Quinzena Feminista – Homenagem a maestra Joanídia Sodré – A nacionalidade da mulher casada
361	São Paulo (SP)	Folha da Noite	12 maio	Os progressos do feminismo no Brasil
361	São Paulo (SP)	Diário Popular	12 maio	Feminismo
361	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	12 maio	A “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” realiza, amanhã, sua primeira sessão solenne
361	Sem informação	Sem informação	12 maio	Registro
362	Rio de Janeiro (RJ)	Correio do Brasil	12 maio	A Quinzena Feminista – Homenagem a maestra Joanídia Sodré
362	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	12 maio	O 13 de maio na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
362	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	12 maio	O 13 de maio na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
362	Sem informação	Sem informação	12 maio (dedução a partir da notícia)	A “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” realiza, amanhã, sua primeira sessão solenne
363	São Paulo (SP)	A Plateia	12 maio	O Feminismo no Esporte – Miss Betty Carstairs está empenhada em arrebatar o sexo forte a supremacia marítima
363	Rio de Janeiro (RJ)	Notícia	13 maio	O 13 de maio e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
363	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	13 maio	A Quinzena Feminista – Homenagem a maestra Joanídia Sodré
363	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	13 maio	13 de maio – As festas cívicas que se realizarão hoje, em comemorar a grande data nacional
364	Florianópolis (SC)	República	13 maio	A Quinzena Feminista
364	Rio de Janeiro (RJ)	Diário Carioca	13 maio	Quinzena Feminista da F.B.P.F
364	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	13 maio	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
364	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	13 maio	Na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

364	São Paulo (SP)	Folha da Noite	13 maio	Para salvaguarda da paz mundial
364	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	13 maio	Na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
364	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	13 maio	Commemoração
364	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	13 maio	Feminismo no Brasil
364	São Paulo (SP)	Folha da Noite	13 maio	Derrotando o sexo forte!
365	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	13 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
365	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	13 maio	O 13 de maio e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
365	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	13 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
365	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	13 maio	A nacionalidade das senhoras casadas e as feministas austriacas
365	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	13 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
365	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	13 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
365	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	13 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
365	Rio de Janeiro (RJ)	Sem informação	Sem informação	O 13 de Maio na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
365	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	13 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
365	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	13 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
365	Sem informação	Inconclusivo	13 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
366	Sem informação	Sem informação	14 maio	O anniversario da promulgação da Lei Aurea
366	Belo Horizonte (MG)	Folha do Dia	14 maio	O movimento feminista e suas consequencias
366	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	14 maio	As festas cívicas do 13 de maio
366	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	14 maio	Amazonas
367	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	14 maio	Sem titulo. *Cerimonia de juramento a bandeira de reservistas do exercito nacional
367	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	14 maio	A quinzena feminista
367	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	14 maio	A cruzada femminina em favor da paz
367	Salvador (BA)	Diario da Bahia	14 maio	O feminismo diante da astrologia

367	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	14 maio	Na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
368	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	14 maio	Comunicações interestaduais
368	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	14 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Avoluma-se a campanha feminista
368	Sem informação	Ilegível	14 maio	Impressões da escritora Annie Peck, chegada ao Rio em avião
368	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	14 maio	Uma victoria do feminismo
368	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	15 maio	*Nota sobre nomeações do presidente realizadas na sede da FBPF
368	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	15 maio	Tentativa de suicídio em Nictheroy
369	Salvador (BA)	O Imparcial	15 maio	A campanha feminista
369	Sem informação	Sem informação	Sem informação	A campanha feminista
369	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
369	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	15 maio	*Informações sobre direitos aduaneiros
369	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	15 maio	Rotary Club
370	São Paulo	Correio Paulistano	15 maio	O fructo de uma vontade – Bertha Lutz paulista e bandeirante
370	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	15 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Recepção as novas socias em 13 de maio – “O ideal feminista é o ideal do Brasil”
370	Sem informação	Sem informação	15 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
370	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	15 maio	A morte de uma “leader” do feminismo – Helena Lange foi também a pioneira do sufrágio universal
370	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	15 maio	Almoço
371	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	15 maio	O Rio hospeda uma disticta escritora americana
371	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	15 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino –

				Avolum-se a campanha feminista
371	São Paulo (SP)	Sem informação	15 maio	*Nota sobre sessão solene realizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
371	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	15 maio	O feminismo perde um de seus maiores esteios
372	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	15 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Sessão solemne a 13 de maio
372	Sem informação	Inconclusivo	Sem informação	O movimento feminista nacional
372	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	15 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
372	São Paulo (SP)	Inconclusivo	15 maio	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino iniciou os seus trabalhos deste ano
373	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	15 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
373	Rio de Janeiro (RJ)	Sem informação	15 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Avolum-se a campanha feminista
373	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	15 maio	Federação B. pelo Progresso Feminino
374	Curitiba (PR)	O Dia	15 maio	O fructo de uma vontade
374	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	16 maio	A quinzena feminista
374	Sem informação	Sem informação	16 maio	O êxito que vae alcançando a quinzena feminista
374	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	16 maio	A quinzena feminista
374	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	16 maio	Falecimento de uma “leader” feminista
374	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	16 maio	Rotary Club
375	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	16 maio	Impressões de um comício feminista internacional
375	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	16 maio	A quinzena feminista
375	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	16 maio	Elegancias
376	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	16 maio	De volta de uma viagem ao nordeste

376	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	16 maio	O êxito que vae alcançando a quinzena feminista
376	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	16 maio	Almoços
377	Página duplicada da 376			
378	Página duplicada da 376			
379	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	16 maio	O almoço semanal do Rotary club e o feminismo
379	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	16 maio	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Avoluma-se a campanha feminista
379	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	16 maio	A quinzena feminista
380	Curitiba (PR)	A Republica	16 maio	O movimento feminista e suas consequencias
380	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	17 maio	A quinzena feminista
380	São Paulo (SP)	Diario Popular	16 maio	Feminismo
380	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	17 maio	O almoço semanal do Rotary Club
380	São Paulo (SP)	Diario de S. Paulo	17 maio	O eleitorado e o sexo
381	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	17 maio	O almoço semanal do Rotary Club e o feminismo
381	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	17 maio	A quinzena feminista
381	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	17 maio	A quinzena feminista
382	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	17 maio	No Rotary Club- A quinzena feminista e o porte de armas prohibidas – O discurso da senhora Carmem Portinho
382	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	17 maio	A mulher brasileira e a mensagem
383	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	17 maio	A margem da vida
383	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	17 maio	A quinzena feminista
383	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	17 maio	A quinzena feminista
384	São Paulo (SP)	Folha da Noite	17 maio	O movimento feminista e sua significação
384	Ribeirão Preto (SP)	Diario de Notícias	17 maio	Os avanços femininos
384	Sem informação	Gazeta	17 maio	A quinzena feminista
385	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	17 maio	Registo

385	Rio de Janeiro (RJ)	Fon Fon	17 maio	O bom feminismo
386	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	17 maio	Rotary Club – A reunião de ontem – O movimento feminista; Conferencia das dras. Bertha Lutz e Carmem Portinho
387	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	17 maio	A “quinzena feminista”
387	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Olavo Bilac e sua obra grandiosa. *Escrito por Bertha Lutz
387	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Portugal já tem mulheres políticas
388	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhna	18 maio	Os códigos do progresso
388	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	18 maio	A semana
388	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	18 maio	A quinzena feminista
389	Curitiba (PR)	A Republica	18 maio	Da mulher, para a mulher, pela mulher
389	Natal (RN)	A Republica	18 maio	O protesto das ucranianas
389	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	18 maio	A quinzena feminista
389	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	18 maio	A quinzena feminista
390	São Paulo (SP)	Sem informação	19 maio	O movimento feminista e sua significação
390	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	19 maio	Livros Novos
391	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	19 maio	A quinzena feminista
391	Rio de Janeiro (RJ)	A Esquerda	20 maio	A quinzena feminista
391	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	20 maio	D. Marcolino, bispo de Natal
391	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	20 maio	A quinzena feminista
391	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	20 maio	Rio Grande do Norte
391	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	20 maio	*Nota sobre deputado Afranio Peixoto
391	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	20 maio	A quinzena feminista
392	Salvador (BA)	O Imparcial	21 maio	A quinzena do feminismo – O ideal feminista é o ideal do Brasil
392	Sem informação	Sem informação	Sem informação	A quinzena feminista
393	Belo Horizonte (MG)	O estado de Minas	Maio	Pela educação da mulher
394	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	24 maio	Disparidades curiosas
394	Passo Fundo (RS)	O Nacional	Maio	Discordancias feministas

394	Rio de Janeiro (RJ)	A Batalha	21 maio	Valha-nos Santa Catharina! ... Coisas do feminismo politico e bajulador
394	Recife (PE)	Jornal do Commercio	21 maio	O feminismo
395	São Paulo (SP)	A Capital	21 maio	O feminismo em França
395	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	21 maio	O feminismo em acção
395	Rio de Janeiro (RJ)	A Notícia	22 maio	Uma festa no Centro Social Feminino
395	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	22 maio	Ilegível. *O texto compara o feminismo a um regresso ao masculino
395	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	22 maio	Centro Social Feminino
396	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Manha	22 maio	A quinzena feminista
396	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	22 maio	Centro Social Feminino
396	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	Maio	Conversando com as mulheres ...
397	Página duplicada 396			
398	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	23 maio	Centro Social Feminino
398	Sem informação	Ilegivel	24 maio	O progresso feminino na architectura
398	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	24 maio	Centro Social Feminino
398	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	24 maio	Centro Social Feminino
398	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	25 maio	As victorias do bom feminismo
398	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	24 maio	Inquerido Internacional das S. C. Femininas e S. C. Moços
398	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	25 maio	Centro Social Feminino
398	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	25 maio	O que as mulheres fizeram durante a guerra
399	Porto Alegre (RS)	Correio do povo	25 maio	Educando a mulher rio-grandense
399	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	25 maio	Miss Universo – A America do Norte e a mulher
400	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	25 maio	O feminismo no movimento nacionalista indiano
400	São Paulo	Folha da Manhã	25 maio	O sexo neutro
400	Sem informação	Ilegível	25 maio	Quinzena feminista
400	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Notícias	25 maio	As mulheres e a dupla nacionalidade

400	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	25 maio	O que as mulheres fizeram durante a guerra
400	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	26 maio	[...] a direção da inspetoria de Indios, no Amazonas
401	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	26 maio	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino recebeu as suas novas socias
401	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	26 maio	A quinzena feminista
401	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	26 maio	O 10 aniversario do Centro Social Feminino
401	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	26 maio	As mulheres vencem também nos ares
401	São Paulo (SP)	Diario Popular	26 maio	Feminismo
401	Rio de Janeiro (RJ)	A Patria	27 maio	Rio Grande do Norte
402	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	28 maio	A semana das mulheres
402	Ribeirão Preto (SP)	Diario de Noticias	28 maio	O feminismo em apuros
402	Fortaleza (CE)	Correio do Ceara	28 maio	O Feminismo deante da astrologia
403	Curitiba (PR)	O Dia	29 maio	Quinzena feminista
403	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	29 maio	As feministas visitam a câmara dos deputados
403	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	29 maio	A emancipação politica da mulher
402	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	29 maio	As feministas visitam a câmara dos deputados
403	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	29 maio	Arte e piedade
403	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	29 maio	As feministas visitam a câmara dos deputados
404	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	30 maio	Conflictos entre indígenas e policiaes britânnicos na India
404	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	30 maio	O voto feminino na Grecia
404	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	30 maio	Voto feminino na Grecia
404	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	30 maio	As aspirações feministas
404	Sem informação	Sem informação	31 maio	A União Universitaria Feminina em actividade
404	São Paulo (SP)	O Estado de S. Paulo	30 maio	A federação feminista em visita a câmara
404	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	30 maio	Campanha da Liga Internacional Feminista pelo desarmamento
405	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	31 maio	A viagem do "Conde Zeppelin"

405	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	31 maio	A primeira candidatura feminina a Academia Brasileira de Letras
405	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	31 maio	O voto feminino na Grecia
406	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Pelo direito da mulher – pelo futuro do Brasil
407	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	31 maio	Fox Trot
407	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	31 maio	A academia e as mulheres
407	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	31 maio	O voto feminino na Grecia
408	Página duplicada da 406			
409	Página duplicada da 407			
410	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	31 maio	União Universitária Feminina – Sua participação na Conferencia Penal e Penitenciaria
410	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	31 maio	Uma derrota do feminismo
410	Sem informação	Sem informação	Maio	Brésil – La Federation Brasilienne pour le Progres Feminin a recommence ses travaux apres les vacances
Total de Páginas: 100		Total de Notícias: 357		

#### QUADRO VI

Dossiê: BR AN, Rio Q0. ADM, EOR.CDI, RJR.35 Ano e mês: Junho de 1930

Página	Local/circulação	Periódico	Edição/Data	Título da notícia
410	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	01 junho	Hontem e hoje
411	Recife (CE)	Jornal do Commercio	01 junho	Do mesmo modo que há vinte anos se considerava absurdo a mulher aprender a guiar automóveis, hoje se procede quanto aos aviões, alegando seus nervos e debilidade physica
412	São Paulo (SP)	Diario Popular	02 junho	Academia Brasileira

412	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	03 junho	Os trabalhos de propaganda em prol do feminismo
412	Rio de Janeiro (RJ)	Esquerda	03 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Visita a câmara dos deputados
413	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	03 junho	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Visita a câmara dos deputados
413	Rio de Janeiro (RJ)	Diario da Noite	03 junho	Ad Immortalitatem – Pode ou deve a mulher pertencer a Academia Brasileira de Letras? <sup>181</sup>
414	Sem informação	Sem Informação	Junho	Feminismo – Intrometendo-se na seara alheia
415	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Uma grande manifestação prestada, no Rio, ao presidente Juvenal Lamartine
415	Belém (PA)	O Estado do Para	05 junho	Quinzena Feminista
415	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	05 junho	A Academia de Letras e o Feminismo
416	Salvador (BA)	Diario da Bahia	05 junho	Quinzena Feminista
416	São Paulo (SP)	Diario de S. Paulo	05 junho	A Academia de Letras e as Mulheres
416	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	05 junho	Deve a mulher abandonar o lar para trabalhar fora?
417	Página duplicada da 416			
418	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	05 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
418	Sem informação	Ilegível	Ilegível	Palestra Judiciaria
418	Rio de Janeiro (RJ)	A Ordem	06 junho	Ecos da quinzena feminista
418	Sem informação	Sem informação	06 junho	O movimento feminista nacional
419	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	06 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
419	Porto Alegre (RS)	Diario de Notícias	06 junho	Cooperação feminina
419	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	11 junho	Do Rio – Direitos da Mulher
420	Sem informação	Diario de Noticias	Sem informação	Naquela sala dourada de anseios da mulher brasileira
420	Ribeirão Preto (SP)	Diario da Manhã	13 junho	Victoria Feminista – A abolição do tratamento senhorinha

<sup>181</sup> Continuação do mesmo assunto de recorte das páginas 132, 133, 137, 142, 143, 145, 153, 154, 155, 156, 164, 172, 183, 197, 218, 221, 223 e 235.

421	Recife (PE)	Jornal do Commercio	13 junho	Notas avulsas
421	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	Sem informação	Um caso que a policia procura apurar – Morte de uma mulher em adeantado período de gestação
421	Sem informação	Ilegível	14 junho	Guimaraes Noaes em Buenos Aires
421	Rio de Janeiro (RJ)	Critica	14 junho	*Nota sobre visita ao senado da aviadora Anesia Pinheiro Machado
422	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Um aspecto original da civilização – A industrialização do leite humano na Russia Sovietica
422	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	14 junho	Um petit Trianon – As ultimas deliberações da Academia Brasileira
422	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	14 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
423	São Paulo (SP)	A Platea	14 junho	Centro da Federação do Brasil pelo Progresso Feminino
423	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	14 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
423	São Paulo (SP)	S. Paulo Jornal	15 junho	A mulher e a Academia de Letras
423	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	15 junho	Maternidade Suburbana
423	Rio de Janeiro (RJ)	Diario de Noticias	Junho	*Noticia sobre Juvenal Lamartine
423	São Paulo (SP)	Diario Popular	16 junho	*Presença e discurso de Bertha Lutz na inauguração da Maternidade Suburbana
424	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	15 junho	O mais sublime sentimento da mulher – A inauguração da maternidade suburbana
424	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	16 junho	Quando a mulher quer, Deus quer! – A maternidade suburbana começou a ser útil, vitoriosamente e sem tropeços
424	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	15 junho	Maternidade Suburbana
424	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	16 junho	A Argentina é contraria ao direito do voto das mulheres
425	Sem informação	Diario de Noticias	16 junho	Inaugurou-se hontem a Maternidade Suburbana – Como decorreu a solenidade
426	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	16 junho	As mulheres e a "imortalidade" – Uma

				discussão que se renovou em termos claros
427	Juiz de Fora (MG)	Diario Mercantil	16 junho	A mulher na Academia de Letras – É favorável a entrada de escriptores no Petit Trianon o académico Felix Pacheco
427	Curitiba (PR)	Diario da Tarde	16 junho	Chronica
428	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	16 junho	As verdadeiras obras de caridade – Inaugurou-se, hontem, a Maternidade Suburbana
429	Rio de Janeiro (RJ)	A Noite	16 junho	Politica Feminista – As mulheres turcas equaladas aos homens
429	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	17 junho	Desportos femininos
429	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	17 junho	Foi regeitada a inscripção de mulheres como eleitoras – Na provincia de S. Juan, na Argentina
429	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	17 junho	O voto feminino na Argentina
429	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	17 junho	Administração Amazonense
429	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manhã	17 junho	Uma mulher senadora no Canadá
429	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	17 junho	Contra o voto feminino
430	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	17 junho	A inauguração da Maternidade Suburbana – Um dia festivo na vida suburbana
430	São Paulo (SP)	S. Paulo Jornal	17 junho	O outro lado do feminismo
431	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	17 junho	As realizações do feminismo no Brasil – Como falou a um repórter a sra. Maria Amalia de Faria, secretaria da Federação pelo Progresso Feminino
431	São Paulo (SP)	A Gazeta	17 junho	A emancipação da mulher – Ate na Turquia se vai accentuando a medida que correm os tempos
432	Buenos Aires	Inconclusivo	17 junho	Actualidad – El voto de la mujer em San Juan
432	Vitória (ES)	Diario da Manha	17 junho	Impressões de um Comicio Feminista Internacional

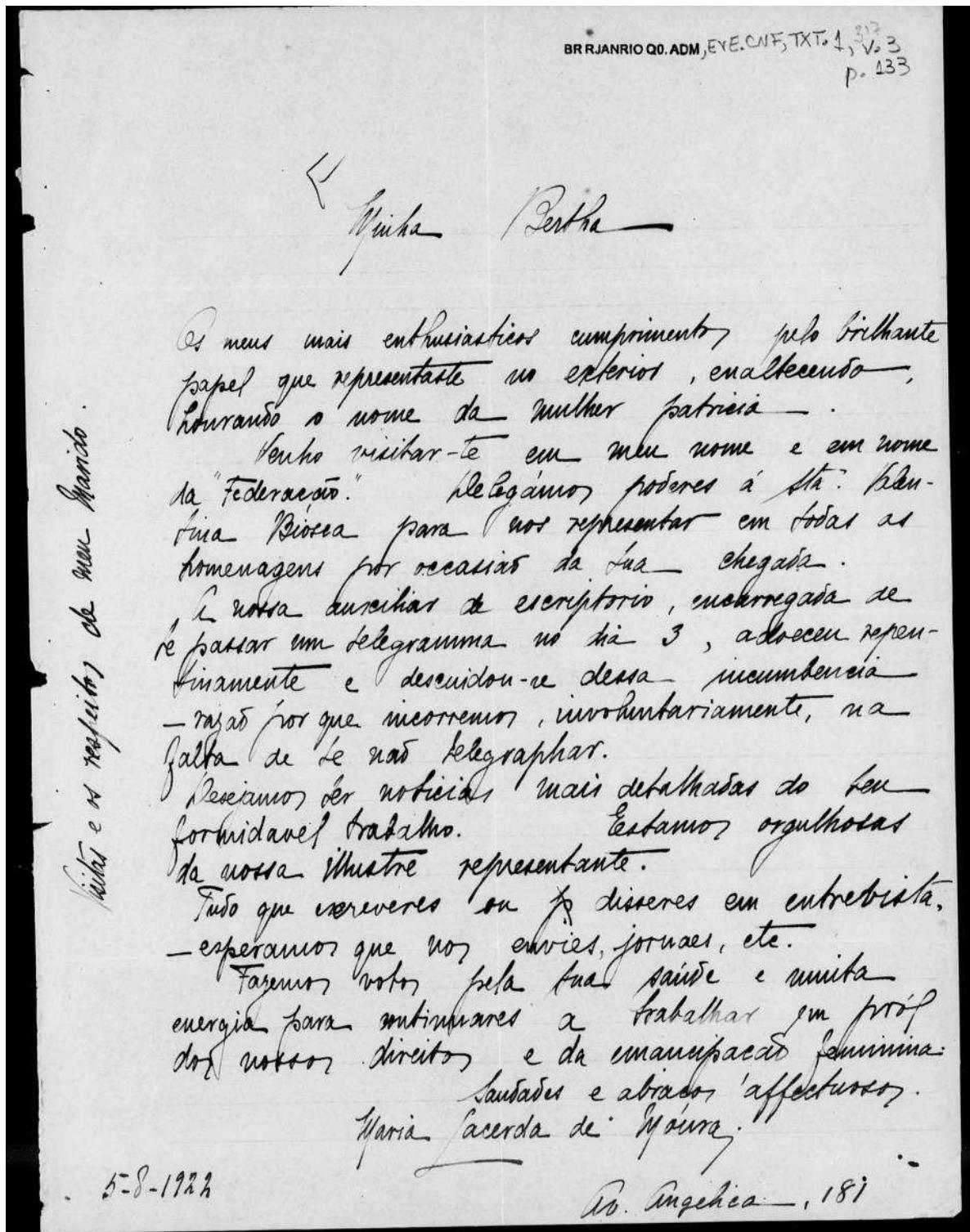
433	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	17 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
433	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	17 junho	Maternidade Suburbana
433	Rio de Janeiro (RJ)	Correio da Manha	18 junho	Derrotas do feminismo
433	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	18 junho	O próximo congresso internacional de mulheres
434	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	18 junho	As cruzadas beneméritas – Inauguração da maternidade suburbana
434	Salvador (BA)	Diario da Bahia	18 junho	A quinzena feminista
434	São Paulo (SP)	A Gazeta	18 junho	On ne passe pas! A Academia Brasileira não consente que as mulheres penetrem seus humbraes
435	Florianopolis (SC)	O Estado	19 junho	O voto feminino na Argentina
435	São Paulo (SP)	Correio Paulistano	20 junho	A leitura da semana – O tabu do matrimonio
435	São Paulo (SP)	Diario Popular	20 junho	Feminismo
435	Rio de Janeiro (RJ)	O Jornal	20 junho	Campea Mundial de voo em altura
436	São Paulo (SP)	Folha da Noite	20 junho	Mulheres que fumam
436	Porto Alegre (RS)	Correio do Povo	21 junho	A mulher brasileira e a Academia
436	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	21 junho	As mulheres hespanholas vão votar
437	Sem informação	O Nordeste Mineiro	21 junho	A mulher, a creança e o lar
438	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	21 junho	Dois assumptos femininos – A greve das barrigas
438	São Paulo (SP)	A Gazeta	21 junho	Mulheres e homens ...
439	Belém (PA)	O Estado do Pará	21 junho	Uma interessante palestra com Mercedes Dantas
439	São Paulo (SP)	O Estado de S. Paulo	22 junho	Tribuanes – Vida forense
440	São Paulo (SP)	Diario de S. Paulo	22 junho	A mulher directora
441	Lisboa (PT)	Diario de Noticias	22 junho	O que a sociedade moderna espera da Mulher
442	Niterói (RJ)	Estado do Rio	23 junho	O péssimo feminismo
442	Curitiba (PR)	O Dia	24 junho	As cobras também apreciam as pernas dos frequentadores dos cinemas

				– A beleza e o destino ... A victoria do feminismo
442	São Paulo (SP)	Jornal da Noite	24 junho	As mulheres na Academia Brasileira
442	São Paulo (SP)	Folha da Noite	24 junho	A beleza e o destino ... – A victoria do feminismo
443	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	24 junho	Feminismo
443	Rio de Janeiro (RJ)	O Paiz	24 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
443	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	25 junho	O feminismo
443	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	24 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
443	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	24 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
443	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	25 junho	As victorias do feminismo
443	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	24 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
443	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	25 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
444	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	27 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
444	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	28 junho	A margem da vida ...
444	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	28 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
444	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	27 junho	As mulheres no jury
444	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	28 junho	Amazonas
445	Rio de Janeiro (RJ)	Diario de Noticias	28 junho	Os serviços da mulher em todas as espheras da actividade humana
445	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	28 junho	Associações
445	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Brasil	28 junho	Almoço
445	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	28 junho	Os progressos do feminismo
446	Rio de Janeiro (RJ)	Jornal do Commercio	28 junho	Conferencia penal e penitenciaria brasileira
446	Rio de Janeiro (RJ)	Diario Carioca	28 junho	No conselho municipal
446	Rio de Janeiro (RJ)	Gazeta de Noticias	28 junho	*Nota sobre Conferencia penal e participação de mulheres
447	São Luiz (MA)	O Combate	28 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

447	Rio de Janeiro (RJ)	Vanguarda	28 junho	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
447	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	28 junho	A mulher no tribunal do jury
447	Rio de Janeiro (RJ)	O Globo	28 junho	Almoços
448	Rio de Janeiro (RJ)	Para Todos	28 junho	Mulheres do Ocidente e do Oriente
Total de páginas: 38		Total de Notícias: 109		

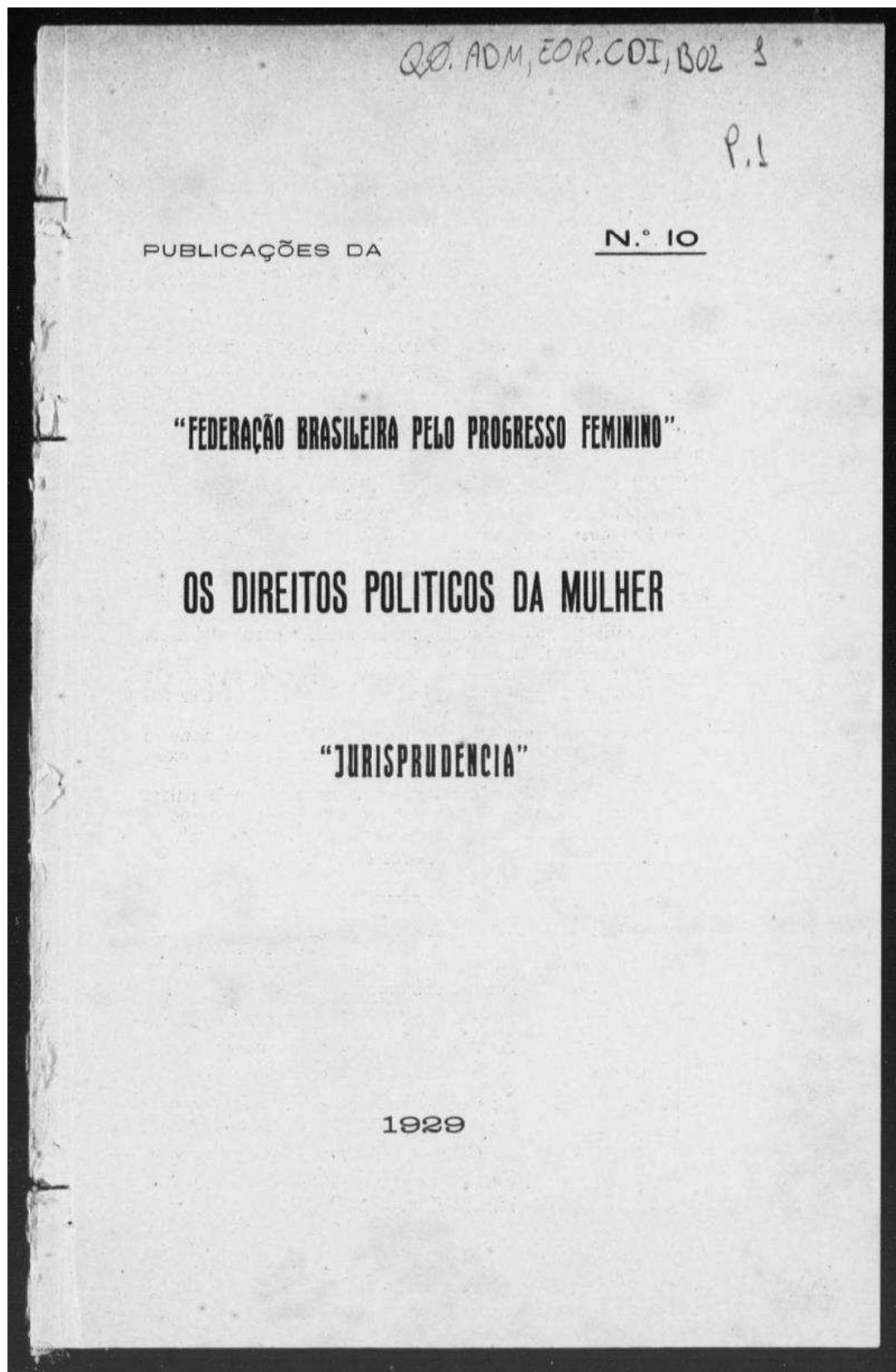
## ANEXOS

### I – Carta de Maria Lacerda de Moura para Bertha Lutz



Recorte da autora. Fonte: Arquivo Nacional – Fundo FBPF, Administração, Código de Referência "BR RJANRIO Q0. ADM, EVE. CNF, TXT. 1, v.3", p. 133.

**II – Estatuto da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**



Recorte da autora. Fonte: Arquivo Nacional – Fundo FBPF, Administração, Código de Referência "BR AN, RIO Q0. ADM, EOR. CDI, B02.1", p.1.

## A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e seus fins

Art. 2 — A "Federação Brasileira pelo Progresso Feminino", fundada a 9 de Agosto de 1922, sociedade civil, com personalidade jurídica, reconhecida de utilidade pública, destina-se a coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a actividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política.

Art. 3 — Com este intuito trabalhará a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para os seguintes fins:

- 1 — Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina.
- 2 — Proteger as mães e a infância.
- 3 — Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.
- 4 — Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão.
- 5 — Estimular o espírito da sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público.
- 6 — Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos.
- 7 — Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, além de garantir a manutenção perpetua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental.

### DIRECTORIA

Presidente: *Bertha Lutz.*

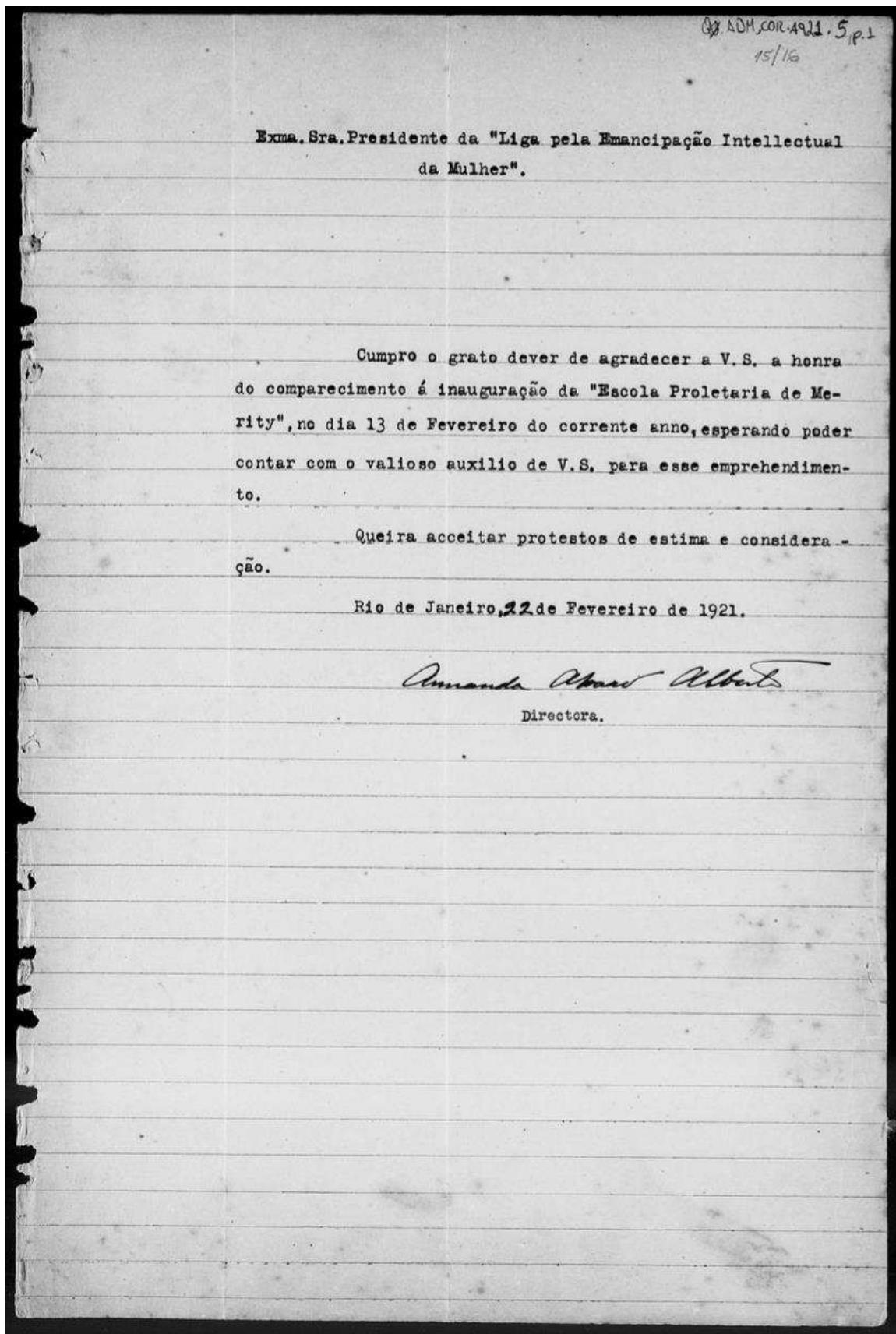
Vice-Presidentes: *Jeronyma Mesquita e Maria Amália Bastos Miranda Jordão.*

Secretarias: *Maria Esther Corrêa Ramalho, Maria Amália Faria e Amelia Sapienza.*

Thesoureira: *Carmen Velasco Portinho.*

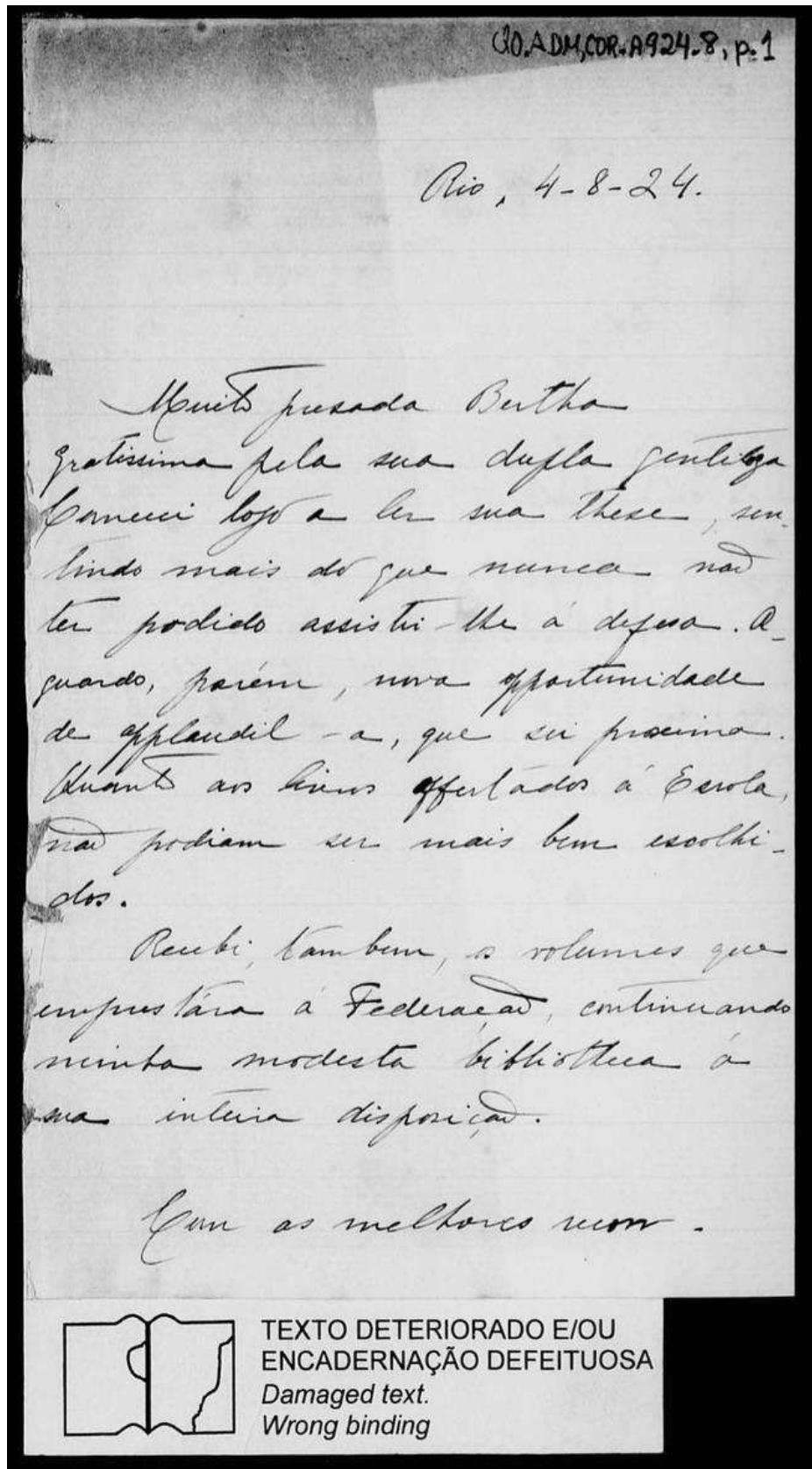
Conselho: *Baroneza de Bomfim, Maria Eugénia Celso Carneiro de Mendonça, Stella de Carvalho Guerra Duval, Laurinda Santos Lobo, Cassilda Martins e Maria de Carvalho Dutra.*

III – Carta de Armando Álvaro Alberto para Bertha Lutz, em 1921.



Fonte: Arquivo Nacional – Fundo FBPF, Administração, Código de Referência "BR AN, RIO Q0. ADM, COR. A921. 5.

IV – Carta de Armando Álvaro Alberto para Bertha Lutz, em 1924.



Carta manuscrita de Armando Álvaro Alberto para Bertha Lutz. Fonte: Arquivo Nacional – Fundo FBPF, Administração, Código de Referência "BR AN, RIO Q0. ADM, COR. A924. 8", p. 1.

116

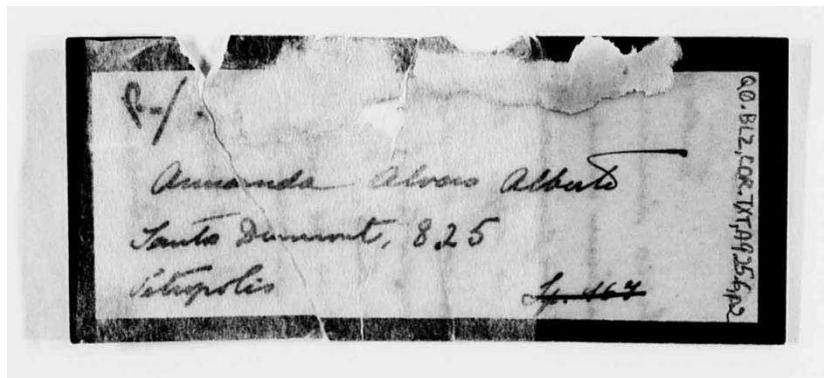
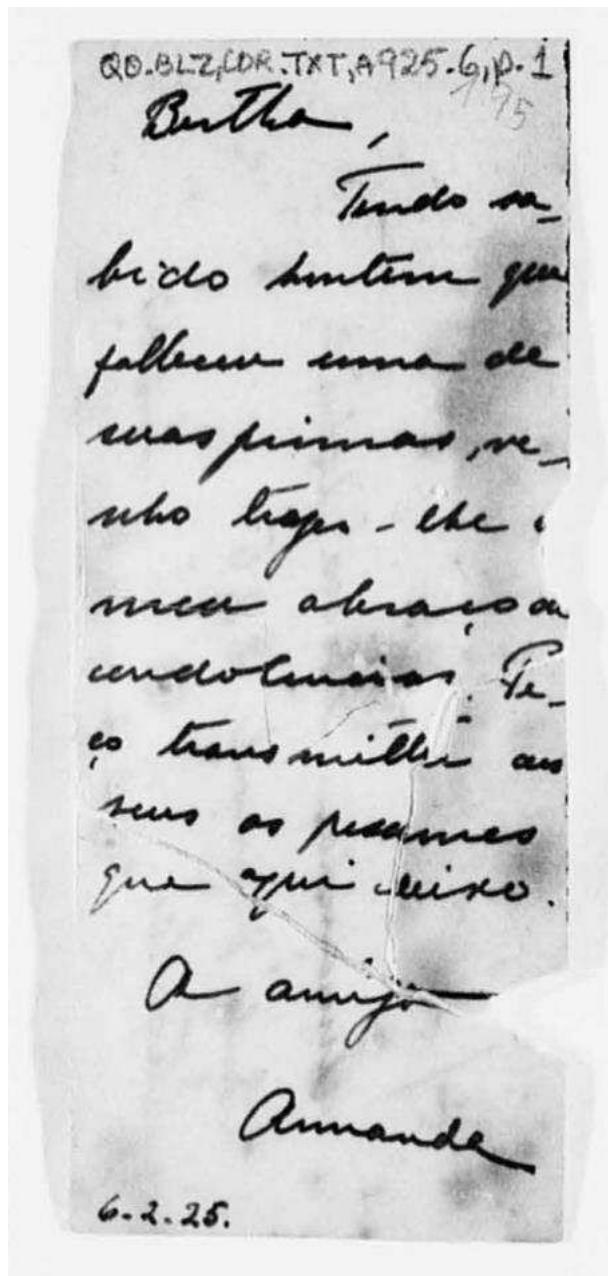
mandados aos meus e votos de seguro  
envito a todos os impedimentos de  
benemunha em que se acha  
enpanhada,

Sauda a mui af-  
etuosa mente,  
a amiga

Armando A. Albert

Continuação de carta manuscrita de Armando para Bertha Lutz. Fonte: Arquivo Nacional – Fundo FBPF, Administração, Código de Referência "BR AN, RIO Q0. ADM, COR. A924. 8", p. 2.

V – Bilhete de Armando Álvaro Alberto para Bertha Lutz, em 1925.



Bilhete de Condolências de Armando Álvaro Alberto para Bertha Lutz. Fonte: Arquivo Nacional – Fundo FBPF, Administração, Código de Referência "BR AN, RIO Q0. BLZ, COR. TXT, A925.6", p. 1 - 2.

## **VI – Transcrição de carta de Armando Álvaro Alberto para crianças de Meriti.**

Rio, 1 de março de 1937

Meus queridos alunos da Escola Regional de Meriti,

Como não posso ir hoje até aí para receber vocês todos no dia da reabertura da nossa escola, ao menos em pensamento quero estar perto de vocês.

Sei que D. Zulmira e D. Dulce vão fazer tudo para que vocês não sintam a minha falta.

E sei que vocês também vão fazer um esforço muito grande para trabalhar, para estudar, para brincar, para viver na escola como se eu fosse aparecer de um momento para outro e abrir os braços, dizendo o que sempre digo quando chego aí: bom dia, meus passarinhos!

Meus queridos alunos: não há de custar muito a chegar o dia em que vocês vão me ver de novo. Enquanto esse dia não chega, quero ter a certeza de que vocês se lembram de mim: quero receber cadernos com exercícios bem feitos por vocês, todas as vezes que o professor Edgar for dar aula aí.

Lembrem-se mais uma vez de que em nossa escola todos os alunos são irmãos, brancos, pretos e mulatos: quero ver todos juntos, ajudando-se um ao outro, brincando sem brigas.

Tudo o que vocês quiserem de mim, é só pedir por carta, que para vocês faço com alegria o que é possível fazer. Que cada semana, um aluno, ou mais de um, me escreva, contando tudo o que se passa aí: excursões, jogos, comissão de cada um, doenças etc.

Escutem: organizem as comissões de trabalho muito direitinho, por eleição. Só podem votar os alunos de 10 anos em diante. Os menores podem ser votados, porém não podem votar. Muito cuidado com o Museu, com os livros, com a vitrola. E o nosso jardim? as nossas árvores de frutas? as nossas flores?

Para as mães do Círculo de Mães e para todas as mães dos meus alunos, mando um abraço de amiga.

Para vocês, minhas crianças, todo o carinho de sua professora muito amiga

Armando

Fonte: Carta completa de Armando Álvaro Alberto enviada da prisão política na Enfermaria da Casa de Correções. (MIGNOT, 2010, p. 12 APUD ALBERTO, 1937).

**VII – Página de periódico com texto de autoria de Armando Álvaro Alberto.**



ALBERTO, Armando. Escola Regional de Meriti: Um aspecto feminista de sua ação social. Hemeroteca Digital  
– Correio da Manhã. Edição 20 de junho de 1930, p. 7

## VIII – Página virtual da Câmara dos Deputados.

Nova lei insere o nome de Antonieta de Barros como Heroína da Pátria - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados

17/04/2024 10:43

[EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES](#)

### **Nova lei insere o nome de Antonieta de Barros como Heroína da Pátria**

Em 1948, um projeto de lei de Antonieta de Barros criou o Dia do Professor

05/01/2023 - 10:28

*Museu da Escola Catarinense/UDESC*



Antonieta de Barros teve seu nome inscrito entre os Héróis da Pátria

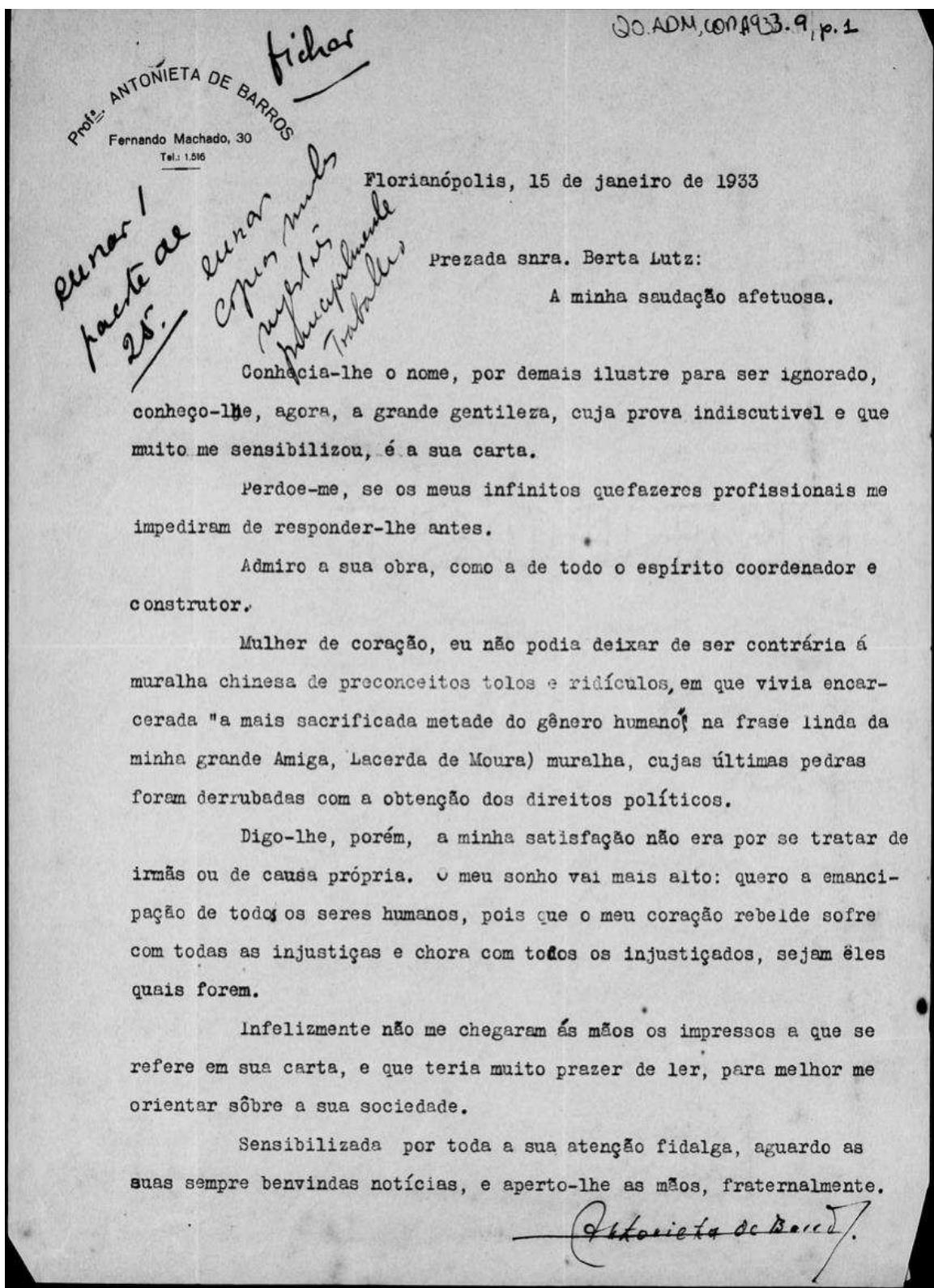
O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a [Lei 14.518/23](#), que insere o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF). A proposta que deu origem à lei, PL 4940/20, do deputado [Alessandro Molon \(PSB-RJ\)](#), foi aprovada pela Câmara em junho de 2022.

Alfabetizada tardiamente por jovens estudantes, Antonieta de Barros (1901-1952) formou-se professora e está entre as primeiras mulheres a ocupar cargos eletivos no Brasil. Foi eleita em 1934 deputada estadual por Santa Catarina, mesmo ano que a médica Carlota Pereira de Queirós se elegeu deputada federal por São Paulo.

<https://www.camara.leg.br/noticias/932970-NOVA-LEI-INSERE-O-NOME-DE-ANTONIETA-DE-BARROS-COMO-HEROINA-DA-PATRIA>

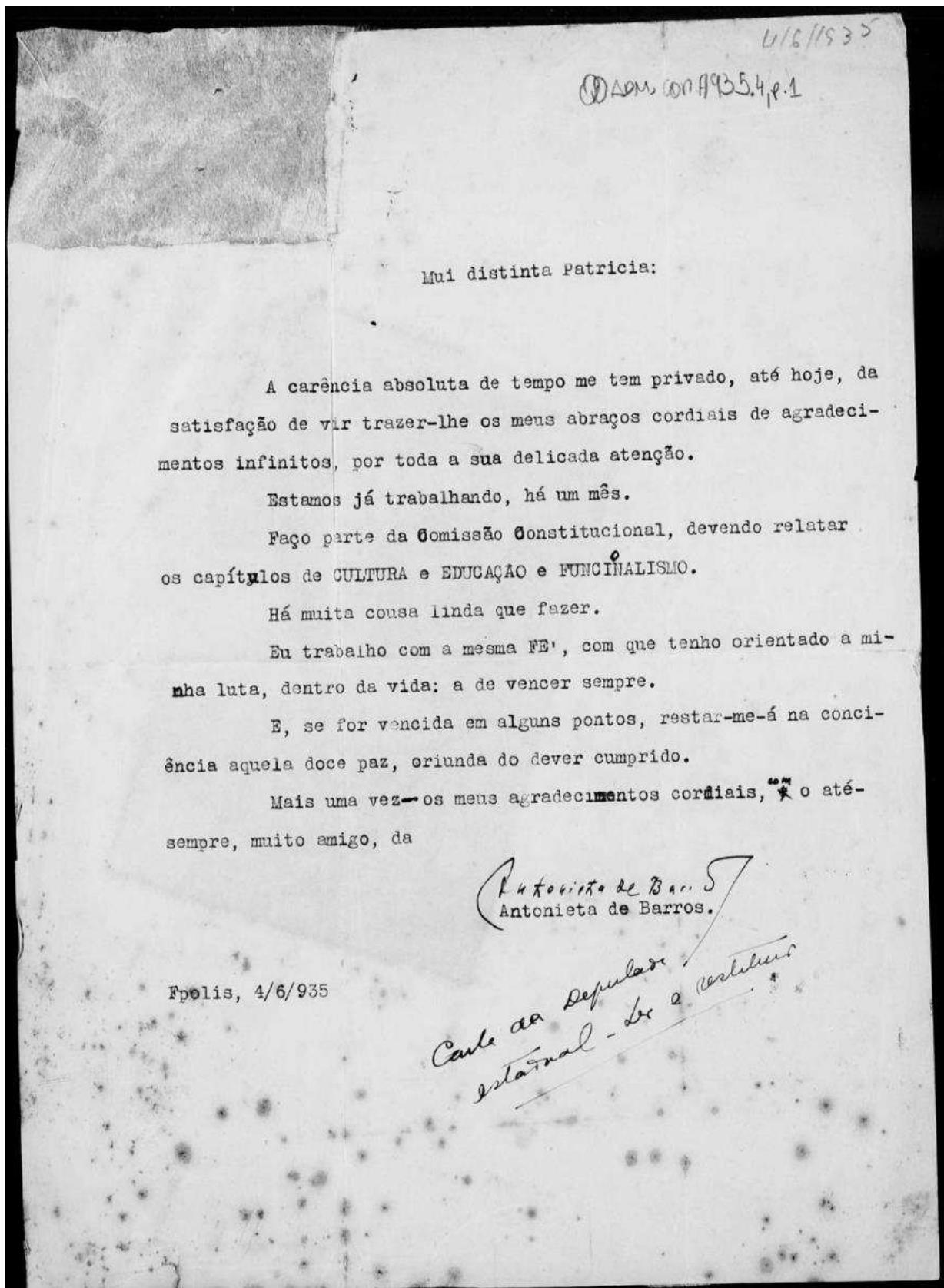
Página 1 de 3

## IX – Carta de Antonieta de Barros para Bertha Lutz, em 1933.



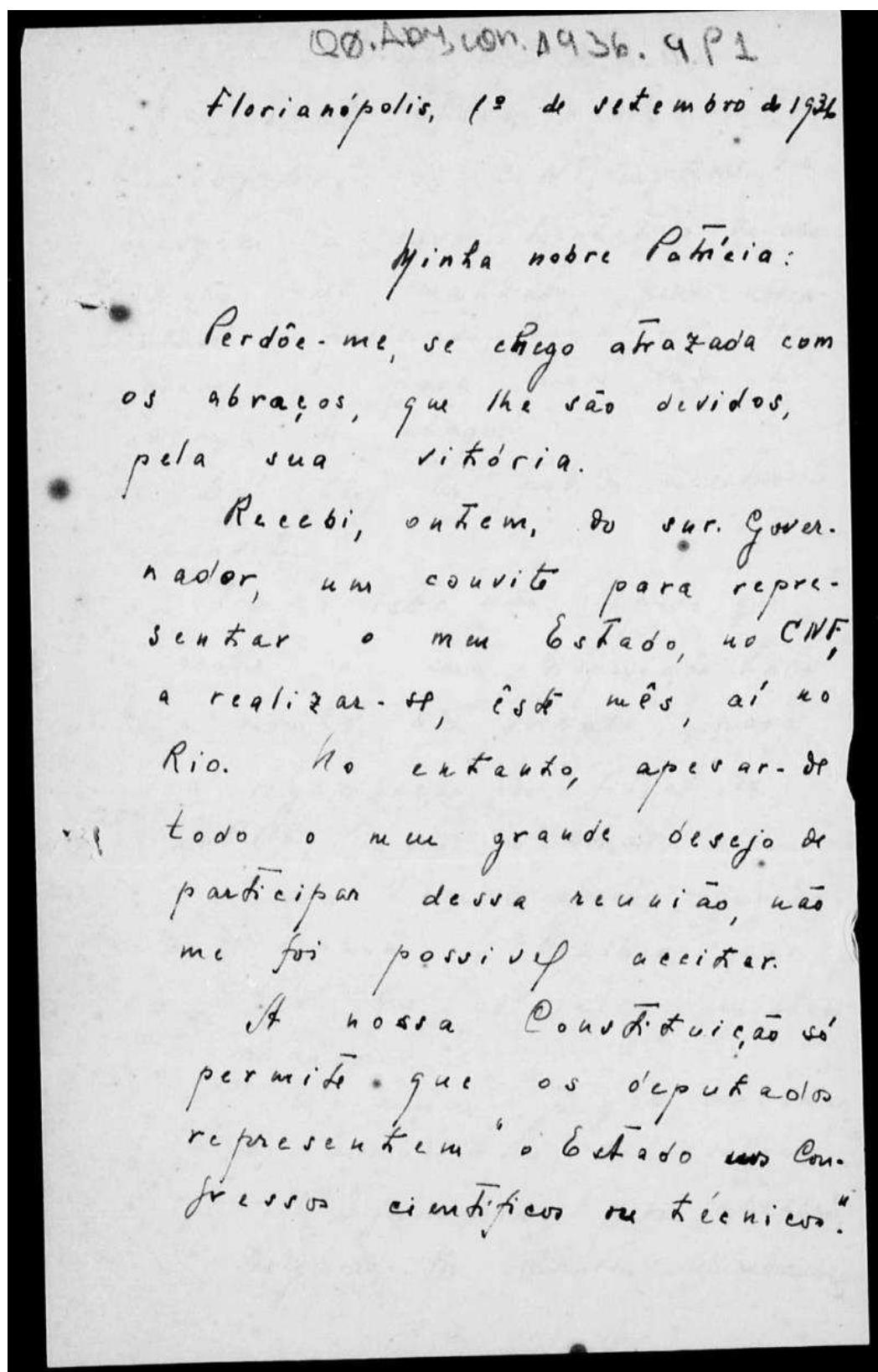
Fonte: Arquivo Nacional, Fundo FBPF - Cod. de Referência: "BR NA, RIO Q0. ADM,COR.,A933.9".

**X – Carta de Antonieta de Barros para Bertha Lutz, em 1935.**



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo FBPF - Cod. de Referência: "BR NA, RIO Q0. ADM,COR.,A935.4".

XI – Carta de Antonieta de Barros para Bertha Lutz, em 1936.



FONTE: Arquivo Nacional, Fundo FBPF, Código de Referência “BR NA, RIO Q0. ADM, COR., A936.9”, p. 1.

Q0. ADM, COR. A936.9. P2

Não sendo claro, neste sentido, o objetivo do C. NTF, em termos de margem a nova tentativa de cassação de mandato, pelos adversários políticos, que não dormem e para quem tudo é arme a de ataque!

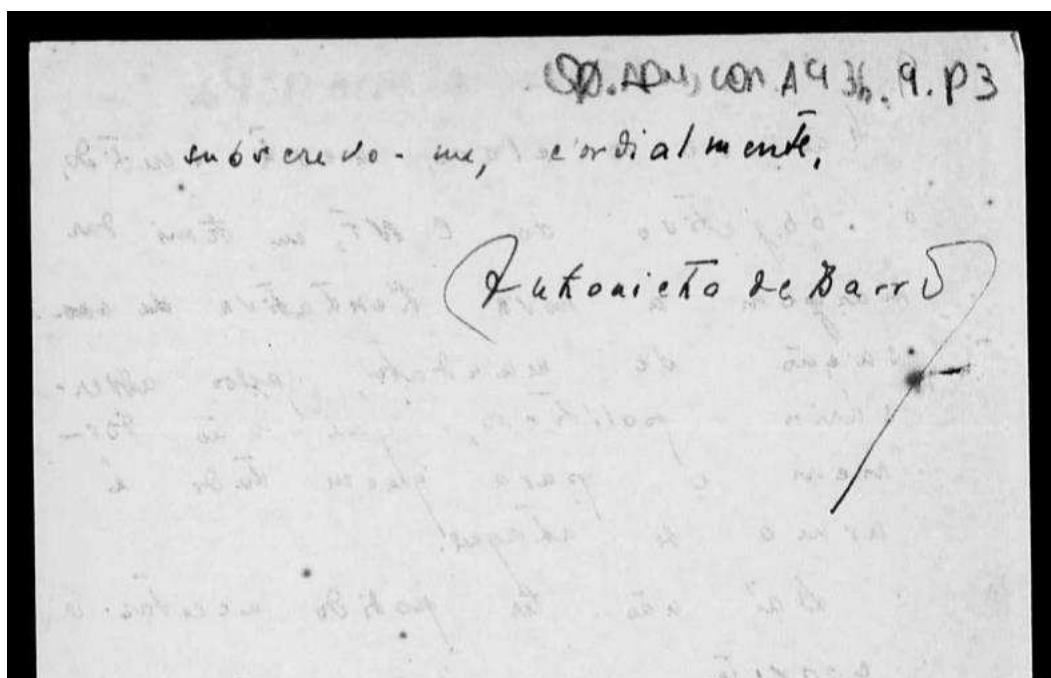
Dai não ter podido aceitar o convite.

Todavia isto não impede que ponha a sua disposição toda a minha boa vontade, para a organização da filiação do APPF, aqui no Brasil.

Quanto a mim, ainda, organizado para a Kyther, quer dizer que os valores existem espalhados.

Se assim julgar conveniente, manda-me suas ordens.

Agradecida pela atenção, desejando-lhe muitas felicidades



FONTE: Arquivo Nacional, Fundo FBPF, Código de Referência “BR NA, RIO Q0. ADM, COR., A936.9”, p. 3.

## XII – Página de periódico com texto de Maria da Ilha, em 1951.



Foto: HEMEROTECA DE SANTA CATARINA. O Estado, edição 22 de julho de 1951, p. 1  
Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina